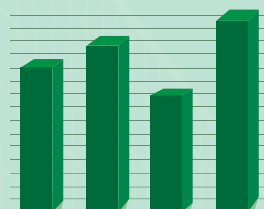


REVISTA CTEO



Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. 5 n. 1 janeiro/dezembro 2016



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

REVISTA CTEO

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. 5 n. 1 janeiro/dezembro 2016

São Paulo

ISSN 2316-8005

Expediente

Editor Rodrigo Mantovani Policano

Comissão Editorial Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre, Thiago de Carvalho Alves

Equipe Técnica Consultores Técnicos Economistas: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre, Thiago de Carvalho Alves
Estagiária (Economia): Bruna Leal Costa da Silva

Capa Equipe de Comunicação - CCI.3

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100, 2º andar, sala 212-B - Bela Vista, São Paulo - SP

CEP 01319-900

e-mail: cte2@camara.sp.gov.br

www.camara.sp.gov.br

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP – SGP.32

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento / Câmara Municipal de São Paulo - vol. 5 n. 1 (2016) - São Paulo: CMSP, 2016-

Anual

ISSN 2316 - 8005

1. Orçamento público- Periódicos 2. Finanças públicas - Periódicos I. Câmara Municipal de São Paulo.

CDU 336.1

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais 3.0 Unported (CC-BY-NC 3.0)

16ª Legislatura - 2016

Mesa Diretora:

Presidente: Antonio Donato
1ª Vice-Presidente: Milton Leite
2º Vice-Presidente: Edir Sales
1º Secretário: Adolfo Quintas
2º Secretário: Adilson Amadeu
1º Suplente: George Hato
2ª Suplente: Eduardo Tuma

Vereadores:

Abou Anni	Mario Covas Neto
Alfredinho	Nabil Bonduki
Andrea Matarazzo	Natalini
Anibal de Freitas	Nelo Rodolfo
Antonio Carlos Rodrigues	Noemi Nonato
Ari Friedenbach	Ota
Arselino Tatto	Patrícia Bezerra
Atílio Francisco	Paulo Fiorilo
Aurélio Miguel	Paulo Frange
Aurélio Nomura	Pr. Edemilson Chaves
Calvo	Quito Formiga
Celso Jatene	Reis
Claudinho de Souza	Ricardo Nunes
Conte Lopes	Ricardo Teixeira
Dalton Silvano	Ricardo Young
David Soares	Rodolfo Despachante
Eliseu Gabriel	Salomão Pereira
Gilson Barreto	Sandra Tadeu
Jair Tatto	Senival Moura
Jamil Murad	Souza Santos
Jean Madeira	Toninho Paiva
Jonas Camisa Nova	Toninho Vespoli
José Police Neto	Vavá
Juliana Cardoso	Wadih Mutran

Sumário

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento.....	6
Orçamento	8
1. Orçamento Aprovado - 2016.....	9
2. Execução Orçamentária 2015.....	17
3. Congelamento de Recursos Orçamentários.....	30
4. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017.....	38
5. Proposta Orçamentária para 2016 - Parte 1.....	50
6. Proposta Orçamentária para 2016 - Parte 2.....	54
Finanças Públicas.....	74
7. Arrecadação de ITBI e Mercado Imobiliário na Cidade de São Paulo.....	75
8. Arrecadação de IPVA na Região Metropolitana de São Paulo.....	83
9. IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - Edição 2016.....	95
Economia Urbana.....	110
10. Produto Interno Bruto Municipal de 2013.....	111
11. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo - Parte 1.....	122
12. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo - Parte 2.....	144
13. Um panorama do mercado de trabalho na RMSP (1995 - 2015) - Pesquisa de Emprego e Desemprego.....	166

Desenvolvimento Urbano.....181

- 14. Manejo de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de São Paulo - 2013.....182
- 15. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (Edição 2015)....193

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento – CTEO

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - CTEO apresenta a quinta edição da Revista CTEO , na qual são publicados estudos e pesquisas elaborados pelo seu corpo técnico ao longo dos últimos 12 meses.

Departamento ligado diretamente à Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, a CTEO foi criada em 2007, no contexto de uma reforma administrativa da Casa. Desde a sua implantação, a consultoria está estruturada com quatro unidades: o gabinete do Consultor Geral de Economia e Orçamento, CTEO-1 (Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo); CTEO-2 (Equipe de Assessoria e Consultoria de Controle Externo) e CTEO-3 (Equipe de Assessoria e Consultoria Administrativa e de Planejamento Orçamentário).

Entre outras atividades, compete à CTEO-1 assessorar a Comissão de Finanças e Orçamento no exame técnico das matérias legislativas sujeitas ao seu estudo e prestar apoio técnico ao processo legislativo referente aos projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual. Entre as tarefas desempenhadas por CTEO-2, está a elaboração dos boletins mensais, através dos quais cumpre o seu papel de realizar pesquisas e estudos e de acompanhar a execução orçamentária da gestão fiscal do município. CTEO-3 participa do processo de planejamento e elaboração da proposta orçamentária anual e do plano plurianual da Câmara Municipal, bem como acompanha a sua execução.

Desde o ano 2012, a CTEO, anualmente, disponibiliza sua publicação 'Revista CTEO', que é constituída por uma coletânea das pesquisas e estudos, originalmente, divulgados nos boletins 'Indicador Paulistano' e 'Indicador Metropolitano' produzidos pela consultoria.

O Indicador Paulistano é uma publicação mensal com informações sobre a arrecadação das receitas e a execução das despesas orçamentárias da cidade de São Paulo, analisando, ainda, a conjuntura e os indicadores econômicos relevantes para as finanças do município. Através de estudos específicos, o Indicador Paulistano aborda assuntos de interesse para a cidade sempre com foco nos aspectos atinentes às finanças públicas e o orçamento.

O Indicador Metropolitano, outra publicação mensal da CTEO, apresenta a cada edição um acompanhamento da arrecadação das receitas e da execução das despesas orçamentárias dos 39 municípios que integram a região metropolitana de São Paulo. Além do acompanhamento da execução orçamentária, essa publicação divulga estudos sobre os municípios da região metropolitana de São Paulo, concentrando-se nas questões relativas à economia e ao desenvolvimento regional.

Compõem esta edição da Revista CTEO os estudos apresentados no 'Indicador Paulistano' e no 'Indicador Metropolitano' dos meses de dezembro/2014 a novembro/2015. Os estudos estão organizados em 4 tópicos: Orçamento, Finanças Públicas, Economia Urbana, Desenvolvimento Urbano.

Deseja-se, por meio das pesquisas produzidas pela CTEO, contribuir para uma melhor compreensão da complexa realidade na qual os cidadãos de São Paulo convivem e, assim, através da produção do conhecimento, colaborar com o debate legislativo municipal.

Coletânea de Estudos

Orçamento

1. Orçamento Aprovado - 2016

No dia 21 de dezembro, a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP aprovou, em definitivo, o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2016.

Após o recebimento da proposta orçamentária pela CMSP no dia 30 de setembro, a Comissão de Finanças e Orçamento - CFO da CMSP iniciou a análise e a discussão do projeto. Nesta fase, foram realizadas 2 audiências públicas gerais e 9 audiências públicas temáticas, totalizando mais de 57 horas de discussão. Durante a tramitação, foram apresentadas pelos parlamentares 5.822 emendas ao projeto, sendo acolhidas 795 ao texto aprovado.

Entre as principais alterações realizadas em relação à proposta original do Executivo, destacam-se, em termos de valor, a suplementação em R\$ 242,8 milhões nas dotações orçamentárias das subprefeituras e em R\$ 112,5 milhões, das Secretaria/Fundo Municipal de Assistência Social.

Destacam-se, ainda, as suplementações orçamentárias na Secretaria de Cultura em R\$ 45,6 milhões (ou 10,0% do valor original) e na Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação em R\$ 45,0 milhões (ou 8,6% do valor original).

Por outro lado, os órgãos cujas dotações sofreram as maiores reduções foram a Secretaria de Transportes e a Autoridade de Limpeza Urbana - Amlurb. O orçamento da Secretaria de Transporte foi reduzido em R\$ 99,2 milhões (ou 4,2% do valor original), sendo que o valor da ação “Compensações tarifárias do sistema de ônibus” diminuiu em R\$ 103,7 milhões (ou 5,4% do valor original). O orçamento da Autoridade de Limpeza Urbana foi reduzido em R\$ 311,8 milhões (ou 13,7% do valor original), sendo que o valor destinado para a ação “Concessão dos Serviços Divisíveis de Limpeza Urbana em Regime Público” caiu R\$ 256,9 milhões (ou 21,5% do valor original).

As Tabelas 1.1 e 1.2, a seguir, apresentam os valores das despesas detalhadas, respectivamente, por função e órgão do orçamento aprovado comparativamente aos valores da proposta original encaminhada pelo Executivo.

* Publicado no Indicador Paulistano nº 66 - dezembro/2015.

Tabela 1.1 - Comparativo - Orçamento 2015, Proposta Executivo e Orçamento Aprovado 2016 - por Função

Órgãos	Orçado 2015	Proposta Executivo 2016	Orçamento Aprovado 2016	Variação em relação à Proposta Executivo		Variação em relação ao Orçado 2015	
				em R\$	var.%	em R\$	var.%
01 Legislativa	824.770.000	852.470.000	815.738.000	(36.732.000)	-4,3%	(9.032.000)	-1,1%
02 Judiciária	179.134.118	241.238.558	242.347.827	1.109.269	0,5%	63.213.709	35,3%
04 Administração	1.115.129.147	916.027.399	933.260.130	17.232.731	1,9%	(181.869.017)	-16,3%
05 Defesa Nacional	506.908	551.000	551.000	0	0,0%	44.092	8,7%
06 Segurança Pública	512.400.158	528.227.711	539.227.711	11.000.000	2,1%	26.827.553	5,2%
07 Relações Exteriores	405.000	655.200	1.550.400	895.200	136,6%	1.145.400	282,8%
08 Assistência Social	1.190.530.139	1.341.337.792	1.455.226.600	113.888.808	8,5%	264.696.461	22,2%
09 Previdência Social	7.612.001.193	9.417.851.898	9.414.351.898	(3.500.000)	0,0%	1.802.350.705	23,7%
10 Saúde	9.239.955.136	9.450.541.755	9.471.700.755	21.159.000	0,2%	231.745.619	2,5%
11 Trabalho	200.393.675	137.800.943	139.601.943	1.801.000	1,3%	(60.791.732)	-30,3%
12 Educação	9.905.490.707	11.203.952.175	11.211.086.175	7.134.000	0,1%	1.305.595.468	13,2%
13 Cultura	550.197.038	716.854.737	785.107.580	68.252.843	9,5%	234.910.542	42,7%
14 Direitos da Cidadania	122.899.293	120.107.789	143.141.268	23.033.479	19,2%	20.241.975	16,5%
15 Urbanismo	5.156.141.865	5.975.863.090	5.928.711.967	(47.151.123)	-0,8%	772.570.102	15,0%
16 Habitação	2.298.388.727	1.763.825.781	1.850.328.781	86.503.000	4,9%	(448.059.946)	-19,5%
17 Saneamento	1.163.377.117	1.332.064.779	1.286.104.720	(45.960.059)	-3,5%	122.727.603	10,5%
18 Gestão Ambiental	259.677.890	274.425.246	278.058.246	3.633.000	1,3%	18.380.356	7,1%
23 Comércio e Serviços	109.605.000	110.655.000	120.655.000	10.000.000	9,0%	11.050.000	10,1%
24 Comunicações	216.393.800	203.625.675	183.625.675	(20.000.000)	-9,8%	(32.768.125)	-15,1%
26 Transporte	4.368.735.035	4.386.656.162	4.288.551.162	(98.105.000)	-2,2%	(80.183.873)	-1,8%
27 Desporto e Lazer	695.032.837	651.848.828	702.653.178	50.804.350	7,8%	7.620.341	1,1%
28 Encargos Especiais	5.672.582.338	4.615.718.829	4.615.718.829	0	0,0%	(1.056.863.509)	-18,6%
99 Reserva de Contigência	1.000	165.000.000	1.502	(164.998.498)	-100%	502	50,2%
Total	51.393.748.121	54.407.300.347	54.407.300.347	0	0,0%	3.013.552.226	5,9%

Fonte: LOA 2015 e Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15)

Tabela 1.2 - Comparativo - Orçamento 2015, Proposta Executivo e Orçamento Aprovado 2016 - por Órgão

Órgãos	Orçado 2015	Proposta Executivo 2016	Orçamento Aprovado 2016	Variação em relação à Proposta Executivo		Variação em relação ao Orçado 2015	
				em R\$	var.%	em R\$	var.%
01 Autarquia Hospitalar Municipal	1.301.034.150	1.481.741.755	1.484.901.755	3.160.000	0,2%	183.867.605	14,1%
02 Hospital do Servidor Público Municipal	297.199.176	308.056.585	309.060.585	1.004.000	0,3%	11.861.409	4,0%
03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	5.540.731.592	7.158.111.720	7.154.611.720	(3.500.000)	0,0%	1.613.880.128	29,1%
04 Serviço Funerário do Município de São Paulo	174.990.000	175.000.000	179.500.000	4.500.000	2,6%	4.510.000	2,6%
09 Câmara Municipal de São Paulo	548.390.000	558.711.000	570.714.000	12.003.000	2,1%	22.324.000	4,1%
10 Tribunal de Contas do Município de São Paulo	268.920.000	284.520.000	235.785.000	(48.735.000)	-17,1%	(33.135.000)	-12,3%
11 Secretaria do Governo Municipal	389.521.433	395.185.874	411.645.874	16.460.000	4,2%	22.124.441	5,7%
12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	527.996.770	655.019.224	685.290.224	30.271.000	4,6%	157.293.454	29,8%
13 Secretaria Municipal de Gestão	265.580.850	271.857.428	251.858.428	(19.999.000)	-7,4%	(13.722.422)	-5,2%
14 Secretaria Municipal de Habitação	1.172.185.021	728.414.037	749.416.037	21.002.000	2,9%	(422.768.984)	-36,1%
16 Secretaria Municipal de Educação	9.792.348.985	11.089.967.037	11.096.151.037	6.184.000	0,1%	1.303.802.052	13,3%
17 Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	431.379.612	471.734.100	471.734.100	0	0,0%	40.354.488	9,4%
19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	573.325.244	541.042.621	586.006.560	44.963.939	8,3%	12.681.316	2,2%
20 Secretaria Municipal de Transportes	2.044.420.865	2.347.675.385	2.248.510.385	(99.165.000)	-4,2%	204.089.520	10,0%
21 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	187.432.459	248.633.687	248.633.687	0	0,0%	61.201.228	32,7%
22 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.631.114.219	1.827.837.666	1.828.582.666	745.000	0,0%	197.468.447	12,1%
23 Secretaria Municipal de Serviços	60.748.109	69.390.675	69.690.675	300.000	0,4%	8.942.566	14,7%
24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	177.846.160	198.015.154	203.437.962	5.422.808	2,7%	25.591.802	14,4%
25 Secretaria Municipal de Cultura	403.898.437	455.376.494	501.025.834	45.649.340	10,0%	97.127.397	24,0%
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	179.570.051	165.198.706	169.270.706	4.072.000	2,5%	(10.299.345)	-5,7%
28 Encargos Gerais do Município	8.074.411.252	7.075.307.506	7.087.993.927	12.686.421	0,2%	(986.417.325)	-12,2%
30 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	194.312.818	154.156.370	156.197.370	2.041.000	1,3%	(38.115.448)	-19,6%
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	6.381.059	7.904.771	9.149.971	1.245.200	15,8%	2.768.912	43,4%
32 Controladoria Geral do Município de São Paulo	19.589.803	41.171.655	41.171.655	0	0,0%	21.581.852	110,2%
34 Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	69.271.218	71.664.353	83.306.832	11.642.479	16,2%	14.035.614	20,3%
36 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	17.722.117	18.584.961	21.685.961	3.101.000	16,7%	3.963.844	22,4%
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	878.562.832	1.659.042.435	1.659.042.435	0	0,0%	780.479.603	88,8%
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	471.795.108	495.425.882	498.225.882	2.800.000	0,6%	26.430.774	5,6%
39 Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	18.569.093	16.755.037	28.685.037	11.930.000	71,2%	10.115.944	54,5%
40 Secretaria Municipal de Relações Governamentais	19.165.062	15.786.055	33.247.055	17.461.000	110,6%	14.081.993	73,5%

Tabela 1.2 - Comparativo - Orçamento 2015, Proposta Executiva e Orçamento Aprovado 2016 - por Órgão

Órgãos	Orçado 2015	Proposta Executiva 2016	Orçamento Aprovado 2016	Variação em relação à Proposta Executiva		Variação em relação ao Orçado 2015	
				em R\$	var. %	em R\$	var. %
41 Subprefeitura Perus	31.253.420	24.881.274	32.172.103	7.290.829	29,3%	918.683	2,9%
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	44.277.543	33.565.999	43.325.429	9.759.430	29,1%	(952.114)	-2,2%
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	40.412.984	32.827.101	38.918.548	6.091.447	18,6%	(1.494.436)	-3,7%
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	33.072.599	24.469.332	33.700.034	9.230.702	37,7%	627.435	1,9%
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	40.031.931	32.531.247	38.856.699	6.325.452	19,4%	(1.175.232)	-2,9%
46 Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	36.400.783	27.097.552	36.605.107	9.507.555	35,1%	204.324	0,6%
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	38.045.761	29.901.366	38.889.432	8.988.066	30,1%	843.671	2,2%
48 Subprefeitura Lapa	43.833.676	32.618.799	38.321.505	5.702.706	17,5%	(5.512.171)	-12,6%
49 Subprefeitura Sé	75.416.389	69.667.275	75.415.513	5.748.238	8,3%	(876)	0,0%
50 Subprefeitura Butantã	50.220.904	40.790.856	48.933.915	8.143.059	20,0%	(1.286.989)	-2,6%
51 Subprefeitura Pinheiros	43.286.638	36.829.601	39.642.122	2.812.521	7,6%	(3.644.516)	-8,4%
52 Subprefeitura Vila Mariana	37.877.545	33.527.560	36.295.324	2.767.764	8,3%	(1.582.221)	-4,2%
53 Subprefeitura Ipiranga	47.545.044	40.741.143	45.780.827	5.039.684	12,4%	(1.764.217)	-3,7%
54 Subprefeitura Santo Amaro	49.492.584	33.682.989	40.118.013	6.435.024	19,1%	(9.374.571)	-18,9%
55 Subprefeitura Jabaquara	30.512.818	27.373.493	32.227.663	4.854.170	17,7%	1.714.845	5,6%
56 Subprefeitura Cidade Ademar	39.869.730	27.117.517	39.870.208	12.752.691	47,0%	478	0,0%
57 Subprefeitura Campo Limpo	60.360.531	47.500.378	54.780.051	7.279.673	15,3%	(5.580.480)	-9,2%
58 Subprefeitura M'Boi Mirim	49.401.554	34.970.577	49.225.817	14.255.240	40,8%	(175.737)	-0,4%
59 Subprefeitura Capela do Socorro	54.733.163	35.557.104	50.730.280	15.173.176	42,7%	(4.002.883)	-7,3%
60 Subprefeitura Parelheiros	40.239.383	27.091.789	37.075.215	9.983.426	36,9%	(3.164.168)	-7,9%
61 Subprefeitura Penha	51.479.490	42.945.450	49.397.348	6.451.898	15,0%	(2.082.142)	-4,0%
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	33.418.246	26.675.880	32.919.917	6.244.037	23,4%	(498.329)	-1,5%
63 Subprefeitura São Miguel	48.962.279	41.857.269	47.874.295	6.017.026	14,4%	(1.087.984)	-2,2%
64 Subprefeitura do Itaim Paulista	41.970.635	32.230.381	40.023.575	7.793.194	24,2%	(1.947.060)	-4,6%
65 Subprefeitura Moóca	46.195.768	40.003.925	47.366.377	7.362.452	18,4%	1.170.609	2,5%
66 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	43.580.390	35.500.051	41.845.856	6.345.805	17,9%	(1.734.534)	-4,0%
67 Subprefeitura Itaquera	51.457.470	39.795.433	47.743.123	7.947.690	20,0%	(3.714.347)	-7,2%
68 Subprefeitura Guaianases	42.336.520	38.051.498	45.121.420	7.069.922	18,6%	2.784.900	6,6%
69 Subprefeitura Vila Prudente	35.882.997	27.724.475	33.592.027	5.867.552	21,2%	(2.290.970)	-6,4%
70 Subprefeitura São Mateus	60.592.041	52.530.369	59.377.637	6.847.268	13,0%	(1.214.404)	-2,0%
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	28.070.317	24.668.891	32.895.617	8.226.726	33,3%	4.825.300	17,2%
72 Subprefeitura de Sapopemba	29.193.972	18.904.936	27.347.488	8.442.552	44,7%	(1.846.484)	-6,3%
Total das Subprefeituras	1.399.425.105	1.113.631.510	1.356.388.485	242.756.975	21,8%	(43.036.620)	-3,1%

Órgãos	Orçado 2015	Proposta Executiva 2016	Orçamento Aprovado 2016	Variação em relação à Proposta Executiva		Variação em relação ao Orçado 2015	
				em R\$	var. %	em R\$	var. %
74 Secretaria Mun de Comunicação e Informação Social	33.692.800	20.811.702	20.811.702	0	0,0%	(12.881.098)	-38,2%
75 Fundo Municipal de Parques	1.000	1.000	2.000	1.000	100,0%	1.000	100,0%
76 Fundo de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	4.610.000	6.289.000	6.289.000	0	0,0%	1.679.000	36,4%
77 Fundo de Despesas do Tribunal de Contas	2.850.000	2.950.000	2.950.000	0	0,0%	100.000	3,5%
78 Secretaria Municipal de Licenciamento	70.576.193	71.877.059	71.877.059	0	0,0%	1.300.866	1,8%
79 Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	17.466.865	20.019.438	22.179.438	2.160.000	10,8%	4.712.573	27,0%
80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	21.822.223	29.217.904	29.217.904	0	0,0%	7.395.681	33,9%
81 Autoridade Mun de Limpeza Urbana	2.061.767.234	2.279.769.531	1.967.968.877	(311.800.654)	-13,7%	(93.798.357)	-4,5%
83 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	200.032.654	261.804.337	261.805.337	1.000	0,0%	61.772.683	30,9%
84 Fundo Municipal de Saúde	7.641.721.810	7.660.743.415	7.677.738.415	16.995.000	0,2%	36.016.605	0,5%
85 Fundação Theatro Municipal de São Paulo	108.165.121	121.151.883	121.151.883	0	0,0%	12.986.762	12,0%
86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	614.000.000	350.000.000	367.500.000	17.500.000	5,0%	(246.500.000)	-40,1%
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.399.610.997	1.066.634.410	1.067.194.410	560.000	0,1%	(332.416.587)	-23,8%
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	563.480	463.480	463.480	0	0,0%	(100.000)	-17,7%
89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	3.300.000	1.480.408	2.584.398	1.103.990	74,6%	(715.602)	-21,7%
90 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	114.762.683	125.416.320	126.517.320	1.101.000	0,9%	11.754.637	10,2%
91 Fundo Municipal de Habitação	134.250.971	116.750.895	116.750.895	0	0,0%	(17.500.076)	-13,0%
93 Fundo Municipal de Assistência Social	932.381.063	1.046.950.525	1.154.025.525	107.075.000	10,2%	221.644.462	23,8%
94 Fundo do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	80.107.839	109.226.540	109.226.540	0	0,0%	29.118.701	36,3%
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	2.190.000	780.000	780.000	0	0,0%	(1.410.000)	-64,4%
96 Fundo Municipal de Turismo	1.000	1.000	1.000	0	0,0%	0	0,0%
97 Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	1.500.000	2.330.000	2.330.000	0	0,0%	830.000	55,3%
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	509.000.000	305.868.000	305.868.000	0	0,0%	(203.132.000)	-39,9%
99 Fundo Municipal de Iluminação Pública	301.534.588	540.843.817	541.143.817	300.000	0,1%	239.609.229	79,5%
Reserva de Contingência	1.000	165.000.000	1.502	(164.998.498)	-100,0%	502	50,2%
Total	51.393.748.121	54.407.300.347	54.407.300.347	0	0,0%	3.013.552.226	5,9%

Tabela 1.3 - Comparativo - Orçamento 2015, Proposta Executivo e Orçamento Aprovado 2016

Valores em R\$	Orçamento 2015	Arrecadado/ Empenhado até Novembro 2015	Proposta 2016 (A)	Orçamento Aprovado 2016 (B)	Varição (B-A)
Receitas Correntes	43.077.527.363	39.263.806.228	44.682.042.743	44.682.042.743	-
IPTU	7.243.872.785	6.446.020.582	7.382.011.212	7.382.011.212	-
ISS	11.863.217.228	10.374.307.815	12.095.211.808	12.095.211.808	-
ITBI	1.660.676.232	1.560.141.947	1.935.656.063	1.935.656.063	-
IR	1.554.504.640	1.413.375.468	1.762.371.501	1.762.371.501	-
ICMS	7.447.995.686	6.078.879.663	7.264.380.369	7.264.380.369	-
IPVA	2.147.107.809	2.219.421.957	2.501.199.996	2.501.199.996	-
Recursos SUS - Fundo a Fundo	2.081.888.000	1.434.611.927	1.883.947.012	1.883.947.012	-
FUNDEB (bruto)	3.455.471.664	2.983.916.447	3.678.103.466	3.678.103.466	-
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	698.226.252	999.508.692	816.661.044	816.661.044	-
Operação Urbana Água Espreada	133.476.636	301.032.831	155.604.034	155.604.034	-
Operação Urbana Faria Lima	63.430.152	41.698.803	42.577.930	42.577.930	-
FUNDO ESPECIAL OPERAÇÃO URBANA ÁGUA BRANCA - FEAB	20.029.668	31.587.674	65.186.627	65.186.627	-
Operação Urbana Centro	10.630.824	1.549.085	4.914.477	4.914.477	-
FUNDURB	9.000.000	12.616.253	9.000.000	9.000.000	-
Multas de Trânsito	948.231.987	881.144.159	1.110.194.392	1.110.194.392	-
Demais Receitas Correntes	3.976.335.080	4.872.477.570	4.252.305.880	4.252.305.880	-
(-) deduções da Rec. Corrente	-2.034.888.020	-1.870.202.456	-2.220.201.853	-2.220.201.853	-
Receitas Correntes - deduções (A)	41.042.639.343	37.393.603.773	42.461.840.890	42.461.840.890	-
Receitas de Capital (B)	6.860.170.304	1.032.940.571	7.825.329.472	7.825.329.472	-
Operações de Crédito	80.610.513	19.285.780	101.980.200	101.980.200	-
Transferências	4.707.360.139	595.395.624	3.850.511.638	3.850.511.638	-
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		336.681.755	542.666.199	542.666.199	-
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	500.000.000	0	700.000.000	700.000.000	-
Cessão de Direitos Creditórios -	360.000.000	0	0	0	-
Operações Urbanas	600.000.000	9.288.000	1.300.000.000	1.300.000.000	-
Operação Urbana Água Espreada	0	0	310.000.000	310.000.000	-
Operação Urbana Faria Lima	200.000.000	0	560.000.000	560.000.000	-
Operação Urbana Água Branca	400.000.000	9.288.000	350.000.000	350.000.000	-
FUNDO ESPECIAL OPERAÇÃO URBANA ÁGUA BRANCA - FEAB					-
Operação Urbana Centro	0	0	80.000.000	80.000.000	-
Outorga Onerosa	500.000.000	229.300.657	296.868.000	296.868.000	-
Serviços da dívida - Depósitos			1.498.000.000	1.498.000.000	-
Demais Receitas de Capital	112.199.652	179.670.510	77.969.634	77.969.634	-

Valores em R\$	Orçamento 2015	Arrecadado/ Empenhado até Novembro 2015	Proposta 2016 (A)	Orçamento Aprovado 2016 (B)	Varição (B-A)
Recursos Arrecadados em			89.933.210	89.933.210	-
Total Líq. da Receita da Administração Direta	47.902.809.647	38.426.544.343	50.377.103.572	50.377.103.572	-
Despesas Correntes - Total (D)	30.431.215.461	28.476.759.297	32.142.627.325	32.263.260.219	120.632.894
Despesas Correntes - Fonte 00	22.465.722.746	21.487.966.418	23.730.446.623	23.856.479.517	126.032.894
Despesas Correntes - Outras Fontes	7.965.492.715	6.988.792.879	8.412.180.702	8.406.780.702	-5.400.000
Pessoal e Encargos - Total	10.638.875.576	9.422.262.848	11.859.393.700	11.859.693.700	300.000
Pessoal e Encargos - Fonte 00	7.081.931.363	6.177.192.127	8.025.249.814	8.025.549.814	300.000
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	3.476.364.213	3.158.415.813	3.702.327.886	3.702.327.886	-
Juros e Encargos da Dívida	2.544.715.699	2.206.015.809	1.346.341.499	1.346.341.499	-
Outras Despesas Correntes - Total	17.247.624.186	16.848.480.641	18.936.892.126	19.057.225.020	120.332.894
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	12.839.075.684	13.104.758.482	14.358.855.310	14.484.588.204	125.732.894
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	4.408.548.502	3.743.722.159	4.578.036.816	4.572.636.816	-5.400.000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	12.525.003.839	11.897.943.031	13.701.702.099	13.911.552.763	209.850.664
OST - PJ - Fonte 00	8.635.145.138	8.586.046.215	9.642.203.989	9.857.454.653	215.250.664
OST - PJ - Outras Fontes	3.889.858.701	3.311.896.816	4.059.498.110	4.054.098.110	-5.400.000
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	1.422.175.002	1.878.395.903	1.897.477.682	1.794.207.682	-103.270.000
PASEP	430.994.775	430.984.775	422.203.689	422.203.689	-
Despesas de Capital (E)	10.297.768.539	5.334.006.189	9.315.598.412	9.703.331.670	387.733.258
Investimentos	8.502.661.871	3.444.312.977	7.367.420.096	7.755.153.354	387.733.258
Investimentos - fonte 00 - Tesouro Municipal	1.863.159.607	1.126.232.760	1.245.389.111	1.627.722.369	382.333.258
Investimentos - fonte 01 - Operações de Crédito	80.610.513	32.635.904	101.980.200	101.980.200	-
Investimentos - fonte 02 - Recursos Federais	4.255.712.268	466.538.002	3.344.153.036	3.344.153.036	-
Investimentos - fonte 03 - Recursos Estaduais	487.790.884	337.572.712	577.224.199	577.224.199	-
Investimentos - fonte 05 - Outras Fontes	10.000.000	59.812.929	15.000.000	15.000.000	-
Investimentos - fonte 07 - Receita Condicionada	0	0	0	0	-
Investimentos - fonte 08 - Recursos Vinculados	1.805.388.599	1.421.520.670	2.083.673.550	2.089.073.550	5.400.000
Inversões Financeiras	4.374.547	90.555.344	18.411.000	18.411.000	-
Amortização da Dívida	1.790.732.121	1.799.137.869	1.929.767.316	1.929.767.316	-

* Publicado no Indicador Paulistano n° 55 - janeiro/2015.

Valores em R\$	Orçamento 2015	Arrecadado/ Empenhado até Novembro 2015	Proposta 2016 (A)	Orçamento Aprovado 2016 (B)	Varição (B-A)
Operação Urbana Água Branca	420.029.668	131.737.821	415.186.627	415.186.627	-
Operação Urbana Água Espraiada	133.476.636	742.179.427	465.604.034	465.604.034	-
Operação Urbana Centro	10.630.824	8.502.358	84.914.477	84.914.477	-
Operação Urbana Faria Lima	263.430.152	162.640.817	602.577.930	602.577.930	-
Operação Urbana Vila Sônia					-
Precatórios - total	1.321.844.518	1.211.801.022	1.339.120.014	1.322.020.014	-17.100.000
Pagamento Dívida - total	4.335.447.820	4.005.153.677	3.276.108.815	3.276.108.815	-
					-
Reserva de Contingência (F)	1.000	0	165.000.000	1.502	-164.998.498
					-
Despesa PMSP (D + E + F)	40.728.985.000	33.810.765.486	41.623.225.737	41.966.593.391	343.367.654
					-
Superávit Corrente (I =A+C-D)	10.611.423.882	8.916.844.476	10.409.146.775	10.198.580.671	-210.566.104
Déficit de Capital (II = B - E)	-3.437.598.235	-4.301.065.618	-1.490.268.940	-1.878.002.198	-387.733.258
Superávit Orçamentário (I+II-F)	7.173.824.647	4.615.778.857	8.753.877.835	8.320.576.971	-433.300.864
					-
Receita Legislativo (Fundos CMSP e TCMSP)	7.460.000	3.592.510	9.239.000	9.239.000	-
Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP)	824.770.000	665.360.006	852.470.000	815.738.000	-36.732.000
					-
Receita da Adm. Indireta	3.483.478.474	2.882.722.852	4.020.957.775	4.020.957.775	-
IPREM	2.916.046.147	2.559.917.608	3.332.353.202	3.332.353.202	-
Autarquia Hospitalar	66.931.919	3.500.737	69.656.320	69.656.320	-
HSPM	7.369.000	5.747.214	8.118.000	8.118.000	-
AMLURB	93.005.567	66.573.925	117.825.208	117.825.208	-
Demais	400.125.841	246.983.367	493.005.045	493.005.045	-
					-
Despesa da Adm. Indireta	9.839.993.121	9.322.846.136	11.931.604.610	11.624.968.956	306.635.654
IPREM	5.540.731.592	5.280.766.176	7.158.111.720	7.154.611.720	-3.500.000
Autarquia Hospitalar	1.301.034.150	1.260.699.355	1.481.741.755	1.484.901.755	3.160.000
HSPM	297.199.176	283.273.549	308.056.585	309.060.585	1.004.000
AMLURB	2.061.767.234	2.049.177.709	2.279.769.531	1.967.968.877	-311.800.654
Demais	639.260.969	448.929.346	703.925.019	708.426.019	4.501.000
					-
Déficit da Adm. Indireta	-6.356.514.647	-6.440.123.284	-7.910.646.835	-7.604.011.181	306.635.654
IPREM	-2.624.685.445	-2.720.848.568	-3.825.758.518	-3.822.258.518	3.500.000
Autarquia Hospitalar	-1.234.102.231	-1.257.198.618	-1.412.085.435	-1.415.245.435	-3.160.000
HSPM	-289.830.176	-277.526.335	-299.938.585	-300.942.585	-1.004.000
AMLURB	-1.968.761.667	-1.982.603.784	-2.161.944.323	-1.850.143.669	311.800.654
Demais	-239.135.128	-201.945.979	-210.919.974	-215.420.974	-4.501.000
					-
Receita Consolidada (Direta + Indireta)	51.393.748.121	41.312.859.705	54.407.300.347	54.407.300.347	-
Total da Despesa Orçamentária	51.393.748.121	43.798.971.628	54.407.300.347	54.407.300.347	-
Superávit/Déficit Consolidado	-	-2.486.111.923	-	-	-

2. Execução Orçamentária 2015 (valores provisórios)

Este artigo tem por objetivo apresentar uma síntese da execução orçamentária municipal no exercício 2015. Os dados foram obtidos do Portal da Transparência da PMSP (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/home.aspx>) e do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF, sendo dados preliminares, portanto, sujeitos a alterações. Os dados definitivos serão apresentados no Balanço Anual da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP.

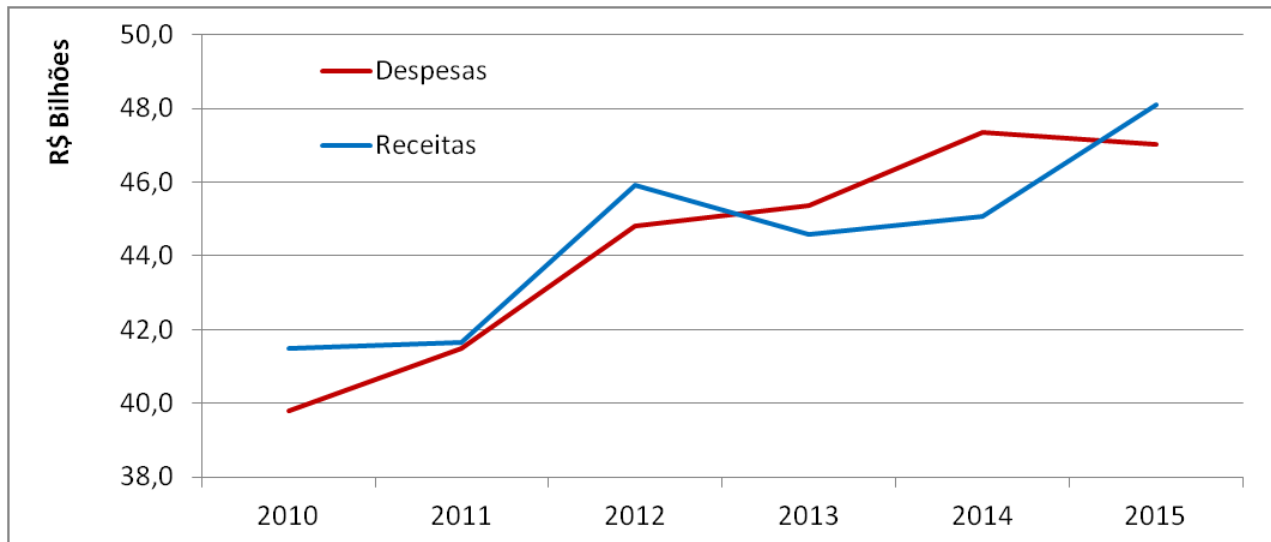
O Orçamento Consolidado (Administração Direta e Indireta) aprovado para o ano de 2015 englobou despesas no valor de R\$ 51,4 bilhões. Ao longo do exercício, o valor do orçamento foi suplementado em R\$ 40,6 milhões com recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

No exercício de 2015, a execução das despesas orçamentária totalizou R\$ 47,0 bilhões (valores empenhados), representando um crescimento nominal de 8,3% em relação à execução do ano anterior. Desse valor total empenhado, foram pagos ao longo do ano R\$ 43,9 bilhões. Os empenhos não pagos, no valor de R\$ 3,1 bilhões, são inscritos em restos a pagar. Em se confirmando esses valores (os dados são provisórios), no exercício 2015, as despesas inscritas em restos a pagar teriam representado 6,6% da despesa total empenhada. No exercício 2014, os restos a pagar corresponderam a 4,6% da despesa empenhada.

As receitas orçamentárias, no exercício 2015, somaram R\$ 48,1 bilhões, o que corresponde a um crescimento nominal de 16,3% em relação ao valor arrecadado no exercício anterior (Gráfico 2.1).

* Publicado no Indicador Paulistano nº 66 - janeiro/2016.

Gráfico 2.1 - Receitas e Despesas Orçamentárias – 2010 a 2015 em R\$ bilhão de 2015

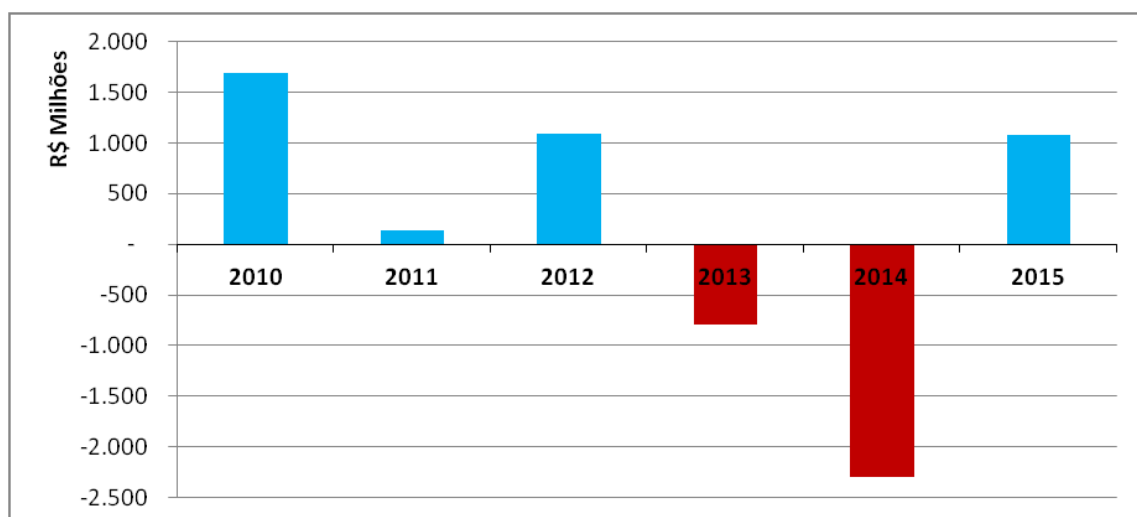


Fonte: Porta da Transparência SP - acesso em 02/02/2016

http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426

A diferença entre o valor total das receitas orçamentárias e das despesas orçamentárias representa o resultado orçamentário do exercício. No confronto da receita com a despesa orçamentária, apurou-se um superávit orçamentário de R\$ 1,1 bilhão, o que corresponde a 2,3% das receitas arrecadadas. Em 2014, havia sido registrado um déficit orçamentário de R\$ 2,1 bilhões (ou 5,1% das receitas arrecadadas). O Gráfico 2.2 mostra a evolução anual do superávit/déficit orçamentário de 2010 a 2015.

Gráfico 2.2 - Superávit/Déficit Orçamentário - 2010 a 2015 em R\$ milhão de 2015

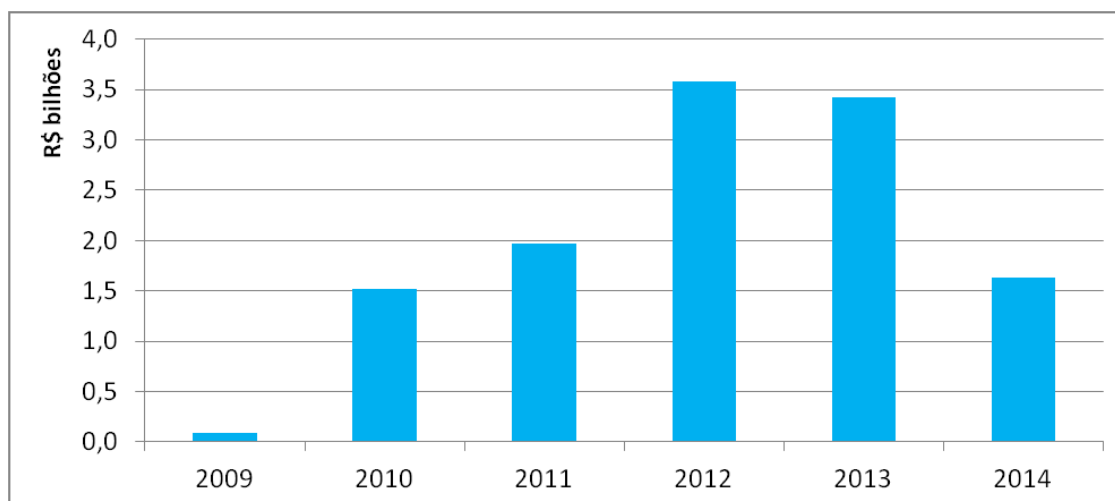


Fonte: Balanços Anuais da PMSP 2010 a 2014 e Portal da Transparência SP - acesso em 02/02/2016

http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426

É importante ressaltar que os déficits orçamentários registrados em 2013 e 2014 ocorreram num contexto em que houve, anteriormente, um acúmulo de recursos resultante dos superávits de exercícios anteriores. Essa disponibilidade existente de recursos pode ser observada, no Gráfico 2.3, através da evolução em cada exercício dos saldos acumulados (superávit financeiro). Ao final de 2014, havia ainda R\$ 1,6 bilhão de recursos disponíveis.

Gráfico 2.3 - Saldos Acumulados - Superávit Financeiro - 2009 a 2014



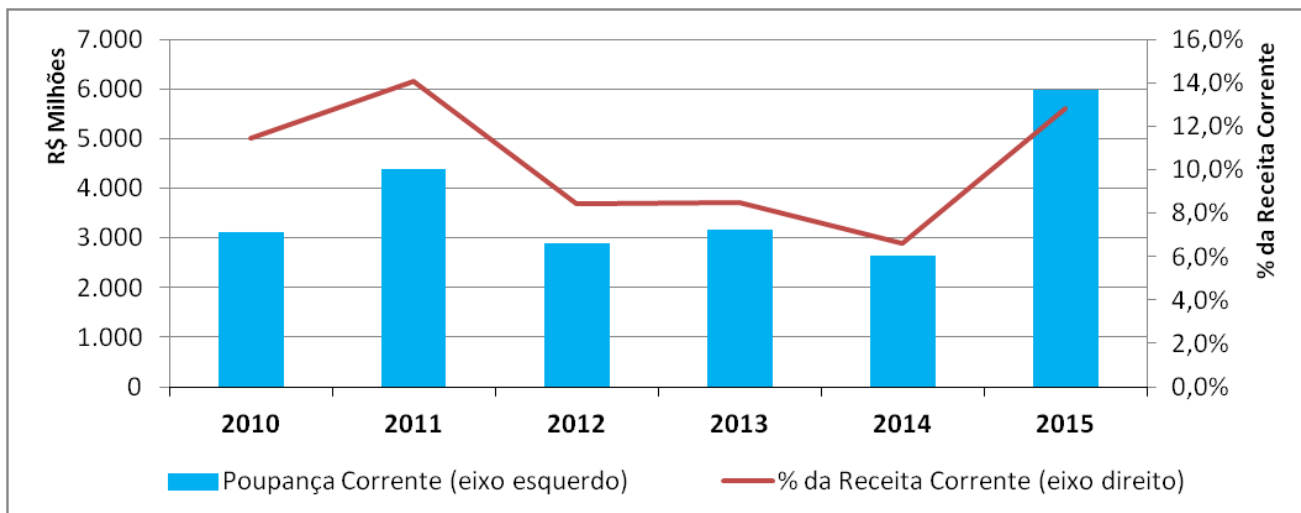
Fonte: Balanços Patrimoniais da PMSP de 2009 a 2014

Outra importante questão que deve ser considerada é a natureza das receitas e despesas públicas. A Poupança Corrente, que é calculada pela diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, é um indicador relevante que permite mensurar o quanto dos recursos correntes do município estão sendo “economizados” para a realização de despesas de capital, que são constituídas por investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

No exercício 2015, houve uma poupança corrente da ordem de R\$ 6,0 bilhões, representando 12,8% da receita corrente arrecadada. Ou seja, recursos correntes serviram para financiar despesas de capital, que por sua vez superaram as receitas de capital.

Em 2014, a poupança corrente foi de R\$ 2,7 bilhões, correspondendo a 6,6% da receita corrente do ano. O Gráfico 2.4 apresenta a evolução, em termos reais, do valor da poupança corrente e do percentual que ela representou da receita corrente do respectivo ano.

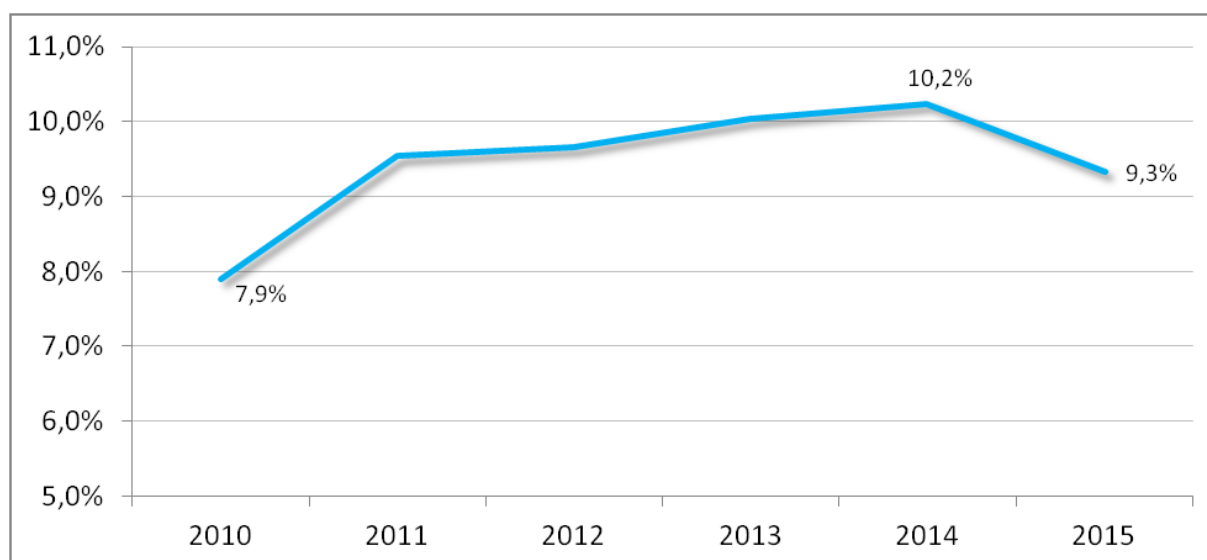
Gráfico 2.4 - Poupança Corrente e % da Receita Corrente - 2010 a 2015 em R\$ milhão de 2015



Fonte: Balanços Anuais 2010 a 2014 e Porta da Transparência SP - acesso em 02/02/2016
http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426

Em 2015, os investimentos realizados atingiram o valor de R\$ 4,5 bilhões, aumentando 8,2% em relação ao valor investido no exercício de 2014. Um indicador importante é o nível dos investimentos em relação à receita total arrecadada (investimentos/receita). Em 2015, os investimentos foram equivalentes a 9,3% da receita total. O Gráfico 2.5 ilustra a evolução recente da razão investimentos/receita.

Gráfico 2.5 - Relação Investimentos / Receita - 2010 a 2015



Fonte: Portal da Transparência SP - acesso em 02/02/2016
http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426

Metas Fiscais - Resultado Primário e Nominal

O resultado primário representa a diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras. É um indicador que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. Quanto maior o valor do resultado primário, melhor é a situação fiscal. Originalmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015 (Lei 16.047/2014) havia definido a meta de resultado primário, para o ano de 2015, em R\$ 2,35 bilhões. A LDO 2016 revisou a meta para R\$ 100 milhões. O resultado primário realizado foi de R\$ 2,98 bilhões, cumprindo, portanto, a meta definida na LDO 2016 (Tabela 2.1)

**Tabela 2.1 - Resultado Primário e Nominal 2015
em R\$ mil**

Metas Fiscais	Meta	Realizado
Resultado Primário	100.000	2.979.267
Resultado Nominal	8.839.362	8.236.286

Fonte: Demonstrativo do Resultado Primário e Demonstrativo do Resultado Nominal, DOC 30/01/2016, pág. 94

O resultado nominal é medido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, diferentemente do resultado primário, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. A LDO 2015 estabeleceu para 2015 uma meta de resultado nominal (ou crescimento da dívida) de R\$ 6,83 bilhões e a LOA 2016 aumentou este valor para R\$ 8,84 bilhões. No exercício 2015, o resultado nominal alcançado foi de R\$ 8,24 bilhões, cumprindo a meta estabelecida na LOA 2016.

Despesas Constitucionais - Saúde e Educação

Com relação aos gastos constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, a execução orçamentária destinou o equivalente a 33,36% (R\$ 11,1 bilhões) da Receita Resultante de Impostos às despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, atendendo ao art. 208 da Lei Orgânica do Município, que estabelece 31,0% como o mínimo obrigatório. Em cumprimento ao art. 212 da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei nº 13.245/01, que fixam 25,0% como o mínimo obrigatório, ao longo do exercício 2015, foram aplicados de 27,11% (R\$ 9,0 bilhões) da Receita Resultante de Impostos, especificamente, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 2.2 - Despesas Constitucionais - Saúde e Educação em % da Receita Resultante de Impostos

	Mínimo Legal	Execução 2015
Educação (CF art. 212 e LOM art. 208)		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	27,11%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino + Educação Inclusiva	31,0%	33,36%
Saúde (EC 29/00)		
	15,0%	19,83%

Fonte: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Educação e Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde DOC 30/01/2016 pág. 91

Para as ações e serviços públicos de saúde, foram destinados 19,83% (R\$ 6,6 bilhões) da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12 que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

Administração Direta, Indireta e Legislativo

Quanto ao detalhamento institucional, a Prefeitura Municipal de São Paulo (Administração Direta) arrecadou receitas orçamentárias no valor de R\$ 44,7 bilhões e empenhou despesas no valor de R\$ 36,0 bilhões, registrando um superávit orçamentário de R\$ 8,7 bilhões. O conjunto dos demais órgãos (Administração Indireta e Poder Legislativo) registrou um déficit de R\$ 7,7 bilhões. Consolidando os valores da administração direta e da administração indireta, houve um superávit orçamentário de R\$ 1,1 bilhão (Tabela 2.3).

Tabela 2.3 - Resultado Orçamentário - Adm. Direta, Adm. Indireta e Legislativo

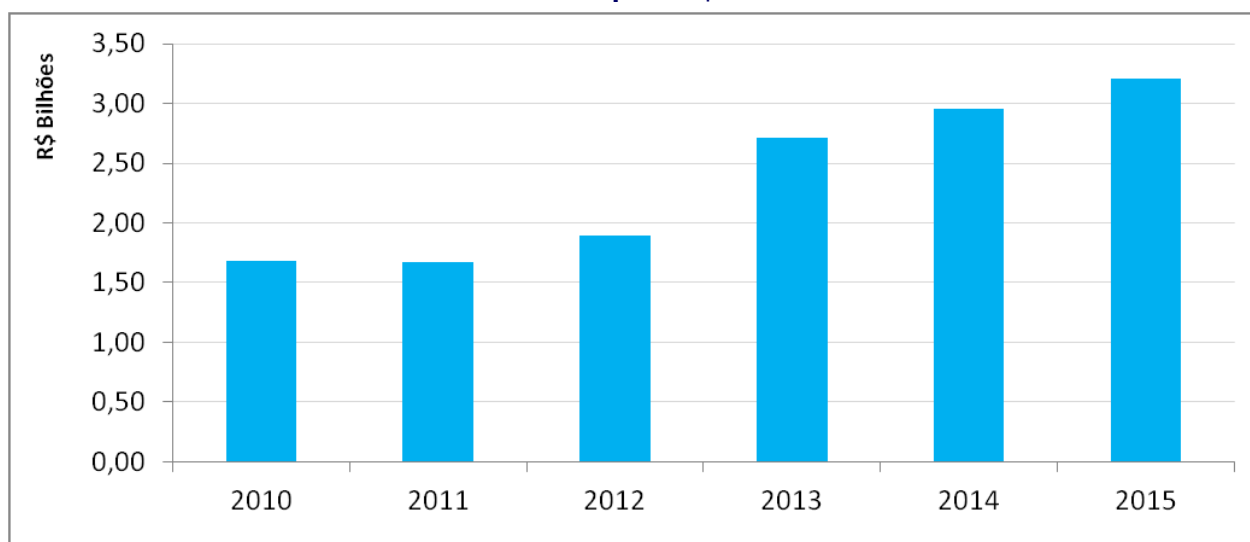
	2014 (I)	2015 (II)	Varição (II - I)
Administração Direta (PMSP)			-
Receita	38.392.950.126	44.689.548.728	6.296.598.602
Despesa	33.769.938.455	35.971.635.993	2.201.697.538
Superávit/Déficit (A)	4.623.011.671	8.717.912.735	4.094.901.064
Adm. Indireta + Legislativo			
Receita	2.952.265.248	3.409.178.035	456.912.787
Despesa	9.688.217.002	11.075.938.692	1.387.721.690
Superávit/Déficit (B)	-6.735.951.754	-7.666.760.657	-930.808.903
Déficit Consolidado (A + B)	-2.112.940.083	1.051.152.078	3.164.092.161

Fonte: Portal da Transparência SP - acesso em 02/02/2016

http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426

Dentre os órgãos da administração indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM. Em 2015, as despesas empenhadas pelo IPREM foram de R\$ 6,2 bilhões, e as receitas foram de R\$ 3,0 bilhões, registrando um déficit orçamentário de R\$ 3,2 bilhões, montante 18,2% superior ao déficit do exercício de 2014. O Gráfico 2.6 ilustra a evolução anual do déficit do IPREM em R\$ de 2015.

Gráfico 2.6 - Déficit IPREM - 2010 a 2015
Valores Atualizados para R\$ bilhão de 2015



Fonte: Portal da Transparência SP - acesso em 14/01/2016

http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426

Detalhamento da Despesa

A Tabela 2.4 detalha as despesas por fonte de recursos durante a execução orçamentária de 2015, comparativamente, ao exercício 2014.

Tabela 2.4 - Execução das Despesas por Fonte de Recursos - 2014 e 2015

Fonte de Recurso	Empenhado 2014	Orçamento Atualizado 2015	Empenhado 2015	Var. % 15/14	% do Orç.
00 - TESOURO MUNICIPAL	31.195.100.764	34.768.301.837	33.155.836.081	6,3%	95,4%
01 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.750.102	80.610.513	31.167.484	442,0%	38,7%
02 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	3.105.059.716	5.071.943.964	3.328.964.671	7,2%	65,6%
03 - TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	601.643.400	757.344.885	434.052.244	-27,9%	57,3%
04 - FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	3.162.229.337	3.360.648.656	3.303.452.763	4,5%	98,3%
05 - OUTRAS FONTES	32.811.442	111.562.683	90.782.071	176,7%	81,4%
06 - RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.691.113.012	3.136.671.794	3.115.680.567	15,8%	99,3%
08 - TES. MUNICIPAL - RECURSOS VINCULADOS	2.616.878.288	4.077.616.700	3.568.150.831	36,4%	87,5%
09 - RECURSOS DA EMPRESA DEPENDENTE	15.546.995	69.611.610	19.487.973	25,3%	28,0%
Total	43.426.133.054	51.434.312.642	47.047.574.685	8,3%	91,5%

Fonte: Portal da Transparência SP - acesso em 15/01/2016

http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa234_RtpFonteDespesa&Prj=SF8426

Respondendo por 70,5% do total das despesas, a principal fonte são os recursos do próprio Tesouro Municipal (advindos da arrecadação de impostos, taxas, transferências constitucionais e outras receitas próprias). Os empenhos suportados por essa fonte de recursos foram

de R\$ 33,2 bilhões, atingindo 95,4% da previsão orçamentária. Comparativamente à execução de 2014, houve um crescimento de 6,3% das despesas dessa fonte de recursos.

Outra importante fonte de recursos são as Transferências Federais, que atingiram um valor de R\$ 3,3 bilhões, apresentando um crescimento de 7,2%. Em relação ao orçamento, a execução dessa fonte foi de 65,6% do previsto.

A Tabela 2.5 apresenta a distribuição dos empenhos entre as funções de governo no exercício 2015.

Tabela 2.5 - Execução das Despesas por Função de Governo - 2014 e 2015

Função de Governo	Empenhado	Orçamento	Empenhado 2015	Var. % 15/14	% do Orç.
01 - LEGISLATIVA	695.744.864	800.893.646	684.754.522	-1,6%	85,5%
02 - JUDICIÁRIA	151.114.459	207.792.125	196.897.761	30,3%	94,8%
04 - ADMINISTRAÇÃO	732.096.356	952.972.292	821.718.783	12,2%	86,2%
05 - DEFESA NACIONAL	456.244	506.908	490.238	7,5%	96,7%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	431.031.492	494.256.920	454.539.731	5,5%	92,0%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	275.992	1.010.619	639.101	131,6%	63,2%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.004.558.284	1.193.451.580	1.115.449.338	11,0%	93,5%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.259.102.356	8.368.650.822	8.367.896.191	15,3%	100,0%
10 - SAÚDE	7.699.150.052	9.464.725.559	8.693.354.033	12,9%	91,9%
11 - TRABALHO	147.059.570	177.397.651	135.278.468	-8,0%	76,3%
12 - EDUCAÇÃO	8.856.461.585	10.096.023.422	9.779.916.806	10,4%	96,9%
13 - CULTURA	436.918.112	563.256.327	485.616.213	11,1%	86,2%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	76.302.211	124.835.482	95.557.257	25,2%	76,5%
15 - URBANISMO	4.528.300.538	5.935.851.086	5.192.331.203	14,7%	87,5%
16 - HABITAÇÃO	1.024.195.808	2.052.785.739	979.326.598	-4,4%	47,7%
17 - SANEAMENTO	693.455.421	1.245.825.212	727.489.596	4,9%	58,4%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	314.539.592	411.233.711	303.569.232	-3,5%	73,8%
20 - AGRICULTURA	2.809.026				
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	38.408.832	29.261.556	20.031.028	-47,8%	68,5%
24 - COMUNICAÇÕES	215.027.196	220.355.688	177.564.096	-17,4%	80,6%
26 - TRANSPORTE	3.581.102.531	4.016.896.009	3.890.450.536	8,6%	96,9%
27 - DESPORTO E LAZER	280.771.065	426.753.476	350.979.151	25,0%	82,2%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	5.289.273.873	4.649.575.812	4.573.724.803	-13,5%	98,4%
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1.000	0		
TOTAL	43.458.155.458	51.434.312.642	47.047.574.685	8,3%	91,5%

Fonte: Dados obtidos no Portal da Transparência SP - acesso em 02/02/2016

http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426

As funções Educação e Saúde, que possuem vinculações constitucionais, são as mais representativas. Na função Educação foram empenhados R\$ 9,8 bilhões, correspondendo a 96,9% do previsto no orçamento e aumentando 10,4% em relação a 2014. Na função Saúde foram empenhados R\$ 8,7 bilhões, alcançando 91,9% da previsão orçamentária e registrando um crescimento de 12,9% em relação à execução 2014.

Destaca-se, em 2015, a queda em R\$ 715 milhões da despesa na função Encargos Especiais, em razão da redução dos pagamentos dos juros da dívida do município com o governo federal, conforme a Lei Complementar nº 148/2014 e acordo firmado entre os dois entes.

A Tabela 2.6, a seguir, sintetiza os dados gerais da execução orçamentária 2015:

Tabela 2.6 - Receitas e Despesas - Orçado e Executado 2015

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2015 (I)	Arrecadado/ Empenhado 2015 (II)	% do Orçado (II / I)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Receitas Correntes	43.077,5	45.475,2	105,6%
IPTU	7.243,9	6.525,9	90,1%
ISS	11.863,2	11.371,8	95,9%
ITBI	1.660,7	1.761,3	106,1%
IR	1.554,5	1.774,2	114,1%
ICMS	7.448,0	6.827,3	91,7%
IPVA	2.147,1	2.336,7	108,8%
Total dos itens de impostos detalhados acima	31.917,4	30.597,2	95,9%
PPI	512,9	1.859,5	362,5%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	2.081,9	1.510,2	72,5%
FUNDEB (bruto)	3.455,5	3.329,0	96,3%
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	698,2	1.711,5	159,2%
Operação Urbana Água Espraiada	133,5	305,6	229,0%
Operação Urbana Faria Lima	63,4	45,5	71,8%
Fundo Especial Operação Urbana Água	20,0	32,0	159,9%
Operação Urbana Centro	10,6	1,6	15,0%
Fundurb	9,0	14,3	159,4%
Multas de Trânsito	948,2	1.006,6	106,2%
Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,0	1.715,7	-
(-) deduções da Rec. Corrente	-2.034,9	-2.064,2	101,4%
Receitas Correntes - deduções (A)	41.042,6	43.411,0	105,8%
Receitas de Capital (B)	6.860,2	1.269,6	18,3%
Operações de Crédito	80,6	19,3	23,9%
Transferências	4.707,4	603,3	12,7%
02 - União	4.227,3	264,2	6,1%
03 - Estado	480,1	339,0	70,6%
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	500,0	0,0	0,0%
Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	360,0	0,0	0,0%
Operações Urbanas	600,0	194,9	32,5%
Operação Urbana Água Espraiada	0,0	0,0	
Operação Urbana Faria Lima	200,0	185,6	92,8%
Operação Urbana Água Branca	400,0	9,3	2,3%
Operação Urbana Centro	0,0	0,0	
Outorga Onerosa	500,0	250,0	50,0%
Demais Receitas de Capital	112,2	184,9	164,8%
Total Líq. da Receita da Administração Direta	47.902,8	44.689,6	93,3%

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2015 (I)	Arrecadado/ Empenhado 2015 (II)	% do Orçado (II / I)
Despesas Correntes - Total (C)	30.431,2	29.870,6	98,2%
Despesas Correntes - Fonte 00	22.465,7	22.550,4	100,4%
Despesas Correntes - Outras Fontes	7.965,5	7.320,2	91,9%
Pessoal e Encargos - Total	10.638,9	10.853,0	102,0%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	7.081,9	7.453,8	105,3%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	3.476,4	3.303,5	95,0%
Juros e Encargos da Dívida	2.544,7	1.577,5	62,0%
Outras Despesas Correntes - Total	17.247,6	17.440,1	101,1%
Outras Desp. Correntes - Fonte 00	12.839,1	13.519,1	105,3%
Outras Desp. Correntes - Outras Fontes	4.408,5	3.920,9	88,9%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	12.525,0	12.228,9	97,6%
OST - PJ - Fonte 00	8.635,1	8.757,1	101,4%
OST - PJ - Outras Fontes	3.889,9	3.471,8	89,3%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	1.422,2	1.928,4	135,6%
PASEP	431,0	441,2	102,4%
Despesas de Capital (D)	10.297,8	6.101,4	59,2%
Investimentos	8.502,7	4.333,5	51,0%
Investimentos - fonte 00 - Tesouro Municipal	1.863,2	1.573,1	84,4%
Investimentos - fonte 01 - Operações de Crédito	80,6	31,2	38,7%
Investimentos - fonte 02 - Recursos Federais	4.255,7	584,7	13,7%
Investimentos - fonte 03 - Recursos Estaduais	487,8	337,5	69,2%
Investimentos - fonte 05 - Outras Fontes	10,0	59,8	598,3%
Investimentos - fonte 07 - Receita Condicionada	0,0	0,0	
Investimentos - fonte 08 - Recursos Vinculados	1.805,4	1.747,2	96,8%
Inversões Financeiras	4,4	107,7	2462,0%
Amortização da Dívida	1.790,7	1.660,2	92,7%
Operação Urbana Água Branca	420,0	131,7	31,4%
Operação Urbana Água Espraiada	133,5	823,2	616,7%
Operação Urbana Centro	10,6	8,5	80,0%
Operação Urbana Faria Lima	263,4	195,6	74,3%
Precatórios - total	1.321,8	1.321,9	100,0%
Pagamento Dívida - total	4.335,4	3.237,8	74,7%
Reserva de Contingência (E)	0,001	0,0	0,0%
Despesa PMSP (C + D + E)	40.729,0	35.972,0	88,3%
Superávit Corrente (I = A - C)	10.611,4	10.825,0	102,0%
Déficit de Capital (II = B - D)	-3.437,6	-4.854,1	141,2%
Superávit Orçamentário (I + II - E)	7.173,8	8.693,0	121,2%

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2015 (I)	Arrecadado/ Empenhado 2015 (II)	% do Orçado (II / I)
Receita Legislativo (Fundos CMSP* e TCMSP)	7,5	3,6	48,7%
Despesa Legislativo (CMSP* + TCMSP)	824,8	684,8	83,0%
Receita da Adm. Indireta	3.483,5	3.402,5	97,7%
IPREM	2.916,0	3.018,6	103,5%
Autarquia Hospitalar	66,9	3,8	5,7%
HSPM	7,4	6,4	87,3%
AMLURB	93,0	75,3	81,0%
Demais	400,1	298,4	74,6%
Despesa da Adm. Indireta	9.840,0	10.391,2	105,6%
IPREM	5.540,7	6.224,9	112,3%
Autarquia Hospitalar	1.301,0	1.282,9	98,6%
HSPM	297,2	277,7	93,4%
AMLURB	2.061,8	2.098,9	101,8%
Demais	639,3	506,8	79,3%
Déficit da Adm. Indireta	-6.356,5	-6.988,7	109,9%
IPREM	-2.624,7	-3.206,3	122,2%
Autarquia Hospitalar	-1.234,1	-1.279,1	103,6%
HSPM	-289,8	-271,3	93,6%
AMLURB	-1.968,8	-2.023,6	102,8%
Demais	-239,1	-208,4	87,1%
Receita Consolidada (Direta + Indireta)	51.393,7	48.092,1	93,6%
Total da Despesa Orçamentária	51.393,7	47.048,0	91,5%
Superávit/Déficit Consolidado	0,0	1.044,1	
Superávit Financeiro Utilizado		40,56	

3 - Variação real de 2014/2013 calculada através de preços médios do IPCA. Todas as variações reais apresentadas neste artigo seguem a mesma metodologia de cálculo.

3. Congelamento de Recursos Orçamentários

Este artigo analisa os recursos orçamentários congelados, detalhando a sua distribuição entre os grupos da despesa e entre os órgãos da administração. Após a promulgação da Lei Orçamentária Anual, que disponibiliza recursos orçamentários para as ações e órgãos do governo, o Poder Executivo, usando as competências que lhe são conferidas, contingencia parte desse valor, a fim de aguardar o comportamento da arrecadação da receita orçamentária e garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro do exercício.

Anualmente, o Executivo publica decreto fixando as normas com relação à execução orçamentária e financeira para o respectivo exercício. No dia 23 de janeiro/2016 foi publicado no Diário Oficial da Cidade o Decreto nº 56.779, regulamentando a execução orçamentária para 2016. Dentre outras disposições, o decreto normatiza o congelamento de recursos orçamentários para o ano 2016. Conforme dispõe o caput do art. 7º do decreto:

“Art. 7º A JOF poderá determinar o congelamento, a qualquer tempo, de recursos orçamentários disponíveis para garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município de São Paulo, nos termos do § 1º do artigo 34 da Lei nº 16.241, de 2015, e para compatibilizar a execução de despesas com fontes de receitas específicas à efetiva entrada dos recursos.”

A JOF refere-se a Junta Orçamentário-Financeira criada pelo Decreto nº 53.687 de 2013 e composta pelos titulares da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico (preside), Secretaria de Gestão, Secretaria de Governo e Secretaria de Negócios Jurídicos.

O § 1º do artigo 34 da Lei nº 16.241, de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2016), mencionado no art.7º do referido decreto, autoriza o Poder Executivo a contingenciar o orçamento de acordo com os critérios que estabelece:

“Art. 34 Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, deverá ser promovida a limitação de empenho e movimentação financeira nos 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 1º No caso da ocorrência da previsão contida no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contingenciar o orçamento, conforme os critérios a seguir:

I - serão respeitados os percentuais mínimos de aplicação de recursos vinculados, conforme a legislação federal e municipal;

II - serão priorizados recursos para execução de contrapartidas referentes às transferências de receitas de outras unidades da federação;

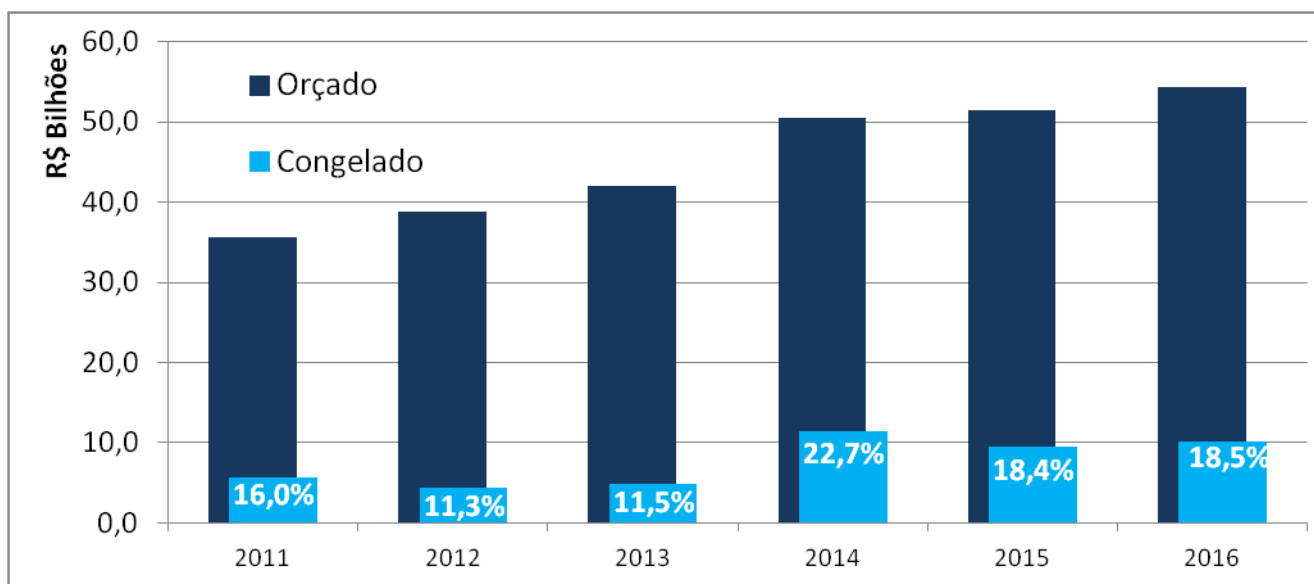
III - serão priorizados recursos para o cumprimento do Programa de Metas 2013-2016.”

A diferença entre o valor orçado e o valor congelado constitui-se no valor disponível, a partir do qual ocorrem as liberações das cotas orçamentárias, que representam o quanto cada órgão da administração terá disponível para efetuar empenhos.

Valores Congelados - Evolução

Até o dia 31/janeiro de 2016, a soma dos recursos orçamentários congelados foi de R\$ 10,1 bilhões, o que corresponde a 18,5% do valor total do orçamento 2016, percentual próximo ao registrado para o mesmo período de 2015, quando foram congelados 18,4% do valor total do orçamento. O Gráfico 3.1 ilustra a evolução recente do percentual de recursos congelados.

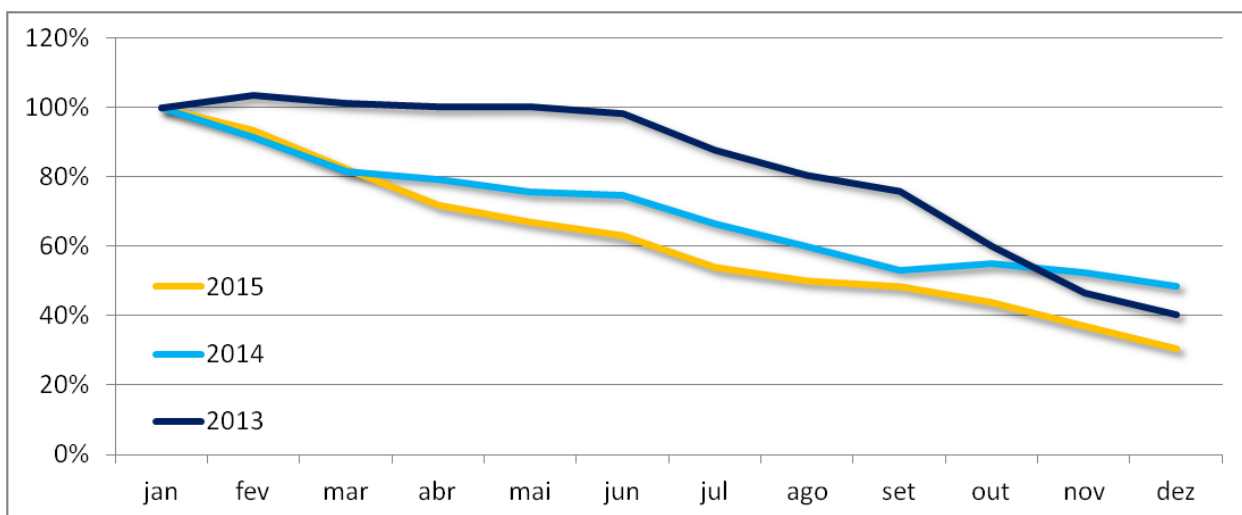
Gráfico 3.1 - Orçamento e Congelamento - 2011 a 2016



Fonte: Sistema ABACO/TCMSP – posição 10/02/2016

Tão importante quanto o valor contingenciado é analisar o padrão como se deu a dinâmica posterior de descongelamento mensal dos recursos. Por exemplo, apesar de, em 2013, o valor congelado ter sido significativamente menor, o descongelamento somente começou, em ritmo mais intenso, a partir do mês de julho, conforme o Gráfico 3.2 mostra.

Gráfico 3.2 - Congelamento - Dinâmica Mensal em % do Valor Inicial – 2013 a 2015



Fonte: Sistema ABACO/TCMSP – posição 10/02/2016

A dinâmica mensal de descongelamento dos recursos seguiu diferentes padrões ao longo dos anos da atual gestão municipal. Ao longo de 2015, os descongelamentos seguiram um padrão mensal constante, encerrando o ano com recursos congelados correspondentes a 30% do valor inicialmente contingenciado em janeiro. Em 2014, o padrão mensal de descongelamentos foi menos intenso, de forma a terminar o exercício com o valor congelado de 48% do contingenciamento inicial de janeiro. Como já comentado, em 2013, primeiro ano da gestão, o congelamento permaneceu em valor próximo ao inicial até junho, a partir de então seguiu uma progressiva queda, encerrando o ano em 40% do valor inicial.

Do congelamento inicial do exercício 2016, até o dia 25/fevereiro, haviam sido descongelados R\$ 406,9 milhões, restando contingenciados R\$ 9,8 bilhões

Congelamento por Tipo de Despesa

Conforme a Tabela 3.1 informa, 78,2% dos recursos congelados em 2016 (até 31/janeiro) estão concentrados no grupo “Investimentos”. Foram congelados 96,2% do valor total previsto para os investimentos no Orçamento 2016. Do grupo “Outras Despesas Correntes” foram contingenciados 8,4% do valor orçado, correspondendo a 18,6% do total congelado.

Tabela 3.1 - Congelamento por Grupo da Despesa - 2015 a 2016

Cód.	Grupo da Despesa	2015		2016		
		Valor Congelado	% do Orçado	Valor Congelado	% do Orçado	% Total Congelado
1	Pessoal e Encargos	1.000	0,0%	301.672.657	1,5%	3,0%
2	Juros e Encargos da Dívida	0	0,0%	8.734	0,0%	0,0%
3	Outras Despesas Correntes	1.344.220.271	6,6%	1.875.100.550	8,4%	18,6%
4	Investimentos	8.099.604.379	90,7%	7.873.806.760	96,2%	78,2%
5	Inversões Financeiras	4.374.547	13,4%	23.411.000	50,7%	0,2%
6	Amortização da Dívida	3.022.912	0,2%	165.189	0,0%	0,0%
9	Reserva de Contingência	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total		9.451.223.109	18,4%	10.074.164.889	18,5%	100,0%

Fonte: Sistema ABACO/TCMSP até 31/janeiro 2016 – posição 10/02/2016

Em tese, as despesas dos grupos “Pessoal e Encargos”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Amortização da Dívida” são mais rígidas em termos de comprometimento, havendo pouca discricionariedade por parte da administração com relação a sua realização. Considerando ainda que as despesas orçadas do grupo “Inversões Financeiras” são pouco significativas em termos de valor (R\$ 46,1 milhões), restam os grupos “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” para se contingenciar recursos em volume relevante.

Com relação aos investimentos, quase a totalidade foi congelada. Do valor orçado de R\$ 8,2 bilhões, foram contingenciados R\$ 7,9 bilhões. Ressaltando-se, ainda, que, dos R\$ 310,6 milhões não congelados, R\$ 264,1 milhões referem-se às despesas previstas com pagamento de condenações judiciais (precatórios), que em razão da sua origem estão enquadradas como investimento.

“Outras Despesas Correntes” tratam-se das despesas de custeio (contração de serviços, material de consumo,...). O congelamento das despesas desse grupo está distribuído em diversas ações entre os órgãos da administração.

No mês de fevereiro (até o dia 25/fevereiro), foram descongelados R\$ 406,9 milhões (permanecendo R\$ 9,8 milhões congelados), sendo que R\$ 211,3 milhões relativos a “Outras Despesas Correntes” (permanecendo R\$ 1,8 bilhão congelados) e R\$ 195,7 milhões relativos a “Investimentos” (permanecendo R\$ 7,7 bilhões congelados).

A Tabela 3.2 informa os valores congelados (com posição atualizada para o dia 25/fevereiro) por órgão, discriminando custeio e investimentos.

Tabela 3.2 - Congelamento por Órgão - até 25/fevereiro 2016

Cód	Grupo da Despesa	Valor Orçado (A)	Valor Congelado			(B/A) % do Orçado
			Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total (B)	
01	Autarquia Hospitalar Municipal	1.484.901.755	84.063.463	80.638.787	164.702.250	11,1%
02	Hospital do Servidor Público Municipal	309.060.585	6.719.985	4.722.000	16.941.985	5,5%
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	7.154.611.720	0	3.980.000	300.353.202	4,2%
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	179.500.000	24.030.000	7.280.000	44.500.000	24,8%
09	Câmara Municipal de São Paulo	570.714.000	12.349.500	0	12.349.500	2,2%
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	235.785.000	0	0	0	0,0%
11	Secretaria do Governo Municipal	411.645.874	151.921.525	91.610.627	243.533.152	59,2%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	685.290.224	6.195.273	377.160.913	383.356.186	55,9%
13	Secretaria Municipal de Gestão	251.858.428	9.489.920	10.799.000	20.289.920	8,1%
14	Secretaria Mun de Habitação	749.416.037	150.000	600.937.765	601.087.765	80,2%
16	Secretaria Mun de Educação	11.096.151.037	442.893.686	623.660.262	1.066.553.948	9,6%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	471.734.100	12.716.852	16.275.898	28.995.750	6,1%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	586.006.560	15.817.959	361.428.036	377.245.995	64,4%
20	Secretaria Mun de Transportes	2.248.510.385	4.170.870	10.363.148	17.936.018	0,8%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	248.633.687	2.474.377	4.610.000	7.084.377	2,8%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.828.582.666	2.534.692	1.768.761.101	1.771.296.793	96,9%
23	Secretaria Municipal de Serviços	69.690.675	1.893.968	10.000.000	11.893.968	17,1%
24	Secretaria Mun de Assistência e Desenvolvimento Social	203.437.962	23.720.194	4.128.608	27.848.802	13,7%
25	Secretaria Municipal de Cultura	501.025.834	58.631.282	97.301.803	170.933.085	34,1%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	169.270.706	54.643.203	3.767.000	58.410.203	34,5%
28	Encargos Gerais do Município	7.087.995.429	4.486.421	23.163.000	27.649.421	0,4%
30	Secretaria Municipal do Trabalho e do Empreendedorismo	156.197.370	47.109.908	24.912.499	72.022.407	46,1%
31	Secretaria Mun de Relações Internacionais e Federativas	9.149.971	1.408.625	55.000	1.463.625	16,0%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	41.171.655	4.939.839	522.347	5.462.186	13,3%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	83.306.832	17.156.389	1.395.662	18.552.051	22,3%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	21.685.961	4.867.826	3.301.008	8.168.834	37,7%

Cód	Grupo da Despesa	Valor Orçado (A)	Valor Congelado			(B/A) % do Orçado
			Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total (B)	
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1.659.042.435	14.171.904	1.598.391.791	1.612.566.695	97,2%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	498.225.882	5.931.566	7.711.621	13.643.187	2,7%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	28.685.037	14.674.530	390.000	15.064.530	52,5%
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	33.247.055	17.450.000	841.000	18.291.000	55,0%
41	Subprefeitura Perus	32.172.103	1.650.079	7.585.000	9.235.079	28,7%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	43.325.429	654.589	10.916.733	11.571.322	26,7%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	38.918.548	626.655	7.146.399	7.773.054	20,0%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	33.700.034	746.768	10.068.063	10.814.831	32,1%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	38.856.699	229.557	7.155.867	7.385.424	19,0%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	36.605.107	3.734.176	7.473.209	11.207.385	30,6%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	38.889.432	1.694.760	9.785.893	11.480.653	29,5%
48	Subprefeitura Lapa	38.321.505	168.568	6.441.116	6.609.684	17,2%
49	Subprefeitura Sé	75.415.513	1.678.491	6.595.341	8.273.832	11,0%
50	Subprefeitura Butantã	48.933.915	248.852	9.198.613	9.447.465	19,3%
51	Subprefeitura Pinheiros	39.642.122	157.406	3.374.793	3.532.199	8,9%
52	Subprefeitura Vila Mariana	36.295.324	1.668.601	3.171.390	4.839.991	13,3%
53	Subprefeitura Ipiranga	45.780.827	1.061.832	6.139.835	7.201.667	15,7%
54	Subprefeitura Santo Amaro	40.118.013	160.380	7.132.150	7.292.530	18,2%
55	Subprefeitura Jabaquara	32.227.663	830.071	5.452.364	6.282.435	19,5%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	39.870.208	1.050.953	13.899.244	14.950.197	37,5%
57	Subprefeitura Campo Limpo	54.780.051	478.290	8.825.866	9.304.156	17,0%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	49.225.817	492.163	15.772.273	16.264.436	33,0%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	50.730.280	912.915	17.826.467	18.739.382	36,9%
60	Subprefeitura Parelheiros	37.075.215	1.925.651	10.882.149	12.807.800	34,5%
61	Subprefeitura Penha	49.397.348	1.211.044	7.584.422	8.795.466	17,8%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	32.919.917	944.318	6.810.944	7.755.262	23,6%
63	Subprefeitura São Miguel	47.874.295	1.974.373	7.239.986	9.214.359	19,2%
64	Subprefeitura do Itaim Paulista	40.023.575	477.598	8.786.988	9.264.586	23,1%
65	Subprefeitura Moóca	47.366.377	1.445.353	8.190.664	9.636.017	20,3%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	41.845.856	2.493.985	7.048.026	9.542.011	22,8%
67	Subprefeitura Itaquera	47.743.123	735.383	9.247.952	9.983.335	20,9%
68	Subprefeitura Guaianases	45.121.420	3.315.895	7.736.203	11.052.098	24,5%
69	Subprefeitura Vila Prudente	33.592.027	1.595.708	6.574.414	8.170.122	24,3%
70	Subprefeitura São Mateus	59.377.637	2.110.062	7.996.575	10.106.637	17,0%

Cód	Grupo da Despesa	Valor Orçado (A)	Valor Congelado			(B/A) % do Orçado
			Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total (B)	
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	32.895.617	1.842.320	8.726.206	10.568.526	32,1%
72	Subprefeitura de Sapopemba	27.347.488	1.932.117	9.254.061	11.186.178	40,9%
74	Secretaria Mun. de Comunicação e Informação	20.811.702	2.570.348	505.000	3.075.348	14,8%
75	Fundo Municipal de Parques	2.000		2.000	2.000	100,0%
76	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	6.289.000	0	0	0	0,0%
77	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	2.950.000	0	0	0	0,0%
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	71.877.059	5.764.074	637.743	6.401.817	8,9%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	22.179.438	4.522.488	4.514.993	9.037.481	40,7%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	29.217.904	10.571.306	428.960	15.992.266	54,7%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	1.967.968.877	14.457.686	45.352.446	59.810.132	3,0%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	261.805.337	5.701.912	156.116.138	162.299.428	62,0%
84	Fundo Municipal de Saúde	7.677.738.415	216.351.000	500.333.178	716.684.178	9,3%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	121.151.883	7.500.000	1.069.000	8.569.000	7,1%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	367.500.000		367.500.000	367.500.000	100,0%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.067.194.410	107.647.810	111.501.000	219.148.810	20,5%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480		463.480	463.480	100,0%
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	2.584.398	1.053.990	1.530.408	2.584.398	100,0%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	126.517.320	1.101.000	50.000	1.151.000	0,9%
91	Fundo Municipal de Habitação	116.750.895	7.337.286	90.814.124	98.151.410	84,1%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	1.154.025.525	189.135.682	7.910.612	197.046.294	17,1%
94	Fundo Esp do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	109.226.540	1.183.836	255.000	1.438.836	1,3%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	780.000	96.000		96.000	12,3%
96	Fundo Municipal de Turismo	1.000		1.000	1.000	100,0%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.330.000		2.330.000	2.330.000	100,0%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	305.868.000		305.868.000	305.868.000	100,0%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	541.143.817	115.226.897	90.250.594	205.477.491	38,0%
Total geral		54.407.300.347	1.777.083.986	7.695.581.759	9.811.613.324	18,0%

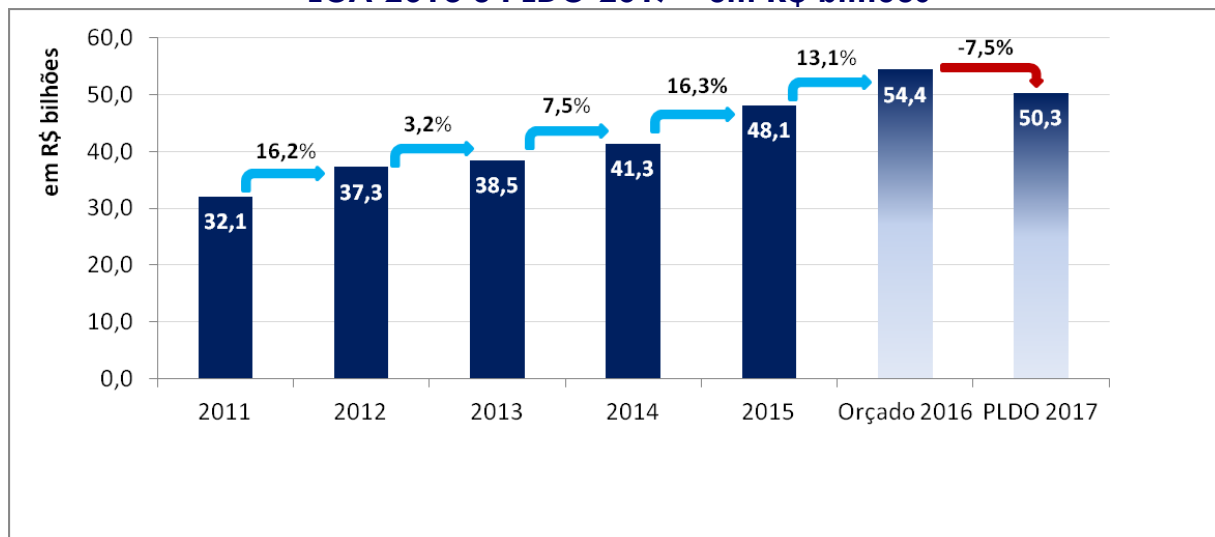
Conforme a Tabela 3.2 mostra, até 25 de fevereiro, os órgãos da administração que suportaram os maiores contingenciamento percentual de recursos foram aqueles em que os investimentos representam parte significativa dos seus orçamentos. Os orçamentos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (órgão 86) e do Fundo de Desenvolvimento Urbano (órgão 98), por exemplo, são compostos, integralmente, por investimentos, assim, os recursos desses órgãos estão todos congelados. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (órgão 37) e a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (órgão 22) também são órgão com um grande volume de investimentos, por essa mesma razão parte significativa (97,2% no primeiro órgão e 96,9% no segundo) de seus orçamentos está congelada.

4. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo no dia 15/abril o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o ano de 2017. Com periodicidade anual, a LDO, que é um dos instrumentos de planejamento público definidos pela Constituição Federal, compreende as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LDO estabelece, também, orientações gerais para elaboração da lei orçamentária para o próximo exercício financeiro e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

O Projeto de LDO estima para o ano de 2017 uma receita orçamentária para a prefeitura de São Paulo de R\$ 50,3 bilhões (Gráfico 4.1), o que representaria um valor 7,5% menor que o orçamento aprovado para 2016 e 4,6% maior que o arrecadado em 2015.

Gráfico 4.1 - Receita Orçamentária - São Paulo - Arrecadado 2011 a 2015, LOA 2016 e PLDO 2017 - em R\$ bilhões



Os valores estimados baseiam-se no Orçamento 2016, no comportamento da arrecadação em 2016 e na projeção para 2017 de um cenário macroeconômico, no qual se espera um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 0,50%, do PIB do setor de serviços de 0,35% e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 6,00%. Os valores que constituem esse cenário basearam-se nos dados do Relatório *Focus* produzido pelo Banco Central (posição em 04/03/2016).

* Publicado no Indicador Paulistano n° 70– abril/2016.

Ressalta-se que o valor definitivo para o orçamento de 2017 ainda será determinado pela lei orçamentária, servindo a estimativa constante na LDO apenas de parâmetro para a definição das prioridades e das metas fiscais.

A queda da receita prevista com relação ao orçado para 2016 deve-se, principalmente, às estimativas para as receitas de capital, das quais se espera uma redução de 70,9% (ou de R\$ 5,7 bilhões em termos nominais). Apesar da queda, os valores projetados para receitas de capital, particularmente das 'Transferências de Capital', são significativamente superiores aos realizado em 2015. As 'Transferências de Capital' projetadas na proposta de LDO representam um aumento de 83,2% (ou de R\$ 1,1 bilhão) em relação ao arrecadado em 2015. Não consta na LDO 2017 previsão para a realização de "Operações de Crédito" no triênio 2017-2019.

Tabela 4.1 - Receita Orçamentária no Município de São Paulo: Realizado 2014, LOA 2015 e LDO 2016 - em R\$ mil correntes

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2017			Var.% B/A
	2015	2016 (A)	2017 (B)	2018	2019	
Receita Total (= I + II + III + IV + V)	48.102.298	54.407.300	50.332.393	54.104.556	56.979.601	-7,5%
Receitas Correntes (I)	46.975.994	46.455.511	47.367.331	51.043.869	54.213.850	2,0%
Receita Tributária	22.450.543	23.447.700	24.264.774	26.556.000	28.277.226	3,5%
Receita de Contribuições	1.491.923	1.768.764	2.028.100	2.221.997	2.433.430	14,7%
Receita Patrimonial	2.305.316	995.385	1.420.025	1.577.295	1.738.273	42,7%
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	554.970	530.238	550.129	580.481	609.660	3,8%
Transferências Correntes	13.258.358	16.862.159	16.284.292	17.253.911	18.283.186	-3,4%
Outras Receitas Correntes	5.016.056	2.851.265	2.820.011	2.854.185	2.922.075	-1,1%
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (II)	-	89.933	466.563	544.323	155.521	418,8%
Deduções de Transferências Correntes (III)	-2.075.567	-2.220.202	-2.060.655	2.363.531	2.599.210	-7,2%
Receitas de Capital (IV)	1.273.730	8.025.199	2.333.463	-2.177.791	-2.303.506	-70,9%
Operações de Crédito	19.286	101.980	-	-	-	-100,0%
Alienações de Bens	80.816	763.086	6.320	6.767	7.248	-99,2%
Amortizações de Empréstimos	18.603	105.995	20.708	22.172	23.746	-80,5%
Transferências de Capital	603.265	3.884.757	1.524.994	1.533.505	1.518.296	-60,7%
Outras Receitas de Capital	551.760	3.169.381	781.441	686.303	677.547	-75,3%
Receitas Intra Orçamentárias (V)	1.928.141	2.056.858	2.225.691	81.876	87.689	8,2%

Fonte: Projeto de LDO 2017, LOA 2016 e Balanço Anual 2015

Para as receitas correntes, o projeto de LDO 2017 estima um crescimento nominal de 2,0% em relação ao orçado 2016. Para a 'Receita Tributária' é esperado um crescimento de 3,5%, percentual inferior a taxa de inflação (IPCA) prevista para 2017. Quanto às receitas de transferências correntes, que representam os recursos provenientes da União e do Estado (ICMS, IPVA, FUNDEB, dentre outras), prevê-se queda de 3,4% em relação ao orçado 2016.

Para as receitas correntes, o projeto de LDO 2017 estima um crescimento nominal de 2,0% em relação ao orçamento 2016. Para a 'Receita Tributária' é esperado um crescimento de 3,5%, percentual inferior a taxa de inflação (IPCA) prevista para 2017. Quanto às receitas de transferências correntes, que representam os recursos provenientes da União e do Estado (ICMS, IPVA, FUNDEB, dentre outras), prevê-se queda de 3,4% em relação ao orçamento 2016.

Tabela 4.2 - Despesa Orçamentária no Município de São Paulo: Empenhado 2015, LOA 2016 e PLDO 2017 - em R\$ mil correntes

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2017			Var.% B/A
	2015	2016 (A)	2017 (B)	2018	2019	
Despesa Total (= IV + V + VI)	47.047.575	54.407.300	50.332.393	54.104.557	56.979.601	-7,5%
Despesas Correntes (IV)	40.764.949	44.244.314	44.835.369	48.006.800	51.259.682	1,3%
Pessoal e Encargos	18.434.158	20.478.214	21.465.475	23.565.554	25.686.194	4,8%
Juros e Encargos da Dívida	1.580.134	1.346.877	1.374.198	1.237.985	1.210.065	2,0%
Outras Despesas Correntes	20.750.657	22.419.223	21.995.696	23.203.260	24.363.423	-1,9%
Despesas de Capital (V)	6.282.626	10.162.985	5.496.024	6.096.757	5.718.919	-45,9%
Investimentos	4.488.669	8.184.406	2.989.963	3.805.030	3.312.394	-63,5%
Inversões Financeiras	130.384	46.131	50.000	50.000	50.000	8,4%
Amortizações da Dívida	1.663.573	1.932.448	2.456.061	2.241.727	2.356.525	27,1%
Reserva de Contingência (VI)		2	1.000	1.000	1.000	66478%

Fonte: Projeto de LDO 2017, LOA 2016 e Balanço Anual 2015

Projeta-se para as despesas correntes expansão de 1,3%, sendo que para 'Pessoal e Encargos' se estima crescimento de 4,8% e para 'Outras Despesas Correntes' queda de 1,9% em relação ao orçamento 2016. Para o pagamento dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) está previsto alta de 2,0% em relação ao orçamento 2016. Na soma dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) com 'Amortizações da Dívida' (despesa de capital), os pagamentos totais da dívida devem subir 16,8% (de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 3,8 bilhões).

Deve-se ressaltar que o valor orçado para 2016 já contemplava a redução prevista nos pagamentos da dívida decorrente da aprovação da Lei Complementar nº 148/2014 e de posterior termo aditivo ao contrato renegociação da dívida do município com a União. A assinatura de tal termo, em 26/02/2016, representou uma redução de R\$ 46,45 bilhões (de R\$ 74,0 bilhões para R\$ 27,5 bilhões) do saldo devedor, além da alteração das taxas de juros aplicadas o seu valor. Em substituição às condições anteriores, em que a dívida era corrigida por juros de 9% ao ano

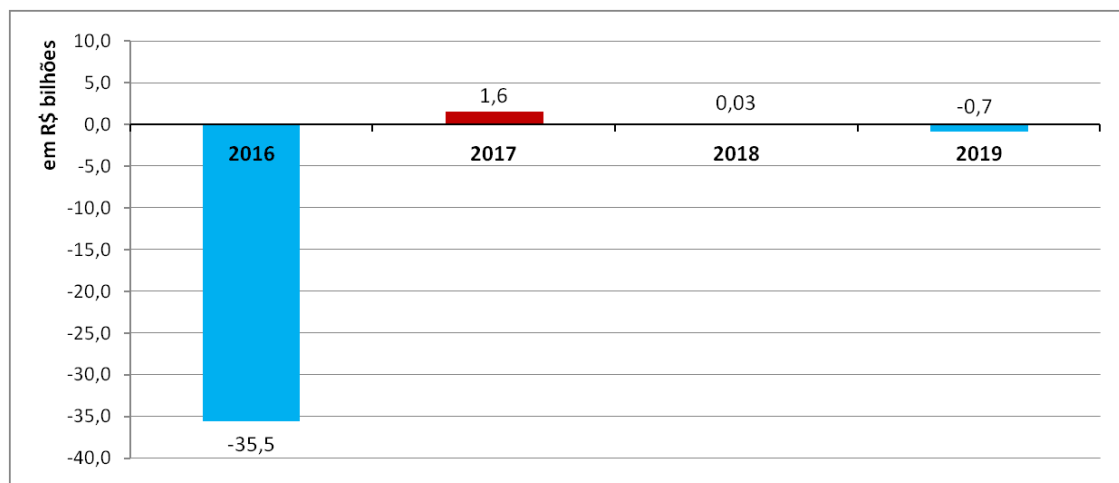
mais variação do IGP-DI, o termo aditivo estabelece juros de 4% ao ano mais a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou da taxa Selic, o que for menor.

Metas Fiscais

Além de orientar a elaboração do orçamento, a LDO foi incumbida pela Lei Complementar nº 101 de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) de dispor sobre o equilíbrio das contas públicas. Um dos dispositivos criados pela LRF e que compõe a LDO é o Anexo de Metas Fiscais, no qual são definidas metas anuais de resultado primário e de resultado nominal para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes.

O resultado nominal é definido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. Em função da LC nº 148/2014 e da expectativa de assinatura de termo aditivo ao contrato da dívida do município com a União, a meta de resultado nominal para 2016 estabelecida pela LDO 2016 havia sido de um valor negativo (diminuição da dívida) de grande magnitude, R\$ 35,5 bilhões. A PLDO 2017 define as metas de resultado nominal para os anos de 2017 a 2019, conforme mostra o Gráfico 4.2.

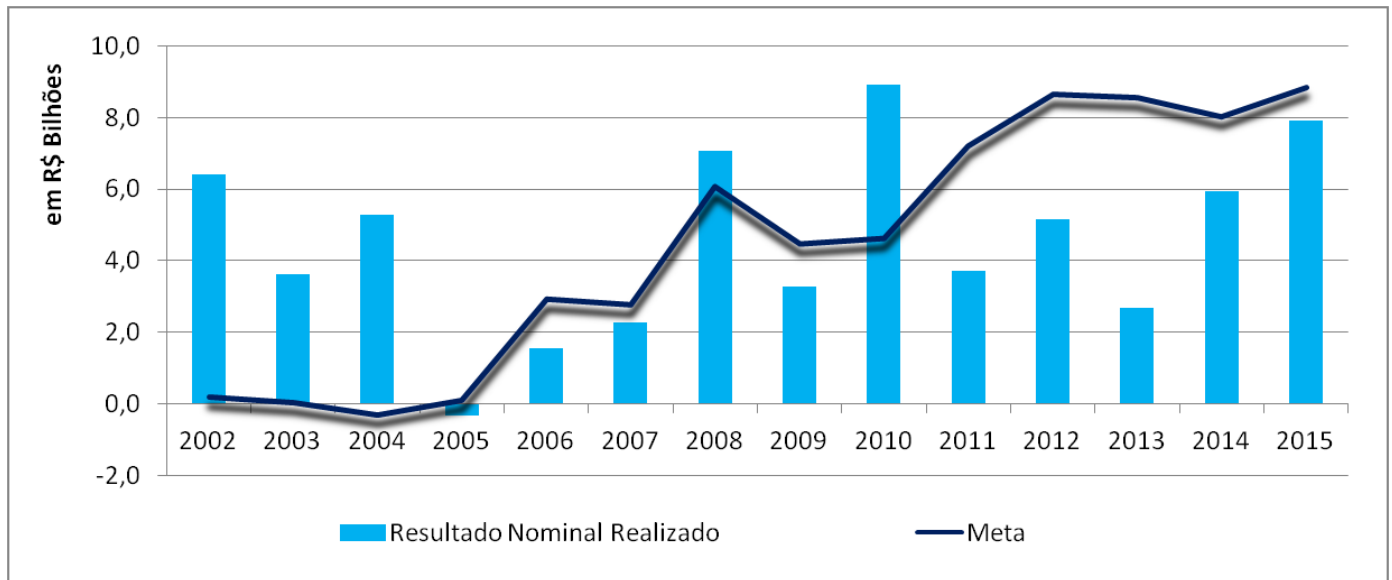
Gráfico 4.2 - Metas de Resultado Nominal - 2016 a 2019



Fonte: LDO 2016 e PLDO 2017

Para 2017, o projeto estabelece uma meta de R\$ 1,58 bilhão para o crescimento da dívida fiscal líquida. Para 2018 e 2019, as metas representam uma relativa estabilização da dívida (respectivamente, crescimento de R\$ 25,4 milhões e queda de R\$ 706,9 milhões)

Gráfico 4.3 - Evolução das Metas e do Resultado Nominal - 2002 a 2015



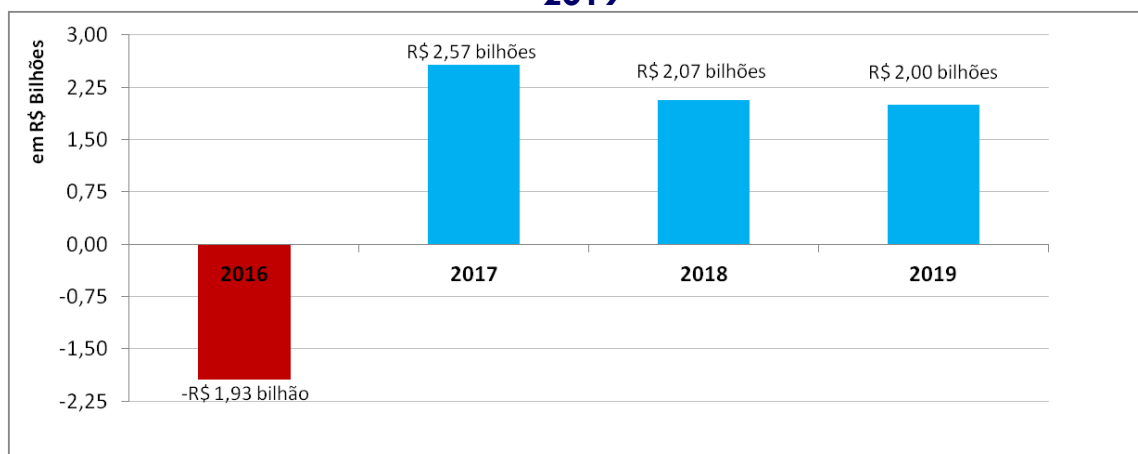
Fonte: Projeto LDO 2016

Além de definir a meta, a LDO também avalia o seu cumprimento no ano anterior. Em 2015, o resultado nominal foi de R\$ 7,91 bilhões. Apesar de cumprir a meta de R\$ 8,84 bilhões, esse valor foi R\$ 1,98 bilhão superior ao resultado nominal registrado em 2014.

O Gráfico 4.3 apresenta a evolução de 2002 a 2015 das metas e do resultado nominal efetivamente realizado. Nos anos de 2002 a 2004, 2008 e 2010, as metas de resultado nominal não foram cumpridas. De 2002 a 2004, as metas foram relativamente mais restritivas, assumindo valores significativamente menores (portanto, mais difíceis de serem cumpridas). Além disso, nesses anos, assim como em outros anos (2008 e 2010) nos quais a meta não foi cumprida, o IGP-DI, índice que reajustava o valor da dívida da prefeitura com a União, registrou variações significativamente mais elevadas, fazendo com que a dívida municipal crescesse com maior intensidade.

Ainda conforme a LRF, outro indicador para o qual a LDO deve definir meta é o resultado primário, que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. O resultado primário é definido pela diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras, sendo que quanto maior o seu valor, melhor é a situação fiscal. A PLDO 2017 estabelece para o próximo ano meta de resultado primário de R\$ 2,57 bilhões, o que corresponde a 5,1% do total da receita estimada para o próximo ano.

Gráfico 4.4 - PLDO 2017 - Metas de Resultado Primário 2016, 2017, 2018 e 2019



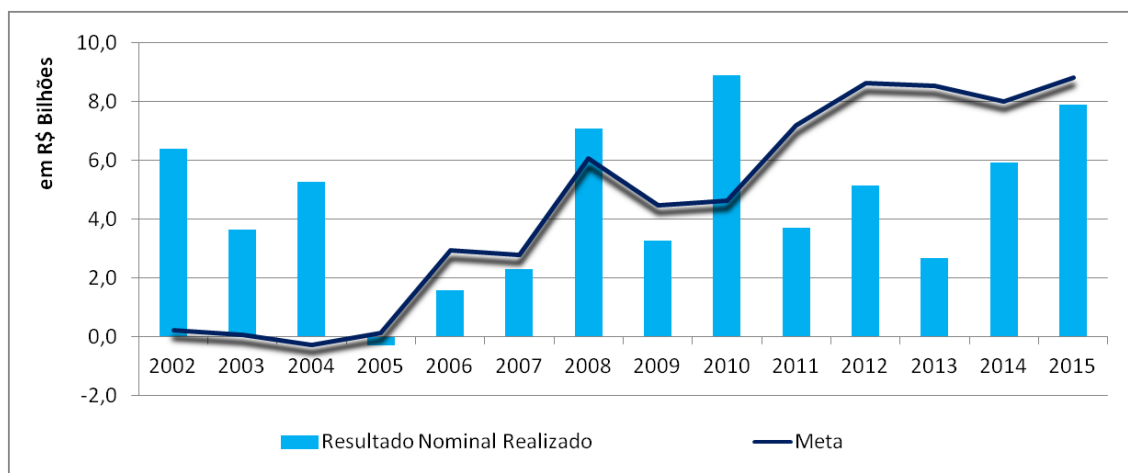
Fonte: Projeto LDO 2017

Além de estabelecer metas para os anos de 2017 a 2019, o projeto altera a meta de resultado primário anteriormente definida na LDO 2016 para o exercício de 2016. O PLDO 2017 reduz a meta de resultado primário de R\$ 1,75 bilhão superavitário para um déficit de R\$ 1,93 bilhão (Gráfico 4.4). O Executivo justificou a alteração da meta em razão do ingresso de cerca de R\$ 1,4 bilhão depositado pela Prefeitura em cumprimento a acordo judicial relativo à renegociação da dívida do Município com a União. O reingresso desse recurso significaria o reconhecimento de uma receita extraorçamentária, que, portanto, eleva a disponibilidade de caixa do Tesouro Municipal, sem representar aumento da receita primária (orçamentária). Outra justificativa dada pelo Executivo é a reprogramação de cronograma de dispêndios de recursos ligados às operações urbanas e de utilização de saldos de recursos arrecadados em exercícios anteriores de fundos municipais (especialmente Fundurb e Fumcad), que resultarão na existência de despesas primárias sem igual reflexo nas receitas primárias no exercício 2016.

O Gráfico 4.5 mostra a evolução das metas e dos resultados primários realizados nos últimos anos. Na série desde 2002, apenas nos três primeiros anos, nos quais foram registrados déficits orçamentários, o resultado primário não atingiu a meta. Em 2008, ano em que se voltou a registrar déficit orçamentário, o resultado primário (de R\$ 720,5 milhões) ficou ligeiramente acima da meta (de R\$ 704,3 milhões).

A LOA 2016 estipulou uma meta de resultado primário de R\$ 100 milhões para o ano de 2015. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, no ano passado, foi de R\$ 2,44 bilhões (5,1% do total da receita), portanto, cumprindo com folga a meta estabelecida.

Gráfico 4.5 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2015



Fonte: Projeto LDO 2017

Prioridades e Metas

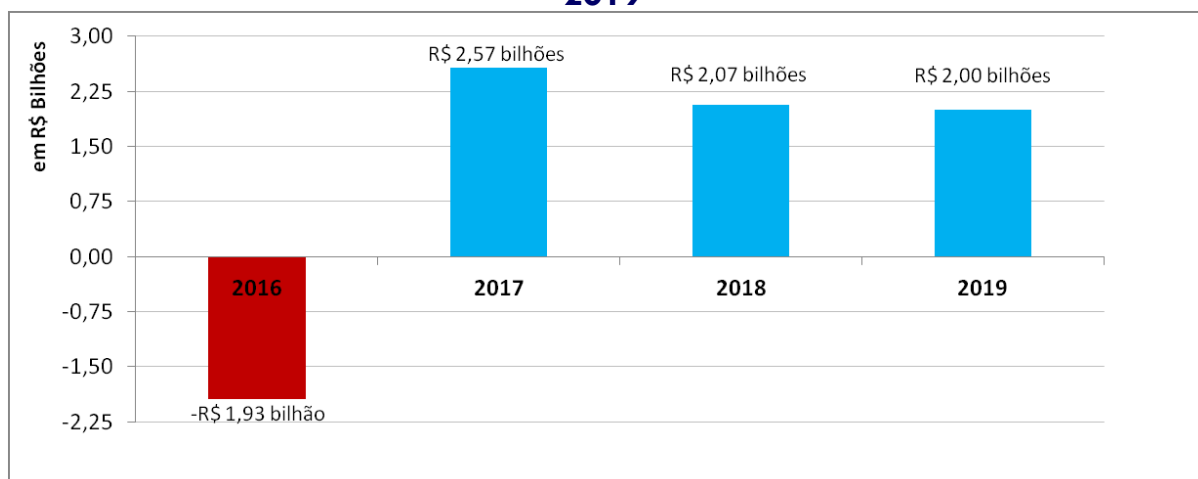
Conforme disposto na Constituição Federal, constam no projeto de LDO as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente. As metas “são a mensuração das ações de governo para definir quantitativamente e qualitativamente o que se propõe ser atendido”¹, e prioridade “é a hierarquia a que devem submeter-se as metas”¹.

As metas e prioridades listadas no projeto de LDO para o exercício de 2017 são ações que fazem parte do Plano Plurianual - PPA 2014-2017. Estão incluídas no “Anexo de Metas e Prioridades” apenas 48 das 301 ações que compõem o PPA 2014-2017.

O PLDO 2017 prevê despesas no montante de R\$ 50,3 bilhões, sendo que as metas e prioridades listadas respondem por R\$ 3,0 bilhões, ou 6,0% do total. Destaca-se que 10 ações concentram 73,4% do total de recursos previstos para as metas e prioridades. A Tabela 4.3 apresenta todas as ações listadas no PLDO2017 como prioridade, comparando o valor definido no projeto com o valor executado dessas ações de 2014 até 2016 (até 26/abril) e com o valor definido no PPA2014-2017.

(1) *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*, Nilton de Aquino Andrade, respectivamente, págs. 23 e 28

Gráfico 4.4 - PLDO 2017 - Metas de Resultado Primário 2016, 2017, 2018 e 2019



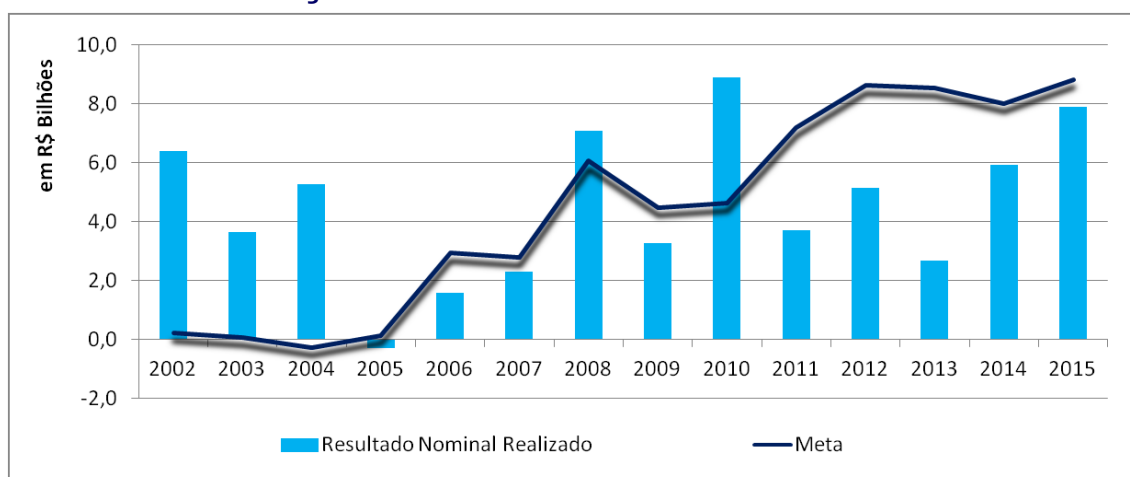
Fonte: Projeto LDO 2017

Além de estabelecer metas para os anos de 2017 a 2019, o projeto altera a meta de resultado primário anteriormente definida na LDO 2016 para o exercício de 2016. O PLDO 2017 reduz a meta de resultado primário de R\$ 1,75 bilhão superavitário para um déficit de R\$ 1,93 bilhão (Gráfico 4.4). O Executivo justificou a alteração da meta em razão do ingresso de cerca de R\$ 1,4 bilhão depositado pela Prefeitura em cumprimento a acordo judicial relativo à renegociação da dívida do Município com a União. O reingresso desse recurso significaria o reconhecimento de uma receita extraordinária, que, portanto, eleva a disponibilidade de caixa do Tesouro Municipal, sem representar aumento da receita primária (orçamentária). Outra justificativa dada pelo Executivo é a reprogramação de cronograma de dispêndios de recursos ligados às operações urbanas e de utilização de saldos de recursos arrecadados em exercícios anteriores de fundos municipais (especialmente Fundurb e Fumcad), que resultarão na existência de despesas primárias sem igual reflexo nas receitas primárias no exercício 2016.

O Gráfico 4.5 mostra a evolução das metas e dos resultados primários realizados nos últimos anos. Na série desde 2002, apenas nos três primeiros anos, nos quais foram registrados déficits orçamentários, o resultado primário não atingiu a meta. Em 2008, ano em que se voltou a registrar déficit orçamentário, o resultado primário (de R\$ 720,5 milhões) ficou ligeiramente acima da meta (de R\$ 704,3 milhões).

A LOA 2016 estipulou uma meta de resultado primário de R\$ 100 milhões para o ano de 2015. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, no ano passado, foi de R\$ 2,44 bilhões (5,1% do total da receita), portanto, cumprindo com folga a meta estabelecida.

Gráfico 4.5 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2015



Fonte: Projeto LDO 2017

Prioridades e Metas

Conforme disposto na Constituição Federal, constam no projeto de LDO as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente. As metas “*são a mensuração das ações de governo para definir quantitativamente e qualitativamente o que se propõe ser atendido*”¹, e prioridade “*é a hierarquia a que devem submeter-se as metas*”¹.

As metas e prioridades listadas no projeto de LDO para o exercício de 2017 são ações que fazem parte do Plano Plurianual - PPA 2014-2017. Estão incluídas no “Anexo de Metas e Prioridades” apenas 48 das 301 ações que compõem o PPA 2014-2017.

O PLDO 2017 prevê despesas no montante de R\$ 50,3 bilhões, sendo que as metas e prioridades listadas respondem por R\$ 3,0 bilhões, ou 6,0% do total. Destaca-se que 10 ações concentram 73,4% do total de recursos previstos para as metas e prioridades. A Tabela 4.3 apresenta todas as ações listadas no PLDO2017 como prioridade, comparando o valor definido no projeto com o valor executado dessas ações de 2014 até 2016 (até 26/abril) e com o valor definido no PPA2014-2017.

(1) *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*, Nilton de Aquino Andrade, respectivamente, págs. 23 e 28

Tabela 4.3 - Metas e Prioridades - Execução Orçamentária 2014 a 2016 (até 26/abr), PLDO 2017 e PPA 2014-2017 - em R\$

Ação	Empenho 2014-2016 (A)	PLDO 2017 (B)	PPA 2014-2017 (C)	% (A+B)/C
5013 - Intervenções de Controle De Cheias em Bacias de Córregos	1.150.715.503	450.000.000	4.493.039.856	35,6%
3378 - Implantação e Requalificação de Corredores	710.169.996	350.000.000	6.326.115.965	16,8%
3387 - Operação Urbana Água Espreada	562.559.523	280.663.020	1.618.649.709	52,1%
3360 - Construção, Reforma e Ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	107.288.746	270.000.000	620.000.000	60,9%
3357 - Urbanização de Favelas	712.252.276	208.742.606	702.398.736	131,1%
3382 - Construção da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães	2.653	165.000.000	220.000.000	75,0%
3354 - Construção de Unidades Habitacionais	489.584.109	150.000.000	1.413.724.486	45,2%
3366 - Construção e Instalação De Hospitais	103.281.063	120.000.000	603.500.000	37,0%
3356 - Regularização Fundiária	162.788.061	107.219.480	345.445.094	78,2%
3355 - Execução do Programa De Mananciais	180.725.860	100.000.000	4.264.169.767	6,6%
3359 - Construção de Centros De Educação Infantil - CEI	317.146.716	82.500.000	1.259.447.630	31,7%
2825 - Operação e Manutenção De CEIs e Creches da Rede Conveniada E Outras Modalidades De Parcerias	3.935.532.120	76.615.282	4.864.969.620	82,5%
3404 - Reforma e Adequação de Parques e Unidades de Conservação Municipais	9.613.454	73.914.026	251.176.026	33,3%
4312 - Fomento às Linguagens Artísticas	133.384.440	67.926.347	251.659.588	80,0%
1193 - Obras e Serviços nas Áreas de Riscos Geológicos	36.082.406	60.000.000	488.701.643	19,7%
3369 - Construção e Reformas para a Instalação de Unidades de Pronto Atendimento	82.713.375	48.000.000	285.000.000	45,9%
5194 - Operação Urbana Centro	2.760.000	48.000.000	5.000.000	1015,2%
1169 - Reforma e Acessibilidade em Passeios Públicos	14.956.868	41.515.000	184.785.000	30,6%
3358 - Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI	155.088.468	32.657.393	271.293.757	69,2%
4306 - Inserção das Famílias no Cadastro Único	61.926.762	31.917.847	118.252.087	79,4%
3377 - Implantação de Vias Cicláveis - Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas	111.000.000	30.000.000	80.000.000	176,3%
3372 - Reforma, Recuperação e Adequação de Hospitais	28.612.898	29.512.000	222.768.000	26,1%
3367 - Construção e Instalação de Unidades Básicas Integrais de Saúde	64.658.936	27.500.000	236.500.000	39,0%
1240 - Modernização Semafórica	167.338.651	20.000.000	206.107.829	90,9%
4310 - Eventos Culturais	37.644.689	14.644.660	54.256.844	96,4%
4318 - Ações do Plano Juventude Viva	7.398.258	13.081.497	46.526.740	44,0%
4304 - Promoção de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer por 24 Horas	11.599.558	12.000.000	42.315.964	55,8%
3391 - Implantação de Ecopontos	5.273.555	10.000.000	64.588.400	23,6%
4311 - Execução do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais	18.158.102	9.387.602	34.780.028	79,2%
3364 - Construção e Instalação de Centros de Atenção Psicossocial	109.422	9.164.000	64.140.000	14,5%

Ação	Empenho 2014-2016 (A)	PLDO 2017 (B)	PPA 2014-2017 (C)	% (A+B)/ C
3400 - Construção, Requalificação ou Reforma de Equipamentos Culturais	13.966.698	8.950.000	76.458.000	30,0%
3401 - Implantação de Pontos e Pontões de Cultura - Cultura Viva	7.132.000	8.750.000	34.600.000	45,9%
4319 - Ações Permanentes de Combate à Homofobia	11.018.353	8.274.595	27.939.524	69,1%
3365 - Construção e Instalação de Centros Especializados de Reabilitação (Cer)	200.000	7.676.000	68.096.000	11,6%
1241 - Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas	124.230.936	5.000.000	137.938.497	93,7%
3511 - Reforma de Equipamentos Esportivos	82.926.635	5.000.000	46.060.000	190,9%
4658 - Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário	165.265.906	3.000.000	295.805.029	56,9%
4313 - Formalização de Microempreendedores Individuais	749.872	2.726.066	10.099.772	34,4%
4309 - Bolsa Cultura	2.831.760	2.581.590	9.564.508	56,6%
6669 - Educação Ambiental	6.355.116	1.996.625	7.397.277	112,9%
8401 - Realização de Conferências Municipais Temáticas	3.581.690	1.947.927	7.216.856	76,6%
4327 - Capacitação de Professores da Rede Municipal de Ensino - Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008	275.225	1.000.000	4.000.000	31,9%
2142 - Ações de Educação em Direitos Humanos	2.273.280	809.612	3.606.054	85,5%
8411 - Implementação de uma Política Municipal para Migrantes	2.138.400	765.089	3.239.524	89,6%
5840 - Implantação de Serviços de Acolhimento Institucional à População em Situação de Rua	6.466.578	700.000	4.867.382	147,2%
4321 - Ações Permanentes de Integração e Promoção Social e Econômica da População em Situação de Rua	1.887.698	422.442	4.304.028	53,7%
2101 - Implantação e Manutenção da Iniciativa São Paulo Aberta	1.154.380	310.100	1.240.400	118,1%
4326 - Reestruturar as Casas de Mediação nas Inspetorias Regionais da GCM	99.200	140.814	521.700	46,0%
Total	9.812.920.192	3.000.011.620	30.382.267.321	42,2%

Fonte: Projeto LDO 2017, PPA 2014-2017 e SOF

A Tabela 4.3 mostra que a execução orçamentária das ações listadas no PLDO 2017 totalizou R\$ 9,8 bilhões entre 2014 (primeiro ano do PPA vigente) e 2016 (até 26/abril), valor que somado à execução prevista no PLDO para 2017 representará apenas 42,2% do total projetado no PPA 2014-2017.

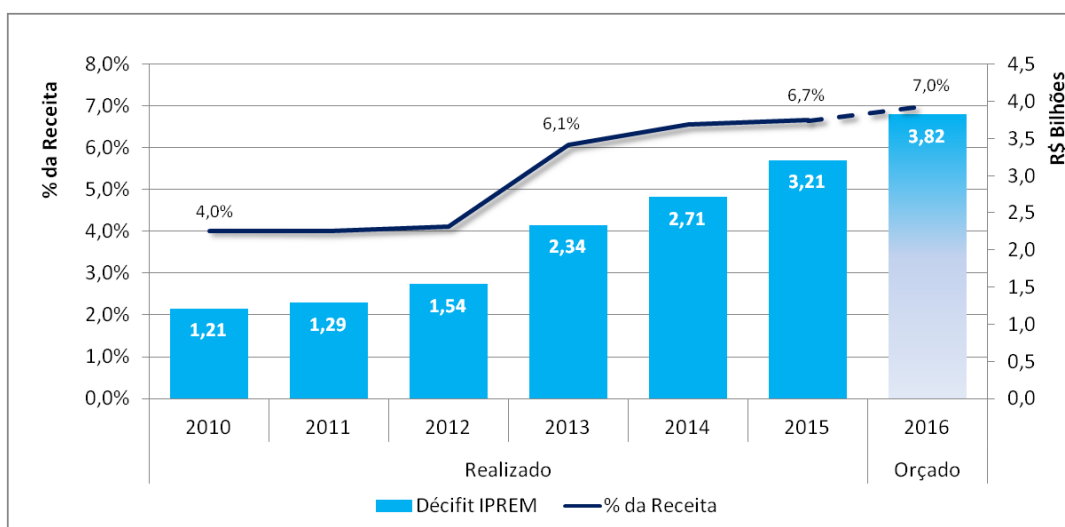
Em termos de recursos orçamentários, as maiores prioridades do PLDO2017 são as ações: Intervenções de Controle de Cheias em Bacias de Córregos (R\$ 450 milhões); Implantação e Requalificação de Corredores (R\$ 350 milhões); Operação Urbana Água Espreada (R\$ 280,7 milhões) e Construção, Reforma e Ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU (R\$ 270 milhões). Conjuntamente essas 4 ações representam 45% do valor total especificado no PLDO 2017 como prioridade.

Regime Próprio de Previdência dos Servidores

A LDO, conforme estabelecido pela LRF (art. 4º, §2º, inciso IV), deverá conter uma avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores. O PLDO 2017 apresenta um estudo com projeções para o período compreendido entre 2015 a 2090 (os dados utilizados para a avaliação atuarial estão posicionados em 31/dezembro de 2014). De acordo com as hipóteses atuariais e financeiras adotadas, o resultado atuarial (diferença entre as receitas e despesas previdenciárias) previsto é deficitário em R\$ 89,2 bilhões levando em consideração o período de 2015 a 2090.

Nos últimos anos, o resultado previdenciário tem sido motivo para crescentes preocupações em razão da evolução do seu déficit. O Gráfico 4.6 ilustra a trajetória recente do déficit orçamentário do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM e o quanto ele tem representado das receitas municipais.

Tabela 4.6 - Evolução do Déficit IPREM e % da Receita - em R\$



Fonte: Balanços PMSP

Como o Gráfico 4.6 mostra, o déficit previdenciário, que em 2010 representava 4,0% das receitas orçamentárias, passou para 6,7% em 2015. A previsão orçamentária é que atinja 7,0% no exercício 2016.

5. Proposta Orçamentária 2017

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo enviou à Câmara Municipal, no último dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para o ano de 2017. Na proposta, o valor do orçamento consolidado (Administração Direta, Indireta e Legislativo) é de R\$ 54,5 bilhões, montante 0,23% superior ao orçamento aprovado para 2016.

A tabela a seguir apresenta comparativo entre os valores das despesas por órgão definidas na proposta orçamentária 2017 e os valores propostos pelo Executivo e os aprovados pela Câmara Municipal para 2016.

Tabela 5.1 - Comparativo por Órgão - Proposta 2016, Aprovado 2016 e Proposta 2017 - em R\$

Órgãos	Proposta 2016 (A)	Aprovado 2016 (B)	Proposta 2017 (C)	Var. % (C/A)	Var. % (C/B)
PODER LEGISLATIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
09 Câmara Municipal de São Paulo	558.711.000	570.714.000	590.597.000	5,7%	3,5%
10 Tribunal de Contas do Município de São Paulo	284.520.000	235.785.000	298.950.415	5,1%	26,8%
76 Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	6.289.000	6.289.000	6.314.000	0,4%	0,4%
77 Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	2.950.000	2.950.000	3.310.000	12,2%	12,2%
TOTAL LEGISLATIVO	852.470.000	815.738.000	899.171.415	5,5%	10,2%
PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
08 Fundo Municipal do Idoso			2.000		
11 Secretaria do Governo Municipal	395.185.874	411.645.874	387.791.988	-1,9%	-5,8%
12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	655.019.224	685.290.224	513.064.899	-21,7%	-25,1%
13 Secretaria Municipal de Gestão	271.857.428	251.858.428	241.058.535	-11,3%	-4,3%
14 Secretaria Municipal de Habitação	728.414.037	749.416.037	674.035.435	-7,5%	-10,1%
16 Secretaria Municipal de Educação	11.089.967.037	11.096.151.037	10.974.292.304	-1,0%	-1,1%
17 Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	471.734.100	471.734.100	461.915.722	-2,1%	-2,1%
19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	541.042.621	586.006.560	246.171.750	-54,5%	-58,0%
20 Secretaria Municipal de Transportes	2.347.675.385	2.248.510.385	2.660.568.705	13,3%	18,3%
21 Procuradoria Geral do Município	248.633.687	248.633.687	273.324.986	9,9%	9,9%
22 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	1.827.837.666	1.828.582.666	1.149.847.357	-37,1%	-37,1%
23 Secretaria Municipal de Serviços	69.390.675	69.690.675	54.541.219	-21,4%	-21,7%
24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	198.015.154	203.437.962	146.804.582	-25,9%	-27,8%
25 Secretaria Municipal de Cultura	455.376.494	501.025.834	487.026.834	7,0%	-2,8%

* Publicado no Indicador Paulistano n° 75– setembro/2016.

Órgãos	Proposta 2016 (A)	Aprovado 2016 (B)	Proposta 2017 (C)	Var. % (C/A)	Var. % (C/ B)
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	165.198.706	169.270.706	201.012.518	21,7%	18,8%
28 Encargos Gerais do Município	7.240.307.506	7.087.995.429	8.007.856.414	10,6%	13,0%
30 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e	154.156.370	156.197.370	148.499.713	-3,7%	-4,9%
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	7.904.771	9.149.971	7.556.711	-4,4%	-17,4%
32 Controladoria Geral do Município de São Paulo	41.171.655	41.171.655	34.463.881	-16,3%	-16,3%
34 Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	71.664.353	83.306.832	45.045.350	-37,1%	-45,9%
35 Fundo Municipal de Defesa do Consumidor			70.000		
36 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	18.584.961	21.685.961	16.770.531	-9,8%	-22,7%
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1.659.042.435	1.659.042.435	1.116.406.534	-32,7%	-32,7%
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	495.425.882	498.225.882	544.181.586	9,8%	9,2%
39 Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	16.755.037	28.685.037	15.919.405	-5,0%	-44,5%
40 Secretaria Municipal de Relações Governamentais	15.786.055	33.247.055	20.155.639	27,7%	-39,4%
41 Subprefeitura Perus	24.881.274	32.172.103	26.266.635	5,6%	-18,4%
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	33.565.999	43.325.429	33.556.556	0,0%	-22,5%
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	32.827.101	38.918.548	35.507.096	8,2%	-8,8%
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	24.469.332	33.700.034	25.513.995	4,3%	-24,3%
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	32.531.247	38.856.699	33.801.655	3,9%	-13,0%
46 Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	27.097.552	36.605.107	29.073.797	7,3%	-20,6%
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	29.901.366	38.889.432	29.524.298	-1,3%	-24,1%
48 Subprefeitura Lapa	32.618.799	38.321.505	33.986.151	4,2%	-11,3%
49 Subprefeitura Sé	69.667.275	75.415.513	71.849.552	3,1%	-4,7%
50 Subprefeitura Butantã	40.790.856	48.933.915	44.857.347	10,0%	-8,3%
51 Subprefeitura Pinheiros	36.829.601	39.642.122	38.652.649	4,9%	-2,5%
52 Subprefeitura Vila Mariana	33.527.560	36.295.324	35.887.775	7,0%	-1,1%
53 Subprefeitura Ipiranga	40.741.143	45.780.827	44.418.386	9,0%	-3,0%
54 Subprefeitura Santo Amaro	33.682.989	40.118.013	37.211.329	10,5%	-7,2%
55 Subprefeitura Jabaquara	27.373.493	32.227.663	28.235.544	3,1%	-12,4%
56 Subprefeitura Cidade Ademar	27.117.517	39.870.208	30.126.252	11,1%	-24,4%
57 Subprefeitura Campo Limpo	47.500.378	54.780.051	50.389.309	6,1%	-8,0%
58 Subprefeitura M'Boi Mirim	34.970.577	49.225.817	38.115.835	9,0%	-22,6%
59 Subprefeitura Capela do Socorro	35.557.104	50.730.280	38.013.783	6,9%	-25,1%
60 Subprefeitura Parelheiros	27.091.789	37.075.215	27.132.426	0,1%	-26,8%
61 Subprefeitura Penha	42.945.450	49.397.348	44.514.099	3,7%	-9,9%
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	26.675.880	32.919.917	26.365.244	-1,2%	-19,9%
63 Subprefeitura São Miguel	41.857.269	47.874.295	42.457.208	1,4%	-11,3%

Órgãos	Proposta 2016 (A)	Aprovado 2016 (B)	Proposta 2017 (C)	Var. % (C/A)	Var. % (C/B)
64 Subprefeitura do Itaim Paulista	32.230.381	40.023.575	35.065.389	8,8%	-12,4%
65 Subprefeitura Mooca	40.003.925	47.366.377	40.888.905	2,2%	-13,7%
66 Sub Aricanduva/Formosa/Carrão	35.500.051	41.845.856	34.279.625	-3,4%	-18,1%
67 Subprefeitura Itaquera	39.795.433	47.743.123	43.682.409	9,8%	-8,5%
68 Subprefeitura Guaianases	38.051.498	45.121.420	36.972.041	-2,8%	-18,1%
69 Subprefeitura Vila Prudente	27.724.475	33.592.027	27.376.840	-1,3%	-18,5%
70 Subprefeitura São Mateus	52.530.369	59.377.637	53.614.707	2,1%	-9,7%
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	24.668.891	32.895.617	24.901.218	0,9%	-24,3%
72 Subprefeitura de Sapopemba	18.904.936	27.347.488	20.852.155	10,3%	-23,8%
74 Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	20.811.702	20.811.702	20.960.499	0,7%	0,7%
75 Fundo Municipal de Parques	1.000	2.000	2.000	100,0%	0,0%
78 Secretaria Mun de Licenciamento	71.877.059	71.877.059	75.905.905	5,6%	5,6%
79 Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	20.019.438	22.179.438	34.784.524	73,8%	56,8%
84 Fundo Municipal de Saúde	7.660.743.415	7.677.738.415	8.020.943.290	4,7%	4,5%
86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	350.000.000	367.500.000	390.234.000	11,5%	6,2%
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.066.634.410	1.067.194.410	1.000.002.000	-6,2%	-6,3%
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	463.480	463.480	0,0%	0,0%
89 Fundo Mun de Esportes, Lazer e Recreação	1.480.408	2.584.398	4.100.000	177,0%	58,6%
90 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	125.416.320	126.517.320	110.815.507	-11,6%	-12,4%
93 Fundo Mun de Assistência Social	1.046.950.525	1.154.025.525	1.148.624.616	9,7%	-0,5%
94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	109.226.540	109.226.540	24.700.000	-77,4%	-77,4%
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	780.000	780.000	920.000	17,9%	17,9%
96 Fundo Municipal de Turismo	1.000	1.000	1.000	0,0%	0,0%
97 Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.330.000	2.330.000	2.330.000	0,0%	0,0%
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	305.868.000	305.868.000	264.973.455	-13,4%	-13,4%
99 Fundo Mun de Iluminação Pública	540.843.817	541.143.817	555.409.644	2,7%	2,6%
TOTAL ADM DIRETA	41.623.225.737	41.966.593.391	41.246.644.728	-0,9%	-1,7%
PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
01 Autarquia Hospitalar Municipal	1.481.741.755	1.484.901.755	1.545.785.115	4,3%	4,1%
02 Hospital do Servidor Público Municipal	308.056.585	309.060.585	308.298.595	0,1%	-0,2%
03 IPREM	7.158.111.720	7.154.611.720	7.913.187.195	10,5%	10,6%
04 Serviço Funerário do Mun de S. Paulo	175.000.000	179.500.000	175.430.000	0,2%	-2,3%
80 Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	29.217.904	29.217.904	39.778.081	36,1%	36,1%
81 Autoridade Mun de Limpeza Urbana	2.279.769.531	1.967.968.877	2.092.698.928	-8,2%	6,3%
83 COHAB	261.804.337	261.805.337	155.014.682	-40,8%	-40,8%
85 Fundação Theatro Mun de São Paulo	121.151.883	121.151.883	123.175.014	1,7%	1,7%
91 Fundo Municipal de Habitação	116.750.895	116.750.895	35.379.390	-69,7%	-69,7%
TOTAL ADM. INDIRETA	11.931.604.610	11.624.968.956	12.388.747.000	3,8%	6,6%
TOTAL GERAL	54.407.300.347	54.407.300.347	54.534.563.143	0,23%	0,23%

A Tabela a seguir apresenta o detalhamento da receita, comparando os valores estimados na proposta 2017 com os valores previstos na proposta e no orçamento aprovado para 2016

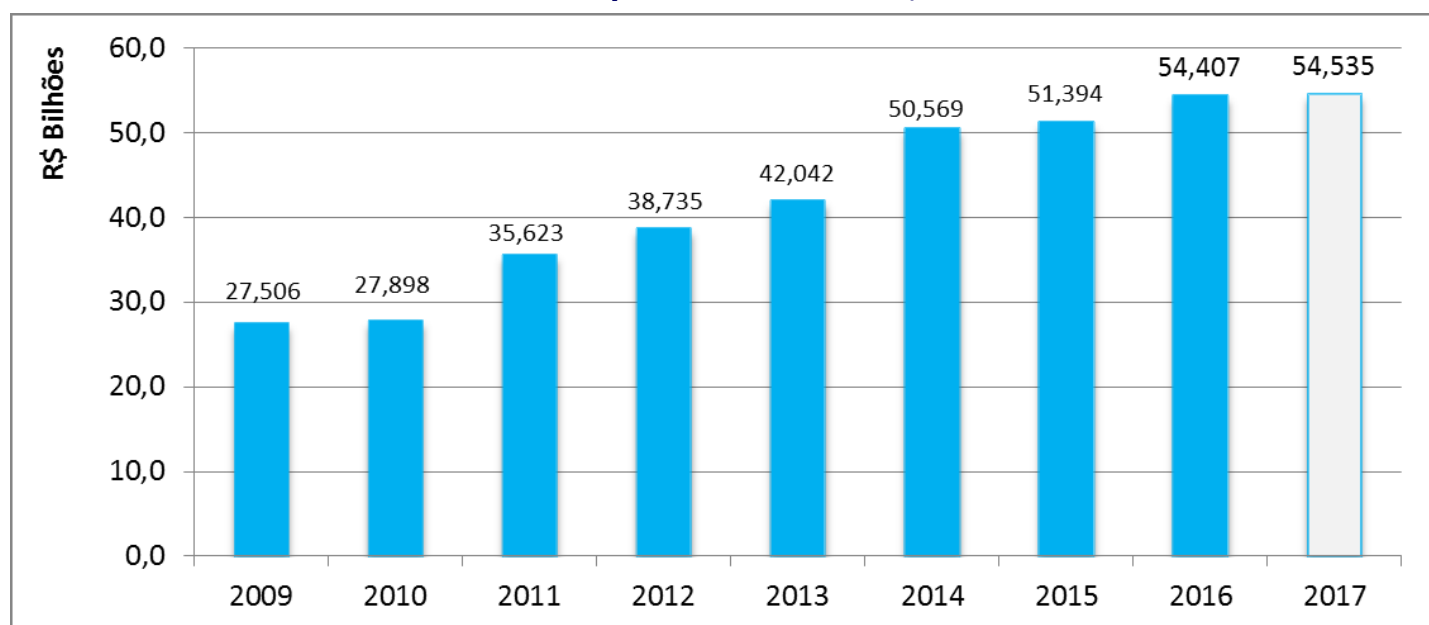
Tabela 5.2 - Comparativo da Receita - Proposta 2016, Aprovado 2016 e Proposta 2017 - em R\$

Órgãos	Proposta 2016 (A)	Aprovado 2016 (B)	Proposta 2017 (C)	Var.% (C/A)
RECEITAS CORRENTES	46.284.059.761	46.284.059.761	49.679.465.592	7,34%
Receita Tributária	23.447.700.314	23.447.700.314	24.989.700.193	6,58%
Receita de Contribuições	1.768.763.808	1.768.763.808	1.829.267.988	3,42%
Receita Patrimonial	995.384.760	995.384.760	1.014.379.582	1,91%
Receita de Serviços	530.238.056	530.238.056	599.810.998	13,12%
Transferências Correntes	16.862.159.046	16.862.159.046	16.593.886.173	-1,59%
Outras Receitas Correntes	2.851.265.364	2.851.265.364	4.659.930.698	63,43%
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	89.933.210	89.933.210	100.000.000	11,19%
Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	1.945.632.135	1.945.632.135	1.958.859.447	0,68%
Receita Patrimonial Intraorçamentária	561.000	561.000	647.600	15,44%
Receita de Serviços Intraorçamentária	12.623.921	12.623.921	23.595.866	86,91%
Outras Receitas Correntes Intraorçamentária			1.000.000	
Deduções da Receita Tributária	-140.000.000	-140.000.000		-100,00%
Deduções de Transferências Correntes	-2.027.362.783	-2.027.362.783	-2.019.615.164	-0,38%
Deduções de Outras Receitas Correntes	-52.839.070	-52.839.070	-71.997.789	36,26%
RECEITAS DE CAPITAL	8.123.240.586	8.123.240.586	4.855.097.551	-40,23%
Operações de Crédito	101.980.200	101.980.200	108.208.003	6,11%
Alienação de Bens	763.086.311	763.086.311	906.351.569	18,77%
Amortização de Empréstimo	105.994.768	105.994.768	23.388.741	-77,93%
Transferências de Capital	3.884.757.021	3.884.757.021	2.687.426.370	-30,82%
Outras Receitas de Capital	3.169.380.886	3.169.380.886	1.129.722.868	-64,36%
Transferências de Capital - Intraorçamentárias	98.041.400	98.041.400		
TOTAL DA RECEITA	54.407.300.347	54.407.300.347	54.534.563.143	0,23%

6. Proposta Orçamentária 2017

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo enviou à Câmara Municipal, no último dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para o ano de 2017. Na proposta, o valor do orçamento consolidado (Administração Direta, Indireta e Legislativo) é de R\$ 54,5 bilhões, montante 0,23% superior ao orçamento aprovado para 2016.

Gráfico 6.1 - Evolução Anual dos Orçamentos Consolidados Aprovados – 2009 a 2016 e Proposta 2017 – em R\$ bilhões



Fonte: LOA 2009 a 2016 e PLOA 2017

O valor estimado para a arrecadação de 2017 partiu de um cenário macroeconômico projetado de acordo com as expectativas do mercado financeiro apresentadas no Relatório *Focus Séries* do Banco Central do dia 09/09/2016, no qual se esperava uma expansão de 1,30% do Produto Interno Bruto - PIB e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 5,12%, para o próximo ano. Não houve modificações significativas do cenário projetado para 2017. Segundo o Relatório *Focus* do Banco Central mais atual, do dia 21/10/2016, a mediana das expectativas entre as instituições financeiras é de um crescimento do PIB de 1,23% e de uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 5,00% em 2017.

* Publicado no Indicador Paulistano n° 76 – outubro/2015.

O cenário econômico exerce influência principalmente sobre as receitas correntes, para as quais

**Tabela 6.1 - Receita Consolidada
Comparativo Orçamento 2016 x Estimativa 2017 – em R\$**

	Orçamento 2016 (I)	Arrecadado até Set/16 (II)	Proposta 2017 (III)	Realiz.% (III / I)	Var.Nom % (III / I)	Var.Real% (III / I)
RECEITA CORRENTE - PMSP (A)	44.682.042.743	34.210.681.760	47.924.531.446	76,6%	7,26%	0,3%
Receita Tributária	23.446.000.314	18.040.752.953	24.987.600.193	76,9%	6,58%	-0,3%
- ISS	12.095.211.808	8.923.731.825	12.664.898.596	73,8%	4,71%	-2,0%
- IPTU	7.382.011.212	6.364.219.669	8.186.054.486	86,2%	10,89%	3,7%
- ITBI	1.935.656.063	1.190.548.447	1.764.664.873	61,5%	-8,83%	-14,7%
Receita de Transferências	16.771.434.603	11.814.638.376	16.577.281.057	70,4%	-1,16%	-7,5%
- ICMS	7.264.380.369	4.949.348.170	7.290.149.459	68,1%	0,35%	-6,1%
- IPVA	2.501.199.996	2.230.650.224	2.440.078.133	89,2%	-2,44%	-8,7%
Demais Rec Correntes	4.464.607.826	4.355.290.431	6.359.650.196	97,6%	42,45%	33,3%
RECEITA DE CAPITAL - PMSP (B)	7.825.329.472	982.601.186	4.717.612.650	12,6%	-39,71%	-43,6%
Transferências de Capital	3.850.511.638	586.201.472	2.581.742.319	15,2%	-32,95%	-37,3%
- União	3.307.845.439	240.047.542	2.067.742.319	7,3%	-37,49%	-41,5%
Demais Rec. Capital	3.974.817.834	396.399.714	2.135.870.331	10,0%	-46,26%	-49,7%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (C)	89.933.210	0	100.000.000	0,0%	11,19%	-11,9%
DEDUÇÕES DA REC. CORRENTE – PMSP (D)	-2.220.201.853	-1.632.408.740	-2.091.612.953	73,5%	-5,79%	4,0%
RECEITA PMSP (D=A+B+C+D)	50.377.103.572	33.560.874.206	50.650.531.143	66,6%	0,54%	-5,9%
ADM. INDIRETA (E)	4.020.957.775	2.532.794.454	3.874.409.000	63,0%	-3,64%	-9,9%
LEGISLATIVO (F)	9.239.000		9.623.000	0,0%	4,16%	-2,6%
RECEITA TOTAL (D+E+F)	54.407.300.347	36.093.668.660	54.534.563.143	66,3%	0,23%	-6,2%

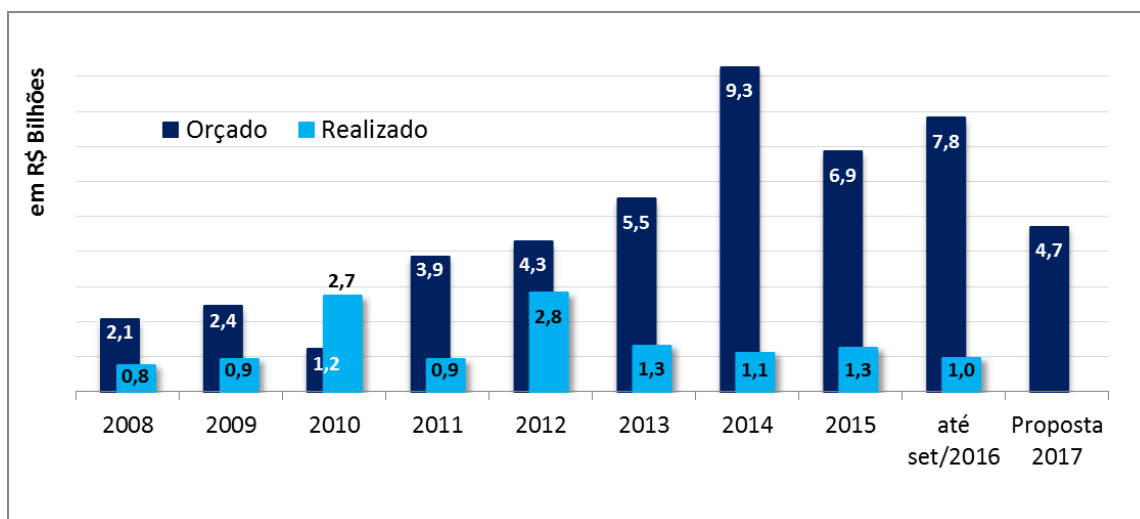
Fonte: LOA 2016 e Proposta Orçamentária 2017. Previsão de IPCA 2016 - Relatório Focus/BCB de 07/10/2016

Considerando a expectativa de inflação de 6,89% para 2016 (fonte: Relatório Focus/BCB de 21/10/2016), o valor total de R\$ 54,5 bilhões previsto na proposta 2017 representa uma queda real de 6,2%. A queda, no entanto, está concentrada nas receitas de capital.

Enquanto os valores das receitas correntes da Prefeitura (Adm. Direta) estabilizaram em termos reais (crescimento de 0,3%), a previsão é que as receitas de capital tenham queda de 43,6% (ou R\$ 3,1 bilhões) em relação ao orçado 2016. Dois motivos explicam a significativa redução das receitas de capital. O primeiro é o fato de estar no orçamento 2016 uma receita extraordinária de R\$ 1,5 bilhão referente à devolução para a Prefeitura de valor que havia sido depositado em juízo a título de pagamento dos encargos da dívida municipal com a União. A segunda razão é a menor previsão de recebimento em 2017 de transferências de capital provenientes da União em R\$ 1,2 bilhão em relação ao orçamento 2016.

Até o mês de setembro/2016, a arrecadação das receitas foi 4,7% superior ao valor arrecadado no mesmo período de 2015 . Projetando esse percentual de crescimento sobre a arrecadação total de 2015 (R\$ 48,1 bilhões), estima-se que a arrecadação alcance um montante próximo de R\$ 50,4 bilhões até o final de 2016. Neste caso, o valor da proposta 2017 representaria um crescimento de 8,3% sobre essa projeção. As receitas de capital explicam grande parte deste aumento. A proposta estima receitas de capital da PMSP de R\$ 4,7 bilhões, sendo que até setembro/2016, a PMSP arrecadou apenas R\$ 982,6 milhões dessas receitas (Gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 - Evolução Receitas de Capital - PMSP - 2008 a set/2016 e Proposta 2017 - em R\$ bilhões



Fonte: Balanços Anuais 2008 a 2015, LOA 2016 e Proposta 2017

Nos últimos anos, conforme o Gráfico 6.2 mostra, observa-se uma baixa realização das receitas de capital face à elevada previsão orçamentária dessas receitas. A baixa realização ocorre, principalmente, com relação às transferências de capital da União. Dos R\$ 3,3 bilhões previstos no orçamento arrecadou-se R\$ 240,0 milhões (Tabela 6.1)

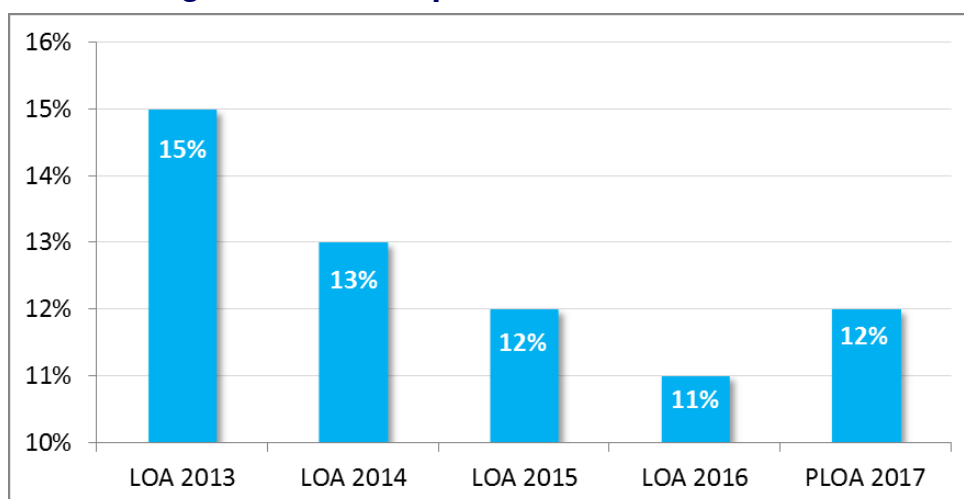
Despesas Orçamentárias

Nesta seção é apresentado o detalhamento das despesas da Proposta 2017 por grupo da despesa, função, fonte de recursos e órgão, comparativamente ao Orçamento Atualizado 2016 e à execução do orçamento (liquidação) até setembro/2016.

O Orçamento Atualizado corresponde ao valor inicialmente previsto na lei orçamentária mais (ou menos) as suplementações (ou reduções) que ocorrem ao longo da execução orçamentária, durante a qual o Poder Executivo pode remanejar os recursos até o limite do percentual fixado na Lei Orçamentária Anual - LOA.

A LOA 2016 autorizou o Poder Executivo a remanejar até 11% do total da despesa fixada (art. 11), sendo que desse limite a lei permite excluir as suplementações de determinadas dotações (art. 12), como por exemplo, de pessoal, da função Educação, Saúde, entre outras. A PLOA 2017 autoriza o Poder Executivo suplementar dotações até o mesmo limite de 12% da despesa total (art. 11) e, igualmente, mantém as mesmas exclusões do limite (art. 12).

Gráfico 6.3 - Margem de Remanejamento LOA 2013 a 2016 e PLOA 2017



Fonte: LOA 2012 a 2016, PLOA 2017

A suplementação de determinada dotação orçamentária pode ser coberta pela anulação de mesmo valor de outra dotação ou, ainda, por outros meios, como, por exemplo, pela utilização de recursos financeiros acumulados em anos anteriores (superávit financeiro).

A Tabela 6.2 apresenta o detalhamento das despesas contidas na proposta orçamentária para 2017, por grupo de despesa, comparativamente, ao orçamento atualizado e execução até setem-

Tabela 6.2 - Comparativo – Orçamento 2016 x Proposta 2017 por Grupos da Despesa – em R\$

	Orçamento Atualizado 2016 (A)	Liquidado até Set/16 (B)	Proposta 2017 (C)	(B/A) %	Var.% (C/A)
DESPESA CORRENTE (I)	45.173.090.747	31.534.534.379	46.071.125.197	69,8%	2,0%
Pessoal e Encargos Sociais	20.648.895.569	14.115.982.388	21.999.585.344	68,4%	6,5%
Juros e Encargos da Dívida	1.272.328.499	847.048.784	1.279.663.868	66,6%	0,6%
Outras Despesas Correntes	23.251.866.679	16.571.503.207	22.791.875.985	71,3%	-2,0%
DESPESA DE CAPITAL (II)	9.234.208.098	3.260.702.477	8.298.437.946	35,3%	-10,1%
Investimentos	7.198.580.870	1.737.732.233	5.976.119.028	24,1%	-17,0%
Inversões Financeiras	51.579.000	18.827.556	188.381.971	36,5%	265,2%
Amortização da Dívida	1.984.048.228	1.504.142.688	2.133.936.947	75,8%	7,6%
Reserva de Contingência (III)	1.502	-	165.000.000	-	10985253%
DESPESA TOTAL (I + II + III)	54.407.300.347	34.795.236.856	54.534.563.143	64,0%	0,2%

Fonte: Proposta Orçamentária 2017 e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx>)

O grupo “Inversões Financeiras” é o que apresenta o maior aumento percentual em relação ao orçamento 2016 (265,2%, de R\$ 51,6 milhões para R\$ 188,4 milhões). Nesse grupo estão contabilizadas as despesas com a constituição e aumento de capital das empresas municipais. Na proposta 2017, destaca-se o “Aumento de Capital da Companhia Paulistana de Securitização - SP Securitização” no valor de R\$ 150 milhões.

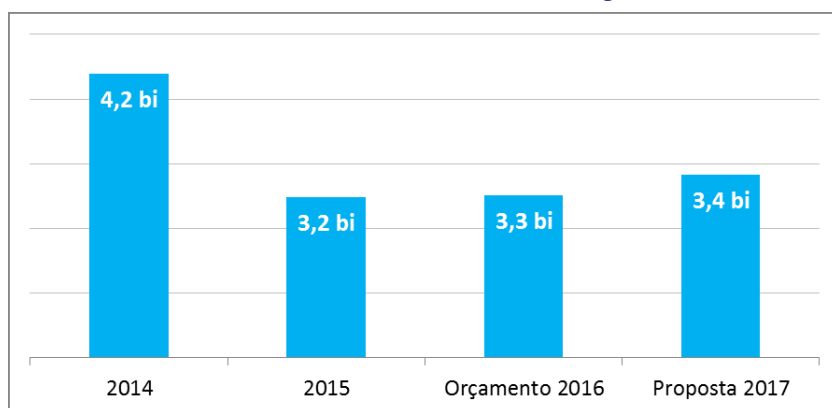
O Grupo “Pessoal e Encargos Sociais” é o que apresenta o maior crescimento em valor (R\$ 1,35 bilhão) com relação ao orçamento 2016. Desse valor, a maior parte (R\$ 737,8 milhões) deve-se ao aumento previsto nas despesas com “Aposentadorias e Pensões” (de R\$ 7,10 bilhões para R\$ 7,84 bilhões). Destaca-se também no grupo de Pessoal a previsão de crescimento no valor de R\$ 250,5 milhões das despesas com precatórios de natureza alimentar (de R\$ 871,6 milhões para R\$ 1,12 bilhões). As demais despesas relativas aos servidores ativos crescem, em relação ao orçado 2016, R\$ 533,1 milhões ou 4,3%, percentual abaixo da inflação esperada para o ano.

Com relação às despesas com “Juros e Encargos da Dívida” (despesa corrente) e com ‘Amortizações da Dívida’ (despesa de capital), o valor na proposta para a soma dos pagamentos da dívida é de R\$ 3,4 bilhões, o que representa um crescimento de 4,8% em relação ao valor orçado para 2016.

Com amparo na Lei Complementar nº 148/2014 (LC nº 148/2014), a União alterou as condições das taxas de juros aplicadas sobre os contratos de refinanciamento celebrados com estados e municípios. Em substituição às condições anteriores, em que a dívida do município com a União era corrigida por juros de 9% ao ano mais variação do IGP-DI, a lei aprovada permitiu que fossem aplicados retroativamente a janeiro/2013 juros de 4% ao ano mais a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou da taxa Selic, o que for menor. Os termos da LC nº 148/2014 vem sendo aplicados pelo município desde o ano de 2015, quando foi protocolado na Justiça o acordo entre a Prefeitura e União.

O Gráfico 6.4 ilustra o impacto das novas condições sobre os pagamentos da dívida municipal. De 2014 para 2015, ano em que começaram a ser aplicados os novos termos, houve uma redução de cerca de R\$ 1,0 bilhão ao ano.

Gráfico 6.4 - Pagamentos de Juros e Amortização da Dívida Municipal



Fonte: Balanço 2014 e 2015, LOA 2016 e PLOA 2017

Quanto ao Grupo “Investimentos”, a proposta apresenta uma queda de 17,0% (de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 6,0 bilhões) em relação ao orçamento atualizado de 2016. No entanto, deve-se destacar que do valor orçado para 2016 foram liquidados apenas R\$ 1,7 bilhões (ou 24,1% do total) até setembro. Apesar da redução, o valor proposto para 2017 é 3,4 vezes superior ao valor executado até setembro/2016.

Os investimentos listados na Tabela 6.3 totalizam R\$ 3,8 bilhões e correspondem a 64% do total dos investimentos da Proposta 2017. Conforme a tabela mostra, a descrição das maiores ações tem caráter genérico, não detalhando especificamente para qual obra serão destinados os recursos. No entanto, a proposta apresenta em um volume separado um detalhamento das ações, o qual especifica para qual obra estão previstos recursos.⁽¹⁾

Tabela 6.3 - Investimentos - Maiores Ações – Proposta 2016 - em R\$

Cód.	Descrição das Ações	Orçamento Atualizado 2016 (A)	Liquidado até Set/2016 (B)	Proposta 2017 (C)	% do Total	(B)/(A) %	Var.% (C)/(A)
5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	969.905.046	165.953.756	636.247.664	11%	17%	-34%
3378	Implantação e Requalificação de Corredores	553.596.171	81.466.373	608.004.000	10%	15%	10%
3357	Urbanização de Favelas	595.599.221	148.816.267	523.446.400	9%	25%	-12%
3355	Execução do Programa de Mananciais	388.220.902	14.210.698	436.469.814	7%	4%	12%
3352	Requalificação de Bairros e Centralidades	523.486.642	86.177.188	405.367.067	7%	16%	-23%
0035	Condenações Judiciais - Outras Espécies	264.104.395	215.852.715	340.000.000	6%	82%	29%
3750	Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	90.835.191	14.490.688	268.377.526	4%	16%	195%
3360	Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	295.802.840	22.951.887	231.383.362	4%	8%	-22%
5100	Intervenções no Sistema Viário	506.233.656	231.851.707	189.312.199	3%	46%	-63%
1193	Obras e Serviços nas Áreas de Riscos Geológicos	136.810.308	1.014.588	179.644.605	3%	1%	31%
	Soma dos 10 maiores	4.324.594.372	982.785.867	3.818.252.637	64%	23%	-12%
	Demais Investimentos	3.041.028.765	724.617.480	2.157.866.391	36%	24%	-29%
	Valor Total dos Investimentos	7.365.623.137	1.707.403.347	5.976.119.028	100%	23%	-19%

(1) Cabe aqui ressaltar que a vinculação dos recursos com uma determinada obra é mais frágil quando ela está no detalhamento da ação do que quando presente na descrição da ação. Isso ocorre porque quando está descrita na ação, os seus recursos só podem ser utilizados na própria obra. Nesse caso, a utilização desses recursos para uma outra destinação requererá a edição de decreto de remanejamento, que estará sujeito ao limite da margem já comentado. Já no caso da obra estar descrita apenas no detalhamento da ação, os seus recursos poderão, posteriormente, ser utilizados sem restrição em outras obras da mesma ação.

Despesas por Função

A Tabela 6.4 apresenta, comparativamente ao orçamento atualizado para 2016, a distribuição da despesa por função.

Tabela 6.4 - Despesa por Função
Proposta 2017 x Orçamento Atualizado 2016 e Liquidado até set/16 – em R\$

Cd.	Descrição da Função	Orçamento Atualizado 2016 (A)	Liquidado até Set/2016 (B)	Proposta 2017 (C)	% do Total	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
01	Legislativa	844.471.317	140.698.476	899.171.415	1,6%	16,7%	6,5%
02	Judiciária	242.623.731	127.761.164	264.720.486	0,5%	52,7%	9,1%
04	Administração	980.320.422	446.776.951	1.116.854.166	2,0%	45,6%	13,9%
05	Defesa Nacional	551.000	222.809	495.900	0,0%	40,4%	-10,0%
06	Segurança Pública	540.022.995	324.192.052	582.207.027	1,1%	60,0%	7,8%
07	Relações Exteriores	1.289.829	25.720	380.000	0,0%	2,0%	-70,5%
08	Assistência Social	1.461.638.475	897.730.753	1.420.876.825	2,6%	61,4%	-2,8%
09	Previdência Social	9.414.351.898	6.393.149.357	10.203.928.560	18,7%	67,9%	8,4%
10	Saúde	9.571.604.564	6.873.696.332	9.875.027.000	18,1%	71,8%	3,2%
11	Trabalho	148.044.946	73.508.597	121.811.283	0,2%	49,7%	-17,7%
12	Educação	11.256.353.710	6.448.158.304	11.054.097.661	20,3%	57,3%	-1,8%
13	Cultura	798.269.801	379.602.822	756.381.239	1,4%	47,6%	-5,2%
14	Direitos da Cidadania	144.849.069	59.425.718	133.346.845	0,2%	41,0%	-7,9%
15	Urbanismo	6.321.350.096	3.201.881.076	5.319.099.833	9,8%	50,7%	-15,9%
16	Habitação	1.805.192.855	521.726.446	1.584.805.725	2,9%	28,9%	-12,2%
17	Saneamento	1.234.424.898	277.547.812	851.659.748	1,6%	22,5%	-31,0%
18	Gestão Ambiental	294.626.098	178.294.969	225.715.518	0,4%	60,5%	-23,4%
23	Comércio e Serviços	78.040.633	14.244.058	102.358.184	0,2%	18,3%	31,2%
24	Comunicações	208.114.999	78.070.650	170.129.013	0,3%	37,5%	-18,3%
26	Transporte	4.023.092.696	3.008.492.807	4.199.837.705	7,7%	74,8%	4,4%
27	Desporto e Lazer	445.294.984	153.216.960	355.808.627	0,7%	34,4%	-20,1%
28	Encargos Especiais	4.592.769.829	3.423.620.775	5.130.850.383	9,4%	74,5%	11,7%
99	Reserva de Contingência	1.502	0	165.000.000	0,3%	0,0%	10985253%
Total geral		54.407.300.347	33.022.044.609	54.534.563.143	100,0%	60,7%	0,2%

Fonte: PLOA2017 e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/>)

Conforme a tabela mostra, as 3 maiores funções (Educação, Saúde e Previdência Social) respondem por cerca de 60% do valor total da proposta orçamentária. Dentre essas maiores funções, a Previdência Social apresenta o maior crescimento, de 8,4% em relação ao orçamento atualizado 2016. Para a função Educação está prevista queda de 1,8% e para a Saúde crescimento de 3,2%.

Destaca-se o crescimento da despesa da função Administração (de 13,9%) em relação ao orçamento 2016. A já mencionada ação “Aumento de Capital da Companhia Paulistana de Securitização” no valor de R\$ 150 milhões explica a maior parte desse crescimento.

Entre as reduções, destaca-se queda de 31% da despesa prevista para a função Saneamento. A queda de R\$ 382,8 milhões está concentrada na ação “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos” cuja redução prevista é de R\$ 333,7 milhões.

Despesas por Fonte

A Tabela 6.5 detalha, comparativamente ao orçamento 2016, as despesas por fonte de recursos.

Tabela 6.5 - Despesa por Fonte de Recursos - Orçamento 2016, Liquidado até set/2016 e Proposta 2017 - em R\$

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento 2016 (A)	Liquidado até Set/2016 (B)	Proposta 2017 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
00	Tesouro Municipal	35.446.220.000	23.898.537.864	38.106.864.312	67,4%	7,5%
01	Operações de Crédito	101.980.200	13.591.551	109.408.003	13,3%	7,3%
02	Transferências Federais	6.672.918.758	1.940.093.477	5.330.151.680	29,1%	-20,1%
03	Transferências Estaduais	685.943.626	257.802.032	622.243.169	37,6%	-9,3%
04	Fundo Constitucional da Educação	3.702.327.886	2.482.467.637	3.616.851.817	67,1%	-2,3%
05	Outras Fontes ¹	122.216.320	30.212.752	76.065.855	24,7%	-37,8%
06	Recursos Próprios da Administração Indireta	3.397.426.802	2.295.179.161	3.503.361.708	67,6%	3,1%
08	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados ²	4.182.355.640	2.087.291.897	3.102.498.481	49,9%	-25,8%
09	Recursos Próprios da Empresa Dependente ³	95.911.115	16.868.239	67.118.118	17,6%	-30,0%
TOTAL		54.407.300.347	33.022.044.609	54.534.563.143	60,7%	0,2%

(1) “Outras Fontes” (código 05) correspondem às doações de recursos à Prefeitura, parcerias com entidades não governamentais, dentre outras. No Orçamento 2016 e Proposta 2017, a fonte 05 refere-se exclusivamente às transferências de pessoas ao FUMCAD (Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente)

(2) Recursos vinculados a determinada despesa ou fundo, como por exemplo, multas de trânsito vinculadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito, receita de Outorga Onerosa, vinculada ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

(3) Recursos próprios da COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

Quanto à distribuição das despesas por fonte deve-se considerar a vigência da Emenda Constitucional - EC nº 93, que prorroga a desvinculação de receitas da União e estabelece a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Com a emenda, são desvinculados de órgãos, fundo ou despesa 30% das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas, multas e outras receitas correntes. Na proposta 2017, o Executivo identificou receitas no valor de R\$ 703,3 milhões passíveis de enquadramento no dispositivo constitucional, sendo R\$ 670,7 milhões na fonte 08 (Tesouro Municipal - Recursos Vinculados) e R\$ 32,6 milhões na fonte 05 (Outras Fontes). Portanto, em função da desvinculação, as despesas nas fontes 08 e 05

são menores do que as receitas nessas respectivas fontes em R\$ 670,7 milhões e R\$ 32,6 milhões. Os R\$ 703,3 milhões desvinculados foram convertidos em despesas na fonte 00 (Tesouro Municipal).

A principal fonte são os recursos próprios do Tesouro Municipal (advindos da arrecadação de impostos, taxas, transferências constitucionais e outras receitas próprias), que somam R\$ 38,1 bilhões. Comparativamente ao orçamento 2016, a proposta prevê um crescimento de 7,5% das despesas nessa fonte.

A segunda maior fonte de recursos prevista são as 'Transferências Federais' (fonte 02) com valor de R\$ 5,3 bilhões, o que representa uma queda de 20,1% (ou R\$ 1,3 bilhão). Conforme comentado na seção relativa às receitas orçamentárias, a previsão na Proposta 2017 para as transferências de capital da União caíram R\$ 1,2 bilhão em relação ao Orçamento 2016. A queda nas transferências federais afeta despesas com investimentos fonte 02, entre os maiores: "Implantação e Requalificação de Corredores" (queda de R\$ 353,2 milhões), "Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos" (queda de R\$ 268,3 milhões), "Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos" (queda de R\$ 239,6 milhões).

As despesas previstas na fonte "Tesouro Municipal - Recursos Vinculados", que se refere aos recursos vinculados à determinada despesa ou fundo, como, por exemplo, os provenientes das Operações Urbanas e os vinculados aos fundos municipais (Fundo de Desenvolvimento de Trânsito; Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Fundo de Iluminação Pública, entre outros) apresentam queda de 25,8% (ou R\$ 1,1 bilhão). Como já comentado, a maior parte da queda (R\$ 670,7 milhões) deve-se a desvinculação de recursos em razão da EC nº 93 comentada anteriormente. Entre as desvinculações da fonte 08, destacam-se R\$ 400 milhões das receitas de multas de trânsito que deixaram de ser vinculadas às despesas do 'Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito'.

Despesas por Órgão

A Tabela 6.6 detalha a despesa por órgão da administração direta e indireta proposta para 2017 comparativamente ao Orçamento aprovado para 2016.

Tabela 6.6 - Despesa por Órgão - Orçamento 2015 x Proposta 2016 – em R\$

Cd	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2016 (A)	Liquidado até Set/2016 (B)	Proposta 2017 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
01	Autarquia Hospitalar Municipal	1.477.388.743	1.017.492.532	1.545.785.115	68,9%	4,6%
02	Hospital do Servidor Público Municipal	309.285.525	198.656.246	308.298.595	64,2%	-0,3%
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	7.154.611.720	4.847.189.648	7.913.187.195	67,7%	10,6%
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	182.680.000	88.008.288	175.430.000	48,2%	-4,0%
08	Fundo Municipal do Idoso	0	0	2.000		
09	Câmara Municipal de São Paulo	570.714.000	0	590.597.000	0,0%	3,5%
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	264.518.317	139.693.457	298.950.415	52,8%	13,0%
11	Secretaria do Governo Municipal	362.891.876	105.163.557	387.791.988	29,0%	6,9%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	670.491.827	245.151.698	513.064.899	36,6%	-23,5%
13	Secretaria Municipal de Gestão	280.555.064	116.225.346	241.058.535	41,4%	-14,1%
14	Secretaria Municipal de Habitação	734.748.596	135.757.641	674.035.435	18,5%	-8,3%
16	Secretaria Municipal de Educação	11.142.646.028	6.423.625.103	10.974.292.304	57,6%	-1,5%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	491.122.327	218.353.046	461.915.722	44,5%	-5,9%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	325.444.696	138.102.189	246.171.750	42,4%	-24,4%
20	Secretaria Municipal de Transportes	2.309.899.444	2.148.776.417	2.660.568.705	93,0%	15,2%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos / Procuradoria Geral do Município	250.590.860	132.641.031	273.324.986	52,9%	9,1%
22	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	1.417.797.522	78.574.368	1.149.847.357	5,5%	-18,9%
23	Secretaria Municipal de Serviços	66.269.286	30.039.642	54.541.219	45,3%	-17,7%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	203.335.693	72.219.573	146.804.582	35,5%	-27,8%
25	Secretaria Municipal de Cultura	497.577.434	230.310.065	487.026.834	46,3%	-2,1%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	204.003.114	112.691.875	201.012.518	55,2%	-1,5%
28	Encargos Gerais do Município	7.088.078.138	5.099.945.997	8.007.856.414	72,0%	13,0%
30	Secretaria Municipal do Trabalho e do Empreendedorismo	163.210.651	65.418.653	148.499.713	40,1%	-9,0%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	9.145.158	3.515.429	7.556.711	38,4%	-17,4%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	41.825.083	12.918.468	34.463.881	30,9%	-17,6%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	82.767.807	39.051.099	45.045.350	47,2%	-45,6%
35	Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	0	0	70.000		
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	22.060.500	8.590.267	16.770.531	38,9%	-24,0%

Cd	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2016 (A)	Liquidado até Set/2016 (B)	Proposta 2017 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1.652.091.089	440.370.928	1.116.406.534	26,7%	-32,4%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	498.160.733	305.330.572	544.181.586	61,3%	9,2%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	28.651.671	7.008.253	15.919.405	24,5%	-44,4%
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	37.806.979	13.345.295	20.155.639	35,3%	-46,7%
41	Subprefeitura Perus	32.922.103	14.086.903	26.266.635	42,8%	-20,2%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	44.135.429	19.787.856	33.556.556	44,8%	-24,0%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	40.326.662	17.962.458	35.507.096	44,5%	-12,0%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	32.818.148	12.600.004	25.513.995	38,4%	-22,3%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	38.513.469	18.287.031	33.801.655	47,5%	-12,2%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	36.545.107	16.087.046	29.073.797	44,0%	-20,4%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	37.710.610	15.435.673	29.524.298	40,9%	-21,7%
48	Subprefeitura Lapa	37.541.505	19.825.180	33.986.151	52,8%	-9,5%
49	Subprefeitura Sé	75.415.513	40.855.718	71.849.552	54,2%	-4,7%
50	Subprefeitura Butantã	49.082.029	25.148.153	44.857.347	51,2%	-8,6%
51	Subprefeitura Pinheiros	40.132.122	23.302.476	38.652.649	58,1%	-3,7%
52	Subprefeitura Vila Mariana	36.255.324	21.604.839	35.887.775	59,6%	-1,0%
53	Subprefeitura Ipiranga	45.737.348	23.044.041	44.418.386	50,4%	-2,9%
54	Subprefeitura Santo Amaro	40.476.748	20.081.708	37.211.329	49,6%	-8,1%
55	Subprefeitura Jabaquara	32.227.663	16.729.318	28.235.544	51,9%	-12,4%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	40.097.191	18.042.215	30.126.252	45,0%	-24,9%
57	Subprefeitura Campo Limpo	55.698.837	27.776.462	50.389.309	49,9%	-9,5%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	60.531.710	28.068.631	38.115.835	46,4%	-37,0%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	51.308.170	20.867.120	38.013.783	40,7%	-25,9%
60	Subprefeitura Parelheiros	37.205.215	15.520.335	27.132.426	41,7%	-27,1%
61	Subprefeitura Penha	50.000.074	25.321.992	44.514.099	50,6%	-11,0%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	37.231.305	15.837.197	26.365.244	42,5%	-29,2%
63	Subprefeitura São Miguel	47.624.295	22.697.274	42.457.208	47,7%	-10,8%
64	Subprefeitura do Itaim Paulista	40.463.330	19.707.563	35.065.389	48,7%	-13,3%
65	Subprefeitura Mooca	44.024.877	22.900.358	40.888.905	52,0%	-7,1%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	41.133.647	18.757.175	34.279.625	45,6%	-16,7%
67	Subprefeitura Itaquera	51.117.249	23.363.499	43.682.409	45,7%	-14,5%
68	Subprefeitura Guaianases	44.371.420	21.136.669	36.972.041	47,6%	-16,7%
69	Subprefeitura Vila Prudente	34.888.594	14.907.441	27.376.840	42,7%	-21,5%
70	Subprefeitura São Mateus	62.965.203	29.277.704	53.614.707	46,5%	-14,9%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	33.624.617	13.261.398	24.901.218	39,4%	-25,9%
72	Subprefeitura de Sapopemba	27.536.098	10.710.825	20.852.155	38,9%	-24,3%
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	22.574.149	11.425.666	20.960.499	50,6%	-7,1%
75	Fundo Municipal de Parques	2.000	0	2.000	0,0%	0,0%
76	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	6.289.000	0	6.314.000	0,0%	0,4%
77	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	2.950.000	1.005.019	3.310.000	34,1%	12,2%
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	71.850.970	42.822.777	75.905.905	59,6%	5,6%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	24.585.091	7.946.928	34.784.524	32,3%	41,5%

Cd	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2016 (A)	Liquidado até Set/2016 (B)	Proposta 2017 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
80	Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	32.131.904	10.276.493	39.778.081	32,0%	23,8%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Munic.de Limpeza Urbana	2.205.968.877	1.480.130.368	2.092.698.928	67,1%	-5,1%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	256.009.390	78.206.489	155.014.682	30,5%	-39,4%
84	Fundo Municipal de Saúde	7.784.930.296	5.657.547.554	8.020.943.290	72,7%	3,0%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	121.331.883	99.773.865	123.175.014	82,2%	1,5%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	367.500.000	178.405.110	390.234.000	48,5%	6,2%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.220.393.529	846.534.683	1.000.002.000	69,4%	-18,1%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	0	463.480	0,0%	0,0%
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	8.558.068	631.639	4.100.000	7,4%	-52,1%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	126.517.320	30.950.550	110.815.507	24,5%	-12,4%
91	Fundo Municipal de Habitação	132.433.159	28.118.070	35.379.390	21,2%	-73,3%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	1.160.839.627	791.897.225	1.148.624.616	68,2%	-1,1%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	90.761.984	65.603.095	24.700.000	72,3%	-72,8%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	1.835.311	829.884	920.000	45,2%	-49,9%
96	Fundo Municipal de Turismo	1.000	0	1.000	0,0%	0,0%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.330.000	0	2.330.000	0,0%	0,0%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	305.868.000	159.986.850	264.973.455	52,3%	-13,4%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	541.143.817	402.793.399	555.409.644	74,4%	2,6%
Total Geral		54.407.300.347	33.022.044.609	54.534.563.143	60,7%	0,2%

Em termos de percentual de aumento da despesa, o maior crescimento é da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres com 41,5% (ou R\$ 10,2 milhões de aumento), concentrado na ação “Casa da Mulher Brasileira” cujo valor cresceu de R\$ 500 mil para R\$ 13,7 milhões. Em termos de valor, a maior elevação é do órgão “Encargos Gerais” com R\$ 919,8 milhões (de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 8,0 bilhões), dos quais R\$ 381,1 milhões destinam-se para o aumento das despesas com precatórios (de R\$ 1,34 bilhões para R\$ 1,72 bilhões), R\$ 189,3 milhões destinam-se ao aumento das despesas com o serviço da dívida refinanciada com a União (de R\$ 2,77 milhões para R\$ 2,96 milhões).

Entre as quedas, destaca-se a redução de R\$ 535,7 milhões das despesas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (órgão 37) responsável pela execução das obras das operações urbanas.

Operações Urbanas

A Tabela 6.7 detalha as despesas previstas com as operações urbanas para o exercício 2017 comparativamente ao valor orçado para 2016:

Tabela 6.7 - Operações Urbanas - Despesas - Orçamento 2016, Liquidado até set/2016 e Proposta 2017 - em R\$

Operação Urbana	Orçamento Atualizado 2016	Liquidado até Set/2016	Proposta 2017 (C)	(B)/(A)%	Var.% (C)/(A)
Água Branca	293.138.129	29.011.528	140.810.994	9,9%	-52,0%
Água Espreada	651.033.795	296.920.491	371.433.177	45,6%	-42,9%
Centro	41.478.638	477.613	34.185.357	1,2%	-17,6%
Faria Lima	560.734.179	75.703.364	510.327.357	13,5%	-9,0%
Total	1.546.384.742	402.112.997	1.056.756.885	26,0%	-31,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2017 e Portal da Transparência

A proposta para 2017 prevê despesas no valor de R\$ 1,1 bilhão, o que representa uma queda de 31,7% para o conjunto das operações urbanas. No entanto, o valor proposto para 2017 é significativamente maior do que o realizado ao longo de 2016, tendo em vista a baixa realização das despesas orçadas. Até setembro/2016, foram liquidados apenas 26,0% do total orçado para o ano. O melhor desempenho é visto na Operação Urbana Água Espreada com 45,6% do valor orçado.

Como reflexo da retração do mercado imobiliário, há no exercício 2016 uma expressiva frustração das receitas previstas vinculadas às operações urbanas, sobretudo, quanto à arrecadação com CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção).

Tabela 6.8 - Operações Urbanas - Receitas de CEPACs - Orçamento 2016, Arrecadado até set/2016, Saldo em Caixa e Proposta 2017 - em R\$

Operação Urbana	Orçamento 2016 (A)	Arrecadado até Set/2016 (B)	Saldo em Caixa em 30/set 2016	Proposta 2017 (C)	Var.% (C)/(A)
Água Branca	350.000.000	-	521.970.614	80.000.000	-77,1%
Água Espreada	310.000.000	-	781.258.272	310.000.000	0,0%
Centro	80.000.000	-	15.003.669	30.000.000	-62,5%
Faria Lima	560.000.000	15.239.951	502.045.001	425.000.000	-24,1%
Total	1.300.000.000	15.239.951	1.820.277.556	845.000.000	-35,0%

Fonte: Proposta Orçamentária 2017, Portal da Transparência e http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/index.php?p=19525

Conforme a Tabela 4.8 mostra, a previsão orçamentária era arrecadar R\$ 1,3 bilhões por meio da venda de CEPACs ao longo do exercício 2016. Até setembro, foram arrecadados apenas R\$ 15,2 milhões. A proposta 2017 estima uma arrecadação de R\$ 845 milhões com a venda de CEPACs, sendo R\$ 310 milhões relativos à Operação Urbana Água Espreada e R\$ 425 milhões relativos à Operação Urbana Faria Lima.

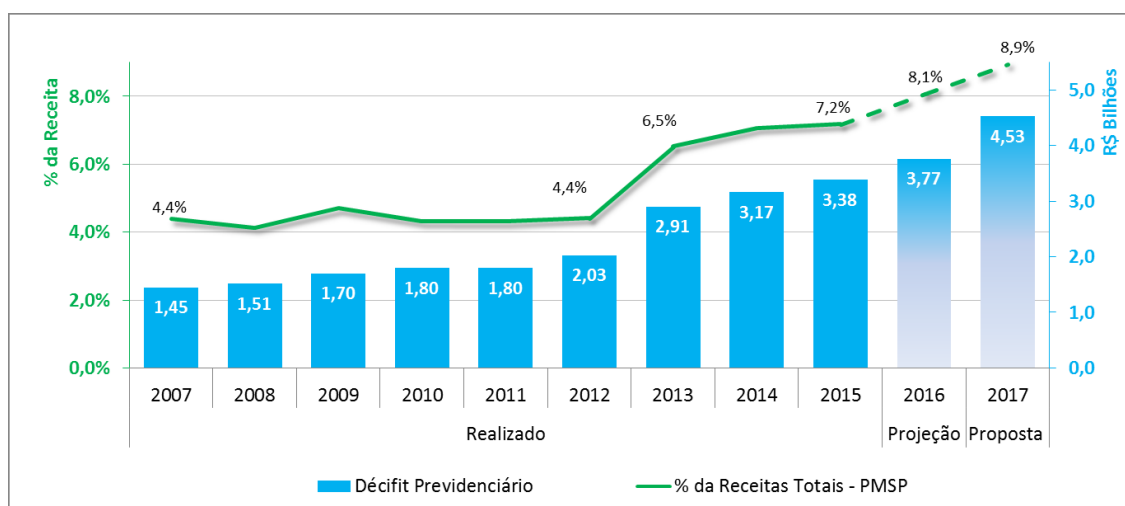
Independente da arrecadação que efetivamente vier a se realizar em 2017, as operações urbanas possuem em caixa (até 30/setembro) o valor de R\$ 1,8 bilhões (Tabela 4.8), que, separadamente, seria suficiente para suportar quase totalidade das despesa previstas para cada operação urbana na proposta 2017.

Previdência Municipal

A Proposta Orçamentária para 2017 prevê despesas com “Aposentadorias e Pensões” no valor de R\$ 7,8 bilhões, implicando déficit previdenciário (diferença entre receitas e despesas previdenciárias) de R\$ 4,5 bilhões para o próximo ano, o que corresponde a 8,9% da receita estimada da Prefeitura.

Nos últimos anos, o resultado previdenciário tem sido motivo para crescentes preocupações em razão da rápida evolução do seu déficit. Os déficits anuais são cobertos através de transferências financeiras da Prefeitura ao Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM. O Gráfico 4.6 ilustra a trajetória recente do déficit previdenciário da administração municipal e o quanto ele tem representado das receitas da Prefeitura.

Gráfico 4.6 - Déficit Previdenciário - em % das Receitas - valores atualizados para 2016



Fonte: Balanços 2007 a 2015 e PLOA 2017
Projeção 2016 elaborada pela CTEO

Em 2007, o déficit do IPREM era de R\$ 1,45 bilhão (em valores atualizados para preços de 2016). Para 2016, projeta-se um valor próximo a R\$ 3,77 bilhões, o que representaria um crescimento real de 160% em relação a 2007. Em 2007, o déficit previdenciário equivalia a 4,4% da despesa total da prefeitura, e para 2016, projeta-se que equivalerá a 8,1%.

Despesas Constitucionais - Saúde e Educação

Com relação aos gastos constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, a proposta orçamentária destina o equivalente a 33,66% (R\$ 12,6 bilhões) da Receita Resultante de Impostos às despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, atendendo ao art. 208 da Lei Orgânica do Município, que estabelece 31,0% como o mínimo obrigatório, e à meta 1 do Plano Municipal de Educação, que amplia o percentual para 33,0%.

Em cumprimento ao art. 212 da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei Municipal nº 13.245/01, que fixam 25,0% como o mínimo obrigatório, a proposta prevê a aplicação de 26,52% (R\$ 9,9 bilhões) da Receita Resultante de Impostos, especificamente, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 6.8 - Despesas Constitucionais - Saúde e Educação em % da Receita Resultante de Impostos

	Mínimo Legal	Proposta 2017
Educação (CF art. 212 e LOM art. 208)		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	26,52%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino + Educação Inclusiva	31,0%	33,66%
Saúde (EC 29/00)		
	15,0%	19,72%

Para as ações e serviços públicos de saúde, a proposta destina 19,72% (R\$ 7,4 bilhões) da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12, que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

Regionalização por Subprefeitura

A Proposta 2017 apresenta os valores das ações regionalizadas por área de abrangência de cada subprefeitura. Do valor total de R\$ 54,5 bilhões, R\$ 1,2 bilhões (2,1% do total) das despesas foram regionalizadas. A Tabela 6.9 informa o valor destinado para a região de cada subprefeitura.

Tabela 6.9 - Despesa Regionalizada - Proposta 2017 – em R\$

Subprefeitura	Valor (R\$)	% do Reg.
Leste	397.739.734	34,4%
Subprefeitura de Sapopemba	137.916.035	11,9%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	45.872.355	4,0%
Subprefeitura São Mateus	41.566.903	3,6%
Subprefeitura Penha	23.279.452	2,0%
Subprefeitura Itaquera	20.997.161	1,8%
Subprefeitura Guaianases	20.327.252	1,8%
Subprefeitura Vila Prudente	19.348.491	1,7%
Subp. Aricanduva/Formosa/Carrão	19.202.609	1,7%
Subprefeitura São Miguel	18.448.887	1,6%
Subprefeitura Moóca	17.493.913	1,5%
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	15.637.387	1,4%
Subprefeitura Itaim Paulista	14.994.918	1,3%
A Definir	2.654.371	0,2%
Sul	292.727.938	25,4%
Subprefeitura Capela do Socorro	106.542.668	9,2%
Subprefeitura Campo Limpo	34.171.807	3,0%
Subprefeitura M'Boi Mirim	27.934.672	2,4%
Subprefeitura Ipiranga	25.367.748	2,2%
Subprefeitura Santo Amaro	24.173.294	2,1%
Subprefeitura Vila Mariana	20.205.817	1,8%
Subprefeitura Cidade Ademar	19.307.082	1,7%
Subprefeitura Parelheiros	18.421.104	1,6%
Subprefeitura Jabaquara	16.585.746	1,4%
A Definir	18.000	0,0%
Centro	189.924.081	16,4%
Subprefeitura Sé	189.924.081	16,4%
Norte	177.601.146	15,4%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	71.089.137	6,2%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	28.741.695	2,5%
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	20.873.277	1,8%
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	17.655.332	1,5%
Subpref. Casa Verde/Cachoeirinha	16.053.087	1,4%
Subpref. Vila Maria/Vila Guilherme	11.815.131	1,0%
Subprefeitura Perus	11.372.487	1,0%
A Definir	1.000	0,0%
Oeste	96.596.772	8,4%
Subprefeitura Lapa	53.813.344	4,7%
Subprefeitura Butantã	25.096.344	2,2%
Subprefeitura Pinheiros	17.687.084	1,5%
Total Regionalizado	1.154.589.671	100,0%

Síntese da Execução 2016 e Proposta Orçamentária 2017

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2016 (I)	Arrecadado/ Liquidado até set/2016 (II)	Proposta 2017 (III)	(II) / (I) %	Var. % (III)/(I)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Receitas Correntes	44.682.042.743	34.086.712.196	47.924.531.446	76,3%	7,3%
IPTU	7.382.011.212	6.365.803.131	8.186.054.486	86,2%	10,9%
ISS	12.095.211.808	8.921.414.164	12.664.898.596	73,8%	4,7%
ITBI	1.935.656.063	1.197.318.771	1.764.664.873	61,9%	-8,8%
IR	1.762.371.501	1.308.689.399	2.081.512.389	74,3%	18,1%
ICMS	7.264.380.369	4.949.348.170	7.290.149.459	68,1%	0,4%
IPVA	2.501.199.996	2.216.633.617	2.440.078.133	88,6%	-2,4%
Total dos itens de impostos detalhados	32.940.830.949	24.959.207.252	34.427.357.936	75,8%	4,5%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.883.947.012	1.229.035.425	1.861.702.362	65,2%	-1,2%
FUNDEB (bruto)	3.678.103.466	2.567.311.891	3.589.823.200	69,8%	-2,4%
Receitas de Valores Mobiliários	816.661.044	908.510.102	765.171.361	111,2%	-6,3%
Operação Urbana Água Espreada	155.604.034	73.960.136	61.433.177	47,5%	-60,5%
Operação Urbana Faria Lima	42.577.930	48.125.050	85.327.356	113,0%	100,4%
FUNDO ESPECIAL OPERAÇÃO URBANA	65.186.627	44.953.302	60.810.994	69,0%	-6,7%
Operação Urbana Centro	4.914.477	3.672.080	4.185.358	74,7%	-14,8%
FUNDURB	9.000.000	13.779.776	15.000.000	153,1%	66,7%
Multas de Trânsito	1.110.194.392	1.094.225.737	1.451.247.789	98,6%	30,7%
Demais Receitas Correntes	4.252.305.880	3.328.421.789	5.829.228.798	78,3%	37,1%
(-) deduções da Rec. Corrente	-2.220.201.853	-1.618.972.736	-2.091.612.953	72,9%	-5,8%
Receitas Correntes - deduções (A)	42.461.840.890	32.467.739.460	45.832.918.493	76,5%	7,9%
Receitas de Capital (B)	7.825.329.472	981.281.355	4.717.612.650	12,5%	-39,7%
Operações de Crédito	101.980.200	30.223.013	108.208.003	29,6%	6,1%
Transferências	3.850.511.638	586.201.472	2.581.742.319	15,2%	-33,0%
02 - União	3.307.845.439	240.047.542	2.067.742.319	7,3%	-37,5%
03 - Estado	542.666.199	346.153.930	514.000.000	63,8%	-5,3%
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	700.000.000	0	627.000.000	0,0%	-10,4%
Operações Urbanas	1.300.000.000	15.707.079	845.000.000	1,2%	-35,0%
Operação Urbana Água Espreada	310.000.000	0	310.000.000	0,0%	0,0%
Operação Urbana Faria Lima	560.000.000	15.707.079	425.000.000	2,8%	-24,1%
Operação Urbana Água Branca	350.000.000	0	80.000.000	0,0%	-77,1%
Operação Urbana Centro	80.000.000	0	30.000.000	0,0%	-62,5%
Outorga Onerosa	296.868.000	166.094.646	249.973.455	55,9%	-15,8%
Demais Receitas de Capital	77.969.634	183.055.145	305.688.873	234,8%	292,1%
Recursos Arrecadados em Exercícios	89.933.210	0	100.000.000	0,0%	11,2%
Total Líq. da Receita da Administração Direta	50.377.103.572	33.449.020.815	50.650.531.143	66,4%	0,5%
Total Líq. da Receita da Administração	50.377.103.572	19.518.371.484	38,81%		

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2016 (I)	Arrecadado/ Liquidado até set/2016 (II)	Proposta 2017 (III)	(II) / (I) %	Var. % (III)/(I)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Despesas Correntes - Total (D)	32.263.260.219	21.880.925.054	33.017.078.355	67,8%	2,3%
Despesas Correntes - Fonte 00	23.856.479.517	16.507.885.895	25.405.853.913	69,2%	6,5%
Despesas Correntes - Outras Fontes	8.406.780.702	5.373.039.159	7.611.224.442	63,9%	-9,5%
Pessoal e Encargos - Total	11.859.693.700	7.568.450.160	12.411.216.023	63,8%	4,7%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	8.025.549.814	5.015.920.261	8.639.094.960	62,5%	7,6%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	3.702.327.886	2.482.467.637	3.616.851.817	67,1%	-2,3%
Juros e Encargos da Dívida	1.346.341.499	844.659.043	1.278.827.868	62,7%	-5,0%
Outras Despesas Correntes - Total	19.057.225.020	13.467.815.851	19.327.034.464	70,7%	1,4%
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	14.484.588.204	10.647.306.592	15.487.931.085	73,5%	6,9%
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	4.572.636.816	2.820.509.259	3.839.103.379	61,7%	-16,0%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	13.911.552.763	9.236.692.841	14.218.923.197	66,4%	2,2%
OST - PJ - Fonte 00	9.857.454.653	6.657.232.906	10.855.881.717	67,5%	10,1%
OST - PJ - Outras Fontes	4.054.098.110	2.579.459.935	3.363.041.480	63,6%	-17,0%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	1.794.207.682	1.829.207.682	1.794.207.682	102,0%	0,0%
PASEP	422.203.689	294.278.147	452.634.885	69,7%	7,2%
Despesas de Capital (E)	9.703.331.670	3.152.569.079	8.064.566.373	32,5%	-16,9%
Investimentos	7.755.153.354	1.656.110.366	5.765.251.887	21,4%	-25,7%
Investimentos - fonte 00 - Tesouro Municipal	1.627.722.369	585.968.463	1.246.624.136	36,0%	-23,4%
Investimentos - fonte 01 - Operações de Crédito	101.980.200	13.591.551	109.408.003	13,3%	7,3%
Investimentos - fonte 02 - Recursos Federais	3.344.153.036	98.335.285	2.111.451.694	2,9%	-36,9%
Investimentos - fonte 03 - Recursos Estaduais	577.224.199	185.980.308	514.800.300	32,2%	-10,8%
Investimentos - fonte 05 - Outras Fontes	15.000.000	1.995.527	8.665.507	13,3%	-42,2%
Investimentos - fonte 08 - Recursos Vinculados	2.089.073.550	770.239.233	1.774.302.247	36,9%	-15,1%
Inversões Financeiras	18.411.000	7.171.178	168.061.971	39,0%	812,8%
Amortização da Dívida	1.929.767.316	1.489.287.536	2.131.252.515	77,2%	10,4%
Operação Urbana Água Branca	415.186.627	29.011.528	140.810.994	7,0%	-66,1%
Operação Urbana Água Espreada	465.604.034	296.920.491	371.433.177	63,8%	-20,2%
Operação Urbana Centro	84.914.477	477.613	34.185.357	0,6%	-59,7%
Operação Urbana Faria Lima	602.577.930	75.703.364	510.327.357	12,6%	-15,3%
Precatórios - total	1.322.020.014	1.080.324.638	1.701.670.000	81,7%	28,7%
Pagamento Dívida - total	3.276.108.815	2.333.946.579	3.410.080.383	71,2%	4,1%
Reserva de Contingência (F)	1.502	-	165.000.000	0,0%	1098525 2,9%
Despesa PMSP (D + E + F)	41.966.593.391	25.033.494.133	41.246.644.728	59,7%	-1,7%
Superávit Orçamentário PMSP (I + II - F)	8.320.576.971	8.415.526.682	9.303.886.415	101,1%	11,8%
Total Líq. da Receita da Administração Direta	50.377.103.572	19.518.371.484	38,81%		

Valores em R\$ milhões	Orçamento 2016 (I)	Arrecadado/ Liquidado até set/2016 (II)	Proposta 2017 (III)	(II) / (I) %	Var. % (III)/(I)
Receita Legislativo (Fundos CMSP e TCMSP)	9.239.000	3.286.552	9.624.000	35,6%	4,2%
Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP)	815.738.000	488.825.834	899.171.415	59,9%	10,2%
Receita da Adm. Indireta	4.020.957.775	2.280.823.240	3.874.408.000	56,7%	-3,6%
IPREM	3.332.353.202	2.023.163.070	3.385.199.000	60,7%	1,6%
Autarquia Hospitalar	69.656.320	3.943.008	70.414.424	5,7%	1,1%
HSPM	8.118.000	3.975.953	4.469.000	49,0%	-44,9%
AMLURB	117.825.208	58.127.341	130.683.590	49,3%	10,9%
Demais	493.005.045	191.613.867	283.641.986	38,9%	-42,5%
Despesa da Adm. Indireta	11.624.968.956	7.847.851.999	12.388.747.000	67,5%	6,6%
IPREM	7.154.611.720	4.847.189.648	7.913.187.195	67,7%	10,6%
Autarquia Hospitalar	1.484.901.755	1.017.492.532	1.545.785.115	68,5%	4,1%
HSPM	309.060.585	198.656.246	308.298.595	64,3%	-0,2%
AMLURB	1.967.968.877	1.480.130.368	2.092.698.928	75,2%	6,3%
Demais	708.426.019	304.383.205	528.777.167	43,0%	-25,4%
Déficit da Adm. Indireta	-7.604.011.181	-5.567.028.759	-8.514.339.000	73,2%	12,0%
IPREM	-3.822.258.518	-2.824.026.578	-4.527.988.195	73,9%	18,5%
Autarquia Hospitalar	-1.415.245.435	-1.013.549.524	-1.475.370.691	71,6%	4,2%
HSPM	-300.942.585	-194.680.292	-303.829.595	64,7%	1,0%
AMLURB	-1.850.143.669	-1.422.003.028	-1.962.015.338	76,9%	6,0%
Demais	-215.420.974	-112.769.338	-245.135.181	52,3%	13,8%
Receita Consolidada (Direta + Indireta)	54.407.300.347	35.733.130.606	54.534.563.143	65,7%	0,2%
Total da Despesa Orçamentária	54.407.300.347	33.022.044.609	54.534.563.143	60,7%	0,2%
Superávit/Déficit Consolidado	-	2.711.085.998	-	-	-

Finanças Públicas

7. Arrecadação de ITBI e Mercado Imobiliário na Cidade de São Paulo

Este artigo visa comparar a evolução recente da arrecadação do ITBI e do mercado imobiliário na cidade de São Paulo. O ITBI é um dos três impostos para os quais a Constituição Federal atribuiu competência aos municípios instituir. Trata-se de um imposto sobre a transmissão de bens imóveis, realizada “inter vivos”, por ato oneroso, que deve ser pago ao município no qual está situado o imóvel. Ato oneroso é entendido como aquele que envolve gastos pecuniários, como a compra e venda de um bem (o imposto não é cobrado no caso de doações). “Inter vivos” significa que a transação é realizada entre pessoas vivas, não incidindo ITBI, portanto, nas transmissões por herança. Tanto as doações e como as transmissões do herança são, no entanto, sujeitas ao recolhimento do imposto estadual ITCMD - Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e por Doação.

Em 2014 (ano mais recente para o qual há dados consolidados), foram arrecadados nacionalmente R\$ 11,1 bilhões com o ITBI (fonte: [Carga Tributária no Brasil 2014 - Receita Federal](#)), sendo que destes, R\$ 1,5 bilhão (ou 14% do total) foram arrecadados no município de São Paulo.

Cálculo do Imposto

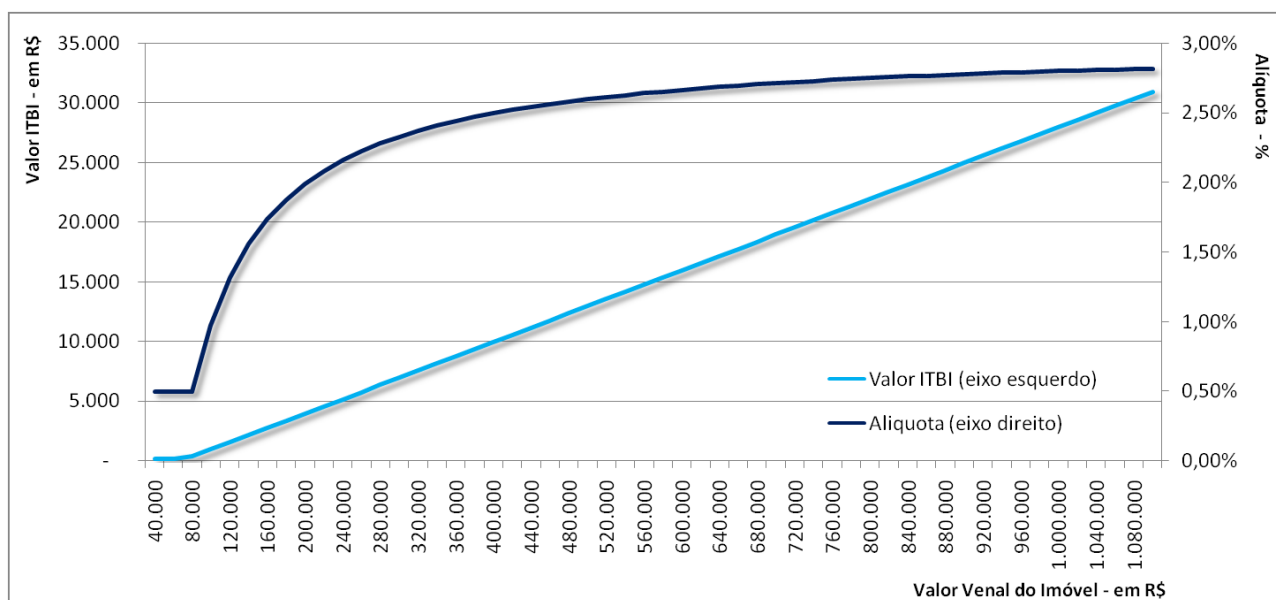
Conforme a legislação municipal da cidade de São Paulo, a base de cálculo será o maior valor entre o valor de transação e o valor venal de referência. Conforme art. 7º da Lei nº 11.154/1991 (com redação dada pela Lei nº 14.256/2006), o valor venal de referência é determinado pela Secretaria Municipal de Finanças, buscando representar “o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado”.

De acordo com o Decreto nº 55.196/2014, que regulamenta o ITBI, os valores venais dos imóveis devem ser “atualizados periodicamente, de forma a assegurar sua compatibilização com os valores praticados no Município, através de pesquisa e coleta amostral permanente dos preços correntes das transações e das ofertas à venda do mercado imobiliário, inclusive com a participação da sociedade, representada no Conselho Municipal de Valores Imobiliários”.

O imposto é calculado aplicando-se sobre a base de cálculo (valor da transação ou valor venal de referência) uma alíquota, que varia de acordo com o valor do imóvel.

Nas transações compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação - SFH e no Programa de Arrendamento Residencial - PAR, assim como naquelas que envolverem Habitação de Interesse Social - HIS aplica-se a alíquota de 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado, até o limite máximo, atualmente, de R\$ 81.073,38 (esse limite têm sido anualmente reajustado). Sobre o valor restante que exceder o limite de R\$ 81.073,38 aplica-se a alíquota de 3%. Portanto, a alíquota “média” de uma determinada transação ficará entre 0,5% e 3,0%, sendo que, quanto maior o valor venal do imóvel mais próxima de 3,0% será o percentual aplicado. O Gráfico 7.1 ilustra como crescem o valor devido do ITBI e a alíquota “média” em função do valor venal do imóvel.

Gráfico 7.1 - Valor ITBI e Alíquota aplicada em função do Valor Venal do Imóvel



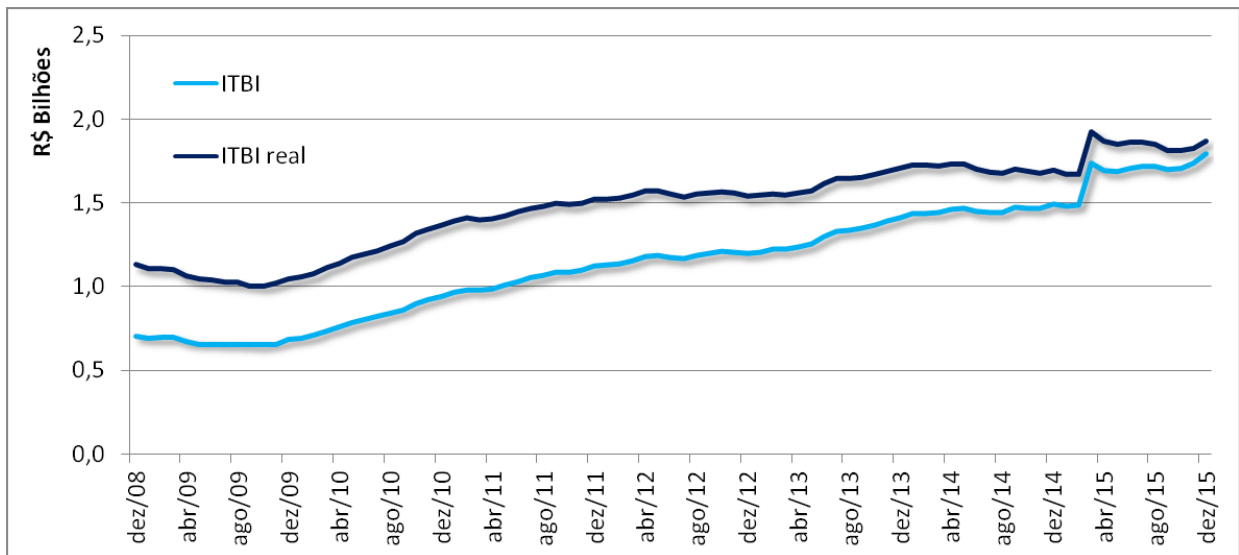
Elaboração CTEO

Nas demais transações, não compreendidas no SFH nem envolvendo HIS, aplica-se a alíquota de 3%. Ressalta-se que até 30/03/2015, a alíquota aplicada era de 2%, e, em razão da entrada em vigor da Lei 16.098/2014, a alíquota foi para 3%.

Evolução da Arrecadação de ITBI e Mercado Imobiliário

O Gráfico 7.2 mostra a evolução da arrecadação (nominal e real) acumulada em 12 meses do ITBI. A arrecadação real foi calculada atualizando os valores mensais pelo IPCA/IBGE de dezembro/2015.

Gráfico 7.2 - ITBI - Arrecadação Acumulada em 12 meses - Nominal e Real (atualizada para preços de dezembro/2015)



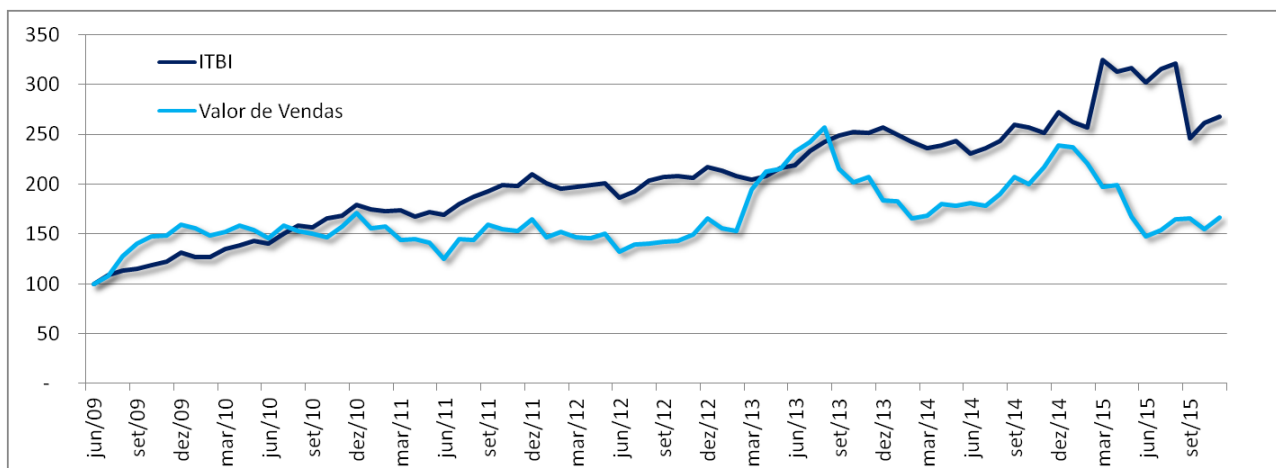
Fonte: Sistema ABACO/TCMSP – posição 10/03/2016

A arrecadação nominal passou de R\$ 709,9 bilhões em dezembro/2008 para R\$ 1,8 bilhão em dezembro/2015, o que representou uma variação nominal de 153%. Em termos reais, a variação foi de 58% em 7 anos (média de crescimento real de 7% ao ano). A expansão real da arrecadação de ITBI no período superou o desempenho das receitas dos outros impostos municipais, IPTU e ISS, que cresceram, respectivamente, 47% e 42%.

Particularmente, a partir de abril/2015, observa-se uma forte elevação no nível da arrecadação de ITBI em virtude da majoração da alíquota, estabelecida pela Lei 16.098/2014, de 2% para 3% aplicada sobre a base de cálculo.

Aparte a majoração da alíquota, o principal fator explicativo do crescimento das receitas do ITBI nos últimos anos tem sido o aquecimento do mercado imobiliário. O Gráfico 7.3 ilustra as trajetórias do valor do arrecadação e do valor das vendas de imóveis novos comercializados (fonte: Secovi). Para melhor comparação, as séries exibidas são índices (base junho/2009=100) da média móvel de 6 meses.

Gráfico 7.3 - Arrecadação de ITBI e Valor de Vendas - Secovi - Média Móvel 6 meses
(índice base junho=100)



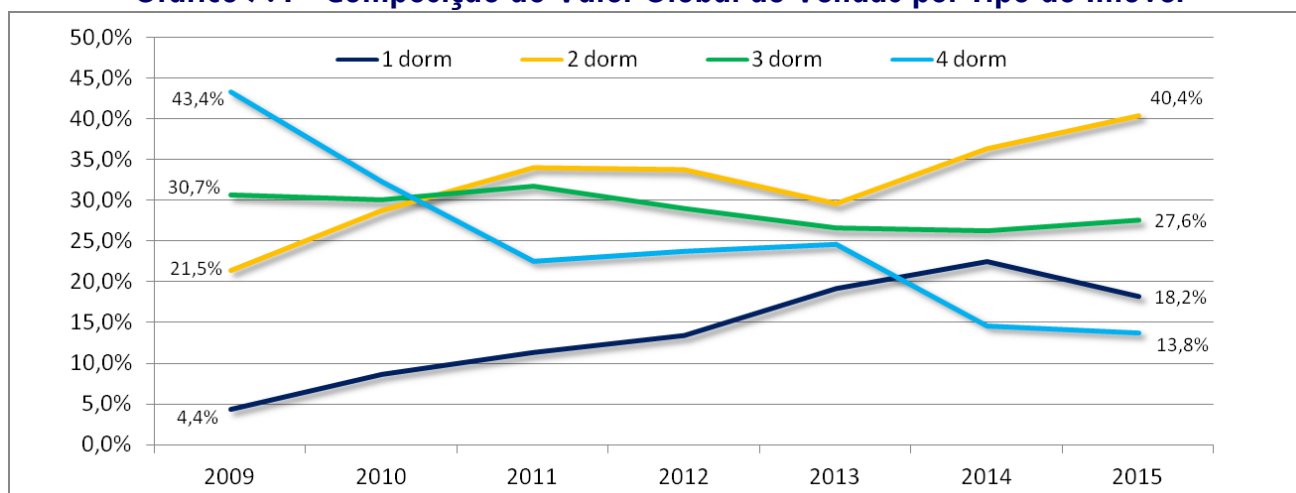
Fonte: ITBI - Sistema ABACO/TCMSP e VGV - Secovi

Apesar de apresentar um expressivo crescimento, a evolução do valor das vendas de imóveis novos não acompanha com a mesma velocidade a trajetória de expansão da arrecadação de ITBI. O índice construído a partir da média móvel de 6 meses aponta para um crescimento de 67% no período junho/2009 a dezembro/2015 do valor global de vendas (VGV) comercializado (divulgado mensalmente pelo Secovi). Já o índice da média móvel de 6 meses do valor da arrecadação do ITBI mostrou crescimento de 167% no mesmo período.

Entre as limitações que devemos apontar desse comparativo, está o fato de a série exibida ser composta apenas por imóveis novos, não incluindo os imóveis usados. No entanto, a inclusão dos imóveis usados somente alteraria o resultado, caso as vendas desse segmento tenham seguido uma dinâmica muito diferente (com crescimento maior) do que a observada nos imóveis novos. Se seguirem uma trajetória de crescimento próxima (ou menor) da observada no imóveis novos, a divergência se manterá (ou aumentará).

Outra explicação possível para a diferença de percentual de crescimento seria a composição dos imóveis comercializados. Conforme a forma de cálculo do imposto (Gráfico 7.1), quanto maior o valor venal de um determinado imóvel, menor será a alíquota média incidente sobre ele. Assim, caso aumente a participação dos imóveis com alto valor venal na composição do valor global de vendas, ocorrerá um crescimento da arrecadação de ITBI, mesmo sem haver expansão do valor global de vendas. No entanto, no período analisado, sucedeu o inverso. Houve um crescimento da participação dos imóveis com valor menor (com menos dormitórios). O Gráfico 7.4 mostra que a participação dos imóveis com 1 ou 2 dormitórios (em tese, imóveis com valor mais baixo) no valor global de vendas aumentou entre 2009 e 2015.

Gráfico 7.4 - Composição do Valor Global de Vendas por Tipo do Imóvel



Fonte: Secovi

A participação do valor dos imóveis de 1 dormitório subiu de 4,4%, em 2009, para 18,2%, em 2015. A participação dos imóveis de 2 dormitórios subiu de 21,5%, em 2009, para 40,4%, em 2015. Já a participação dos imóveis de 3 e 4 dormitórios caíram, respectivamente, de 30,7% para 27,6% e de 43,4% para 13,8%. A mudança na composição do VGV entre os tipos de imóveis, portanto, não contribui para explicar a diferenças entre a taxa de crescimento da arrecadação de ITBI e do valor dos imóveis comercializados. Pelo contrário, torna ainda mais notável a evolução das receitas do imposto, uma vez que seria de se esperar uma expansão até menor da arrecadação em relação ao VGV, dado que a composição dos imóveis comercializados apontou para o aumento da participação daqueles sobre os quais incidem uma alíquota média menor do tributo.

Por fim, outro fator que potencialmente pode contribuir para explicar a divergência entre as taxas de crescimento mostrada no Gráfico 7.3 é a base de cálculo adotada pela Prefeitura para determinar o valor do imposto devido. Conforme mencionado no início da seção anterior, a base de cálculo definida pela legislação na cidade de São Paulo é o maior entre o valor de transação e o valor venal de referência - VVR, que é uma estimativa, periodicamente, atualizada pela Prefeitura, e que representa um valor mínimo do imóvel aceito pela administração para o recolhimento do ITBI. Ou seja, a base de cálculo do imposto pode, portanto, ser maior do que o valor da transação, caso esse seja menor que o VVR estimado pela Prefeitura.

Não há disponível uma base de dados com os VVRs dos imóveis da cidade (a Prefeitura disponibiliza, em site próprio, a consulta do VVR de um determinado imóvel apenas mediante seu número de cadastro - SQL), portanto, não há meios de se construir um índice teórico para se mensurar a valorização média aplicada pela Prefeitura sobre os VVRs dos imóveis da cidade de São Paulo.

No entanto, algumas matérias jornalísticas, nas quais foram selecionados, de modo aleatório, alguns imóveis na cidade, apontaram, na média, um alto crescimento dos VVRs. A reportagem da 'Folha de São Paulo'¹ do dia 31/03/2014 estima que, em média, os VVRs cresceram 43% de 2009 a 2012, 23% em 2013 e 48% em 2014 (até março). Matéria de "O Estado de São Paulo"², publicada em 20/05/2014, cita que em "pesquisa feita em cartórios da capital mostra que o aumento no ITBI varia de 23% a 150%, conforme a região da cidade". De qualquer forma, ambas matérias informam que, segundo a Prefeitura, o VVR é utilizado em 20% dos casos para apurar o valor do imposto devido, nas demais, são aceitos os valores em que os imóveis são efetivamente comercializados.

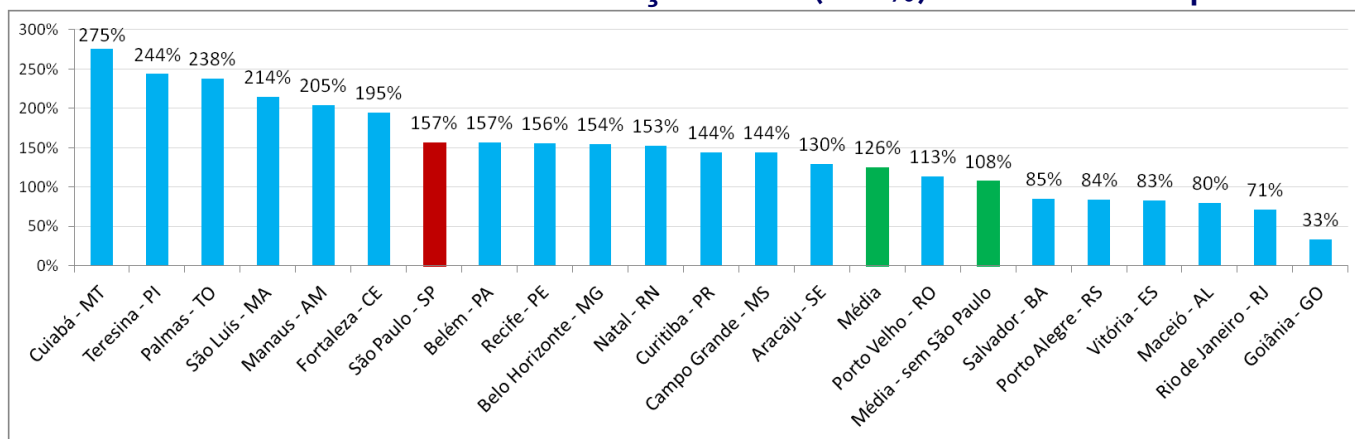
Arrecadação de ITBI nas Capitais Brasileiras

O significativo crescimento na arrecadação de ITBI na cidade de São Paulo pode ser observado também em outras capitais brasileiras. De 2009 a 2015, o aumento nominal das receitas do tributo em 21 capitais (para as quais existem dados consolidados disponibilizados para consulta pela Secretaria do Tesouro Nacional) foi de 126%. Descontando a cidade de São Paulo, as 20 capitais restantes pesquisadas apresentaram crescimento médio de 108% da arrecadação do imposto.

O Gráfico 7.5 ilustra a variação percentual das receitas de ITBI entre 2009 e 2015.

- (1) A matéria "Ajuste de Haddad eleva imposto de imóveis em SP" de 31/03/2014 (disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1433413-ajuste-de-haddad-eleva-imposto-de-imoveis.shtml>)
- (2) A matéria "Prefeitura eleva ITBI em até 150% em São Paulo" de 20/05/2014 (disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-eleva-itbi-em-ate-150-em-sao-paulo,1169225>)

Gráfico 4.5 - Crescimento na Arrecadação de ITBI (Var.%) 2009 a 2015 - Capitais

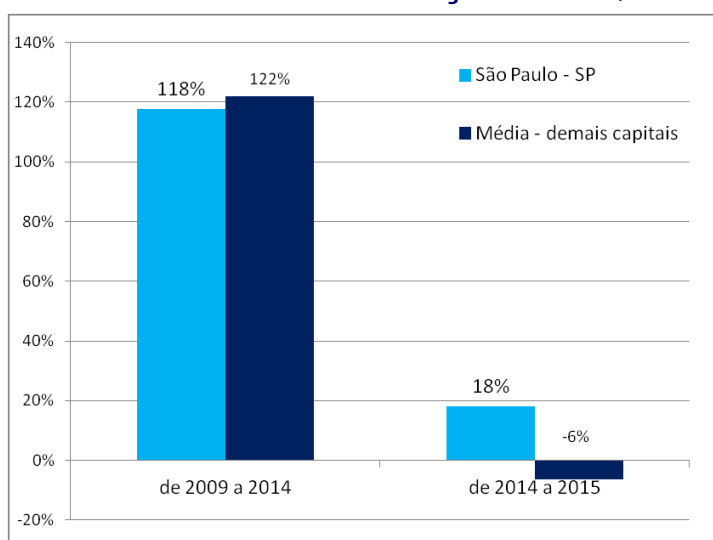


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Siconfi - https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf

Na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 157% no período 2009 a 2015. O desempenho acima da média da receita paulistana deve-se principalmente ao comportamento da arrecadação em 2015, ano em que houve a majoração da alíquota incidente sobre a base de cálculo de 2% para 3%.

Considerando apenas o períodos de 2009 a 2014, o crescimento das receitas do imposto em São Paulo foi 118%, percentual próximo ao da média das demais capitais, que foi 122%. Já, em 2015, a expansão em São Paulo foi de 18%, enquanto que nas demais capital houve queda de 6%.

Gráfico 7.5 - Crescimento na Arrecadação de ITBI (Var.%) - Capitais



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Siconfi

Considerações Finais

Este artigo procurou mostrar a evolução da arrecadação do ITBI na cidade de São Paulo conjuntamente com a evolução do valor dos imóveis comercializados. Foram construídos índices de média móvel de 6 meses para comparar as dinâmicas de crescimento das receitas de ITBI e do valor global de venda de imóveis novos (fonte: Secovi). No período de 2009 a 2015, o crescimento nominal do índice de arrecadação do imposto foi de 167%, enquanto que a expansão do índice das vendas dos imóveis foi de 67%.

Alguns fatores podem ajudar a explicar a divergência de trajetória das duas séries. A série não inclui a comercialização de imóveis usados. No entanto, isso somente torna-se uma limitação, caso as vendas de imóveis usados tenham seguindo uma dinâmica muito diferente com um crescimento maior do que o observado nos imóveis novos. Caso tenham seguindo uma trajetória de crescimento próxima (ou menor), a divergência se manterá (ou aumentará).

Outro fator que pode ajudar a explicar a diferença entre as trajetórias de crescimento é a base de cálculo utilizada para o pagamento do ITBI. A Prefeitura de São Paulo utiliza como base de cálculo o maior valor entre o valor de transação e o valor venal de referência - VVR. Assim, a diferença pode ser, em tese, explicada pela elevação dos VVRs pela Prefeitura a taxas maiores que os valores comercializados no mercado imobiliário.

De qualquer forma, a significativa elevação da arrecadação de ITBI foi observado também em outras capitais brasileiras. De 2009 a 2014, o crescimento das receitas do imposto em São Paulo foi 118%, percentual próximo ao da média das demais capitais, que foi 122%.

8. Arrecadação de IPVA na Região Metropolitana de São Paulo

8.1 - Introdução

O IPVA (Imposto sobre propriedade de veículos automotores) é um imposto estadual (de acordo com artigo 155, III da Constituição Federal, somente Estados e o Distrito Federal têm competência para instituí-lo) cuja incidência, como o próprio nome diz, se dá sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer espécie, devendo ser pago anualmente pelo proprietário ou responsável. No estado de São Paulo, a Lei nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, e suas modificações subsequentes¹ formam o conjunto de normas que regem a cobrança do referido imposto.

Apesar de ser um imposto estadual, a constituição no seu artigo 158, inciso III, determina que 50% do valor arrecadado com o IPVA deva ir para o município que originou essa arrecadação. Portanto, metade do IPVA fica com os estados e a outra metade é distribuída entre os municípios, seguindo a regra do local de licenciamento do veículo que originou a cobrança do imposto.

Este artigo tem por objetivo trazer alguns dados sobre a arrecadação de IPVA no estado de São Paulo como um todo e, mais especificamente, sobre os municípios da região metropolitana de São Paulo. Embora não seja uma fonte de receita, tanto para o estado, quanto para os municípios, tão relevante quanto o ICMS, historicamente (considerando o período 1994-2014) o IPVA foi responsável por cerca de 8% da receita tributária do estado de São Paulo e por volta de 5% das receitas correntes dos municípios da região metropolitana de São Paulo (considerando o período 2009-2014).

Devido a disponibilidade de dados anuais consolidados pela Secretaria da Fazenda do Estado, serão utilizadas informações até 2014, dado que até a data final de elaboração deste trabalho, não havia um valor fechado divulgado para o ano de 2015. No caso da informação aberta por municípios da região metropolitana, o período utilizado será de 2009-2014.

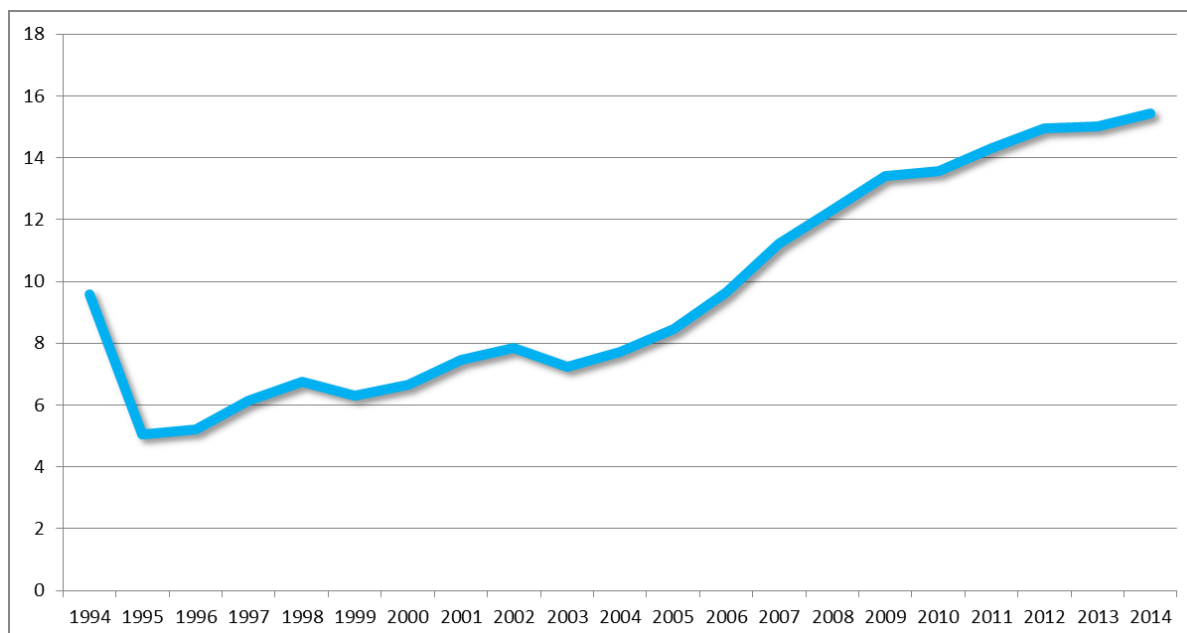
(1) De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, essas modificações incluem as Leis nº 7.002, de 27 de dezembro de 1990; 7.644, de 23 de dezembro de 1991; 8.052, de 7 de outubro de 1992; 8.205, de 29 de dezembro de 1992, 8.490 de 23 de dezembro de 1993 e 9.459, de 16 de dezembro de 1996. Link: http://www.fazenda.sp.gov.br/oquee/oq_ipva.asp

* Publicado no Indicador Paulistano nº 59 – abril/2016.

8.2 - Arrecadação de IPVA no estado de São Paulo

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado, em 2014 foram arrecadados R\$13,524 bilhões de IPVA, cerca de 9,6% de toda a receita tributária do estado. O valor foi nominalmente 9% maior que o arrecadado no ano anterior. Em termos reais², o aumento foi de 2,8%. O gráfico 8.1 traz a evolução da arrecadação real de IPVA no estado (em R\$ de nov/15, último mês com dados divulgados até o fechamento deste trabalho).

Gráfico 8.1 - Arrecadação de IPVA (R\$ de nov/15) - Estado de São Paulo - Em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

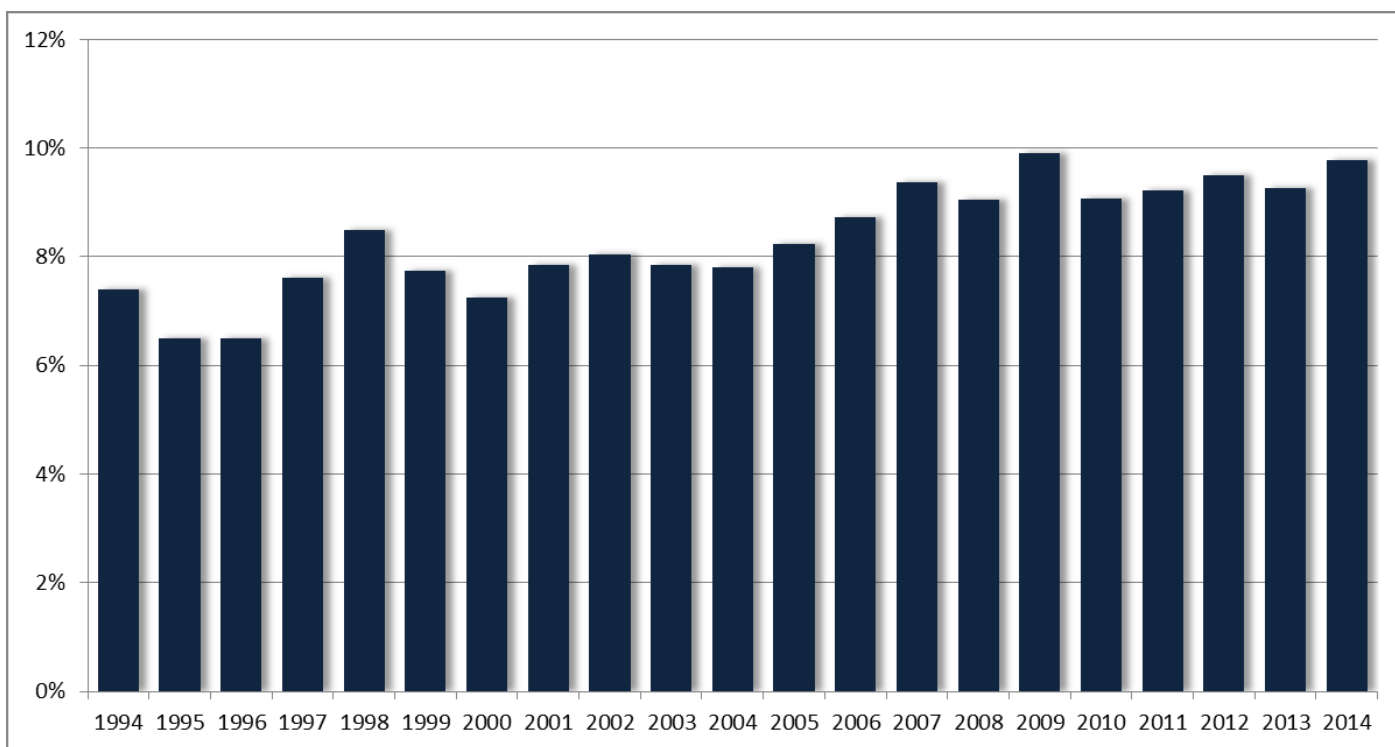
Como pode ser observado no gráfico, após um longo período de leve crescimento (1995-2003), cerca de 43% no período (algo em torno de 4,05% ao ano), a partir de 2004, a arrecadação com IPVA teve um crescimento real mais robusto, praticamente dobrando de valor em 11 anos (crescimento de aproximadamente 6,5% ao ano).

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, em 2004, a arrecadação foi de R\$7,705 bilhões chegando a R\$15,437 bilhões em 2014 (ambos, valores corrigidos pelo IPCA até nov/2015).

A maior arrecadação do IPVA, no entanto, acompanhou, de forma geral, o crescimento da arrecadação tributária do estado. Como participação nas receitas tributárias, em 1994, o IPVA compunha 7,4% dessas receitas, já em 2014 a participação ficou em 9,78%. O gráfico 8.2 traz a participação do IPVA nas receitas tributárias do estado para o período 1994-2014.

(2) Os valores reais utilizados são os divulgados pela Secretaria da Fazenda do Estado, que utiliza como deflator o IPCA/IBGE, considerando a inflação do mês do recolhimento.

Gráfico 8.2 - Participação da arrecadação do IPVA nas receitas tributárias - Estado de São Paulo

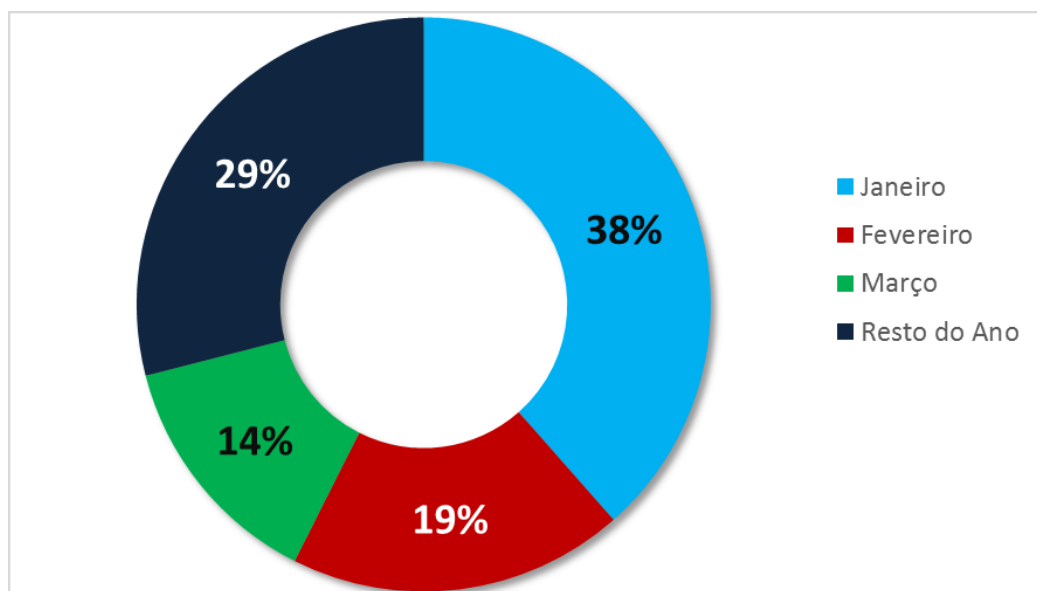


Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Embora a trajetória da participação do IPVA na receita tributária do estado apresente uma trajetória de leve crescimento, há oscilações por todo o período. Em 2010, registrou queda dessa participação (9,07% contra 9,91%, percentual máximo atingido em 2009 para o período considerado), porém, em 2011, novamente apresentou uma participação maior, crescimento que persistiu em 2012 e foi interrompido em 2013 (participação de 9,26% contra 9,5% do ano anterior), voltando a crescer em 2014.

Os dados mensais da Secretaria da Fazenda do Estado mostram que a maior parte da arrecadação de IPVA ocorre nos três primeiros meses do ano (71% do total). A partir de abril, a média de arrecadação passa a ser aproximadamente 3,2% por mês, totalizando 29% para o restante do ano. O gráfico 8.3 traz a divisão da porcentagem entre esses três meses e o restante do ano.

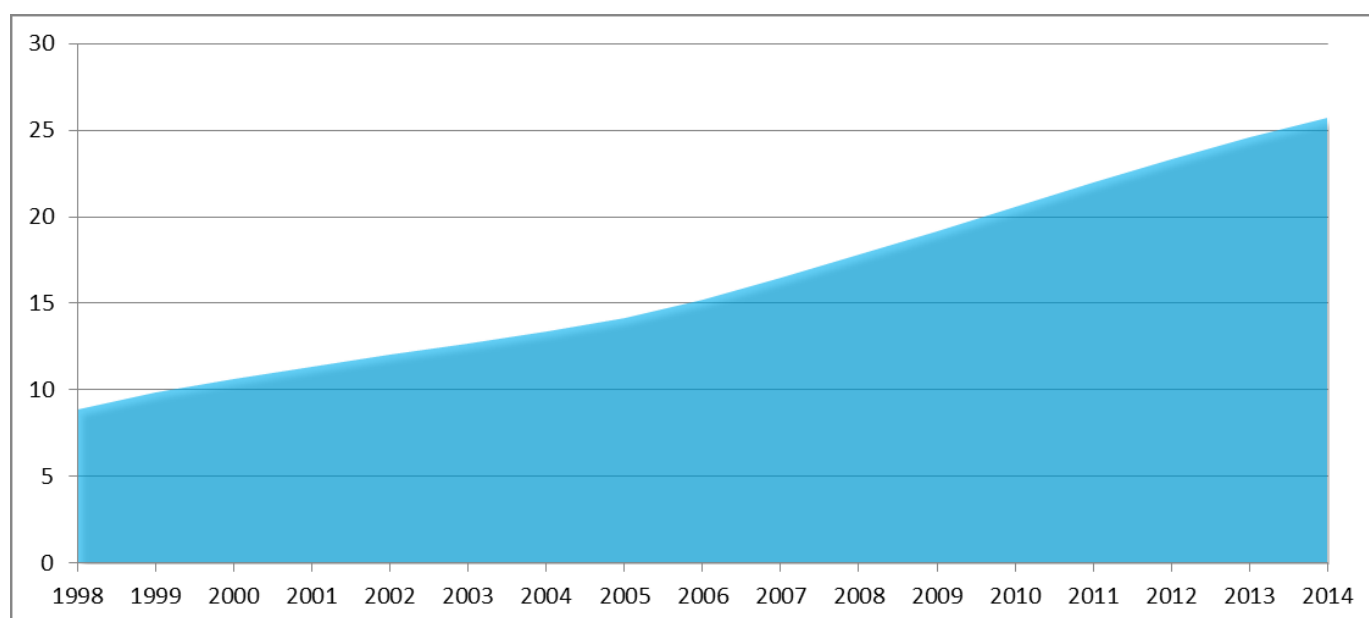
Gráfico8.3 - Arrecadação de IPVA por mês (% do total anual)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Um dado interessante a ser observado sobre o crescimento da arrecadação com IPVA é o comportamento da frota de veículos automotores. Utilizando dados do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), a frota de veículos no estado de São Paulo, para o período de 1998-2014 subiu 90%, saindo de cerca de 8,85 milhões de veículos em dezembro de 2004 para 25,7 milhões em dez/2014. O gráfico 8.4 traz a evolução desse número.

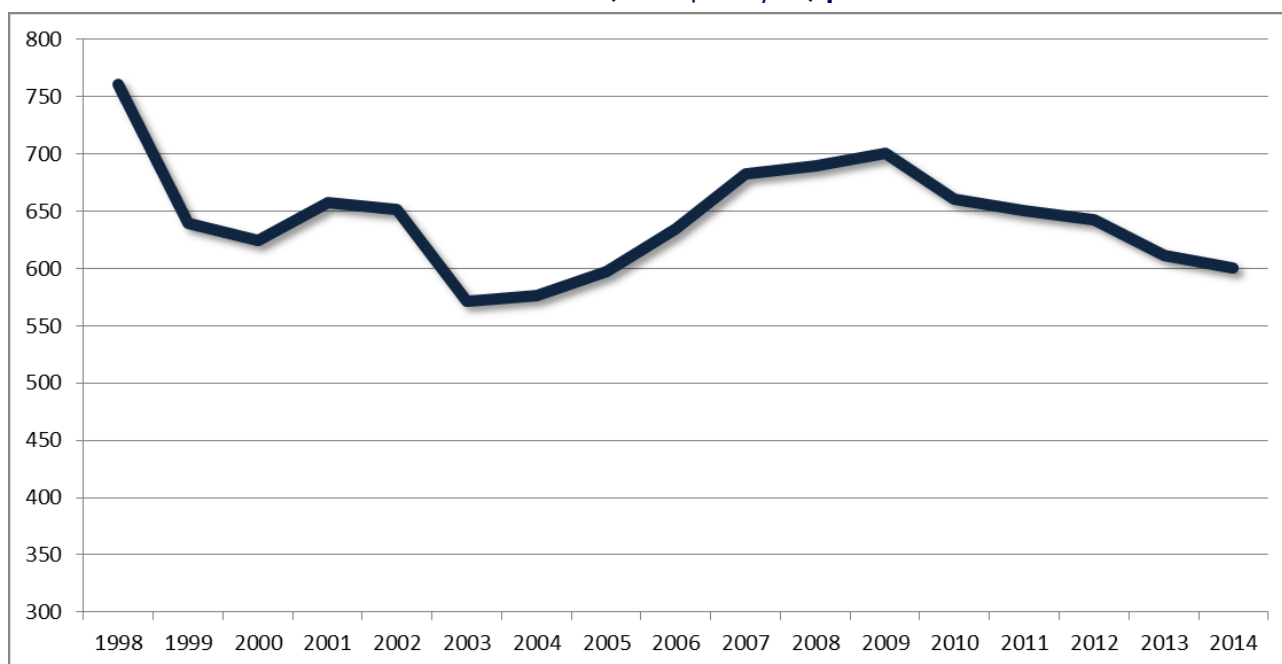
Gráfico 8.4 - Frota de veículos (em dezembro) - Estado de São Paulo - em milhões



Fonte: DENATRAN

No mesmo período (1998-2014), a arrecadação real estadual de IPVA cresceu cerca de 129%. O gráfico 8.5 traz uma estimativa do IPVA por veículo da frota entre 1998 e 2014.

Gráfico 8.5 - IPVA Arrecadado (em R\$ nov/15) pela Frota de Veículos



Fonte: DENATRAN (Frota de Veículos) / Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (IPVA arrecadado)

Observa-se que desde 2009 há uma tendência de queda nessa razão “IPVA / Frota de Veículos”, após um período de 7 anos de alta (entre 2003 e 2009). É importante frisar que esses valores de IPVA estão corrigidos pelo IPCA de novembro de 2015 (não são os valores nominais).

Além dos dados agregados para todo o estado, a Secretaria da Fazenda do Estado também divulga a arrecadação de IPVA por DRT (Delegacia Regional Tributária). As DRTs da capital arrecadaram, em 2014, cerca de R\$ 4,316 bilhões (32% do total de IPVA arrecadado no estado). A DRT de Campinas com R\$ 1,406 bilhão foi a segunda, seguida pela DRT do ABCD com R\$ 894 milhões.

Comparando com 2009, primeiro ano com as informações disponibilizadas nesse grau de abertura no site da Secretaria, a DRT de Osasco, Guarulhos e de Sorocaba foram as regionais com maior crescimento da arrecadação (85%, 82,1% e 81,3% respectivamente). Por outro lado, as DRTs da capital, ABCD e Litoral registraram os menores crescimentos (27,8%, 48,5% e 55,2%). A arrecadação também ficou mais pulverizada entre as DRTs. Em 2009, 38,1% da arrecadação vinha da capital, em 2014 a porcentagem caiu para 32%. A porcentagem média de cada DRT (exceto capital) era de 4,13% em 2009, já em 2014 a média subiu para 4,54%. A Tabela 8.1 traz a

arrecadação de IPVA para 2009 e 2014 para as DRTs do estado de São Paulo.

Tabela 8.1 - Arrecadação de IPVA por DRT (Delegacia Regional Tributária) - em R\$ mil

DRT	2009	2014	Var. % 2014/2009
DRT-02 - LITORAL	307.929	477.937	55,2%
DRT-03 - TAUBATE	371.088	628.686	69,4%
DRT-04 - SOROCABA	375.463	680.786	81,3%
DRT-05 - CAMPINAS	876.664	1.406.070	60,4%
DRT-06 - RIBEIRAO PRETO	503.960	828.197	64,3%
DRT-07 - BAURU	270.331	456.642	68,9%
DRT-08 - SAO JOSE DO RIO PRETO	289.729	500.888	72,9%
DRT-09 - ARACATUBA	120.768	206.584	71,1%
DRT-10 - PRESIDENTE PRUDENTE	127.043	221.590	74,4%
DRT-11 - MARILIA	151.805	263.466	73,6%
DRT-12 - ABCD	602.193	894.552	48,5%
DRT-13 - GUARULHOS	371.821	677.171	82,1%
DRT-14 - OSASCO	470.024	869.429	85,0%
DRT-15 - ARARAQUARA	255.960	431.089	68,4%
DRT-16 - JUNDIAI	390.199	664.981	70,4%
DRT - CAPITAL	3.376.879	4.316.399	27,8%
TOTAL	8.861.857	13.524.465	52,6%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

8.3 - Dados da Região Metropolitana de São Paulo

A tabela 1.2 traz a arrecadação de IPVA (valores nominais) por município da região metropolitana de São Paulo para o ano de 2009 e 2014. Os números se referem ao valor total arrecadado pelo estado no município. A parte pertencente ao município, conforme a Constituição, corresponde a 50% do valor listado.

A arrecadação total da região em 2014 foi de cerca de R\$ 6,757 bilhões, 40% maior que o valor arrecadado em 2009 (R\$4,820 bilhões). O município de São Paulo é responsável pela maior parte da arrecadação de IPVA na região metropolitana, embora esse peso venha diminuindo ao longo dos anos. Em 2009, 70% do valor arrecadado na região veio de São Paulo (R\$ 3,376 bilhões de um total de R\$ 4,820 bilhões), já em 2014 a porcentagem ficou em 63,8% (R\$ 4,316 bilhões de um total de R\$ 6,757 bilhões).

Tabela 8.2 - Arrecadação Estadual de IPVA (em R\$ mil) por município da RMSP

Município	2009	2014	Var. % 2014/2009
Arujá	16.572	30.580	84,5%
Barueri	82.763	124.735	50,7%
Biritiba-Mirim	1.671	3.687	120,6%
Caieiras	10.670	21.611	102,5%
Cajamar	9.189	17.416	89,5%
Carapicuíba	39.105	76.246	95,0%
Cotia	41.492	80.833	94,8%
Diadema	47.442	81.924	72,7%
Embu das Artes	20.773	47.686	129,6%
Embu-Guaçu	5.186	13.679	163,8%
Ferraz de Vasconcelos	10.799	25.241	133,7%
Francisco Morato	5.543	14.614	163,6%
Franco da Rocha	8.868	19.196	116,5%
Guararema	3.762	7.307	94,2%
Guarulhos	184.445	321.984	74,6%
Itapeçerica da Serra	14.241	30.096	111,3%
Itapevi	15.230	35.344	132,1%
Itaquaquecetuba	17.862	45.297	153,6%
Jandira	13.173	23.547	78,7%
Juquitiba	1.894	4.203	121,9%
Mairiporã	10.221	22.685	121,9%
Mauá	47.039	79.034	68,0%
Mogi das Cruzes	74.441	127.477	71,2%
Osasco	121.866	206.228	69,2%
Pirapora do Bom Jesus	1.198	2.254	88,1%
Poá	13.505	23.639	75,0%
Ribeirão Pires	19.583	30.972	58,2%
Rio Grande da Serra	2.837	5.732	102,0%
Salesópolis	1.645	2.977	81,0%
Santa Isabel	5.241	10.734	104,8%
Santana do Parnaíba	42.518	73.737	73,4%
Santo André	178.901	259.144	44,9%
São Bernardo do Campo	230.900	336.844	45,9%
São Caetano do Sul	75.492	100.903	33,7%
São Lourenço da Serra	1.241	2.903	134,0%
São Paulo	3.376.879	4.316.399	27,8%
Suzano	31.656	55.564	75,5%
Taboão da Serra	28.663	61.250	113,7%
Vargem Grande Paulista	6.411	13.853	116,1%
TOTAL	4.820.918	6.757.550	40,2%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

O segundo município, em termos de arrecadação no ano de 2014, é São Bernardo do Campo com R\$ 336,8 milhões, seguido de Guarulhos (R\$321,9 milhões) e Santo André (R\$ 259,1 milhões).

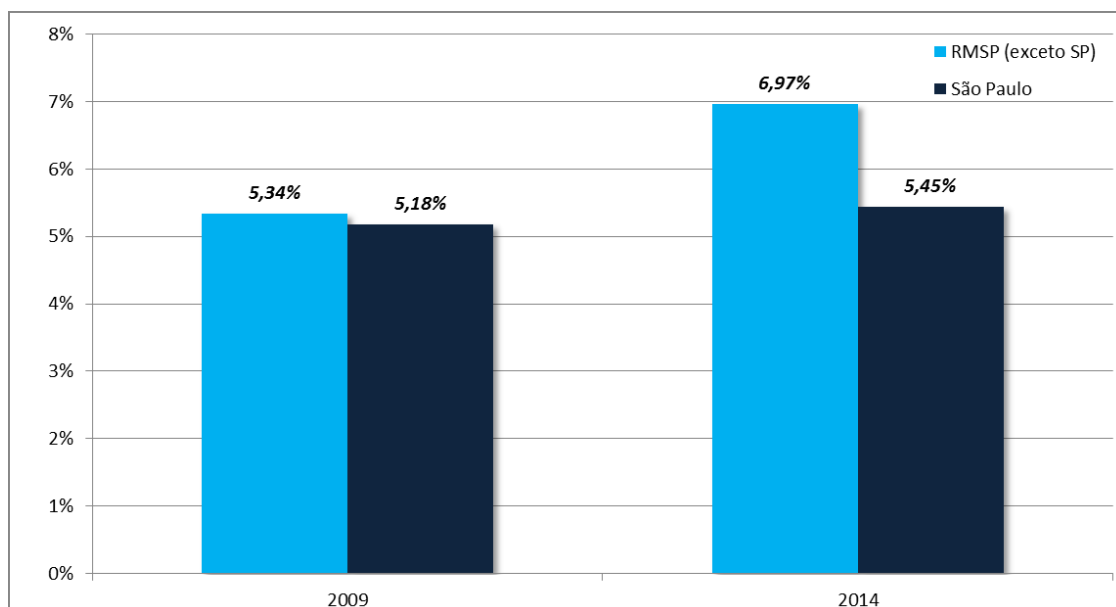
Em situação inversa a dos municípios anteriores, Pirapora do Bom Jesus obteve a menor arrecadação de IPVA na região em 2014, R\$ 2,254 milhões. São Lourenço da Serra (R\$ 2,903 milhões), Salesópolis (R\$ 2,977 milhões) e Biritiba-Mirim (R\$ 3,687 milhões) completam o grupo das menores arrecadações.

Em termos de variação, Embu-Guaçu registrou o maior crescimento na arrecadação no período 2009-2012, 163,8% - saindo de R\$ 5,185 milhões em 2009 para R\$ 13,678 milhões em 2014. Com uma porcentagem muito parecida (163,7%), Francisco Morato saltou de R\$ 5,543 milhões arrecadados com IPVA em 2009 para R\$ 14,614 milhões em 2014. Completando o grupo dos 4 maiores crescimentos, tem-se Itaquaquecetuba (153,6%) e São Lourenço da Serra (134%).

São Paulo foi, dentro da região metropolitana, o município com o menor crescimento de arrecadação, 27,8% (saiu de R\$ 3,376 bilhões em 2009 para R\$ 4,316 bilhões em 2014). São Caetano do Sul (33,7%), Santo André (44,9%) e São Bernardo do Campo (45,9%) completam o grupo dos 4 menores variações.

Ainda em relação ao período 2009-2014, a cota-parte do IPVA (os 50% destinados aos municípios) vem aumentando o seu peso em relação a receita corrente dos municípios. Considerando os municípios da região metropolitana de São Paulo que possuem dados de receita corrente no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) para 2009 e 2014 - total de 20 municípios, mais São Paulo, em 2009, para esse agregado de municípios (exceto São Paulo), a cota-parte foi o equivalente a 5,34% da receita corrente. Em 2014 esse percentual saltou para 6,97% (gráfico 1.6). Segundo os dados, em 2009 os municípios da região metropolitana, (os 20 municípios com dados no SICONFI, excluindo São Paulo), tiveram uma receita corrente de R\$ 10,752 bilhões e uma cota-parte de IPVA de R\$ 574,6 milhões. Já em 2014, a receita corrente do grupo ficou em R\$ 18,204 bilhões face uma cota-parte de IPVA de R\$ 942,2 milhões. No caso do município de São Paulo, em 2009 a cota-parte correspondeu a 5,18% das receitas correntes paulistanas, subindo para 5,45% em 2014 (gráfico 1.6). Em 2009, segundo o SICONFI, São Paulo teve uma receita corrente de R\$ 24,238 bilhões e uma cota-parte de IPVA no valor de R\$ 1,688 bilhão. Em 2014 a receita corrente paulistana foi de R\$ 39,622 bilhões, enquanto a cota-parte ficou em R\$ 2,158 bilhões.

Gráfico 8.6 - Cota-parte do IPVA como proporção da receita corrente (2009 - 2014)



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

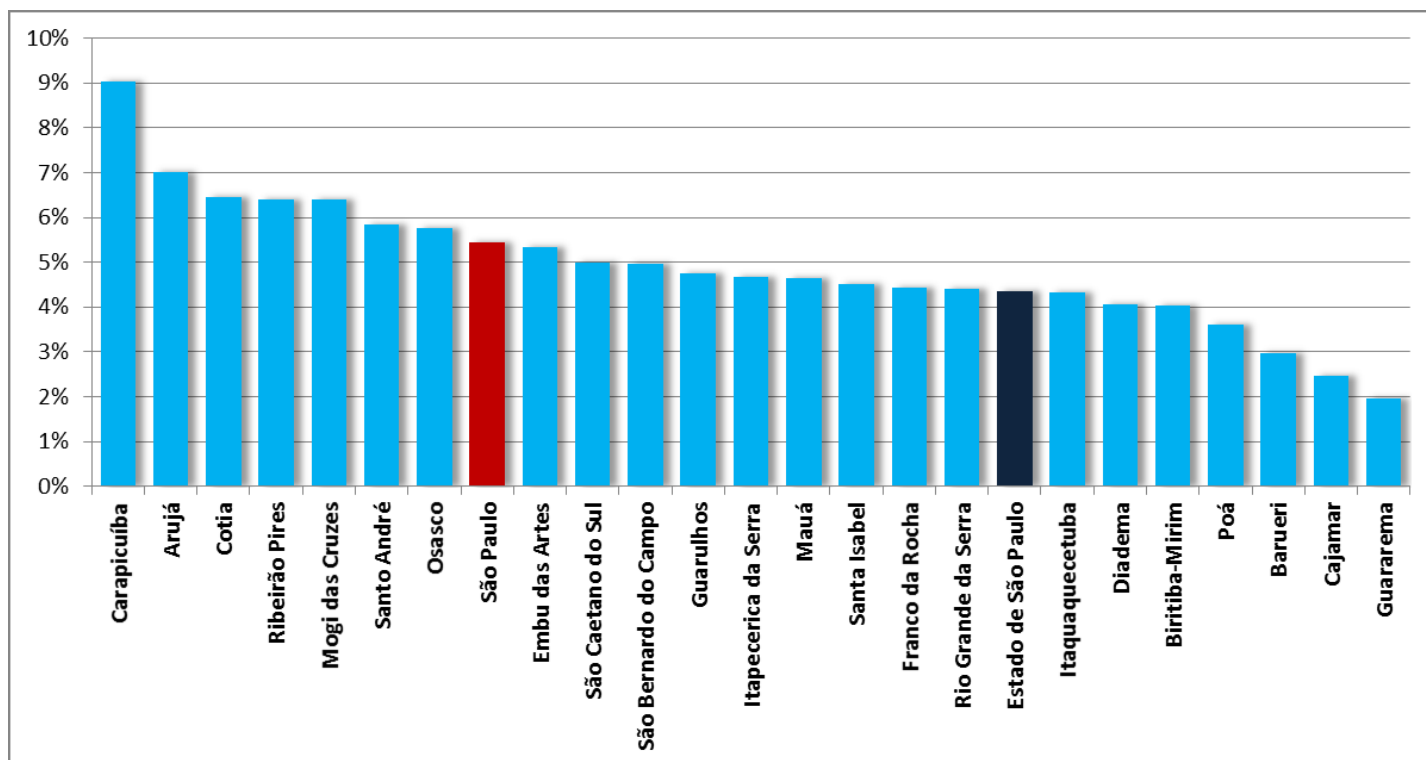
Olhando para a situação dos municípios individualmente, em 2014, Carapicuíba registrou a maior dependência da cota-parte, com 9,04% da sua receita corrente de R\$ 421,766 milhões tendo essa fonte de recursos. Arujá, cuja receita corrente segundo o SICONFI é de R\$ 218,224 milhões, com uma proporção de 7,01% ficou com a segunda posição, seguido de Cotia (6,45%).

Dentre os municípios menos dependentes da cota-parte, Guararema apresenta o menor percentual. Apenas 1,95% da sua receita corrente de R\$ 186,870 milhões vem da cota-parte do IPVA. Cajamar com 2,47% e Barueri com 2,98% completam os três menos dependentes. São Paulo tem 5,45% da sua receita corrente vinda da cota-parte do IPVA, é o oitavo município mais dependente.

Dos 24 municípios com dados de receita corrente para 2014 no SICONFI, somente 7 municípios tem uma dependência do IPVA menor que o estado de São Paulo cuja porcentagem da parcela estadual do IPVA por receita corrente foi de 4,35%.

O gráfico 8.7 traz essa proporção para os 24 municípios da região metropolitana com dados de receita em 2014 no SICONFI e para o estado de São Paulo.

Gráfico 8.7 - Cota-parte do IPVA como proporção da receita corrente 2014 - RMSP



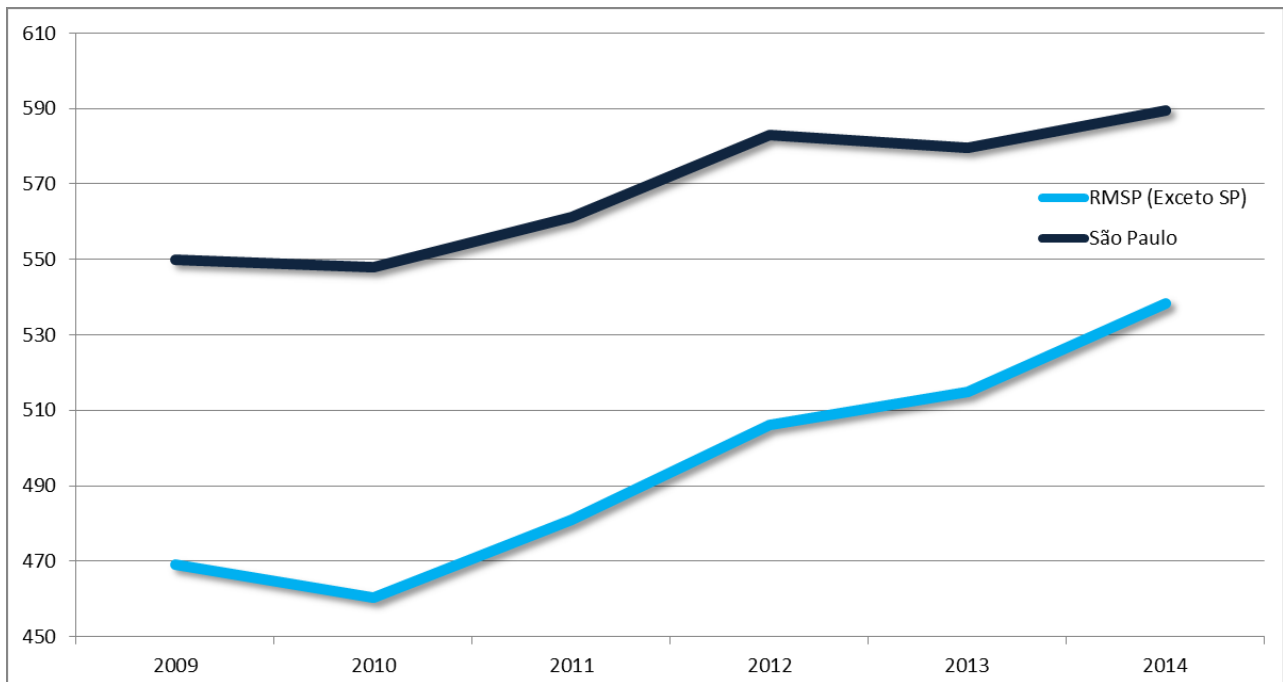
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Comparando o crescimento da frota com o crescimento da arrecadação do IPVA na região metropolitana, de 2009 a 2014, segundo o DENATRAN, considerando o mês de dezembro de cada ano, a frota de veículos aumentou em 47% de 2009 a 2014, nos municípios da região metropolitana de São Paulo (excluindo São Paulo). Já a arrecadação de IPVA na mesma região aumentou 69%, gerando um aumento do IPVA por veículo no período. Em 2009 a razão entre arrecadação de IPVA pela frota de veículo foi de R\$ 468,99 para o conjunto desses municípios. Em 2014 o valor subiu para R\$ 538,34.

A situação do município de São Paulo segue a mesma trajetória. Segundo o DENATRAN, a frota cresceu cerca de 19,2% entre 2009 e 2014, enquanto o aumento na arrecadação de IPVA foi de 27,8%. O valor do “IPVA médio” ficou em R\$549 em 2009. Para 2014, o montante ficou em R\$589,39. Dentre os municípios individualmente, o maior crescimento no período 2009-2014 do “IPVA médio” ocorreu em Francisco Morato (40,30%), seguido de Itapevi com 39,96% e Biritiba-Mirim com 30,78%. No lado oposto, Barueri com 1,11%, São Paulo (7,16%) e São Caetano do Sul (9,30%) apresentaram o menor crescimento. O gráfico 1.8 traz a evolução da estimativa de IPVA médio (calculada pela razão entre o IPVA arrecadado e a frota de veículos no mês de dezembro de cada ano) para o período de 2009-2014 para o conjunto de municípios da região metropolitana

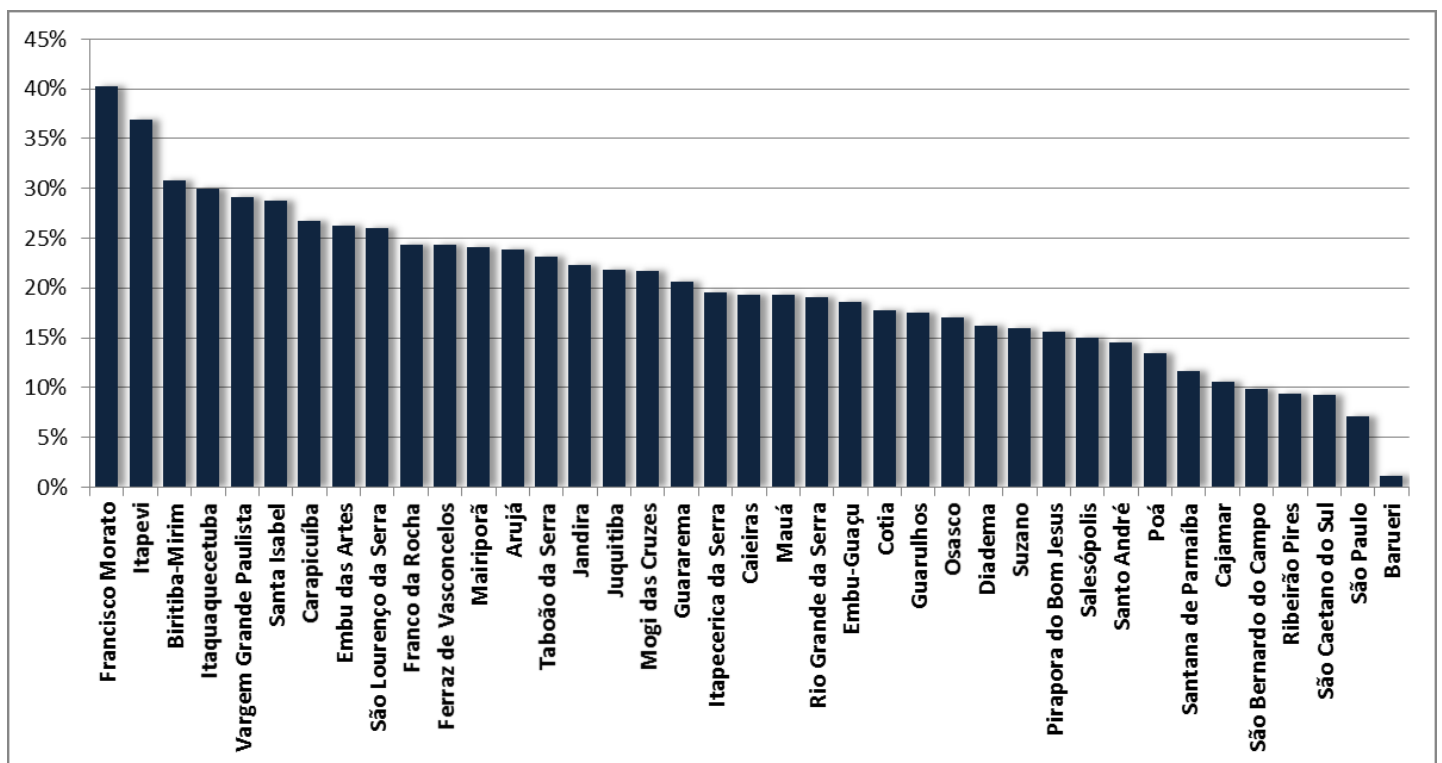
de São Paulo, exceto São Paulo cuja evolução é destacada individualmente no referido gráfico. Já o gráfico 8.9 traz a variação do IPVA médio no mesmo período para cada município da região.

Gráfico 8.8 - Evolução da razão IPVA arrecadado por frota de veículos (2009-2014)



Fonte: DENATRAN (Frota de Veículos) / Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (IPVA arrecadado)

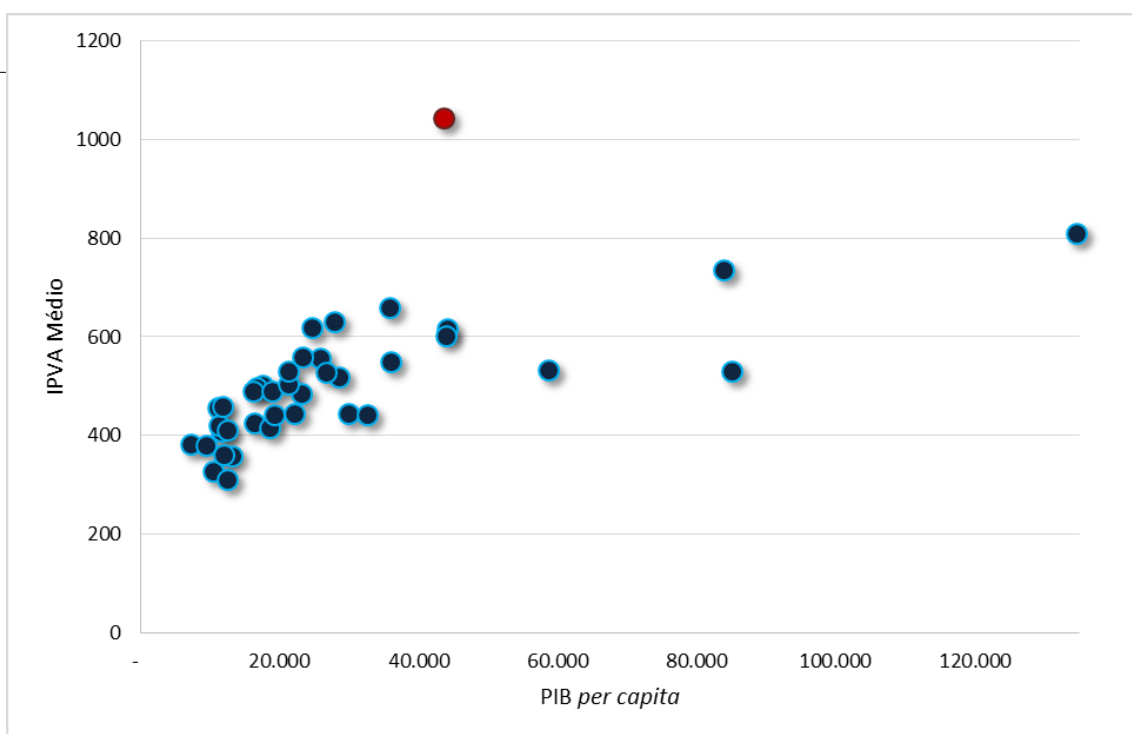
Gráfico 8.9 - Variação (em %) da razão IPVA arrecadado por frota de veículos (2009-2014)



Fonte: DENATRAN (Frota de Veículos) / Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (IPVA arrecadado)

A variação no valor absoluto do IPVA médio entre os municípios depende basicamente do “valor” da frota e do tipo de frota (por exemplo, ônibus, motocicletas possuem uma alíquota de IPVA diferente da de automóveis, caminhões etc.). Supondo a composição da frota mais ou menos igual em relação ao tipo, municípios com frotas mais valorizadas, tendem a conseguir arrecadar um IPVA médio mais elevado. O gráfico 8.10 traz a relação entre PIB per capita do ano de 2012 (último ano com dados de PIB municipal disponibilizado pelo IBGE) e o IPVA “médio” de 2014 (IPVA arrecadado dividido pela frota de veículos de dezembro do respectivo ano). A variável PIB *per capita* é usada como uma proxy para o valor da frota (em tese, municípios com PIBs *per capita* maiores, possuem frotas mais novas e valorizadas).

Gráfico 8.10 - PIB *per capita* X IPVA médio (2014) - RMSP



Fonte: DENATRAN (Frota de Veículos) / Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (IPVA arrecadado) / IBGE (PIB per capita)

Pelo gráfico, percebe-se uma leve correlação positiva entre o PIB per capita e o valor do IPVA médio, indicando que, aparentemente, o efeito da renda/valor da frota acaba predominando sobre diferenciações no tipo de frota de cada município para explicar o valor do IPVA médio. Uma exceção a regra é o município de Santana de Parnaíba (ponto vermelho no gráfico). Apesar de ter um PIB per capita elevado para a região (R\$ 43,6 mil), o IPVA médio é muito superior aos demais (R\$ 1.042 frente a uma média de R\$ 570 para a região metropolitana). A explicação para esta discrepância pode ser a composição da frota do município, conhecido por abrigar grandes postos de distribuição de diversas indústrias.

9. IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - Edição 2016

O IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal é um índice elaborado pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) com a finalidade de avaliar a qualidade da gestão fiscal dos municípios brasileiros. Na edição 2016 do estudo, a instituição divulgou o índice referente ao ano de 2015, cuja apresentação é o objetivo do presente artigo¹. Apesar do estudo ter como base todos os municípios do Brasil, será destacado aqui os dados referentes aos municípios da região metropolitana de São Paulo.

Metodologia

Para o cálculo do IFGF são utilizados os dados fornecidos pelos próprios municípios à Secretaria de Tesouro Nacional, seguindo o determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC n° 101/2000)². Segundo os elaboradores do IFGF, dadas as informações disponíveis para a edição 2016, nacionalmente, não foi possível calcular o índice de 880 municípios (não existiam dados na base ou os números apresentavam inconsistências), o que levou a exclusão desses municípios no cálculo do índice. Dessa forma, o estudo abrangeu 4688 municípios, onde vivem 89,4% da população brasileira.

O IFGF é baseado em cinco indicadores, visando uma fácil mensuração da situação fiscal de cada município. Todos os indicadores variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais bem avaliado é o município. Resumidamente, os indicadores citados são os seguintes:

- **IFGF - Receita Própria:** visa avaliar o grau de dependência dos municípios com relação às transferências estaduais e federais. É dada atenção a este item porque supostamente a dependência de transferências intergovernamentais dificulta o planejamento municipal, uma vez que parte significativa das receitas da prefeitura estará sujeita às decisões tomadas na esfera estadual ou federal, elevando o nível de incerteza associado à previsão da receita e à realização da despesa. Quanto mais próximo o IFGF – Receita Própria estiver de 1,00, menos a prefeitura é dependente das transferências intergovernamentais.
- **IFGF - Gasto com Pessoal:** este item pretende medir o grau de rigidez do orçamento. A despesa com pessoal tende a ser o principal item da despesa pública; o comprometimento excessivo com essa despesa significa menos recursos para outros fins, afetando investimentos e políticas públicas. Com este objetivo, a Lei de Responsabilidade Fiscal limitou as despesas com pessoal em até 60% da Receita Corrente Líquida – RCL. Quanto mais próximo de 1,00 este índice estiver, menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do

(1) O estudo completo pode ser encontrado em <http://www.firjan.com.br/ifgf/downloads/>

(2) Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios devem encaminhar suas contas referentes ao exercício fiscal até abril do ano seguinte para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que, por sua vez, deve divulgar, por meio eletrônico de acesso público, a Consolidação, nacional e por esfera de governo, das Contas Públicas, até junho. Esse processo resulta na divulgação anual do banco de dados “Finanças do Brasil”, conhecido como FINBRA e consolidado pela STN com informações orçamentárias declaradas pelos próprios municípios.

- **IFGF - Investimentos:** quantifica o percentual da RCL que os municípios destinam aos investimentos públicos, considerados uma variável importante para garantir o crescimento econômico sustentado. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00 o IFGF – Investimento estiver, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras.
- **IFGF - Liquidez:** verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, medindo a liquidez da prefeitura como proporção das receitas correntes líquidas. A atenção a este índice, segundo a FIRJAN, é justificada, pois a utilização dos restos a pagar passou, ao longo do tempo, a ser um mecanismo de financiamento dos municípios, através da postergação das despesas contratadas do ano anterior sem que houvesse recursos financeiros disponíveis. Quanto mais próximo de 1,00 o IFGF – Liquidez estiver, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura.
- **IFGF - Custo da Dívida:** assim como os gastos com pessoal, os encargos resultantes da dívida pública, juros e amortizações, representam uma despesa obrigatória, que engessa o orçamento. O IFGF Custo da Dívida avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores. Quanto mais próximo de 1,00 o índice estiver, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com esses itens.

O IFGF geral é calculado por uma média ponderada, na qual o IFGF - Custo da Dívida tem peso de 10% e os demais indicadores têm de peso 22,5% (cada um). Assim como os índices auxiliares, os valores para o indicador geral vão de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município.

Tabela 9.1 - Conceitos do IFGF

Conceito	Intervalo IFGF
Conceito A - Gestão de Excelência	superior a 0,8
Conceito B - Boa Gestão	entre 0,6 e 0,8
Conceito C - Gestão em Dificuldade	entre 0,4 e 0,6
Conceito D - Gestão Crítica	inferior a 0,4

Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Resultados

IFGF Geral

O IFGF Brasil 2015 registrou 0,4431 ponto, valor inferior ao calculado para o ano de 2014 (0,4792 ponto) – recuo de aproximadamente 7,5%. Para a região metropolitana de São Paulo (RMSP), o IFGF de 2015 ficou em 0,5433 contra 0,5666 em 2014 (queda de 4,1%)³.

Dos 4.688 municípios que entraram no cálculo do IFGF, a grande maioria (87,4%) obteve índices abaixo de 0,6, o que significa que estão em situação fiscal difícil ou crítica. 2.386 (50,9%) foram avaliados com conceito C e 1.711 (36,5%) com conceito D. 568 municípios (12,12%) obtiveram conceito B (IFGF entre 0,6 e 0,8) e apenas 23 (0,49%) o conceito A. Na RMSP, dos 36 municípios que tiveram IFGF calculado para 2015⁴, nenhum obteve índice superior a 0,8 (conceito A), enquanto 15 (41,67%) conseguiram conceito B (índice entre 0,6 e 0,8). A maioria, 17 municípios, obteve conceito C e 4 registraram IFGF inferior a 0,4 (conceito D). Os gráficos 1.1a e 1.1b trazem essas

Gráfico 9.1a - % de Municípios por Conceito - RMSP

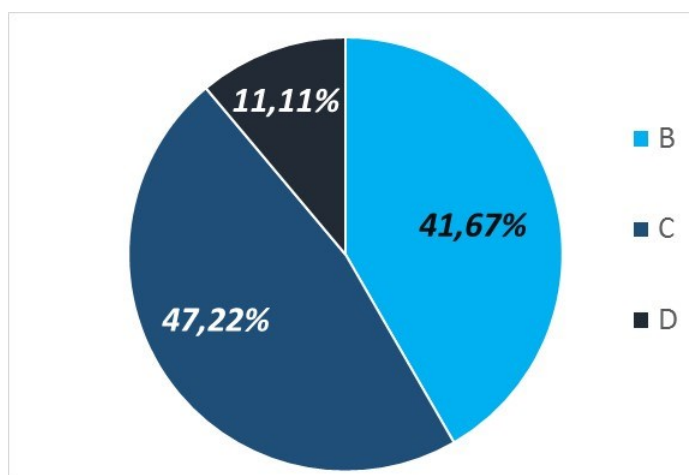
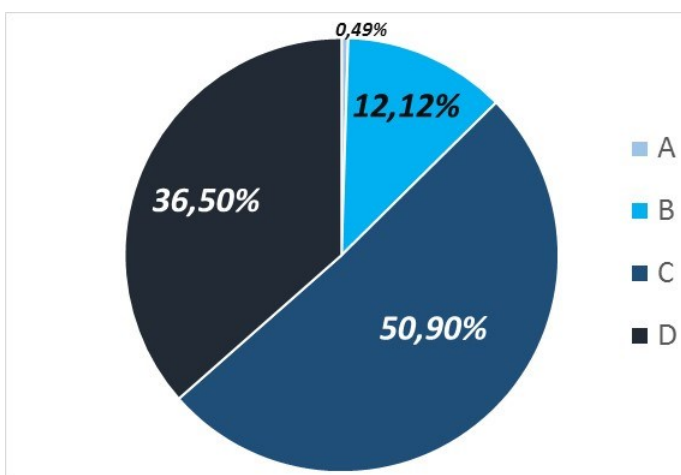


Gráfico 9.1b - % de Municípios por Conceito - Brasil



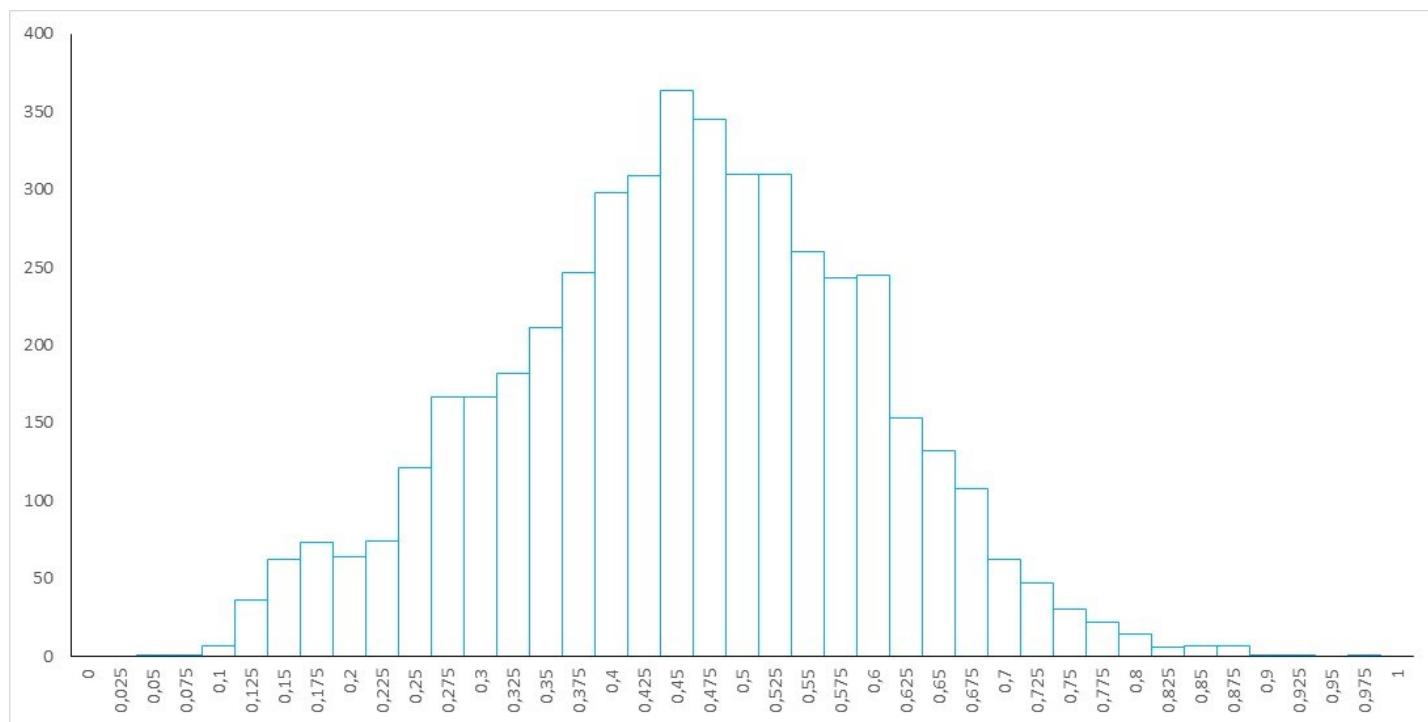
Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

O gráfico 9.2 traz a distribuição por intervalo de IFGF dos municípios brasileiros, já o gráfico 9.3 mostra os municípios da RMSP ordenados por IFGF. As cores diferentes nas barras do gráfico 9.3 indicam o conceito em que se enquadra cada município seguindo o exposto na tabela 9.1, assim os municípios em diferentes tons de azul representam conceitos diferentes (quanto mais claro, mais elevado o conceito). Por fim, o gráfico 9.4 apresenta as variações do IFGF para RMSP entre 2014 e 2015.

(3) O "IFGF Brasil" e o IFGF da RMSP são médias simples dos IFGFs calculados para os municípios dessas regiões. Essa é a metodologia adotada pela FIRJAN quando "agrega" municípios em uma dada região. Como ano a ano há variação na disponibilidade de dados para municípios específicos, a média de cada ano não inclui sempre os mesmos municípios e nem um mesmo número de municípios. Quando falarmos em IFGF da RMSP, a metodologia adotada será a mesma seguida pela FIRJAN nas suas agregações.

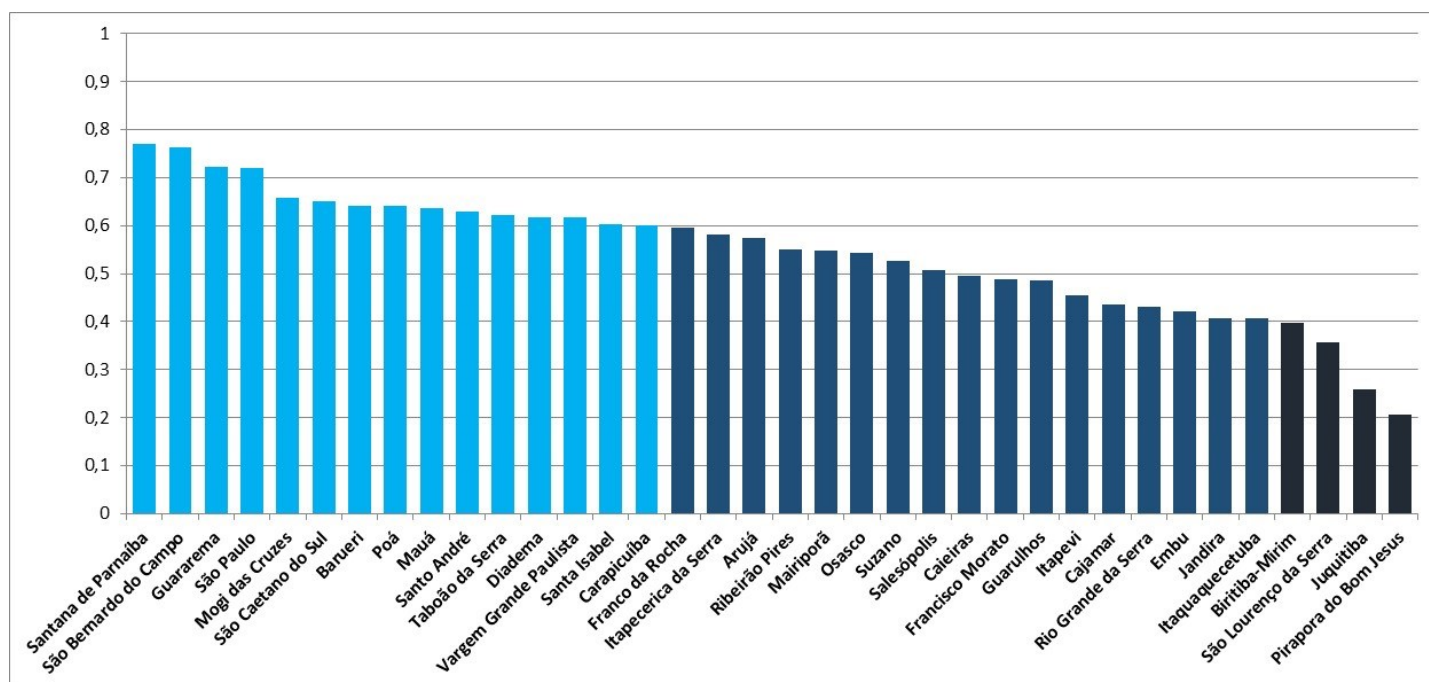
(4) Não tiveram IFGF calculado para 2015 os municípios de Cotia, Embu-Guaçu e Ferraz de Vasconcelos.

Gráfico 9.2 - Distribuição dos Municípios Brasileiros por intervalo de IFGF



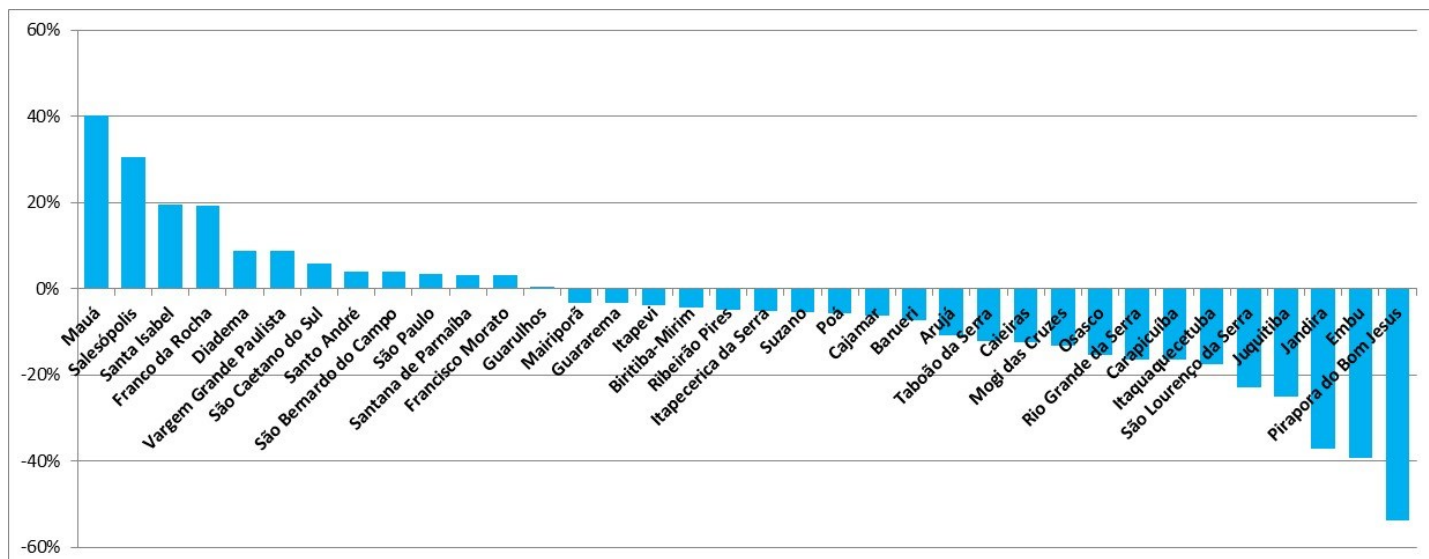
Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Gráfico 9.3 - IFGF - Municípios da RMSP



Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Gráfico 9.4 - Variação do IFGF (2014 - 2015) - RMSP (em %)⁵



Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Considerando as variações entre 2015 e 2014, como pode ser observado pelo gráfico 9.4, Mauá (40,3%), Salesópolis (30,5%), Santa Isabel (19,5%), Franco da Rocha (19,2%) e Diadema (8,9%) obtiveram as maiores variações positivas, enquanto Pirapora do Bom Jesus (-53,7%), Embu (-39,3%), Jandira (-37%), Juquitiba (-25,1%) e São Lourenço da Serra (-23%) apresentaram as maiores variações negativas. São Paulo obteve uma variação positiva de 3,4% no seu IFGF para o período. Importante ressaltar que dos 36 municípios com variação calculada, apenas 11 (cerca de 30,5%) apresentaram melhora nos seus IFGF.

Para o âmbito nacional, a tabela 9.2a traz os 5 maiores IFGF do Brasil e a 9.2b apresenta as 5 maiores variações positivas e negativas para 2014 - 2015.

Tabela 9.2a - 5 Maiores IFGF (2015) - Brasil

Pos.	UF	Município	IFGF
1°	PR	Ortigueira	0,95698
2°	CE	São Gonçalo do Amarante	0,90597
3°	SP	São Pedro	0,88260
4°	MT	Paranaíta	0,86904
5°	SC	Bombinhas	0,86756

Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

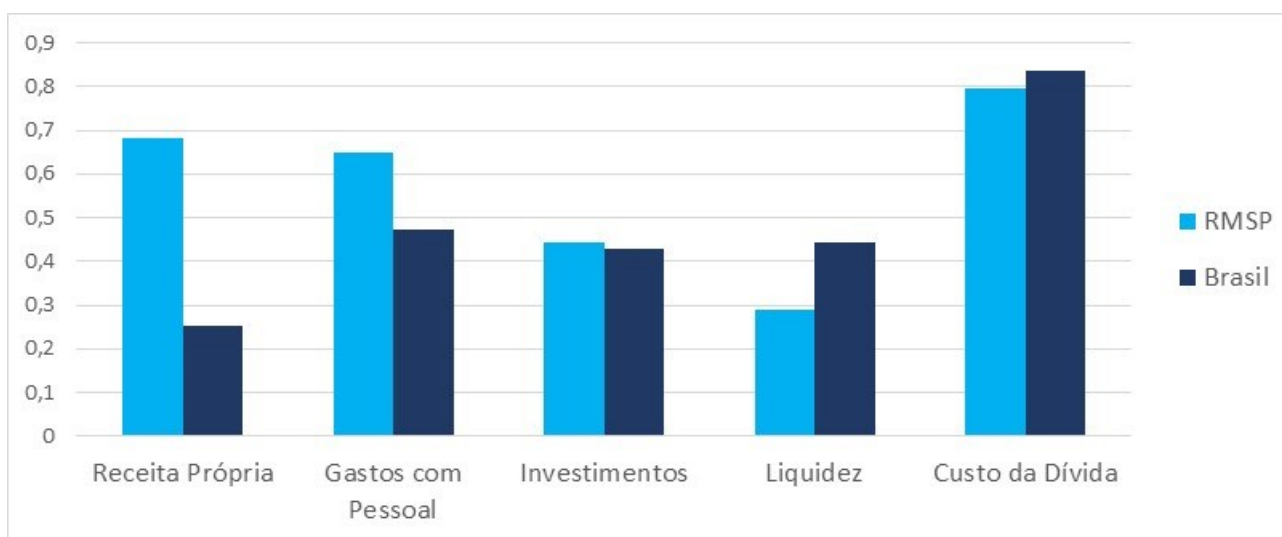
Tabela 9.2b - Var (%) - IFGF - Brasil

UF	Município	2014	2015	Var (%)
BA	Casa Nova	0,1108	0,7263	555,3%
PE	Santa Maria da Boa Vista	0,1267	0,4166	228,7%
PI	Jerumenha	0,1136	0,3449	203,5%
SP	Ribeirão dos Índios	0,2012	0,5419	169,3%
RN	Serra do Mel	0,1978	0,5205	163,2%
PA	Acará	0,4411	0,1286	-70,8%
SE	Pirambu	0,4950	0,1357	-72,6%
SP	Restinga	0,4979	0,1290	-74,1%
RN	Vila Flor	0,4563	0,1170	-74,4%
RR	Normandia	0,4132	0,0859	-79,2%

(5) Como Cotia, Embu-Guaçu e Ferraz de Vasconcelos não tiveram IFGF calculado para 2015, não é possível obter a variação para esses municípios.

Comparando o desempenho dos indicadores auxiliares (que formam o IFGF) entre RMSP e Brasil, a maior diferença entre as regiões ocorre no IFGF - Receita Própria. Para a RMSP, este indicador (médio) é de 0,682, enquanto para o Brasil é de 0,253 (63% menor), algo esperado dado que muitos municípios, principalmente no interior, dependem fortemente de transferências federais. A RMSP também apresenta uma média melhor para o item Gasto com Pessoal (0,647 contra 0,474 de média nacional) e Investimentos (0,445 contra 0,428). Já para os demais indicadores (Liquidez e Custo da Dívida), a média nacional é superior à média da região metropolitana. O gráfico 9.5 traz estes números:

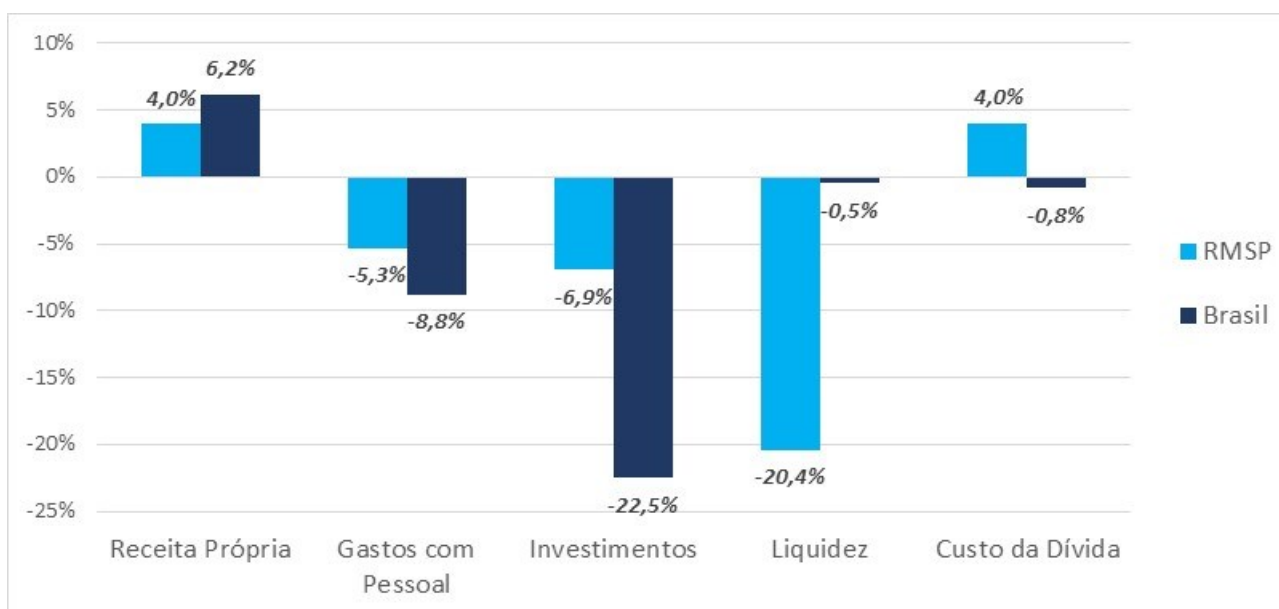
Gráfico 9.5 - Índices Auxiliares (2015) - Brasil e RMSP



Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

O gráfico 9.6 traz a variação entre 2014 e 2015 para cada indicador na região metropolitana e Brasil.

Gráfico 9.6 - Variação dos Índices Auxiliares (2014 - 2015) - Brasil e RMSP



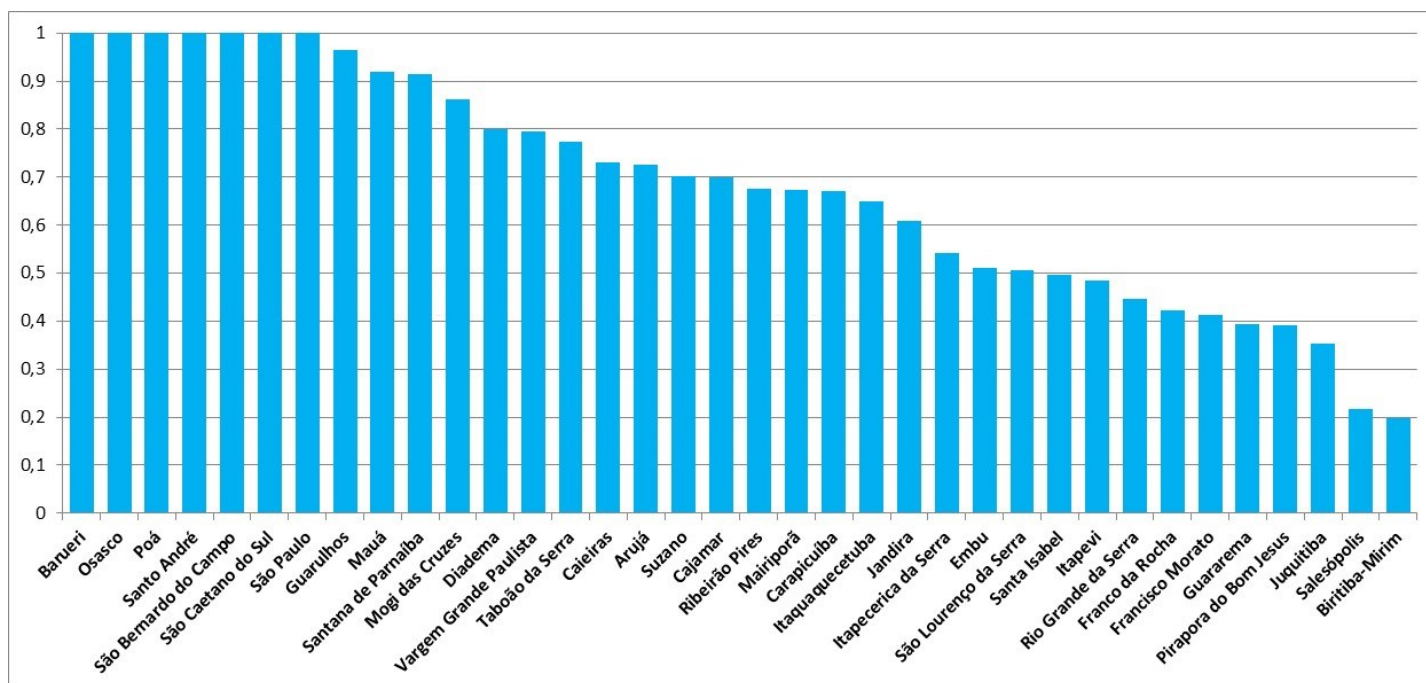
Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Como pode ser observado, com exceção do item Receitas Próprias, todos os indicadores auxiliares pioraram na média em âmbito nacional. Em 3 indicadores houve piora também na RMSP – Gasto com Pessoal, Investimentos e Liquidez – sendo que o IFGF - Liquidez registrou a pior variação para a RMSP (-20,4%), enquanto o item Investimento foi a área com o pior desempenho nacionalmente (-22,5%). Ainda em relação a RMSP, houve melhora no IFGF – Receita Própria e IFGF – Custo da Dívida (cerca de 4% para ambos). O IFGF - Receita Própria também melhorou em âmbito nacional, variando 6,2% entre 2015-2014.

Apresentados os resultados mais gerais, passaremos a um detalhamento maior dos cinco indicadores auxiliares por municípios da RMSP.

IFGF - Receita Própria

Gráfico 9.7 - IFGF - Receita Própria (2015) por Município da RMSP

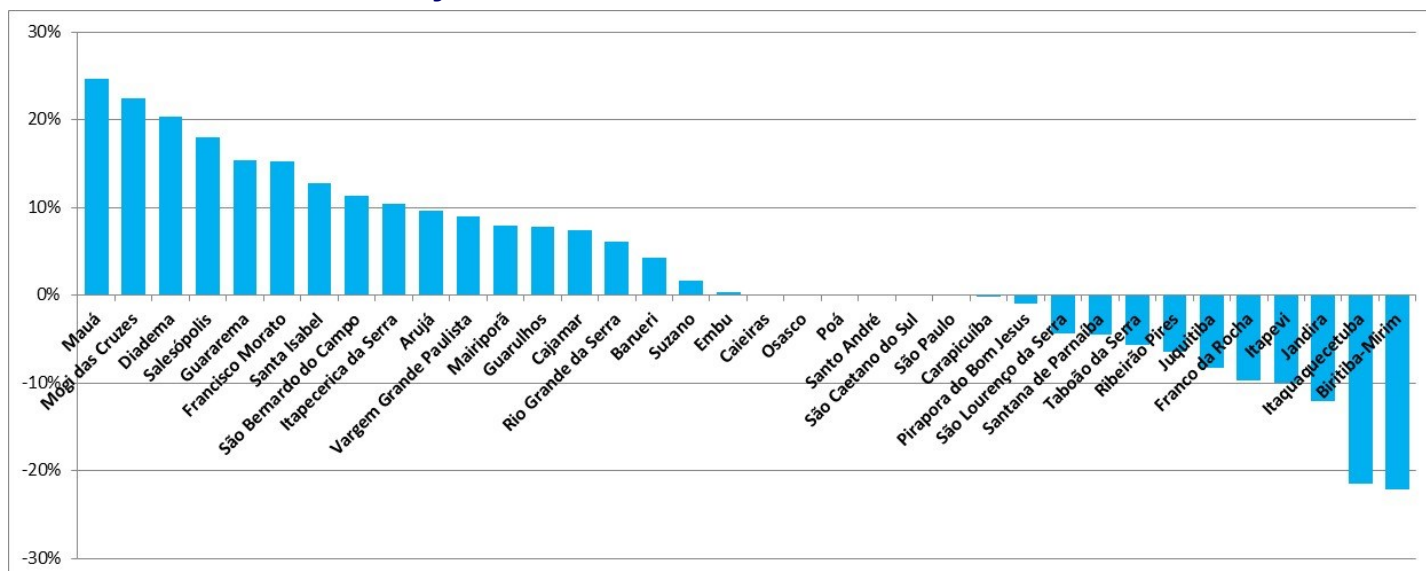


Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Barueri, Osasco, Poá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e São Paulo obtiveram em 2015 o índice máximo para este item (valor de 1), que, segundo a metodologia adotada, significa ter mais de 50% da Receita Corrente Líquida composta por receitas próprias. Os piores IFGF – Receita Própria foram computados em Biritiba-Mirim, Salesópolis e Juquitiba, sendo que os dois primeiros foram os únicos municípios da RMSP a apresentarem um índice menor que a média nacional (0,198 e 0,217 enquanto a média nacional foi de 0,253).

O Gráfico 9.8 traz as variações deste indicador entre 2014 e 2015 para todos os municípios da RMSP, ordenados do maior para o menor.

Gráfico 9.8 - Variação IFGF - Receita Própria (2014 - 2015) - Municípios da RMSP



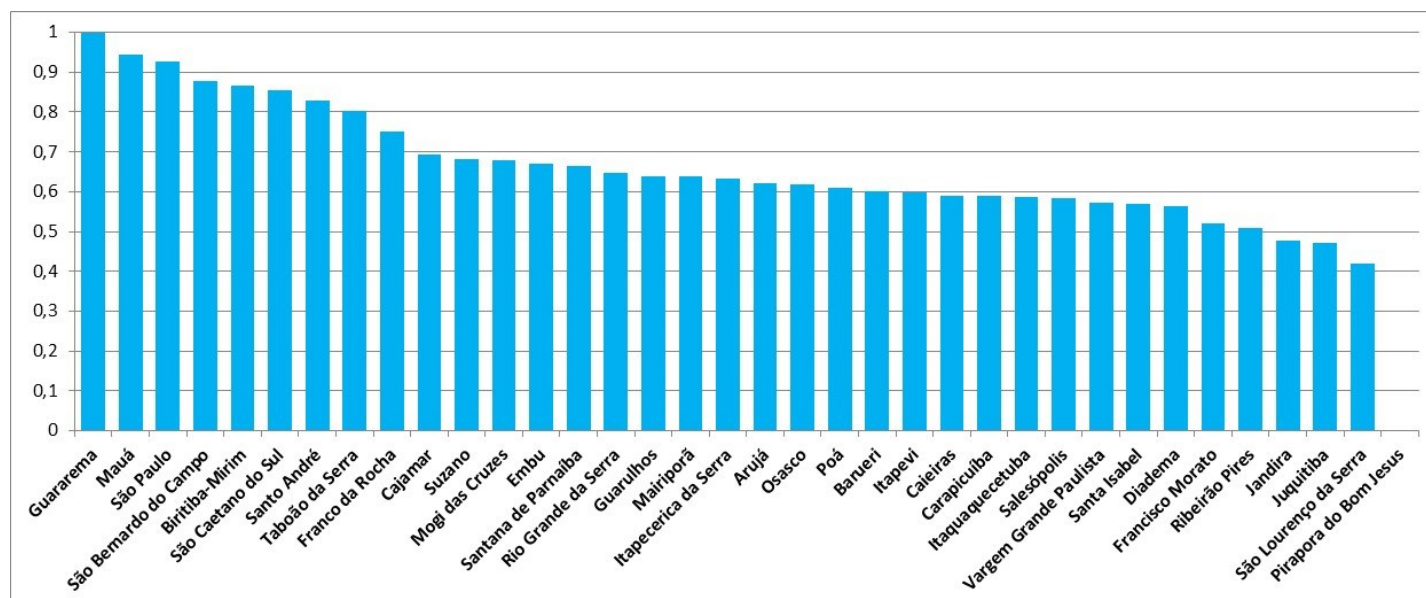
Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Osasco, Poá, Santo André, São Caetano e São Paulo obtiveram IFGF – Receita Própria igual a 1 em 2014 e 2015, portanto não apresentaram variação de um ano para outro. Biritiba-Mirim com -22,1%, Itaquaquecetuba (-21,4%) e Jandira (-12,1%) são os 3 municípios com as piores variações. Por outro lado, Mauá, Mogi das Cruzes e Diadema apresentaram as maiores variações (24,6; 22,4%; 20,4% respectivamente).

IFGF - Gasto com Pessoal

O Gráfico 9.9 traz o IFGF-Gasto com Pessoal 2015 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

Gráfico 9.9 - IFGF - Gasto com Pessoal (2015) por Município da RMSP



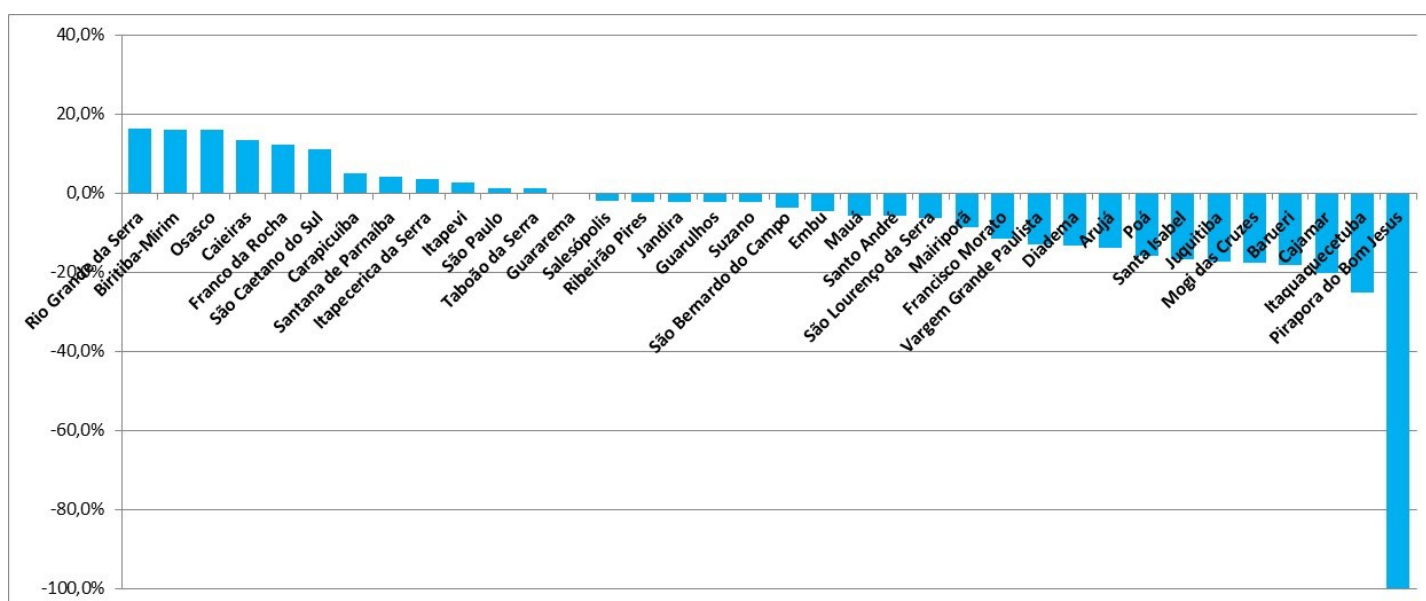
Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Apenas um município, Guararema, atingiu o valor máximo deste indicador (1), significando, conforme a metodologia adotada, que menos de 30% da receita corrente líquida está comprometida com despesas de pessoal.

Dos 36 municípios da RMSP com IFGF calculado, 33 (91,6% do total) ficaram com índices acima da média nacional (0,4743). Juitituba, São Lourenço da Serra e Pirapora do Bom Jesus obtiveram os piores valores (0,472; 0,4204 e 0 respectivamente), sendo os 3 municípios abaixo da média nacional. São Paulo com 0,925 registrou o terceiro melhor índice da região metropolitana.

Em termos de variação (Gráfico 9.10), Cotia, Embu-Guaçu e Ferraz de Vasconcelos obtiveram as maiores variações para este índice (16,3%; 16,2% e 16% respectivamente). Pirapora do Bom Jesus (-100%), Itaquaquecetuba (-25,2%) e Cajamar (-20,2%) registraram as maiores pioras dos seus

Gráfico 9.10 - Variação IFGF - Gasto com Pessoal (2014 - 2015) - Municípios da RMSP

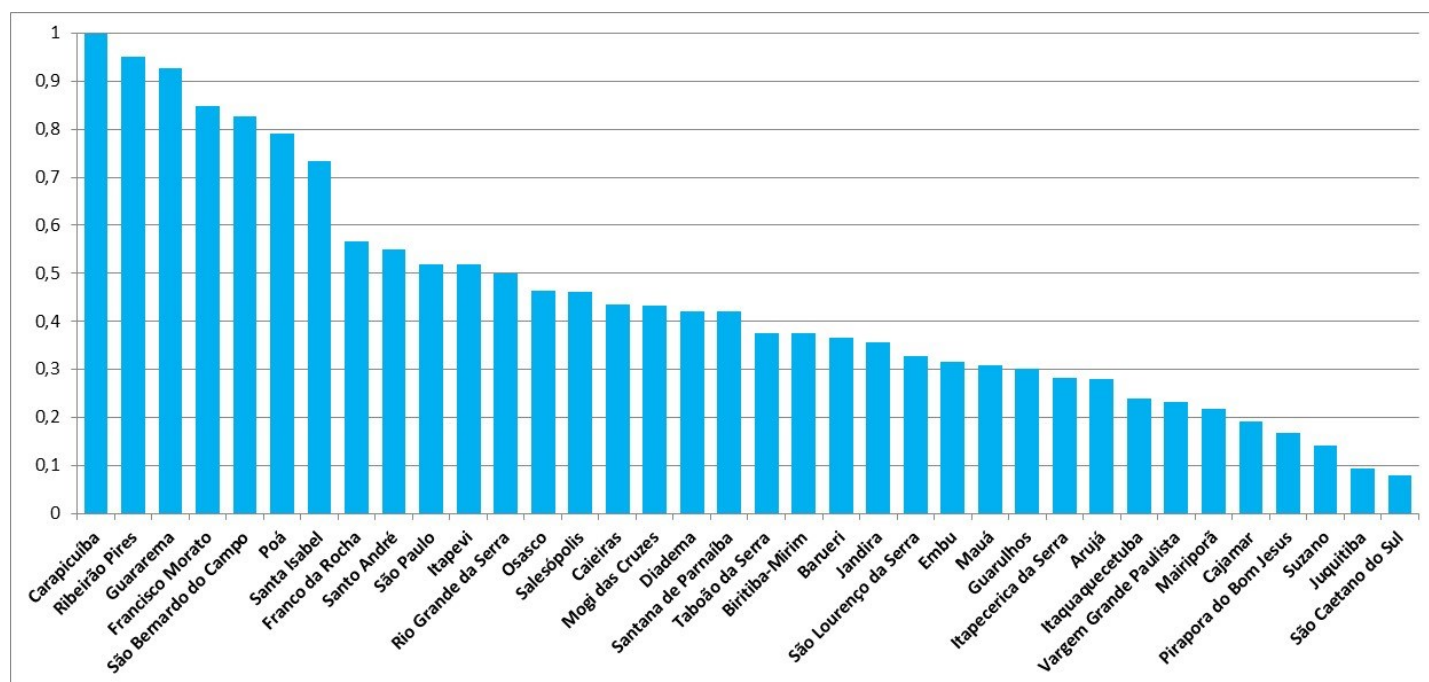


Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

IFGF - Investimento

O gráfico 9.11 traz o IFGF – Investimento 2015 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor). Apenas um município obteve índice máximo nesse quesito: Carapicuíba. É atribuído o valor máximo àqueles municípios cujo investimento é superior a 20% da receita corrente líquida. São Caetano do Sul, Juquitiba e Suzano são os municípios com os piores indicadores (0,079; 0,093 e 0,142 respectivamente). Na região metropolitana, dos 36 municípios com IFGF calculado, 20 municípios (aproximadamente 55,5%) ficaram abaixo da média nacional nesse índice, que foi de 0,428 em 2015.

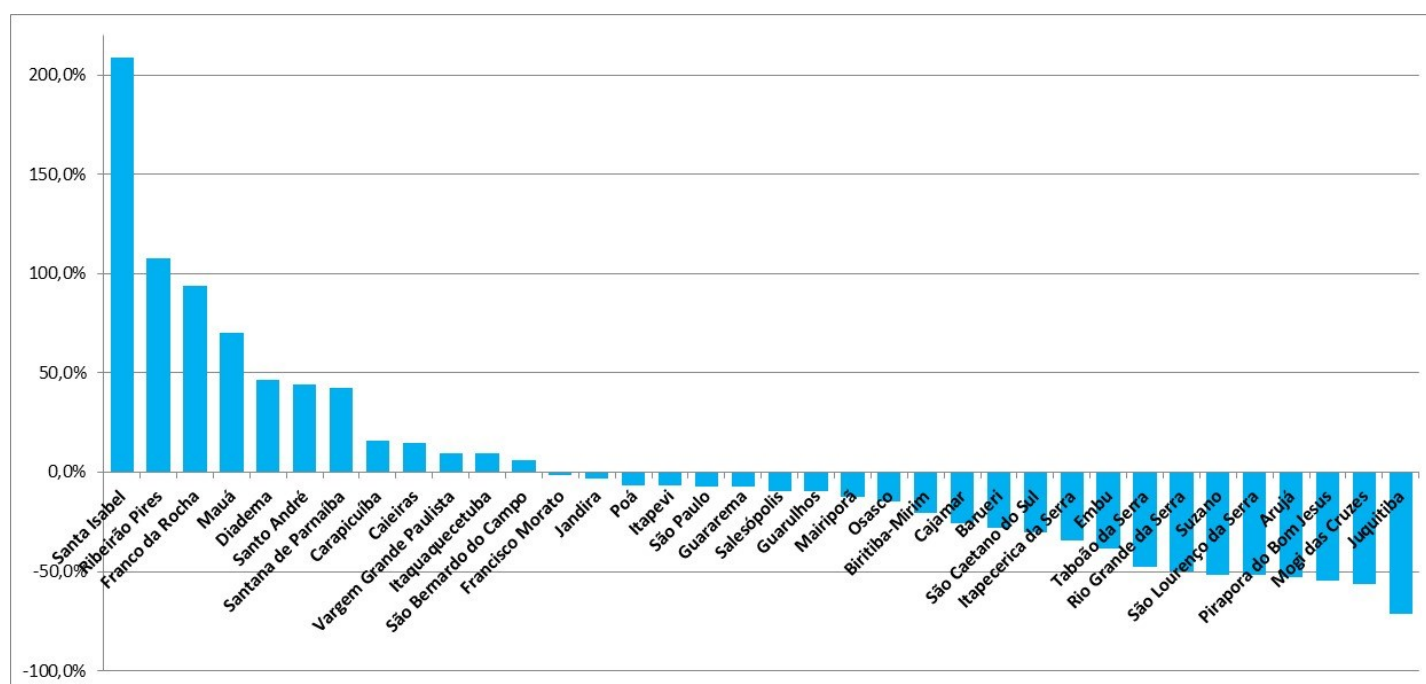
Gráfico 9.11 - IFGF - Investimento (2015) por Município da RMSP



Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Em relação ao período 2014-2015, Santa Isabel (208,8%), Ribeirão Pires (107,5%) e Franco da Rocha (93,7%) apresentaram as maiores variações positivas. Juquitiba (-71,3%), Mogi das Cruzes (-56,4%) e Pirapora do Bom Jesus (-54,6%) obtiveram as maiores variações negativas. O Gráfico 9.12 traz a variação de todos os municípios da RMSP ordenados da maior para a menor.

Gráfico 9.12 - Variação IFGF - Investimento (2014 - 2015) - Municípios da RMSP

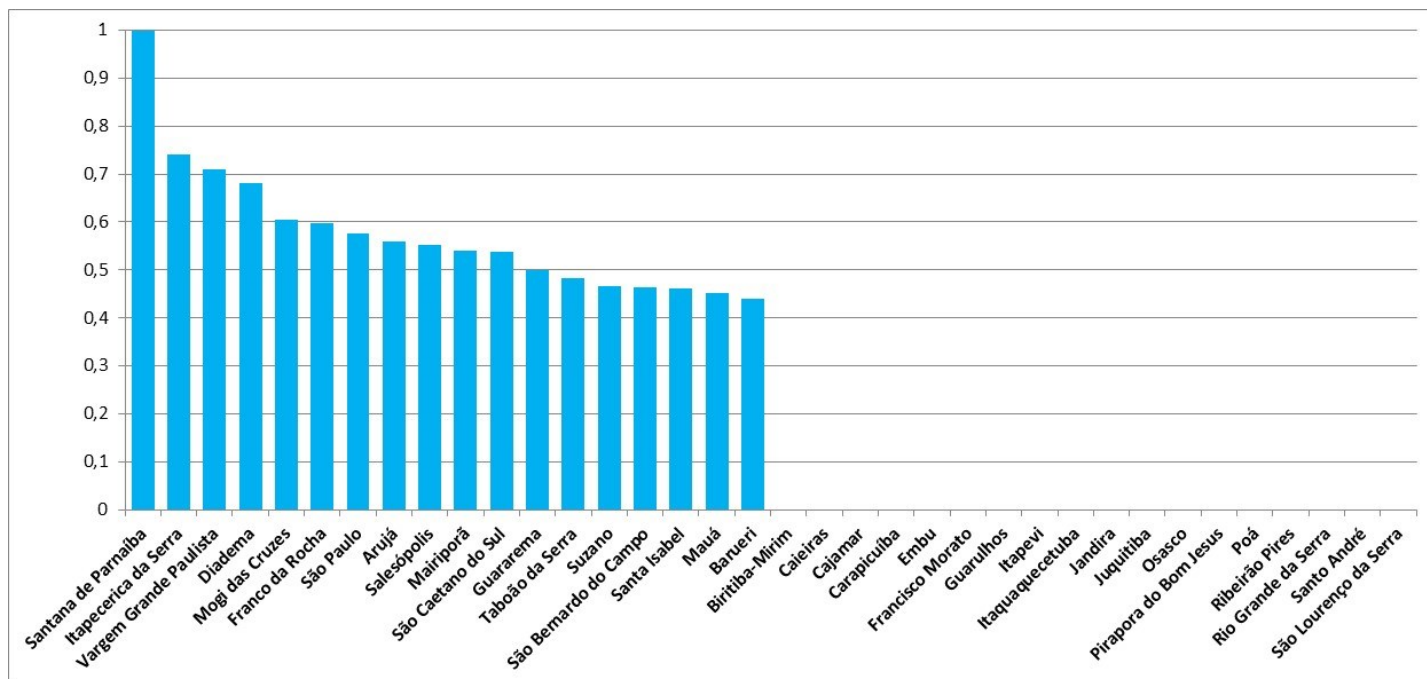


Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

IFGF - Liquidez

O Gráfico 9.13 traz o IFGF - Liquidez 2015 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

Gráfico 9.13 - IFGF - Liquidez (2015) por Município da RMSP



Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

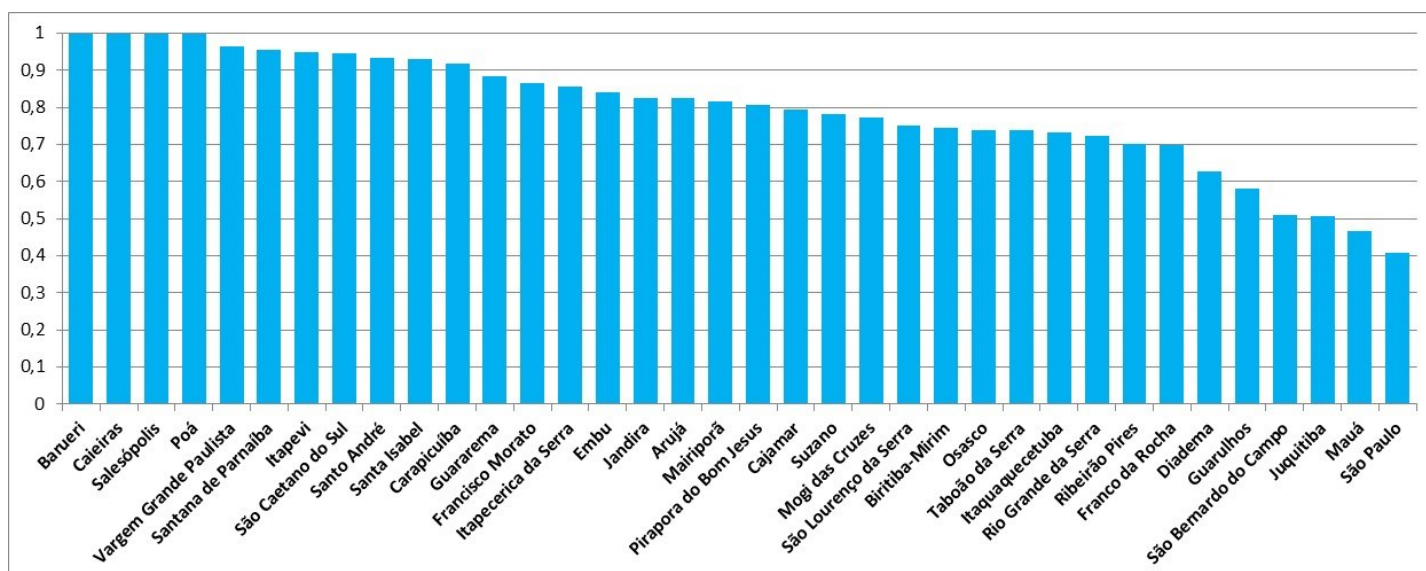
Santana de Parnaíba foi o único município da RMSP a conseguir o valor máximo para este indicador, o que significa que foi o único a não transferir restos a pagar para o exercício seguinte. Dezoito (50% dos municípios com IFGF calculado) registraram um índice igual a zero. Esses municípios encerraram 2015 com mais obrigações em circulação do que recursos em caixa para cobri-las no ano seguinte. Além dos 18 municípios com índice zerado, mais 1 (Barueri) obteve IFGF – Liquidez menor que a média nacional de 0,443, totalizando 19 abaixo do desempenho médio registrado no Brasil.

Em termos de variações, Franco da Rocha foi o município com a maior variação positiva (25,6%), saindo de um IFGF – Liquidez de 0,474 em 2014 para 0,596 em 2015. São Caetano do Sul (23,2%) e Mogi das Cruzes (16,6%) completam a lista das três maiores variações. Caieiras, Carapicuíba, Embu, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Ribeirão Pires zeraram seus índices em 2015 após obterem índices não nulos em 2014, o que lhes conferiu as maiores variações negativas (-100%).

IFGF - Custo da Dívida

O Gráfico 9.14 traz o IFGF – Custo da Dívida 2015 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor). Neste quesito, Barueri e Caieiras conseguiram o índice máximo, o que significa que nenhum percentual da receita líquida real é comprometido com juros e amortizações. Mais de 50% dos municípios da RMSP (21 deles) obtiveram um IFGF – Custo da Dívida abaixo da média nacional (0,8358). São Paulo (0,408), Mauá (0,465) e Juquitiba (0,508) são os três municípios da RMSP com piores notas neste item.

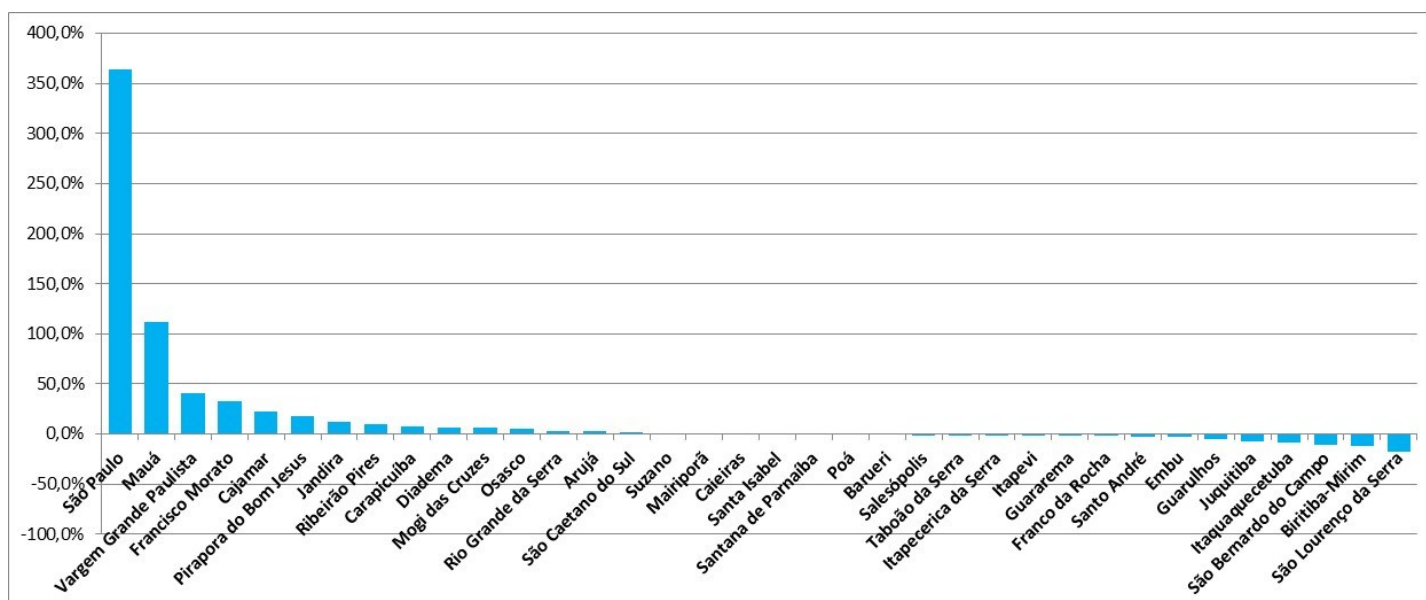
Gráfico 9.14 - IFGF - Custo da Dívida (2015) por Município da RMSP



Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

Considerando as variações para o período de 2014 e 2015, São Paulo (364,4%)⁶, Mauá (111,7%) e Vargem Grande Paulista (40,5%) apresentaram as maiores variações positivas enquanto São Lourenço da Serra (-17,1%), Biritiba-Mirim (-12,1%) e São Bernardo do Campo (-10,3%) registraram as maiores variações negativas. Barueri, com índice máximo nos dois anos, não apresentou variação no período.

Gráfico 9.15 - Variação IFGF - Custo da Dívida (2014 - 2015) - Municípios da RMSP



Fonte: IFGF - Edição 2016 - FIRJAN

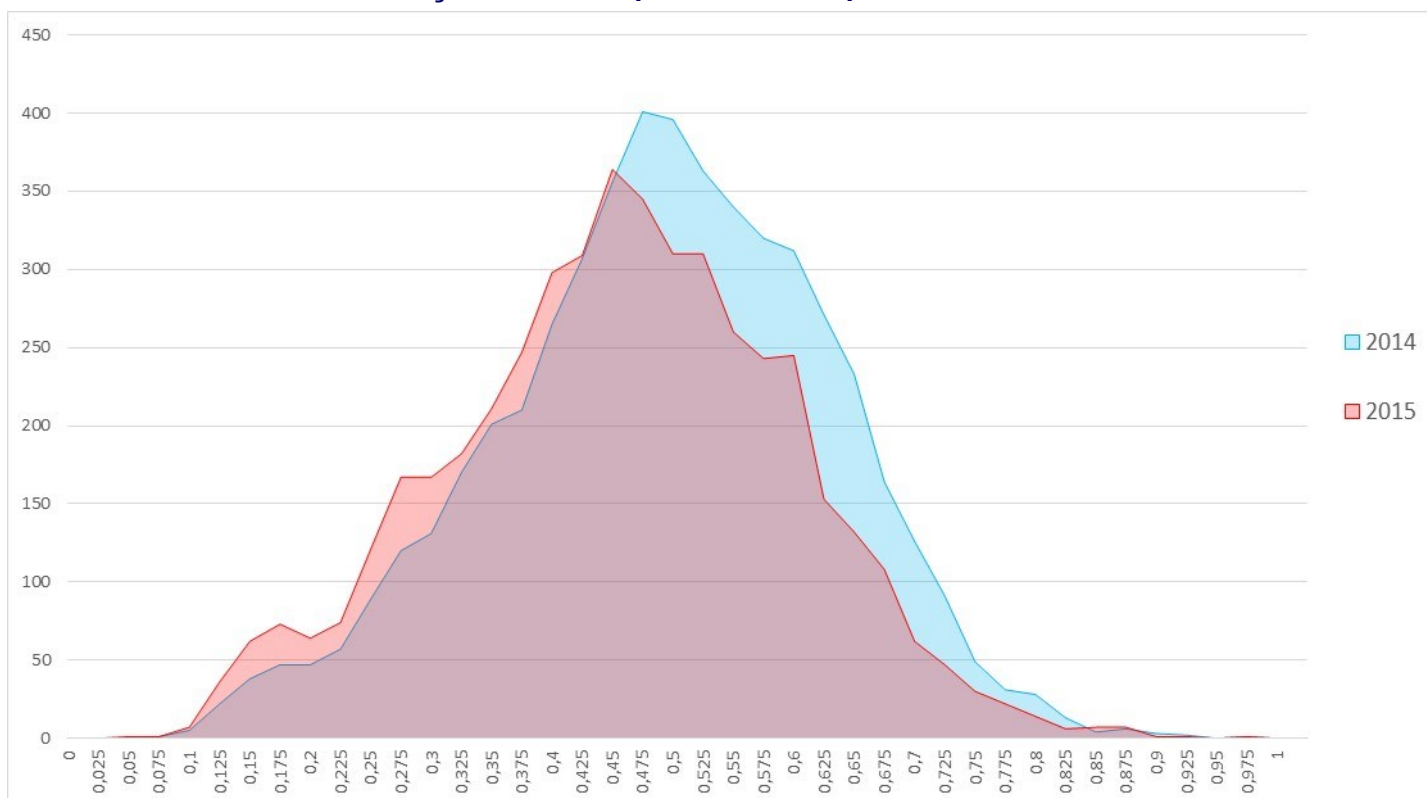
(6) A expressiva melhora no IFGF - Custo da Dívida de São Paulo (que saiu de 0,088 em 2014 para 0,408 em 2015) provavelmente se deve ao processo de regulamentação da renegociação das dívidas do município aprovada pelo governo federal. A prefeitura de São Paulo passou a depositar a diferença de valores em juízo, o que não é contabilizado como despesa orçamentária, diminuindo os gastos com juros e amortização.

Conclusão

O IFGF edição 2016 mostra uma piora da situação fiscal dos municípios comparando o biênio 2014-2015. Nacionalmente, em 2014, considerando o universo dos municípios com IFGF calculado, 0,56% obtiveram conceito A de gestão fiscal da FIRJAN. Em 2015 essa porcentagem caiu para 0,49%. O mesmo comportamento de queda foi verificado na porcentagem de municípios com conceito B. Em 2014 eram 19,04%, em 2015 somente 12,12% obtiveram essa classificação. Por outro lado, em 2014 cerca de 80,4% dos municípios ganharam conceito C ou D (gestão fiscal em dificuldade, no caso do C ou crítica, no caso de D). Em 2015 esse número passou para 87,4% dos municípios com IFGF calculado.

O gráfico 9.16 traz a distribuição dos municípios por faixa de IFGF em 2014 e 2015. Como pode ser observado, há um “deslocamento” para a esquerda dessa distribuição de um ano para outro, indicando a piora dos índices em âmbito nacional.

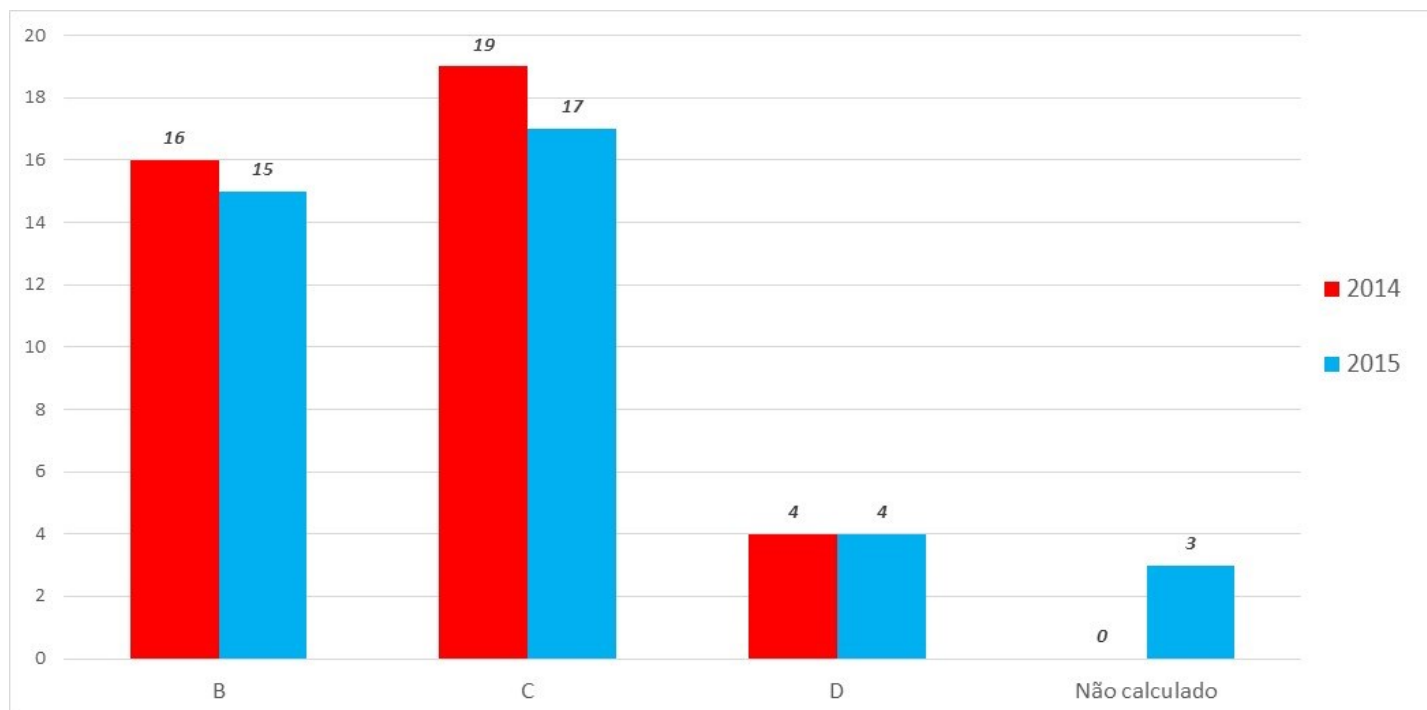
Gráfico 9.16 - Distribuição dos Municípios Brasileiros por intervalo de IFGF - 2014 e 2015



Fonte: FIRJAN

A região metropolitana de São Paulo acompanhou a tendência de piora observada nacionalmente, mas de forma menos acentuada. O IFGF médio nacional em 2015 caiu de 0,48 para 0,443 - queda de 7,5%, enquanto o da RMSP saiu de 0,566 para 0,543 - diminuição de cerca de 4,1%. A distribuição de municípios por conceito permaneceu relativamente estável na região. Em 2014, 41% obtiveram conceito B (contra 41,7% em 2015), 48,7% obtiveram conceito C (contra 47,2% em 2015) e 10,26% ficaram com D (11,1% em 2015). O gráfico 9.17 traz o número de municípios da RMSP por conceito do IFGF para 2014 e 2015.

Gráfico 9.17 - Número de Municípios da RMSP por conceito do IFGF - 2014 e 2015



Fonte: FIRJAN

Olhando para um período mais longo (a FIRJAN disponibiliza o IFGF de 2006 até 2015), observa-se, em âmbito nacional, uma leve tendência de piora do IFGF ao longo dos anos, reforçada pelos números de 2015. A mesma tendência pode ser observada na região metropolitana de São Paulo, principalmente no período pós-2012. Já no caso do município de São Paulo há períodos com tendências claramente distintas. De 2006-2009 observa-se uma tendência de queda do IFGF, revertida de 2010 até 2013 para uma trajetória de melhora do indicador, que voltou a registrar queda em 2014, sucedida por uma leve melhora em 2015.

Para as três regiões, a maioria dos indicadores auxiliares é bastante instável, principalmente o IFGF - Investimento. Nacionalmente, o IFGF - Gasto com Pessoal apresenta uma clara trajetória de melhora no período 2006-2015. O ponto mais vulnerável dos municípios, em geral, continua sendo o IFGF - Receita Própria, que apesar de apresentar leve melhora, continua em níveis muito baixos, refletindo o quão dependente os municípios são de transferências da união e dos estados.

No caso da RMSP, em termos de indicadores auxiliares, destaca-se a trajetória do IFGF - Liquidez que de 2006-2010 apresentou uma tendência de melhora e a partir de 2011 viu essa tendência se reverter em forte queda, principalmente em 2013-2015. Já o IFGF - Custo da Dívida apresentou tendências de melhora no período. Para o município de São Paulo, com exceção do IFGF - Receita Própria que é estável e máximo desde 2006 até 2015, todos os demais indicadores auxiliares apresentam grande instabilidade. Destaque para o Custo da Dívida, com uma melhora expressiva devido a renegociação da dívida e do Liquidez que registrou uma piora acentuada em 2014, ficando estável em 2015. Os gráficos 9.18a, 9.18b e 9.18c trazem a trajetória do IFGF e dos indicadores auxiliares para o período 2006-2013 para Brasil, RMSP e município de São Paulo.

Gráfico 9.18a - IFGF e indicadores auxiliares - (2006-2015) - Brasil

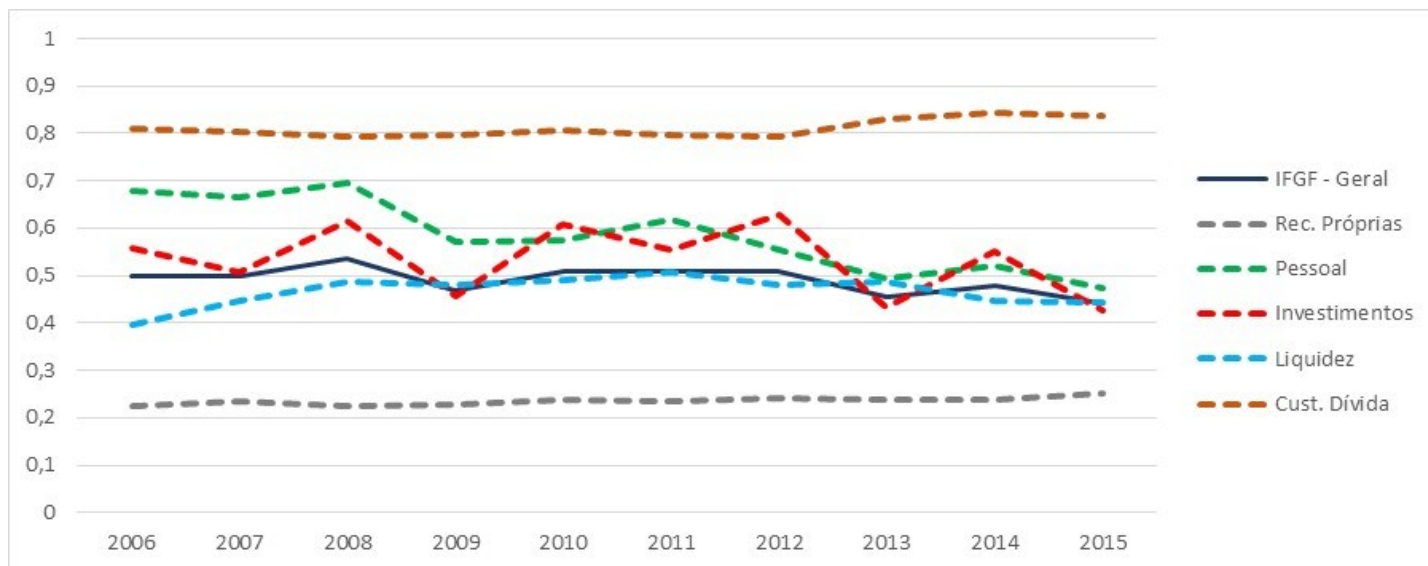


Gráfico 9.18b - IFGF e indicadores auxiliares - (2006-2015) - RMSP

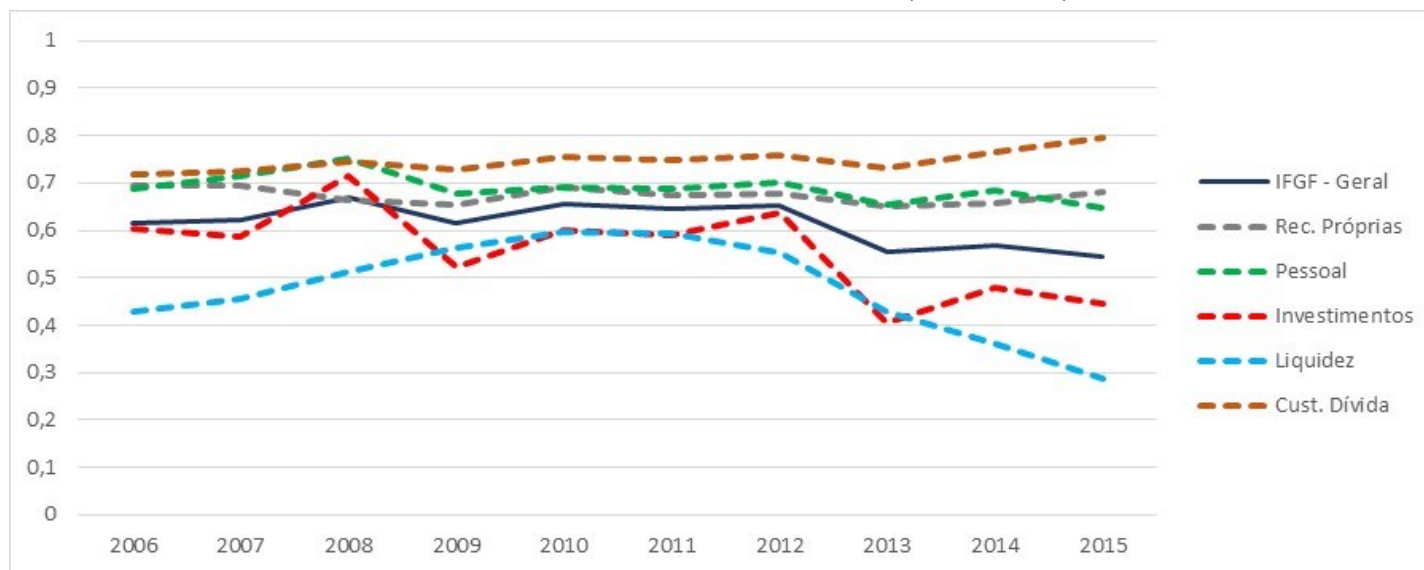
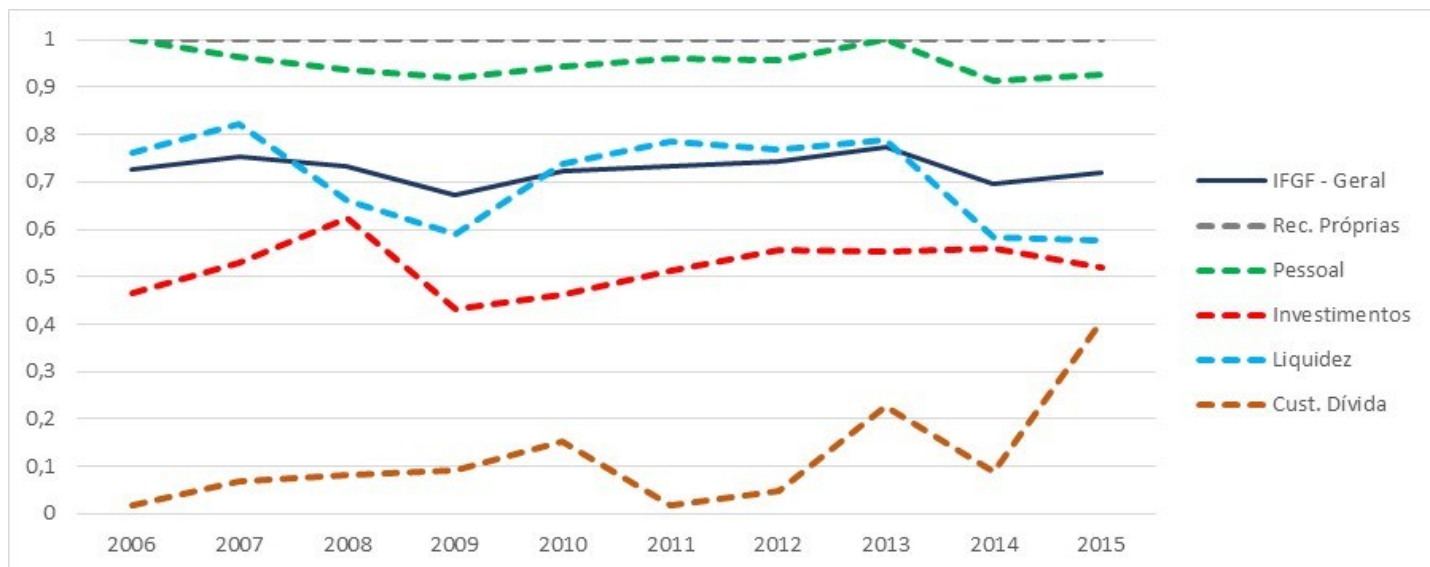


Gráfico 9.18c - IFGF e indicadores auxiliares - (2006-2015) - Mun. São Paulo



Fonte: FIRJAN

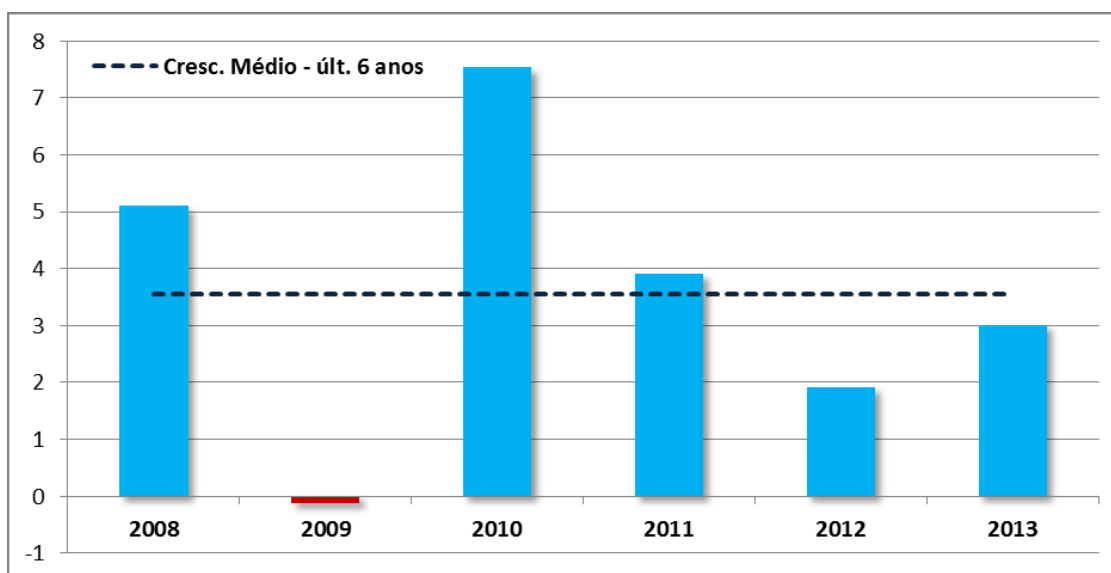
Economia Urbana

10. Produto Interno Bruto Municipal de 2013

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com as Secretarias Estaduais, os órgãos estaduais de estatística e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), divulgou, no último mês de dezembro, as estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos municípios brasileiros do ano de 2013.

O ano de 2013 interrompeu a tendência de desaceleração da atividade econômica que vinha sendo registrada desde 2010. O PIB nacional, que havia apresentado crescimento real¹ de 1,91% em 2012, após 3,9% em 2010, registrou, para 2013, um crescimento real de 3,01% (ou 10,6% em termos nominais), mais alto que o do ano anterior, porém abaixo da média dos últimos 6 anos (Gráfico 10.1).

Gráfico 10.1 - Crescimento (%) Real PIB 2008 a 2013 - Brasil



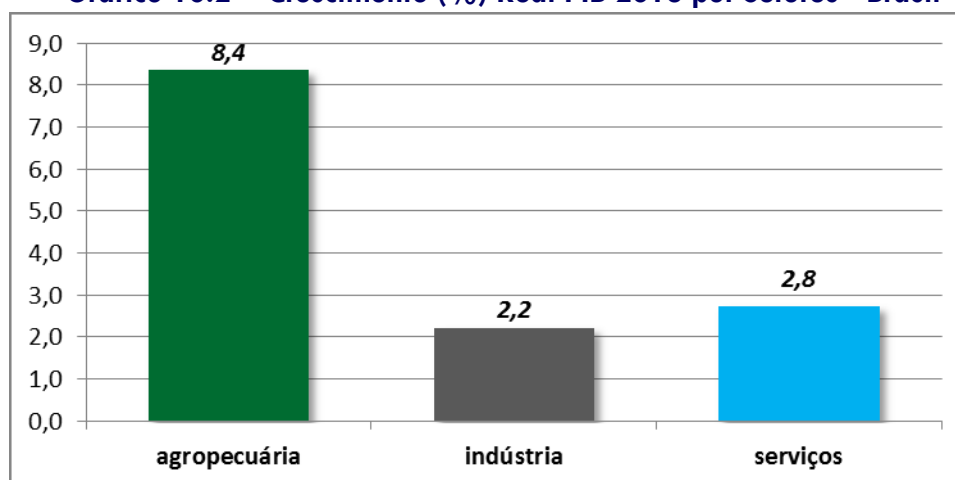
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Setorialmente, em 2013, a agropecuária apresentou crescimento real² de 8,4% (ante um crescimento real negativo em 2012 de 3,1%). Outro setor que voltou a apresentar crescimento foi a indústria, que em 2013 registrou expansão de 2,2% contra uma queda de 0,7% em 2012. O setor de serviços apresentou expansão real de 2,8%, praticamente estável em relação ao crescimento anterior de 2,9%. O Gráfico 10.2 traz o crescimento real dos três setores em 2013.

1 - Crescimento real divulgado pelo IBGE em Tabela 6 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e deflator - 2001-2013 (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/defaulttab_sinoticas_xls.shtml)

2 - Crescimento real setorial divulgado pelo IBGE em Tabela 11.1 - Variação em volume do valor adicionado bruto a preços básicos, segundo os grupos de atividades - 2011-2013 (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/>)

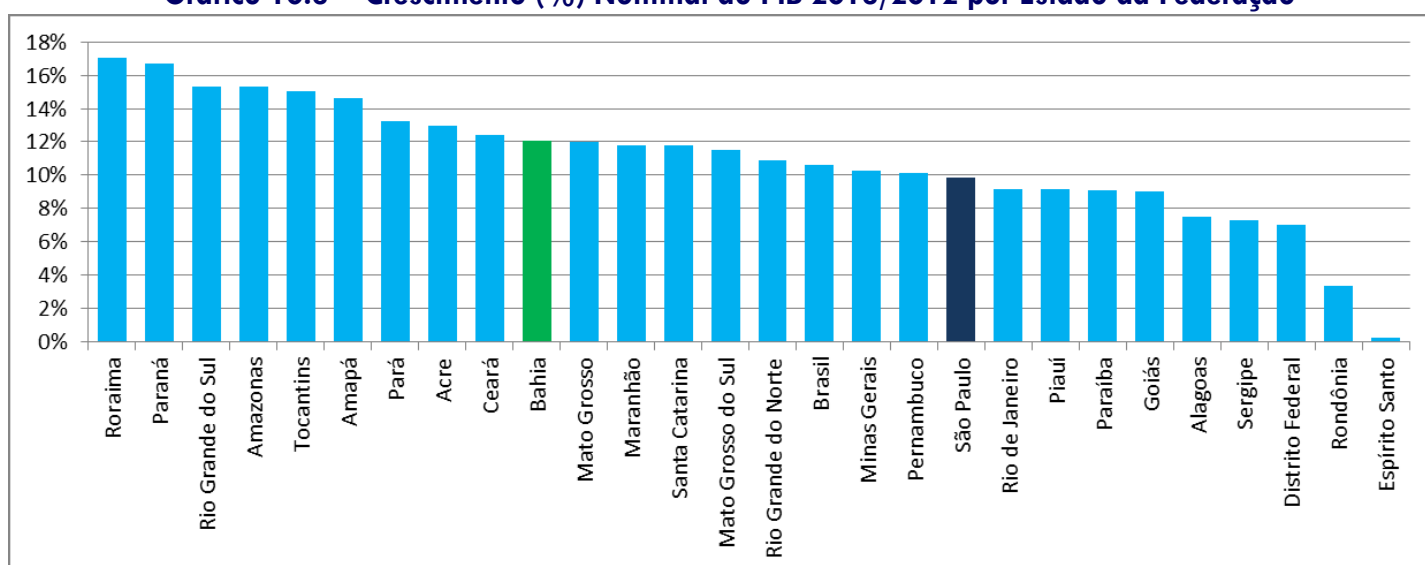
Gráfico 10.2 - Crescimento (%) Real PIB 2013 por Setores - Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

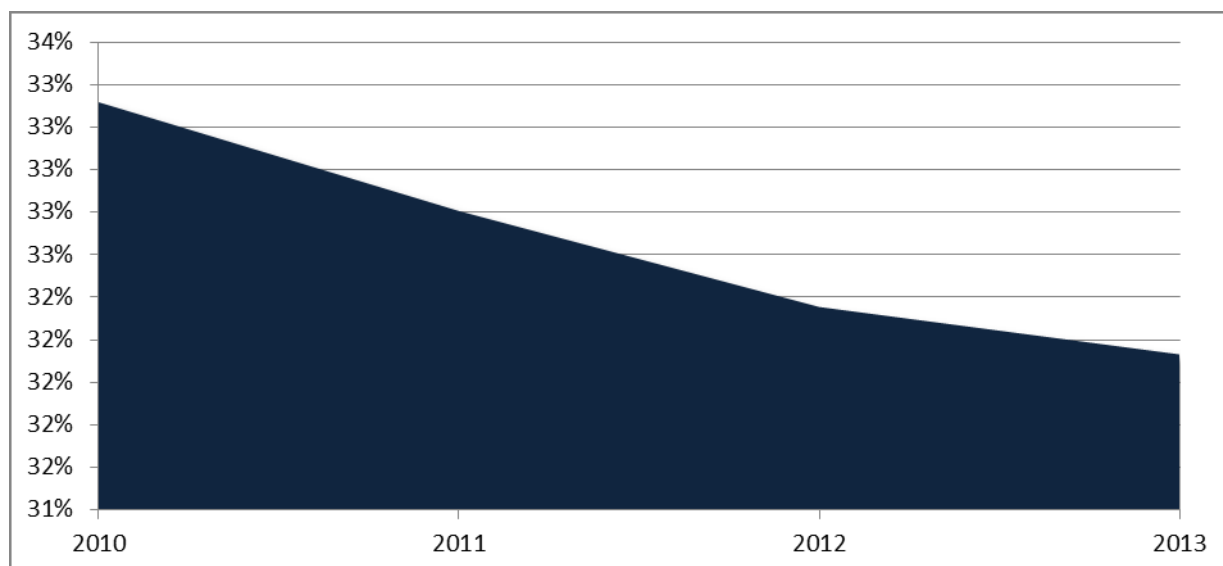
O Gráfico 10.3 apresenta o crescimento nominal dos PIBs estaduais para o período 2013/2012. O estado de Roraima foi o que apresentou maior crescimento nominal em 2013, de 17%, seguido do Paraná (16,7%) e Rio Grande do Sul (15,3%). O maior PIB estadual (de R\$ 1,71 trilhão) foi computado em São Paulo, que obteve em 2013 um crescimento nominal de 9,8%, acima do registrado em 2012 (8,4%). A participação de São Paulo no PIB nacional também caiu de 32,35% em 2012 para 32,13% em 2013, reforçando a tendência dos últimos anos (Gráfico 10.4). Dentre os estados com pior desempenho em 2013, estão Espírito Santo (que registrou crescimento de 0,27%), Rondônia (3,3%) e Distrito Federal (7%).

Gráfico 10.3 - Crescimento (%) Nominal do PIB 2013/2012 por Estado da Federação



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 10.4 - Participação (%) do estado de São Paulo no PIB nacional (2010 a 2013)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A Tabela 10.1 lista os valores, em reais correntes, dos 20 maiores PIBs municipais do ano de 2013 e a sua respectiva participação percentual no PIB brasileiro. O município de São Paulo encabeça a lista com o PIB de R\$ 570,7 bilhões, seguido de Rio de Janeiro (R\$ 282,5 bilhões) e Brasília (R\$ 175,3 bilhões). Dentre os dez primeiros colocados, apenas Rio de Janeiro, Curitiba, Manaus e Salvador apresentaram crescimento, em relação ao ano anterior, nas suas respectivas participações no PIB nacional. No geral, os 20 municípios presentes na tabela representaram aproximadamente 35,7% de todo o PIB nacional em 2013.

Tabela 10.1 - 20 Maiores PIBs Municipais 2013

Posição	Município	PIB 2013 em R\$ Mil	Part. % no Total	
			2012	2013
1°	São Paulo/SP	570.706.192	11,10%	10,73%
2°	Rio de Janeiro/RJ	282.538.827	5,24%	5,31%
3°	Brasília/DF	175.362.791	3,41%	3,30%
4°	Belo Horizonte/MG	81.426.708	1,55%	1,53%
5°	Curitiba/PR	79.383.343	1,45%	1,49%
6°	Manaus/AM	64.025.434	1,15%	1,20%
7°	Campos dos Goytacazes/RJ	58.249.456	1,24%	1,10%
8°	Porto Alegre/RS	57.379.337	1,12%	1,08%
9°	Osasco/SP	55.515.707	1,06%	1,04%
10°	Salvador/BA	52.667.933	0,98%	0,99%
11°	Campinas/SP	51.347.711	0,97%	0,97%
12°	Fortaleza/CE	49.745.920	0,95%	0,94%
13°	Guarulhos/SP	49.392.842	0,92%	0,93%
14°	São Bernardo do Campo/SP	47.668.531	0,93%	0,90%
15°	Recife/PE	46.445.339	0,88%	0,87%

Tabela 10.1 - 20 Maiores PIBs Municipais 2013 (continuação)

Posição	Município	PIB 2013 em R\$ Mil	Part. % no Total 2012	Part. % no Total 2013
16°	Barueri/SP	44.118.662	0,86%	0,83%
17°	Goiânia/GO	40.461.354	0,79%	0,76%
18°	Jundiaí/SP	36.622.896	0,68%	0,69%
19°	São José dos Campos/SP	27.401.017	0,54%	0,52%
20°	Sorocaba/SP	26.908.887	0,52%	0,51%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

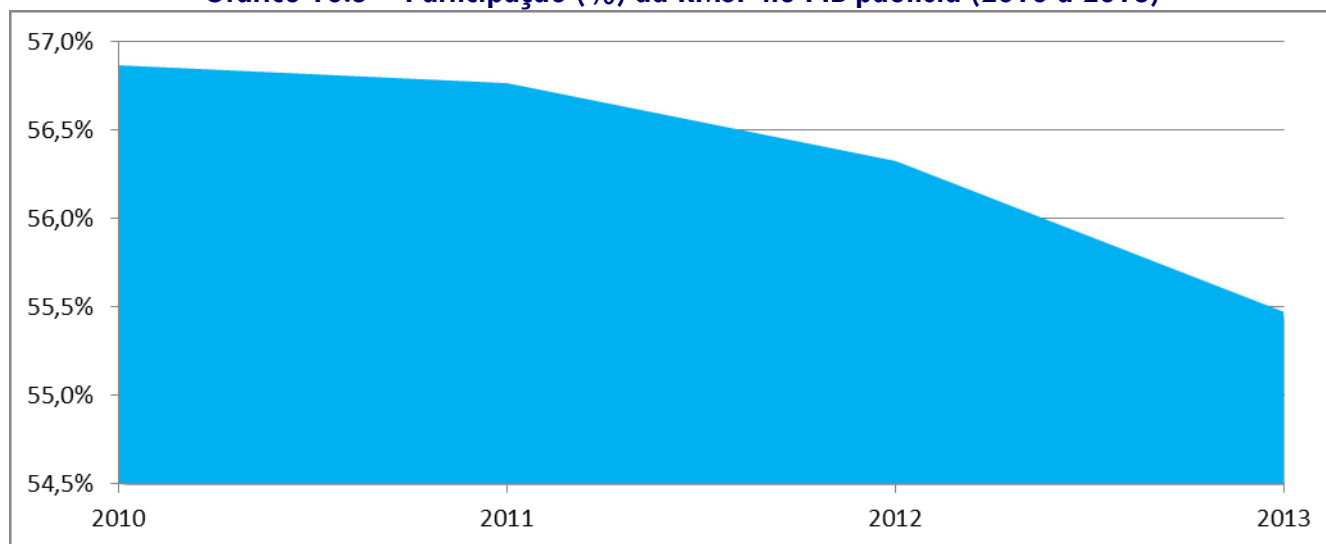
Entre os 20 maiores PIBs, encontram-se cinco municípios da RMSP: São Paulo (1°), Osasco (9°), Guarulhos (13°), São Bernardo do Campo (14°) e Barueri (16°). Com exceção de Guarulhos, todos apresentaram reduções nas suas participações no PIB brasileiro em relação a 2012.

PIB da Região Metropolitana de São Paulo

O PIB da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP apresentou um crescimento nominal de 8,21%. Em termos relativos, o desempenho foi inferior ao nacional (10,6% nominal), fazendo com que caísse a participação da RMSP no PIB nacional, de 18,2% para 17,8%.

Em valores correntes, o PIB da RMSP atingiu R\$ 947,6 bilhões, valor superior ao PIB dos demais estados da federação e que representa 55,5% do PIB paulista. Em 2012, essa participação foi maior (56,3%). O Gráfico 10.5 traz a participação da RMSP no PIB paulista para os últimos 4 anos. Como pode ser observado, o número de 2013 reforça a tendência de queda dessa participação, que vem, inclusive, se acentuando.

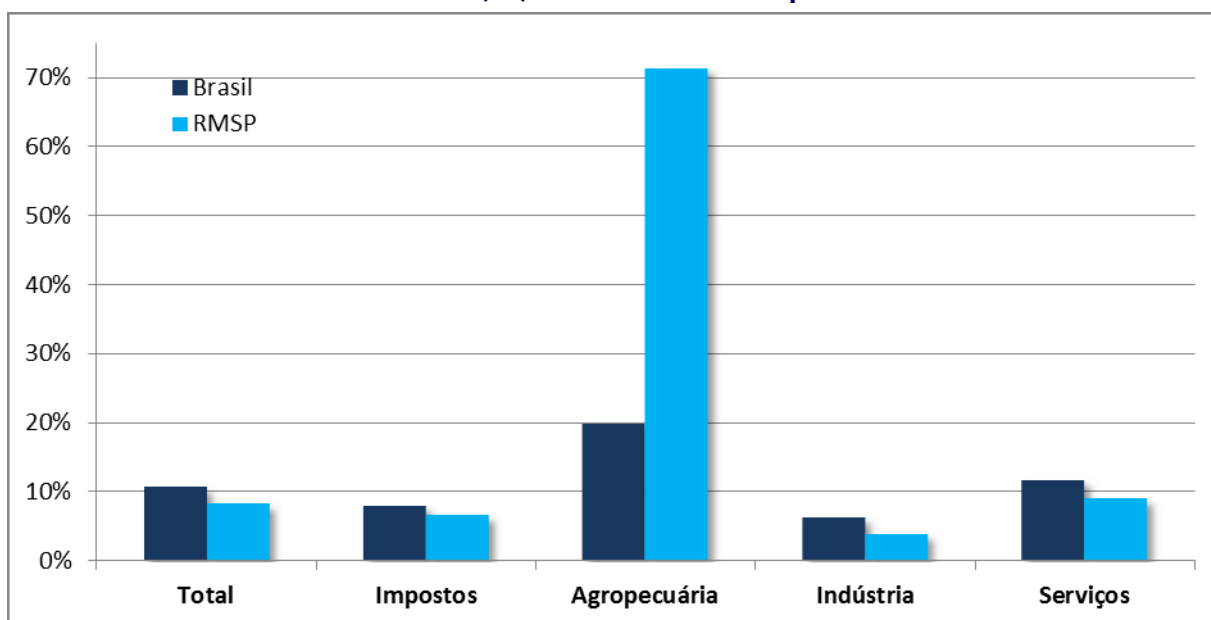
Gráfico 10.5 - Participação (%) da RMSP no PIB paulista (2010 a 2013)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

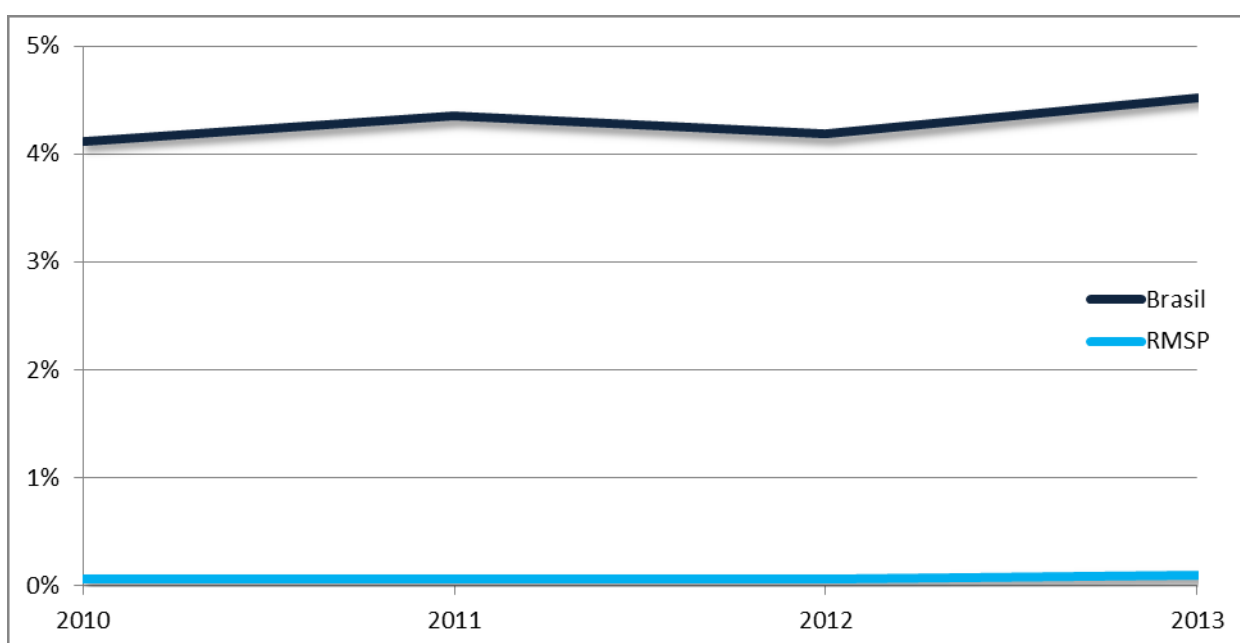
Decompondo setorialmente, observa-se que apenas o setor de agropecuária da RMSP apresentou um desempenho melhor em relação ao equivalente nacional. Na RMSP, a produção da indústria, que compõe 14,9% do PIB da região, apresentou crescimento nominal de 3,86%, enquanto que, nacionalmente, a expansão foi de 6,29%. Serviços cresceram 9,01% na RMSP, enquanto nacionalmente a taxa também foi maior: 11,65%. O Gráfico 1.6a traz as variações nominais de cada setor que compõe o PIB para o Brasil e RMSP, enquanto os Gráficos 10.6b, 10.6c e 10.6d trazem a participação no PIB dos três principais setores (agropecuária, indústria e serviços) ao longo dos últimos 4 anos para as 2 regiões.

Gráfico 10.6a - Crescimento (%) Nominal PIB 2013 por Setores - RMSP e Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 10.6b - Participação da Agropecuária no PIB (%) - 2010 a 2013 - RMSP e Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 10.6c - Participação da Indústria no PIB (%) - 2010 a 2013 - RMSP e Brasil

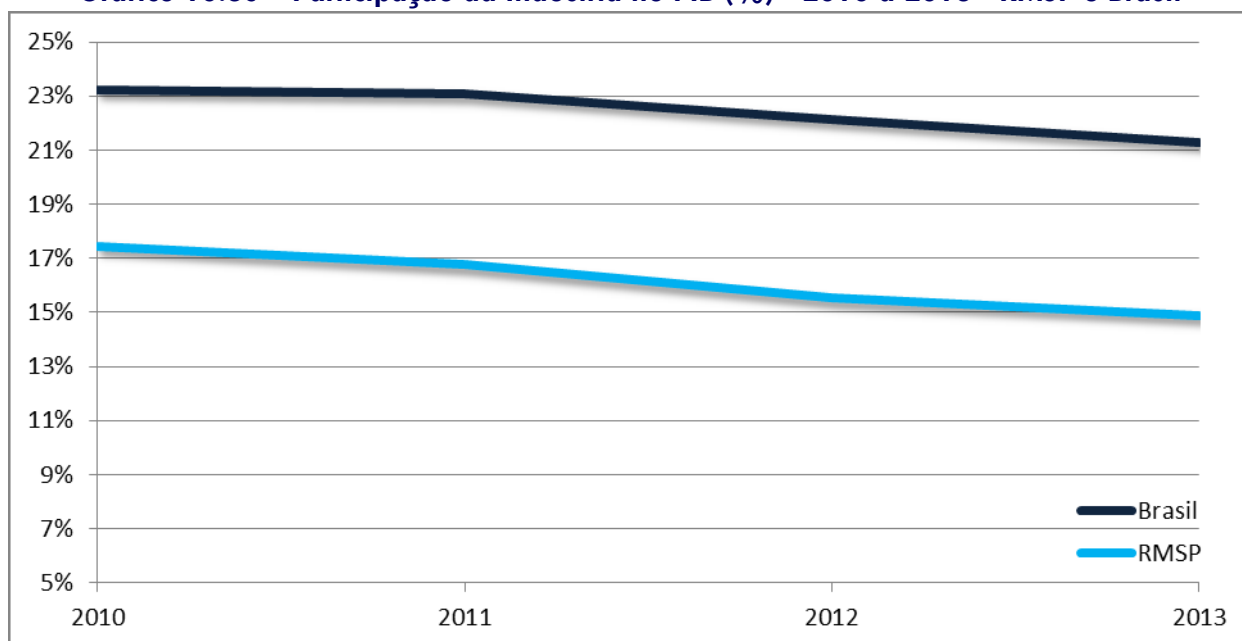
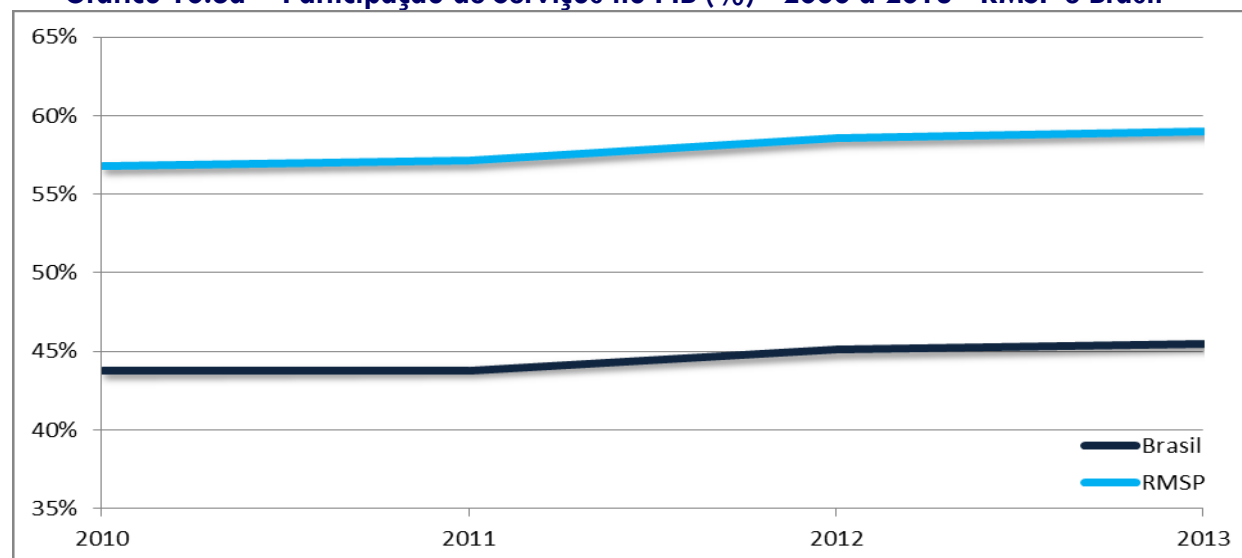


Gráfico 10.6d - Participação de Serviços no PIB (%) - 2000 a 2013 - RMSP e Brasil

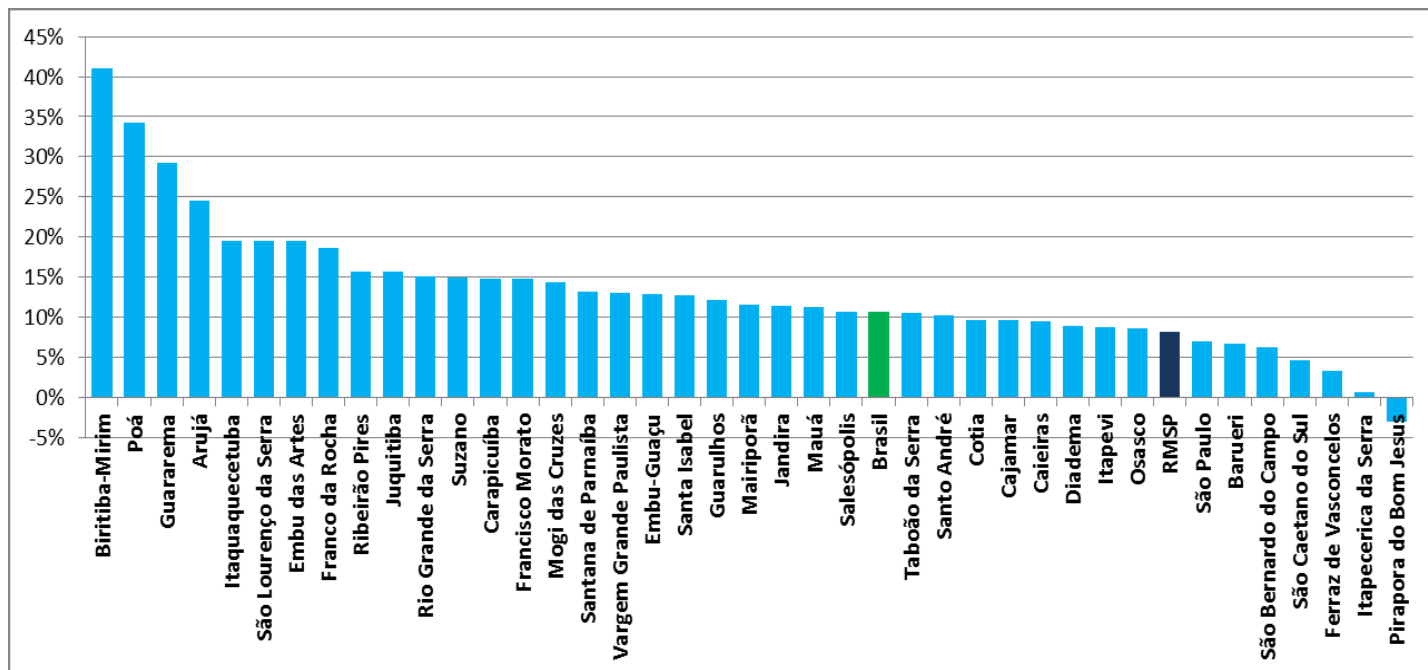


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Em 2013 o setor de serviços foi o responsável por 59,02% do PIB da região metropolitana, contra 58,59% de 2012, enquanto à indústria coube os já mencionados 14,9%, reforçando a tendência de 2010 para cá mostrada nos gráficos, de diminuição da participação da indústria e aumento da participação do setor de serviços. Comparando a RMSP com o Brasil, como era de se esperar, o setor de serviços tem um peso maior na composição do PIB da primeira região, principalmente devido a participação do município de São Paulo que teve em 2013 63,8% do seu PIB oriundo do setor de serviços. Por outro lado, a agropecuária é muito mais relevante na composição do PIB nacional (4,5% em 2013), do que para o PIB da RMSP (participação de 0,11%). Os Gráficos 10.6c e 10.6d em conjunto mostram uma mudança de perfil pela qual vem passando a RMSP, com a diminuição da importância da indústria e o aumento da participação dos serviços na atividade econômica.

O Gráfico 10.7 exibe as taxas de crescimento do PIB de cada um dos municípios da RMSP em 2013 em relação ao ano de 2012:

Gráfico 10.7 - Crescimento Nominal % do PIB 2013/2012 - Municípios da RMSP



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O município de Biritiba-Mirim foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, 41,09%. Setorialmente, esse crescimento foi puxado pelo grupo de atividades agropecuárias, que representa 46% do PIB do município e expandiu 87,37% em 2013. Na sequência, destacam-se os municípios de Poá e Guararema, cujos PIBs cresceram, respectivamente, 34,2% e 29,2%. No caso de Poá, o crescimento se deu principalmente devido ao item “Impostos” que correspondeu a 54,7% do PIB e aumentou 82,6% em 2013. Já a expansão de Guararema foi conduzida pelo setor de serviços que corresponde a 64,7% do PIB local e cresceu 34,5% em 2013.

Dos 39 municípios da região metropolitana, apenas Pirapora do Bom Jesus apresentou crescimento negativo em 2013 (-3%), puxado pelo setor de serviços da região que representa 70,2% do PIB local e enfrentou uma retração de -7,6%. O PIB do município de São Paulo registrou expansão nominal de 7%. O setor de serviços, responsável por mais de 60% do PIB paulistano em 2013, cresceu, nominalmente, 7,8%. O valor da produção da indústria apresentou expansão de 4,3%, já a agropecuária cresceu 68%. Por fim, o valor dos impostos sobre os produtos subiu 3,6%.

A Tabela 10.2 apresenta os valores dos PIBs de cada município da RMSP e a respectiva participação percentual no PIB metropolitano.

Tabela 10.2 - PIBs Municipais 2013 - RMSP - em R\$ mil

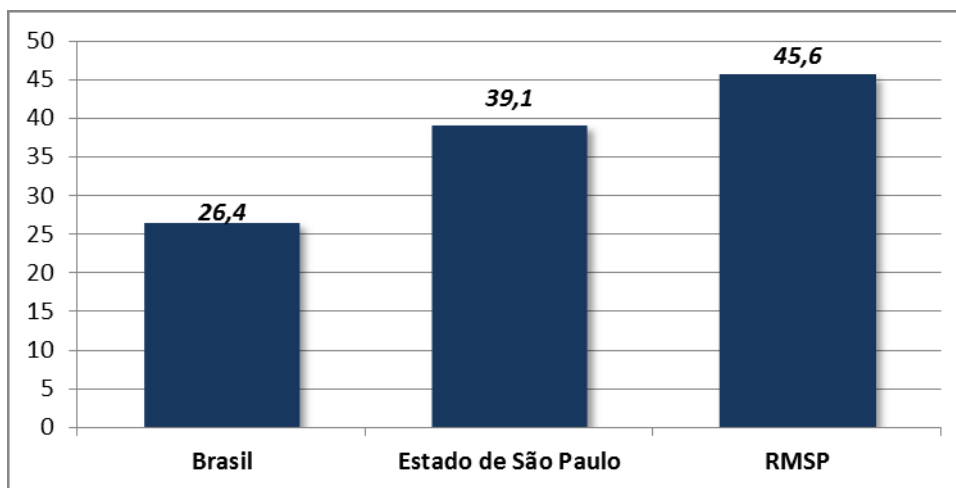
Posição	Município	PIB 2013 R\$ mil	Part. % no PIB RMSP
1°	São Paulo	570.706.192	60,23%
2°	Osasco	55.515.707	5,86%
3°	Guarulhos	49.392.842	5,21%
4°	São Bernardo do Campo	47.668.531	5,03%
5°	Barueri	44.118.662	4,66%
6°	Santo André	25.027.925	2,64%
7°	São Caetano do Sul	15.306.267	1,62%
8°	Diadema	13.428.069	1,42%
9°	Mogi das Cruzes	12.917.527	1,36%
10°	Mauá	10.220.780	1,08%
11°	Cotia	9.883.959	1,04%
12°	Suzano	8.998.633	0,95%
13°	Cajamar	8.728.427	0,92%
14°	Itapevi	8.506.280	0,90%
15°	Embu das Artes	8.106.457	0,86%
16°	Taboão da Serra	7.375.289	0,78%
17°	Santana de Parnaíba	7.373.603	0,78%
18°	Poá	5.263.923	0,56%
19°	Itaquaquecetuba	5.060.802	0,53%
20°	Carapicuíba	4.437.172	0,47%
21°	Itapecerica da Serra	3.138.820	0,33%
22°	Jandira	2.907.439	0,31%
23°	Arujá	2.874.464	0,30%
24°	Caieiras	2.815.657	0,30%
25°	Ribeirão Pires	2.660.355	0,28%
26°	Ferraz de Vasconcelos	2.592.684	0,27%
27°	Franco da Rocha	2.326.997	0,25%
28°	Guararema	1.686.845	0,18%
29°	Vargem Grande Paulista	1.496.965	0,16%
30°	Mairiporã	1.454.761	0,15%
31°	Santa Isabel	1.309.914	0,14%
32°	Francisco Morato	1.221.496	0,13%
33°	Embu-Guaçu	866.632	0,09%
34°	Biritiba-Mirim	569.093	0,06%
35°	Rio Grande da Serra	521.263	0,06%
36°	Juquitiba	419.064	0,04%
37°	Pirapora do Bom Jesus	323.919	0,03%
38°	São Lourenço da Serra	220.531	0,02%
39°	Salesópolis	164.971	0,02%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

PIB per capita da Região Metropolitana de São Paulo

Empregando os dados de estimativa populacional para 2012 e 2013³ é possível calcular o PIB *per capita*, que representa um indicador mais preciso do desenvolvimento econômico do município. Conforme o Gráfico 10.8 mostra, o PIB *per capita* da RMSP alcançou, em 2013, R\$ 45,6 mil, valor 16,6% superior ao PIB *per capita* do Estado de São Paulo, que atingiu R\$ 39,1 mil, e cerca de 72,5% superior ao PIB per capita do Brasil, que foi R\$ 26,4 mil.

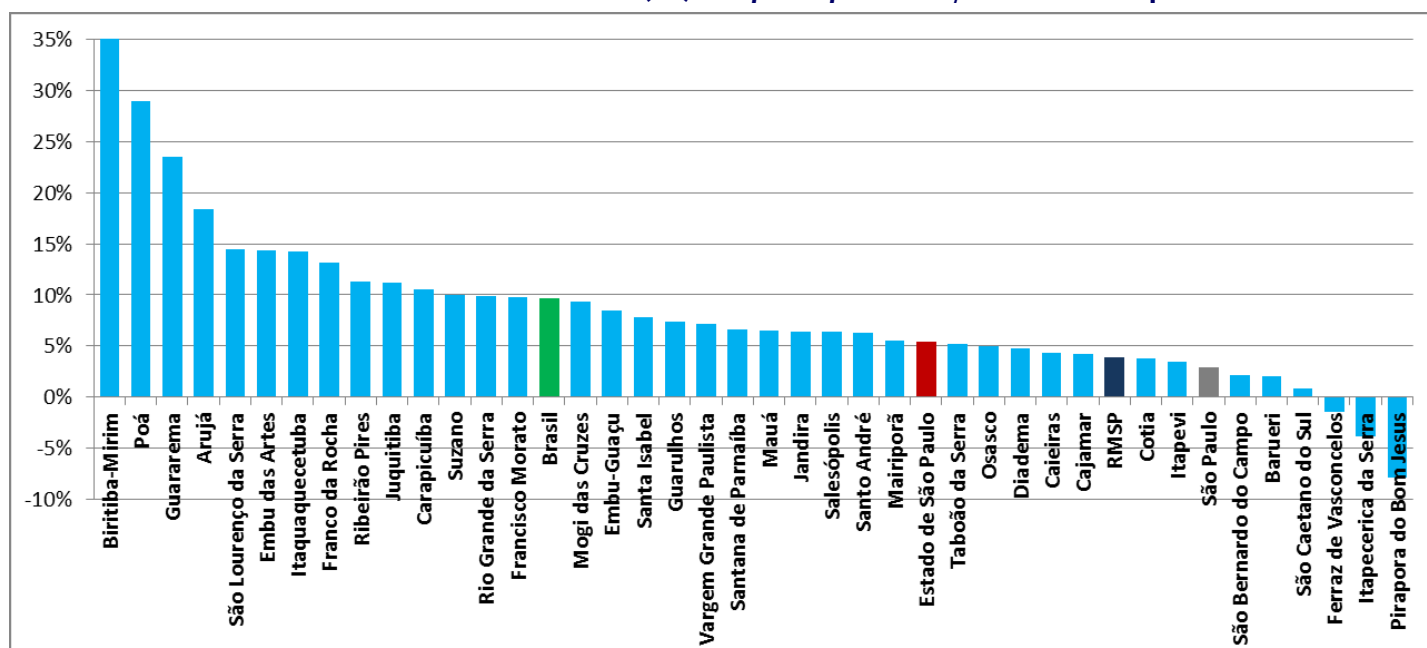
Gráfico 10.8 - PIB per capita 2012 - Brasil, Estado de SP e RMSP - em R\$ mil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O Gráfico 10.9 ilustra o crescimento nominal do PIB *per capita* dos municípios da RMSP entre 2013 e 2012

Gráfico 10.9 - Crescimento Nominal (%) PIB per capita 2013/2012 - Municípios da RMSP



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

3 - Foram utilizadas estimativas da população realizadas pelo IBGE para 2012 com data de referência de 1° de Julho de 2012 e para 2013 com data de referência de 1° de Julho de 2013 (link: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/>)

Como pode ser observado pelo gráfico, dos 39 municípios da RMSP, 14 obtiveram um crescimento nominal do PIB per capita maior que o nacional (9,6%), com destaque para Biritiba-Mirim (35%), Poá (28,9%) e Guararema (23,4%). Três municípios registraram retração de seus PIBs per capita: Pirapora do Bom Jesus (-7,8%), Itapecerica da Serra (-3,8%) e Ferraz de Vasconcelos (-1,4%). Dentre eles, apenas Pirapora do Bom Jesus obteve crescimento nominal negativo do seu PIB. O município de São Paulo obteve expansão de 3% do seu PIB *per capita*, ficando abaixo da média nacional, do estado de São Paulo (cujo PIB per capita cresceu 5,4%) e da média da região metropolitana (3,9%). Por fim, a Tabela 10.3 traz os PIBs per capita de todos os municípios da RMSP e a respectiva posição de cada um na região.

Tabela 10.3 - PIBs per capita 2013 - RMSP

Pos. 2013	Município	PIB per Capita 2013 (em R\$ mil)	Pos. 2012
1°	Barueri	171,83	1°
2°	Cajamar	125,44	2°
3°	São Caetano do Sul	97,89	3°
4°	Osasco	80,27	4°
5°	Guararema	60,94	7°
6°	Santana de Parnaíba	60,94	6°
7°	São Bernardo do Campo	59,15	5°
8°	São Paulo	48,28	8°
9°	Poá	46,99	11°
10°	Cotia	44,74	9°
11°	Itapevi	39,20	10°
12°	Guarulhos	38,02	12°
13°	Santo André	35,50	13°
14°	Arujá	35,34	15°
15°	Diadema	33,02	14°
16°	Suzano	32,19	17°
17°	Vargem Grande Paulista	31,84	16°
18°	Embu das Artes	31,64	20°
19°	Mogi das Cruzes	31,13	19°
20°	Caieiras	30,21	18°
21°	Taboão da Serra	27,90	21°
22°	Jandira	25,06	22°
23°	Santa Isabel	24,36	23°
24°	Mauá	23,01	24°
25°	Ribeirão Pires	22,38	26°
26°	Itapecerica da Serra	19,21	27°
27°	Pirapora do Bom Jesus	18,95	25°
28°	Biritiba-Mirim	18,66	31°
29°	Franco da Rocha	16,41	30°
30°	Mairiporã	16,37	28°

Tabela 10.3 - PIBs per capita 2013 - RMSP (continuação)

Pos. 2013	Município	PIB per Capita 2013 (em R\$ mil)	Pos. 2012
31°	São Lourenço da Serra	14,83	32°
32°	Itaquaquetuba	14,69	33°
33°	Ferraz de Vasconcelos	14,38	29°
34°	Juquitiba	13,86	34°
35°	Embu-Guaçu	13,08	35°
36°	Carapicuíba	11,44	36°
37°	Rio Grande da Serra	11,06	37°
38°	Salesópolis	10,02	38°
39°	Francisco Morato	7,42	39°

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Considerações Finais

Os dados do IBGE mostram que 2013 foi um ano com crescimento real abaixo da média considerando os últimos 6 anos (3,5% de média contra 3% em 2013), porém interrompeu uma série de três anos de declínio na taxa de expansão. O maior destaque foi o setor agropecuário que cresceu em termos reais 8,4% (nominalmente a taxa foi de 19,73%). O setor de serviços e a indústria cresceram respectivamente 2,8% e 2,2% em termos reais (11,65% e 6,29% em termos nominais).

Considerando a RMSP, o crescimento nominal do PIB foi de 8,2% puxado principalmente pelo setor de serviços, que correspondeu em 2013 a 59% do PIB da região e cresceu 9,01% em 2013. Assim como ocorreu em âmbito nacional, a agropecuária teve o melhor desempenho no ano entre os grupos de atividade, 71,35% de crescimento nominal, porém enquanto nacionalmente o peso econômico do setor é de aproximadamente 4,5% do PIB, na RMSP essa porcentagem é de apenas 0,1% e pouco refletiu no crescimento final do PIB. Seguindo o cenário nacional, a indústria teve o pior desempenho dentre os três grupos, crescendo 3,86% na RMSP (contra 6,29% nacionalmente). Isso levou alguns municípios da região, cuja atividade econômica é mais dependente da indústria, a crescerem menos em 2013 como Ferraz de Vasconcelos (cujo peso da indústria no PIB é de 35% e cresceu 3,2% nominais), São Caetano do Sul (peso de 25% da indústria e crescimento de 4,7%) e São Bernardo do Campo.

O já mencionado setor de serviços, que corresponde a 59% do PIB metropolitano, apesar do crescimento nominal de 9,01%, também ficou abaixo do registrado nacionalmente (11,65%), o que contribuiu para uma taxa de crescimento da RMSP menor que a verificada nacionalmente, consequentemente diminuindo a participação da região no PIB nacional de 18,2% em 2012 para 17,8% em 2013.

11. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo

Introdução

Desde 2004 o Banco Mundial desenvolve a pesquisa *“Doing Business”*, que procura fornecer informações objetivas sobre o nível de regulações para empresas locais em 189 países. A pesquisa foca na análise de regras que estabelecem e definem claramente direitos de propriedade, minimizam o custo de resolução de disputas, aumentam a previsibilidade das interações econômicas e prove aos eventuais participantes de acordos e contratos proteção contra abusos. Segundo o Banco Mundial¹, tais regras são importantes pois a atividade econômica requer um ambiente que encoraje a criação e o posterior crescimento das empresas, ao mesmo tempo, evitando o surgimento de distorções no mercado.

O objetivo da pesquisa é encorajar regulações por parte do poder público que sejam eficientes, acessíveis a todos que a utilizarão e simples em sua implementação. Regulações muito excessivas, complexas desviam os recursos da economia, a energia dos empreendedores, da criação e desenvolvimento dos seus negócios. Por outro lado, regulações eficientes, transparentes e simples tornam mais fácil para o empreendedor inovar e crescer, além de permitir aos entrantes no mercado competir em condições mais adequadas com os já estabelecidos. De acordo com os pesquisadores, boas regras são a chave para inclusão social: *“Gerar crescimento - e garantir que todas as pessoas, independentemente do seu nível de renda, possam participar dos seus benefícios - requer um ambiente econômico onde novos entrantes, com boas ideias, possam iniciar seus negócios e onde as boas empresas possam investir e crescer.”*¹

É importante salientar que a pesquisa *“Doing Business”* não mensura todos os aspectos do que normalmente é chamado de “ambiente de negócios”. Não são considerados itens como qualificação da força de trabalho, robustez do sistema financeiro, corrupção, estabilidade macroeconômica, tamanho do mercado etc., todas essas variáveis que afetam a competitividade de uma empresa e as decisões de investimento dos agentes econômicos.

- Publicado no Indicador Metropolitano n° 73- julho/2016

A pesquisa trabalha com variáveis relacionadas a regulação para abrir um novo negócio, obter permissões de construção, obter eletricidade, registrar propriedades, obter crédito, procedimentos de pagamentos de taxas, resolução de conflitos, comércio entre as fronteiras etc. O tópico seguinte explicará um pouco mais detalhadamente os componentes considerados.

Metodologia

Para a realização do estudo, os pesquisadores trabalham com 11 grupos de indicadores. Esse grupo de indicadores foi escolhido devido a importância de cada um para o tema da pesquisa, segundo a literatura econômica disponível, além dos dados disponíveis (incluindo os dados do World Bank Enterprise Surveys). A tabela 11.1 traz um resumo do que é mensurado com esses indicadores.

Tabela 11.1 - Grupo de indicadores utilizados no “Doing Business”

Grupos de indicadores	O que é mensurado
"Começando um negócio"	Procedimentos, tempo, custos e requerimentos mínimos de capital para começar uma companhia de responsabilidade limitada
"Obtenção de permissões de construção"	Procedimentos, tempo e custos para cumprir todas as formalidades para construir uma fábrica (incluindo o cumprimento de medidas de segurança e controle de qualidade incluídos no sistema de permissões de construção)
"Obtendo eletricidade"	Procedimentos, tempo e custos para se conectar a rede elétrica, a confiabilidade da oferta de energia e o custo do consumo de energia
"Registro de propriedade"	Procedimentos, tempo e custos para transferência de uma propriedade e a qualidade do "sistema de administração e registro de imóveis"
"Obtenção de crédito"	Leis de garantias/colaterais e sistemas de informação de crédito
"Proteção dos investidores minoritários"	Direitos de investidores minoritários em transações com partes relacionadas e governança corporativa
"Pagamento de impostos"	Pagamentos e tempo para uma firma cumprir com todas as obrigações nessa área
"Comercio Internacional"	Tempo e custo para exportar e importar

Tabela 11.1 - Grupo de indicadores utilizados no “Doing Business” (continuação)

Grupos de indicadores	O que é mensurado
"Execução de contratos"²	Tempo e custo para resolver disputas comerciais e a qualidade do processo judicial
"Resolução de insolvência"	Tempo, custo, resultado e taxa de recuperação das insolvências comerciais e a força do sistema legal para insolvência
"Regulação no mercado de trabalho"	Flexibilidade na regulamentação trabalhista e aspectos da qualidade dos empregos

Fonte: About Doing Business - 2016 - World Bank Group

São disponibilizados pelos pesquisadores dois grandes conjuntos de indicadores: os próprios indicadores individuais dos grupos mencionados na tabela 11.1 e dois indicadores “agregados”³: um para observação de uma economia relativa a outra em um dado ano e outro para uma avaliação do desempenho do próprio país ao longo do tempo, que é o DTF (Distância da fronteira).

Esse último indicador mostra a distância de cada economia do que os pesquisadores chamaram de “fronteira”, que representa, para cada indicador individual, um valor “máximo observado” durante determinado período (para a maior parte dos indicadores, esse período vai de 2005 até hoje). Portanto, quanto menor esse indicador, “pior” está a economia. Por exemplo, se o país A recebe uma pontuação de 33 em 2015, isso significa que considerando um hipotético caminho rumo “ao topo”, rumo à fronteira, esse país completou 33% desse caminho. Em 2016, se o seu índice “distância da fronteira” subiu para 50, significa que esse país está na “metade” do caminho teórico rumo ao topo, ou seja, ele andou “para frente”, melhorou de um ano para outro, dado que, pela metodologia adotada, o topo ou ficou estável (o valor máximo de 2016 foi inferior ou igual a um valor de máximo já registrado) ou o topo também “melhorou” (o valor máximo registrado em 2016 foi o maior registrado desde 2005).

(2) Tradução livre para “enforcing contracts”, que pode ser considerado, em português, como “fazer valer os contratos”, “fazer cumprir os contratos”.

(3) Para maiores detalhes sobre o cálculo desses índices consultar “Distance to frontier and ease of doing business ranking” - World Bank Group. Link: <http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB16-Chapters/DB16-DTF-and-DBRanking.pdf>

Em relação aos dados, as fontes do Banco Mundial incluem questionários enviados aos governos e profissionais do mercado privado nas áreas pesquisadas - geralmente administradores, advogados, juizes e profissionais das áreas de crédito. No caso de regulações envolvendo construções também participam engenheiros e arquitetos. Consultas diretas a governos, pesquisadores regionais do próprio banco, além de estudo/pesquisa das leis e regulações de cada país diretamente são outras fontes para obtenção de informações. Segundo o banco, nos últimos 13 anos, mais de 33.000 profissionais em 189 economias contribuíram com dados para a pesquisa. Só em 2015, ano da coleta das informações da edição de 2016, foram 11.400 profissionais.

Um último aspecto relevante da metodologia adotada para os propósitos deste artigo é o escopo geográfico da captura dos dados. Para países com mais de 100 milhões de habitantes⁴, o levantamento de dados para essa economia é feito dentro das duas maiores cidades do país. No caso do Brasil, portanto, a pesquisa é feita em São Paulo e Rio de Janeiro.

Para os EUA são consideradas Nova Iorque e Los Angeles, para a China entram Pequim (Beijing) e Shanghai. Moscou e São Petersburgo são as cidades consideradas para a Rússia e Cidade do México e Monterrey para o México. Para países com menos de 100 milhões é considerada a maior cidade⁵. Para os países com mais de 100 milhões, cuja base de dados são duas cidades, o Banco Mundial divulga algumas informações/indicadores das duas cidades separadamente (os índices gerais, para a “economia como um todo”, nesses casos, são ponderações dos índices dessas duas cidades base).

Embora o Banco Mundial disponibilize dados desde 2004 relacionados ao “*Doing Business*”, nem todos os indicadores possuem informações para todo o período. Para as questões envolvendo trocas de metodologia, a instituição alega que os indicadores disponibilizados são recalculados para garantir a possibilidade de comparação entre os anos⁶.

(4) Os países considerados com mais de 100 milhões de habitantes foram Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Rússia e EUA

(5) Para alguns países é feito um levantamento “especial” em mais cidades. No caso do México, por exemplo, o levantamento é feito em 31 cidades mais a Cidade do México. No Quênia foram 10 cidades, Afeganistão 5 cidades. Embora existam essas “excepcionalidades”, para a divulgação do índice de cada economia continua valendo a regra das 2 maiores cidades para países com mais de 100 milhões de habitantes e a maior cidade para países com menos de 100 milhões de habitantes.

(6) Em “*Doing Business 2016 Data Notes*” - Data challenges and revisions (<http://www.doingbusiness.org/methodology/methodology-note>) - “To provide a comparable time series for research, the data set is back-calculated to adjust for changes in methodology and any revisions in data due to corrections.”

De acordo com as informações disponibilizadas pelos pesquisadores, considerando os anos mais recentes, em 2015 houve uma revisão e ampliação da metodologia, que continuou a ser implementada em 2016. Basicamente passou-se a considerar mais itens dentro de cada conjunto de indicadores mencionados na tabela 11.1.⁷

Explicado de maneira geral pontos relevantes da metodologia, na seção seguinte serão apresentados dados relacionados à São Paulo e outras cidades similares para fins de comparação. Alguns indicadores, como o “ranking geral” da pesquisa para determinado ano, não apresenta a abertura por cidades no caso dos países com mais de 100 milhões de habitantes. Nos casos em que isso ocorrer, serão apresentados os números gerais para o referido país. Esse indicador “nacional” é construído, e posteriormente ranqueado, como sendo uma média ponderada dos indicadores das duas cidades cobertas nos casos dos países com mais de 100 milhões de habitantes. O peso é baseado na população de cada cidade.

Dados

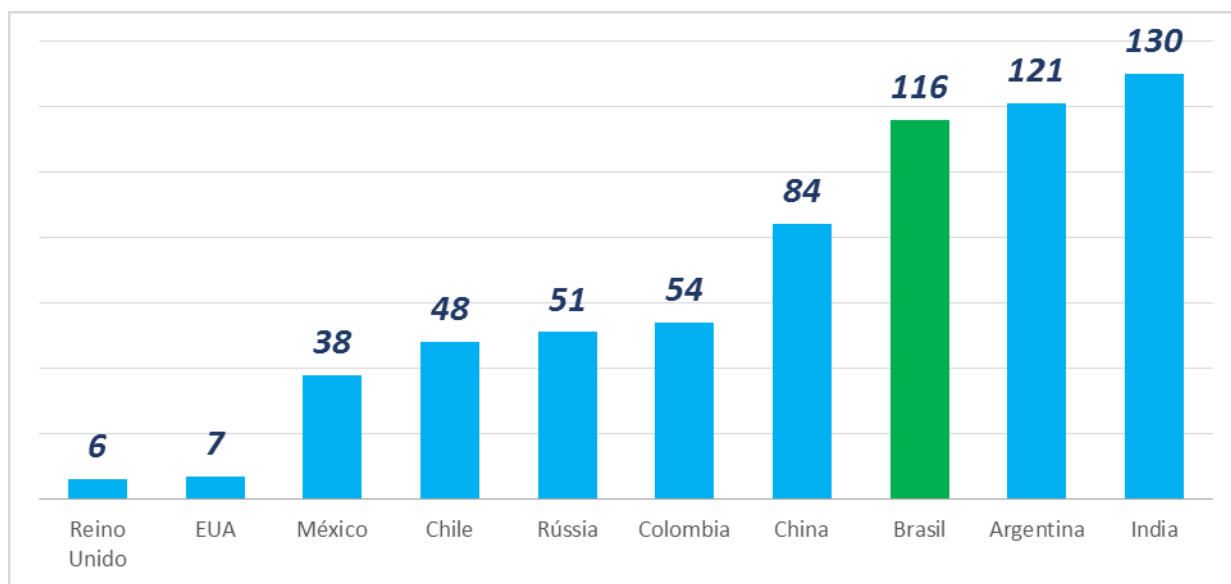
Para fins de comparação, além de São Paulo e Rio de Janeiro (quando disponível), também serão apresentadas informações sobre outras metrópoles: Buenos Aires (Argentina - ARG), Santiago (Chile - CHL), Xangai (China - CHI), Bogotá (Colômbia - COL), Mumbai (Índia - IND), Cidade do México (México - MEX), Moscou (Rússia - RUS), Londres (Reino Unido - RU) e Nova Iorque (EUA). Essas outras cidades foram escolhidas por um conjunto de razões como tamanho da população, importância regional e global, similaridades com São Paulo, similaridades do país com o Brasil em relação a economia, renda etc.

Como mencionado anteriormente, a pesquisa “*Doing Business*” divulga dois indicadores “gerais” que condensam o resultado do conjunto de variáveis pesquisadas (ver tabela 11.1). No indicador de ranking puro não é disponibilizado o valor por cidade pesquisada, logo, para os países com mais de 100 milhões, cuja base de informações vem de duas cidades, não é possível saber especificamente o ranking dessas cidades. O gráfico 11.1 traz o ranking dos países das cidades escolhidas para a apresentação dos dados neste artigo. Para EUA, Brasil, Índia, Rússia, México e China o ranking é oriundo de uma média de valores das duas cidades pesquisadas

(7) Maiores detalhes sobre as alterações na metodologia podem ser consultadas em “Doing Business 2016 Data Notes” - link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/methodology-note>

para estes países. Para os demais, o ranking é fruto dos dados da única cidade pesquisada (por exemplo, para a Argentina a cidade pesquisada foi Buenos Aires)

Gráfico 4.1 - Ranking “Facilidade em se fazer negócios” - Doing Business 2016 (DB2016)



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

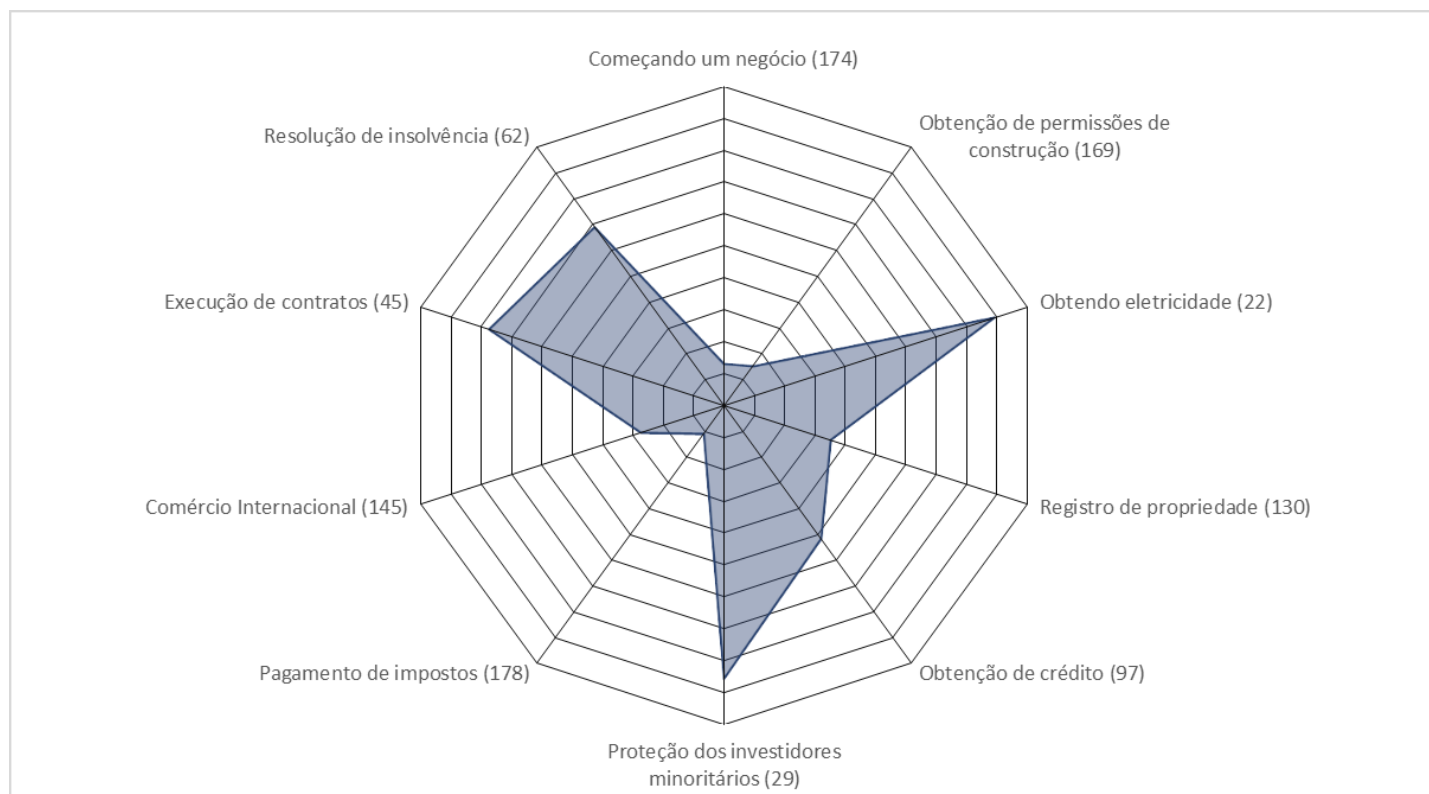
Como pode ser observado, dentre os países latino-americanos considerados, o Brasil (na verdade, uma combinação da situação de São Paulo e Rio de Janeiro) só se saiu melhor que a Argentina que ficou com o 121º lugar em um ranking com 189 países. A Índia (Mumbai e Deli) foi a pior colocada (130º). China e Rússia, duas economias que são comumente comparadas ao Brasil, ocuparam posições intermediárias porém melhores que a brasileira na classificação.

Ainda considerando o ranking de 2016 e olhando para os itens mais específicos da pesquisa, o Brasil se saiu bem (ficando no grupo dos 30 melhores classificados) nos quesitos referentes à obtenção de eletricidade (22º) e proteção dos investidores minoritários (29º). Por outro lado, em relação à dificuldades para começar um negócio (174º), pagamento de impostos (178º) e permissões de construção (169º), o Brasil figura entre as 30 piores economias.

O gráfico 11.2 ilustra a posição do Brasil no ranking para os 10 grupos de variáveis que entraram no cálculo do índice geral da pesquisa (o conjunto referente ao mercado de trabalho ficou de fora). Quanto mais próximo de uma extremidade estiver uma “perna” do gráfico, melhor posicionado o país estará nesse quesito (assim, o melhor resultado seria um gráfico “todo preenchido”, com as 10 pontas encostadas no limite). Quanto menos a área pintada se afastar

do centro do gráfico, pior será o resultado para aquele quesito.

Gráfico 11.2 - Ranking para as 10 sub-índices do “Doing Business 2016” - Brasil



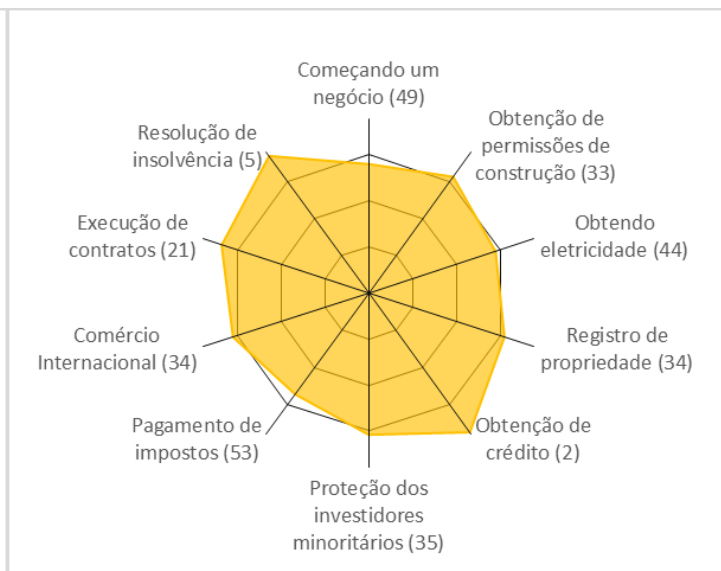
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Pelo gráfico é possível observar a performance relativa ruim do Brasil nos itens “Pagamento de Impostos”, “Obtenção de permissões de construção” e “Começando um negócio” - o número entre parênteses na frente de cada variável é a colocação brasileira no “Doing Business 2016” para o respectivo item. Os gráficos 11.3a e 11.3b trazem as mesmas informações para Chile (Santiago) e EUA (combinação entre Nova Iorque e Los Angeles). Observe como a área do mesmo é bem mais “uniformemente distribuída” e preenche um espaço maior no gráfico comparado ao gráfico para o Brasil. Esse comportamento indica uma melhor ou boa performance em praticamente todas as variáveis da pesquisa comparado ao desempenho relativo bastante irregular da economia brasileira (que possui bons índices para algumas variáveis, mas apresenta desempenho ruim em outras).

Gráfico 11.3a - Ranking para as 10 sub-índices do “DB2016” - Chile



Gráfico 11.3b - Ranking para as 10 sub-índices do “DB2016” - EUA



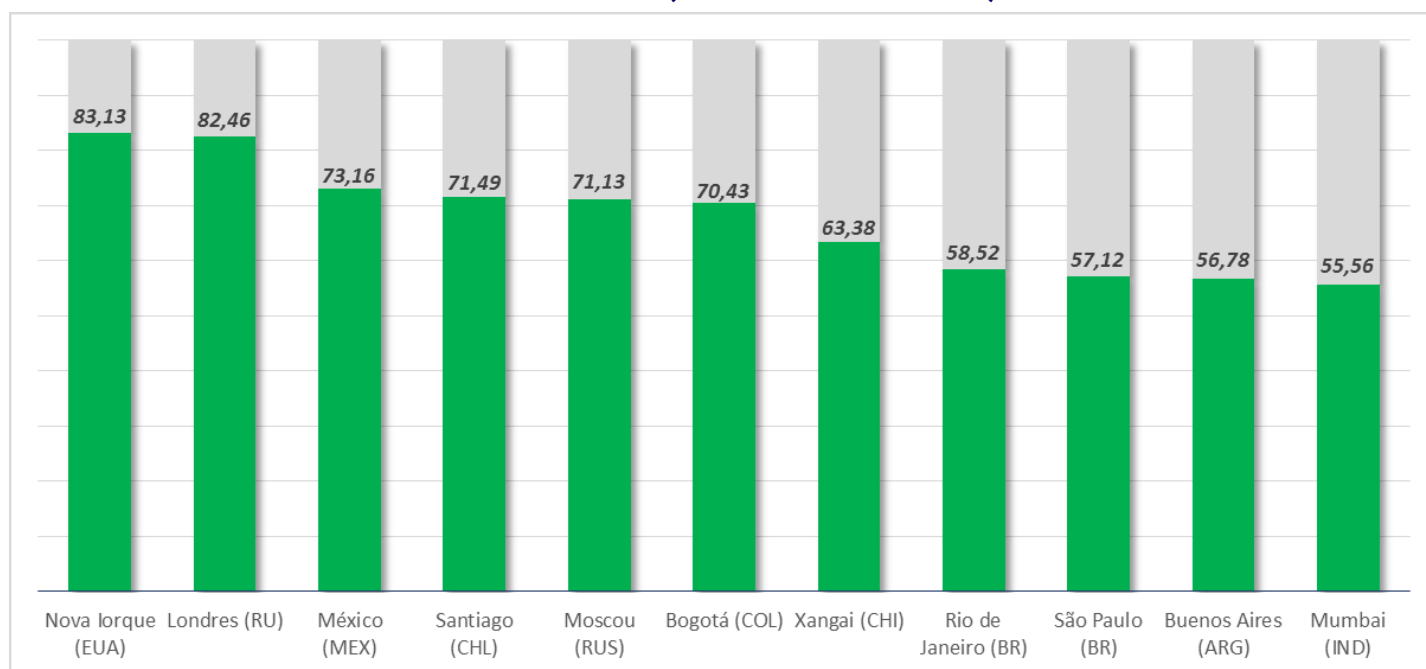
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O outro indicador geral que o Banco Mundial divulga é o DTF (Distância da fronteira), que como explicado anteriormente é um índice, que varia de 0 a 100, construído com os valores máximos obtidos para as variáveis pesquisadas dentro de um período de tempo definido (na maior parte das variáveis, o período compreende os anos de 2005 até 2016). Quanto maior o índice obtido pela cidade, mais próxima do “maior valor possível” daquela variável ela está. Os pesquisadores fazem a analogia com um “caminho” a ser percorrido que iria de 0 a 100 - quanto mais próximo do 100, mais perto essa cidade/país está de “chegar” a melhor situação possível/registrada para esse quesito.

O gráfico 11.4 traz o DTF de 2016 para São Paulo, Rio de Janeiro e mais as 9 cidades consideradas neste artigo. Esse índice é uma síntese dos 10 sub-índices considerados na pesquisa e listados na tabela 11.1 (mercado de trabalho não entrou para o cálculo por questões metodológicas).

São Paulo e Rio de Janeiro tiveram DTFs próximos, com uma leve vantagem para a capital fluminense (57,12 e 58,52 respectivamente). Mumbai na Índia recebeu o menor 55,56. Dentro da América Latina, a Cidade do México se saiu melhor (DTF de 73,16), seguida por Santiago no Chile com 71,49. Buenos Aires se saiu um pouco pior que São Paulo com um índice de 56,78.

Gráfico 11.4 - DTF (Distância da fronteira) - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

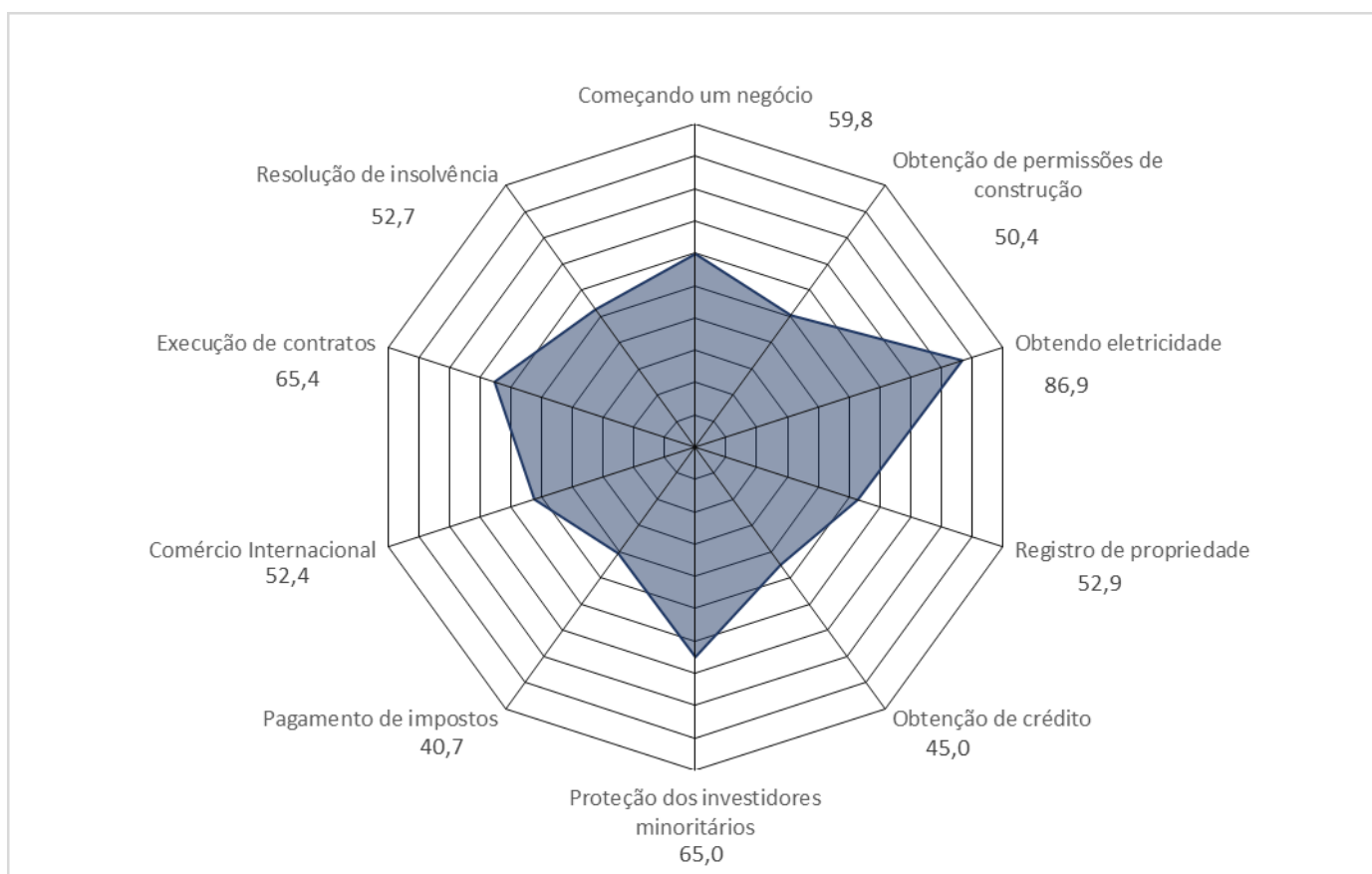
No caso de São Paulo, o Banco Mundial divulga o DTF geral desde 2010, no entanto, como a metodologia da pesquisa mudou bastante durante o período, com a inclusão de novos itens há uma “quebra” na série em 2015. Dentro do período da série velha, o DTF de São Paulo oscilou entre 53,72 (em 2010) para o valor mínimo do período de 53,23 em 2013, voltando a subir em 2014 para 53,52. Com a reformulação de 2015, o índice saltou para 57,12 e ficou estável em 2016.

Ainda considerando um horizonte temporal maior do que um único ano, os pesquisadores listam algumas medidas tomadas entre 2008-2016 que foram positivas em relação ao objeto da pesquisa (facilidade dos negócios) como atualizações nas regras de processo civil, eliminação de alguns requisitos para obter licença do corpo de bombeiros ao iniciar a utilização de uma construção, criação e compartilhamento entre instituições de cadastros positivos para avaliação de risco de crédito, implementação do SISCOMEX (portal eletrônico para questões ligadas à exportação), dentre outras. Por outro lado, são citados como medidas negativas, o aumento da alíquota do ITBI em São Paulo no ano de 2015 e a introdução de novas certificações para transferências de propriedade (ausência de pendências envolvendo dívidas trabalhistas).⁸

(8) Maiores detalhes sobre as mudanças, tanto positivas quanto negativas, listadas pelo Banco Mundial, podem ser encontradas em “Business Reforms in Brazil” (link: <http://www.doingbusiness.org/reforms/overview/economy/brazil>)

Além do DTF geral, também há o mesmo indicador para todos os 10 sub-índices pesquisados pelo Banco Mundial. São Paulo aparece abaixo dos 50 pontos nos itens “Pagamento de impostos” e “Obtenção de crédito”. A maior classificação foi obtida em “Obtendo eletricidade” (86,9). Com exceção da nota relativa a proteção de investidores minoritários e execução de contratos (que alcançaram os 65 pontos), as demais ficaram na faixa dos 50 pontos. O gráfico 11.5 traz o DTF da capital paulista para todos os 10 quesitos considerados na

Gráfico 11.5 - DTF (Distância da fronteira) por item - DB2016 - São Paulo



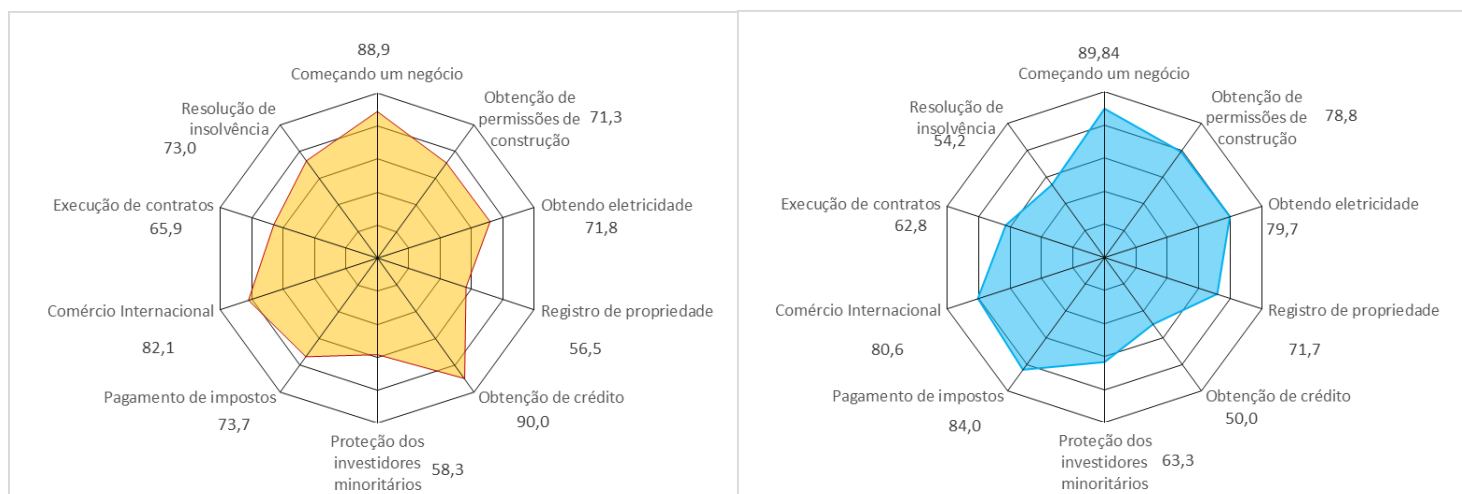
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Assim como no gráfico 11.2, quanto mais “preenchida” a área do decágono pela mancha cinza, melhor a situação da economia/cidade (o centro do decágono representa a pontuação 0, enquanto cada vértice representa a pontuação máxima - 100 para aquele quesito).

Comparando com as duas cidades latino-americanas com melhor índice DTF, Cidade do México e Santiago, é possível observar pelos gráficos 11.6a e 11.6b como a mancha dessas cidades ocupa um espaço do decágono maior que a de São Paulo, indicando melhores índices para a maioria dos quesitos.

Gráfico 11.6a - DTF (Distância da fronteira) por item - DB2016 - Cidade do México

Gráfico 11.6b - DTF (Distância da fronteira) por item - DB2016 - Santiago



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

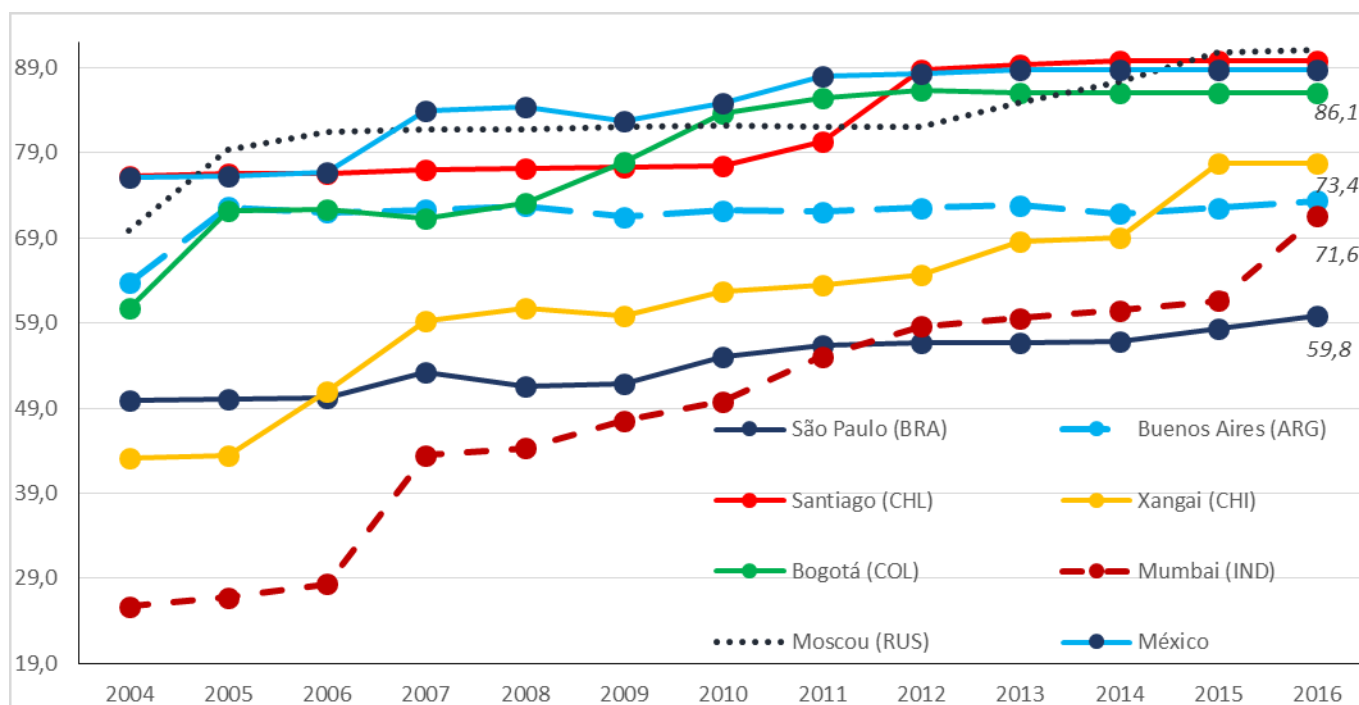
Dentre os itens considerados, São Paulo apresenta um índice melhor que as duas cidades apenas em relação à proteção dos investidores minoritários (65 para a capital paulista contra 63,3 de Santiago e 58,3 para a Cidade do México) e obtenção de eletricidade (86,9 contra 79,7 de Santiago e 71,8 da Cidade do México). Considerando os dois piores quesitos de São Paulo, Santiago também apresenta baixo desempenho em relação à obtenção de crédito (50 de DTF), já a Cidade do México obtém seu melhor desempenho nesse item. Em relação ao pagamento de impostos (pior desempenho de São Paulo), ambas apresentam desempenhos bem superiores (84 Santiago e 73,7 para a capital mexicana).

Olhando para os subíndices da pesquisa, em relação ao item “Começando um negócio”, que se concentra em dados sobre procedimentos, tempo, custos para começar uma companhia de responsabilidade limitada, há disponibilidade do índice DTF desde 2004 para todas as cidades consideradas (exceto Rio de Janeiro).

O gráfico 11.7 traz a evolução desse índice para as cidades avaliadas neste artigo (exceto Nova Iorque, Londres e Rio de Janeiro). Algumas como Mumbai na Índia e Xangai na China apresentaram considerável evolução no período 2004-2016, saindo de um DTF de 25,68 em 2004 para 71,6 em 2016 (no caso de Mumbai) e de 43,2 para 77,8 no caso de Xangai. No caso das cidades latino-americanas, a capital argentina apresentou uma melhora de 2004 para 2005, e passou a flutuar na faixa dos 71-74, já São Paulo, apresentou uma leve e lenta tendência de melhora no seu índice, saindo de um DTF nesse item de 49,83 em 2004 para 59,83 em 2016.

Santiago e a Cidade do México, mesmo com DTFs superiores já em 2004, apresentaram melhoras mais consideráveis que a capital paulista. A capital chilena saiu de um DTF de 76,3 em 2014 para 89,8 em 2016, já a cidade mexicana pulou de 76,1 para 88,8 no período.

Gráfico 11.7 - “Começando um negócio” - DTF (Distância da fronteira) - 2004 - 2016

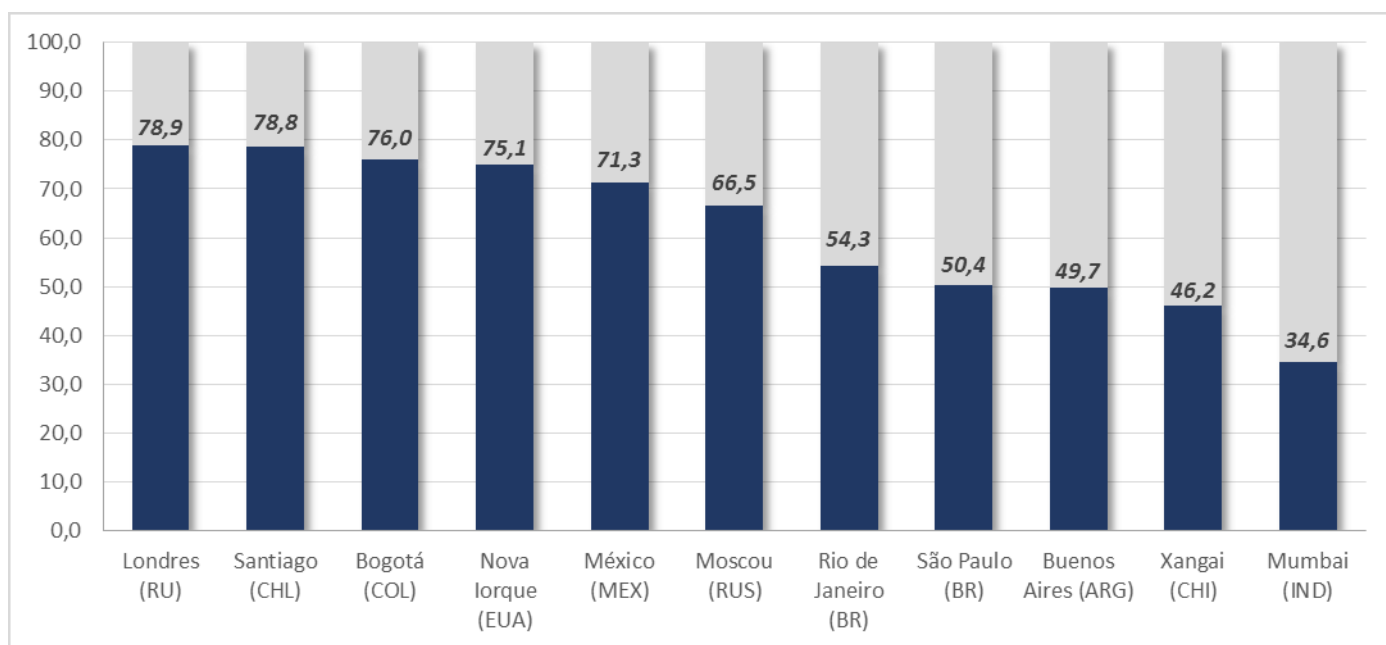


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Nova Iorque praticamente se manteve estável no período considerado (a cidade americana variou de um DTF de 91,2 em 2004 para 91,6 em 2016), enquanto a capital inglesa saiu de 89,4 em 2004 para 94,6 em 2016. As duas cidades não foram incluídas no gráfico para facilitar a visualização, já no caso do Rio de Janeiro, a não inclusão se deve a não disponibilidade de informações (só havia dados para 2015 e 2016). Em 2015 a capital fluminense obteve um DTF - “Começando um negócio” de 56,81 contra 56,78 em 2016, ligeiramente melhor que São Paulo cujo DTF, como pode ser observado pelo gráfico, foi o pior dentre as cidades consideradas em 2016. Em relação ao ranking “puro” (simples ordenação dos países), o Brasil aparece em 174° nesse quesito (começar um negócio), a pior colocação dentre os países considerados neste artigo. Argentina em 157° e Índia em 155° completam os três piores do grupo. Dentre os países latino-americanos selecionados, o Chile aparece com a melhor posição (62°). O Reino Unido é o melhor colocado do grupo com a 17° posição.

Passando para o próximo grupo de indicadores que trata especificamente de regulações para construção (o que inclui construção de galpões, plantas de fabricação etc.) - grupo de indicadores que os pesquisadores chamam de “Obtenção de permissões/autorizações de construções”, Londres apresentou o maior índice DTF (78,9), seguida por Santiago do Chile (78,8) e Bogotá (76). São Paulo (50,4) e Rio de Janeiro (54,3) ficaram apenas na frente de Buenos Aires, Xangai e Mumbai. Em termos de ranking geral, o Brasil ficou com a 169ª posição nesse quesito, a frente de China e Argentina que ocuparam a 176ª e 173ª respectivamente. Dentre os países/cidades considerados, o Reino Unido foi o mais bem posicionado do ranking geral (23ª colocação). O gráfico 11.8 traz o DTF - Obtenção de autorizações de construções para as 11 cidades.

Gráfico 11.8 - “Obtenção de permissões de construção” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

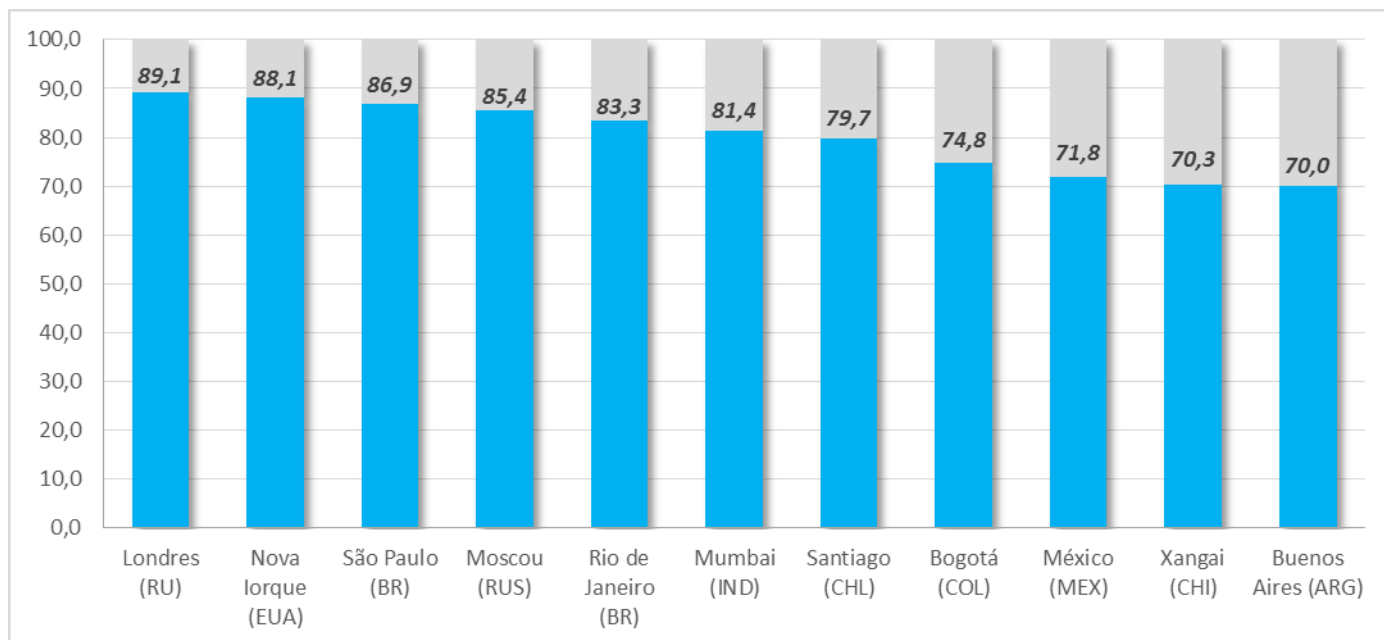


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O próximo conjunto de variáveis considerados na pesquisa (como indicado na tabela 11.1) são os procedimentos, tempo e custos para se obter energia elétrica, englobados sob o título de "Obtendo eletricidade". Neste grupo de itens, São Paulo e Rio de Janeiro se saem bem, com DTFs superiores a 80. A capital paulistana, com um índice de 86,9 fica atrás apenas de Londres e Nova Iorque (88,1) e Londres (89,1). O Rio de Janeiro, com 83,3 ocupa a 5ª posição dentre as 11 cidades consideradas neste artigo.

Buenos Aires na Argentina com 70, Xangai na China (70,3) e Cidade do México (71,8) obtiveram os três menores índices nesse quesito. O gráfico 11.9 traz o índice DTF para o grupo de variáveis relacionadas a obtenção de energia elétrica.

Gráfico 11.9 - “Obtendo eletricidade” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

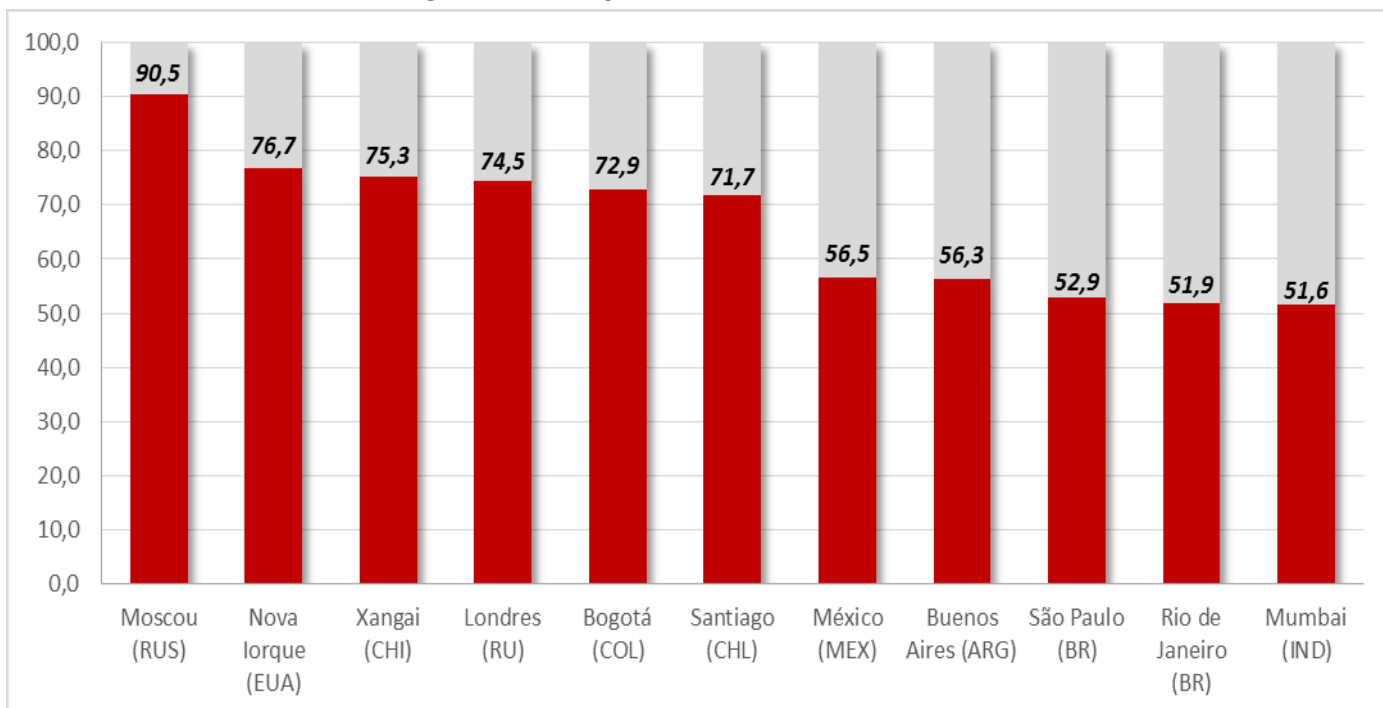


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O Brasil ficou em 22º nesse quesito levando em consideração o ranking simples/puro das 189 economias pesquisadas. Dentre os países selecionados para este artigo, somente o Reino Unido ficou a frente (em 15º). Considerando os demais países latino-americanos selecionados, o melhor colocado foi o Chile em 51º lugar.

Em relação a facilidade para registro de propriedades/imóveis, outro grupo de indicadores cobertos pela pesquisa do Banco Mundial, São Paulo e Rio de Janeiro não apresentaram bons DTFs (52,9 para a capital paulista e 51,6 para o Rio). Somente Mumbai na Índia obteve um índice menor (51,6). Dentre as cidades latino-americanas, Bogotá na Colômbia foi a que obteve o melhor desempenho com um DTF de 72,9, seguida por Santiago (71,7) e Cidade do México, com um DTF bem abaixo de 56,5. Moscou na Rússia atingiu o maior índice dentro do grupo das 11 com um DTF altíssimo de 90,5 (Nova Iorque, a segunda colocada obteve um DTF de 76,7).

Gráfico 11.10 - “Registro de Propriedade” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

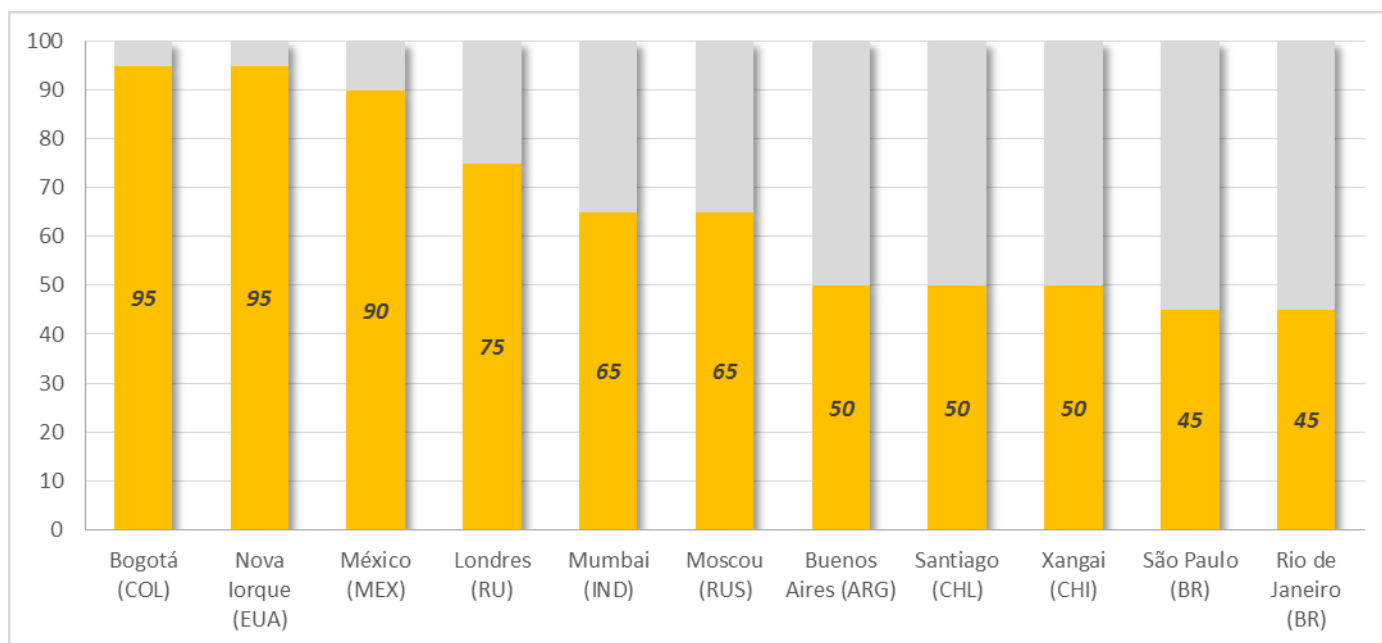


Em termos de ranking simples (lembrando que o Banco Mundial só divulga o ranking simples por país, não por cidade), o Brasil ficou com a 130ª posição de 189 economias na lista. Dentre os latino-americanos, a Colômbia com a 54ª posição foi o melhor. A Rússia (Moscou obteve um DTF bem elevado para esse quesito) ficou em 8º no ranking geral e obviamente foi o melhor dos países considerados neste artigo. México e Argentina ficaram em 106º e 116º respectivamente.

Outro item considerado pelo Banco Mundial é a facilidade de se obter crédito. Para isso os pesquisadores avaliam a legislação local: se ela dificulta ou facilita empréstimos, protege adequadamente o direito dos envolvidos nas operações etc., além de questões como a existência de cadastros com informações sobre pagadores de empréstimo.

Dentre as cidades consideradas, São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram os piores DTFs para esse item (45), seguidos por Xangai e Santiago ambos com DTF de 50. A melhor posição no grupo das 11 consideradas foi de Bogotá e Nova Iorque, que obtiveram um DTF de 95. A Cidade do México com 90 completa o grupo das 3 primeiras. O gráfico 11.11 traz o DTF para as cidades consideradas no artigo. Quanto ao ranqueamento puro, o Brasil aparece na 97ª posição (de 189). Argentina, Chile e China ficaram empatadas no 79º lugar. Dentre os países considerados, Colômbia e EUA ficaram com a 2ª colocação geral.

Gráfico 11.11 - “Obtendo crédito” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016

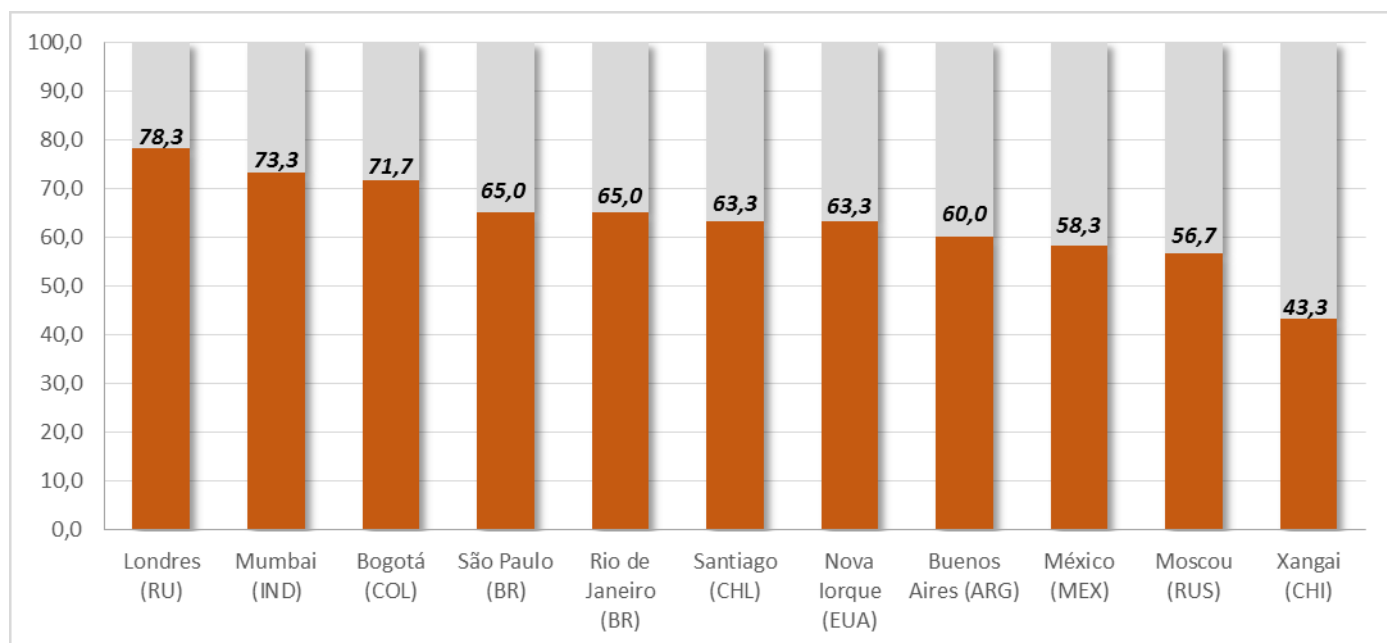


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O próximo grupo de variáveis trata da proteção dos investidores minoritários. Assim como no caso anterior, o Banco Mundial olha algumas condições que a legislação local teria que cumprir e distribui pontos quando a condição é verificada. Dentre outras, são checados itens como se a empresa precisa ter seus balanços auditados por auditores externos, se investidores com menos de 5% do capital da empresa podem incluir itens nas assembleias, se os acionistas são avisados com 30 dias de antecedência sobre as mesmas, se a venda de 51% dos ativos da empresa requer aprovação de acionistas, se acionistas com 10% do capital tem o direito de chamar assembleias extraordinárias, se sendo uma cia. limitada e o comprador da empresa precisa da aprovação dos demais acionistas toda vez que emitir novas ações.

Considerando o índice DTF para esse grupo temático de variáveis (gráfico 11.12), São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram o mesmo valor (65), dado que essa matéria é basicamente tema de regulação/legislação federal. Os três melhores DTFs foram de Londres com 78,3; Mumbai (73,3) e Bogotá (71,7). Dentre as cidades latino-americanas, Santiago (empatada com Nova Iorque) ficou com 63,3, enquanto Buenos Aires obteve 60 pontos. As três piores foram a Cidade do México com 58,3; Moscou (56,7) e Xangai (43,3).

Gráfico 11.12 - “Proteção dos investidores minoritários” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

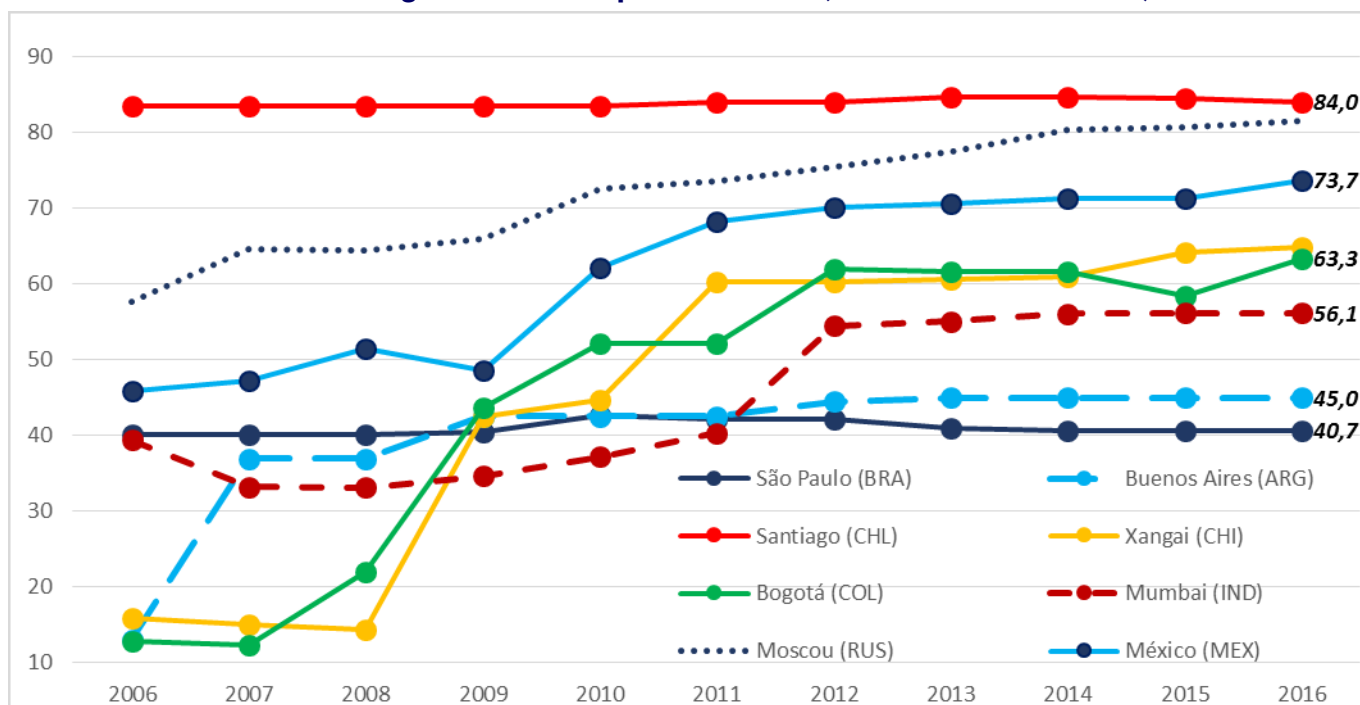
O próximo grupo de indicadores trata do pagamento de impostos, que procura mensurar os pagamentos (custos) e o tempo necessário para cumprir as exigências locais quanto a essa questão. Esse é um indicador que o Banco Mundial divulga o índice DTF (distância da fronteira) desde 2006 para a maioria das cidades consideradas neste artigo.

O gráfico 11.13 traz a evolução do DTF - Pagamento de Impostos para 8 das 11 cidades consideradas. A exclusão do Rio de Janeiro se deve a não disponibilidade de dados.

Pelos dados divulgados, São Paulo foi uma das cidades que menos evoluíram nesse quesito. Seu DTF era de 40,11 em 2006, atingiu um máximo de 42,71 em 2010 para depois cair um pouco e estabilizar nos 40,68 desde 2014. Em relação aos valores de 2016, São Paulo é a pior cidade (dentre as consideradas), acompanhada de perto por Buenos Aires que saiu de um DTF de apenas 13 em 2006 para alcançar 45 em 2016. Algumas cidades como Bogotá e Xangai apresentaram uma evolução considerável nesse quesito. A cidade colombiana saiu de um DTF de 12,82 em 2006 para 63,31 em 2016. Já a cidade chinesa começou com uma pontuação de 15,92 em 2006 para atingir 64,81 em 2016. Outras cidades como Moscú e Cidade do México também evoluíram no período; a cidade mexicana, por exemplo, tinha um DTF de 45,82 em 2006, próximo ao valor de São Paulo, número que saltou para 73,66 em 2016.

Sobre as cidades que não estão no gráfico (Nova Iorque e Londres), a cidade americana saiu de um índice de 72,6 em 2006 para 79,6 em 2016. Já a capital inglesa tinha um DTF de 90,31 em 2006 e ficou relativamente estável (variando entre o mínimo de 89,35 e alcançando o máximo de 91,33 em 2016).

Gráfico 11.13 - “Pagamento de Impostos” - DTF (Distância da fronteira) - 2006 -

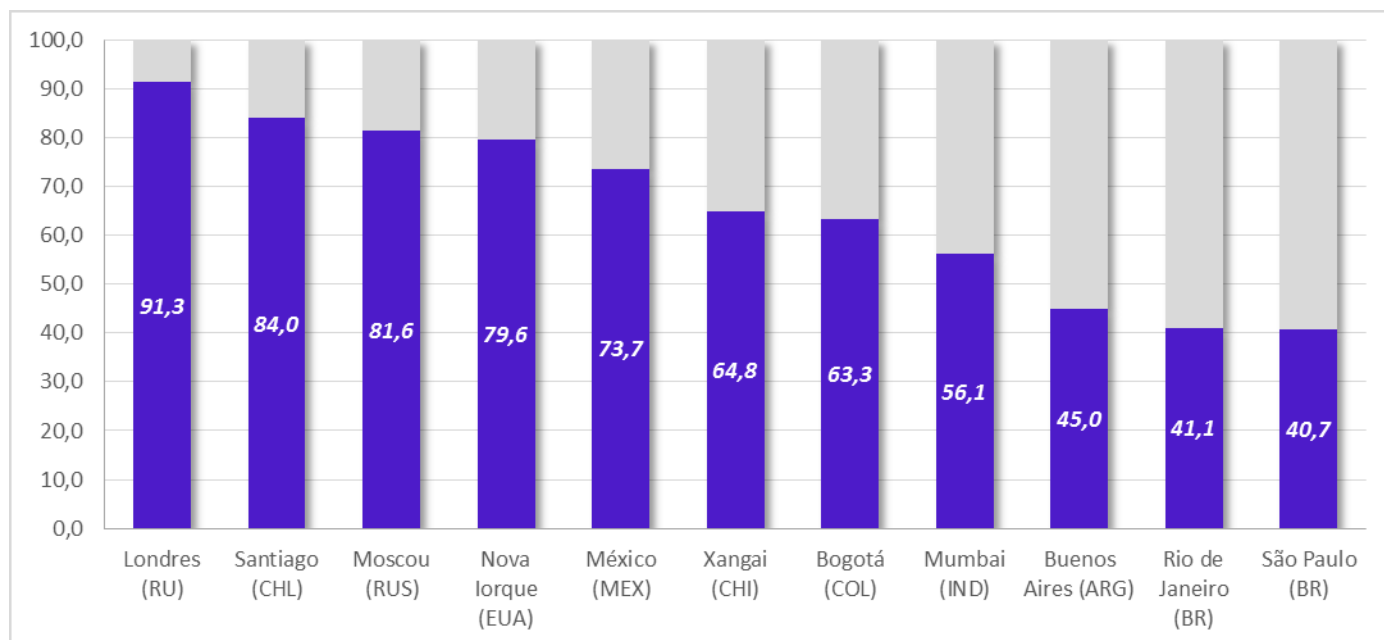


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Olhando apenas para os números do “*Doing Business 2016*”, São Paulo com 40,7 de DTF foi a pior colocada dentre as 11 cidades consideradas, acompanhada de perto pelo Rio de Janeiro com 41,1 e por Buenos Aires com 45. Dentre as cidades latino-americanas, Santiago do Chile obteve o DTF mais elevado, 84. México com 73,7 e Bogotá com 63,3 completam o bloco. A melhor cidade nesse quesito foi Londres, com um DTF de 91,3. O gráfico 11.14 traz o DTF - Pagamento de Impostos das 11 cidades para a edição 2016 da pesquisa do Banco Mundial.

Em relação ao ranking simples, o Brasil é o pior colocado dentre os países selecionados para este artigo com o 178º lugar (de 189 economias participantes da pesquisa). A Argentina com a 170ª posição é a segunda pior. Chile, México e Colômbia ocupam respectivamente as posições 33ª, 92ª e 136ª. O melhor colocado do grupo, Reino Unido, tem o 15º lugar.

Gráfico 11.14 - “Pagamento de impostos” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

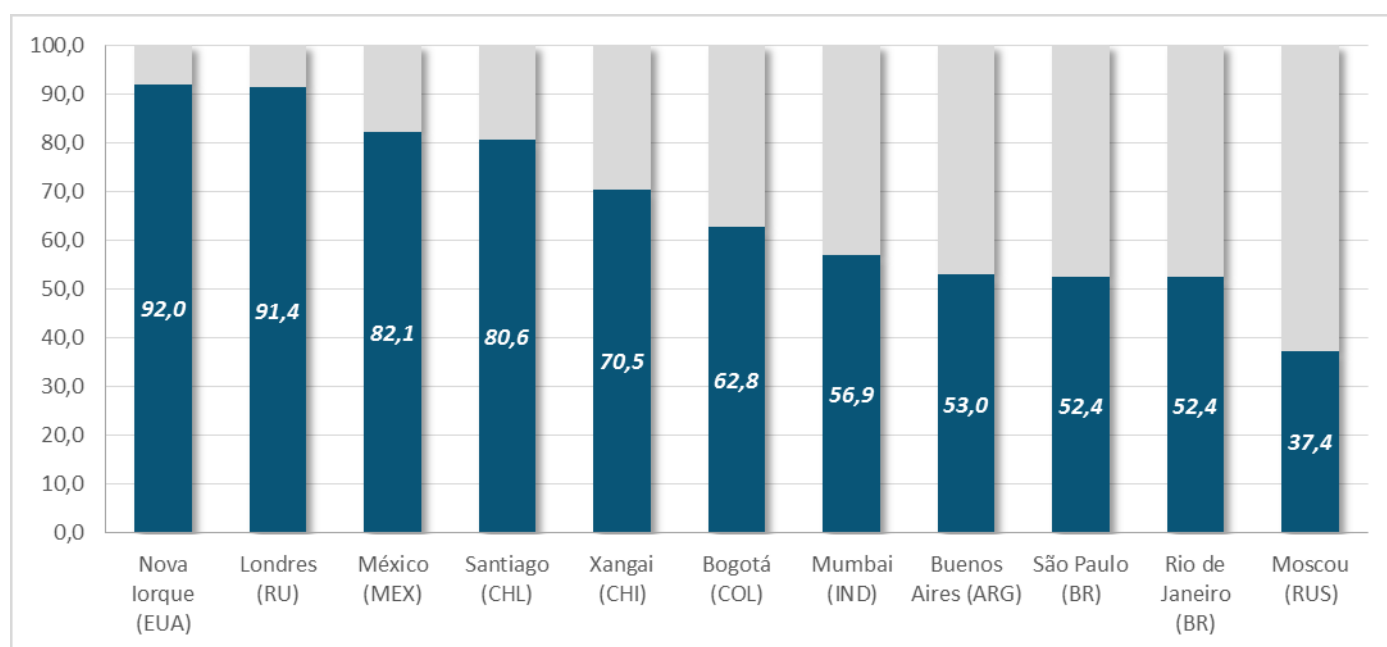
No quesito “comércio internacional”, o Banco Mundial mensura o tempo e custo para exportar e importar. Não são consideradas no levantamento tarifas de exportação e importação, mas sim os custos dos procedimentos (tanto internos com documentação, quanto “procedimentos de fronteira”) para realização da transação.

Olhando para o DTF desse item das 11 cidades escolhidas para este artigo (gráfico 11.15), São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram uma pontuação baixa (52,4), apenas a frente de Moscou na Rússia com um DTF bem abaixo das demais, de 37,4. Buenos Aires apresentou um valor bem próximo das cidades brasileiras (53). Lembrando que esse também é um tema largamente disciplinado por normas federais, então é natural que São Paulo e Rio obtenham os mesmos resultados.

Dentre as cidades latino-americanas do grupo, a Cidade do México com um DTF de 82,1 foi a com melhor desempenho, apenas atrás de Londres (91,4) e Nova Iorque (92). Santiago ficou próxima da capital mexicana com um DTF de 80,6.

Em termos de ranking direto, o Brasil obteve a 145º colocação geral, acompanhado de perto pela Argentina (143º). Os EUA, dentre o grupo considerado no artigo, foi a economia com melhor desempenho nesse quesito, mas no ranking geral ficou apenas na 34º colocação. O melhor latino-americano, o México é apenas o 59º colocado, enquanto o Chile ocupa a 63º posição.

Gráfico 11.15 - “Comércio Internacional” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016



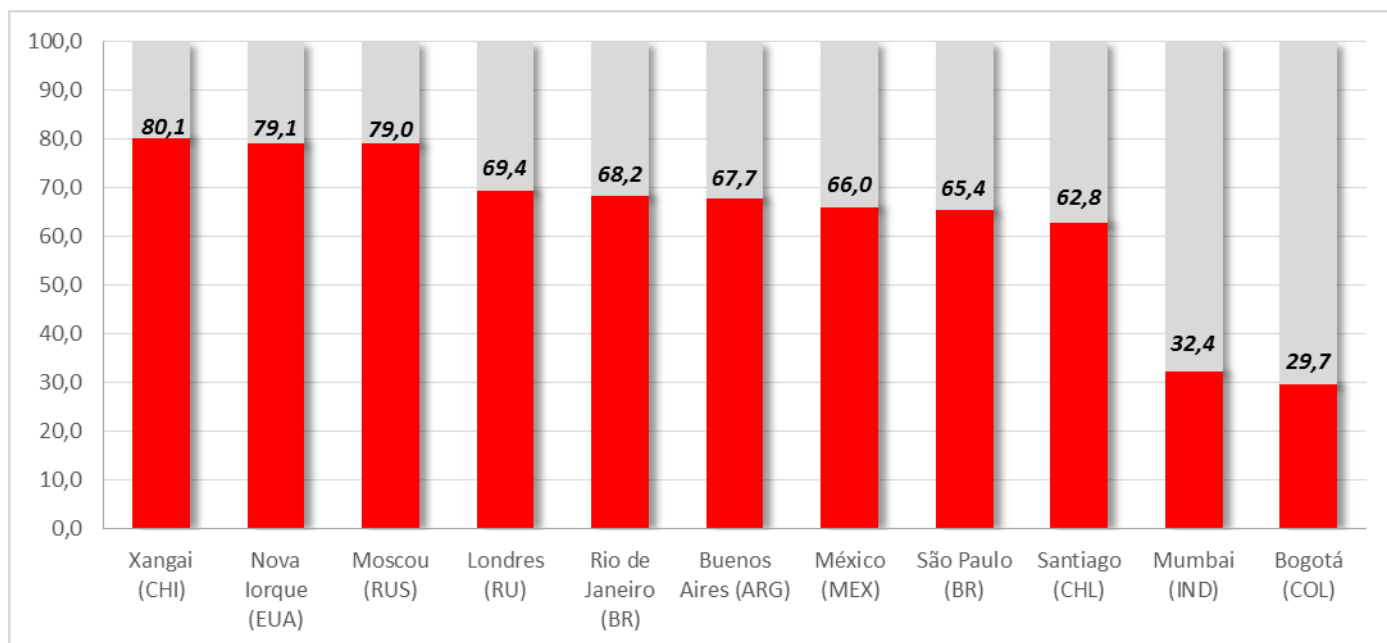
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O penúltimo grupo de variáveis consideradas na pesquisa “*Doing Business*” do Banco Mundial é a efetiva aplicação dos contratos. Basicamente o que os pesquisadores querem mensurar é o quão dispendioso (em termos de tempo e custo) a resolução de disputas comerciais é nas economias pesquisadas.

Nesse quesito, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentaram desempenhos (em termos de DTFs) ligeiramente diferentes. A capital fluminense obteve um DTF de 68,2, o maior dentre as cidades latino-americanas, enquanto São Paulo registrou 65,4 pontos. Em relação as demais cidades latino-americanas, com exceção de Bogotá que recebeu um DTF de 29,7 (o pior considerando o grupo das 11 cidades), todas conseguiram índices próximos. Buenos Aires, segunda melhor latino-americana, registrou 67,7 pontos, seguida da Cidade do México com 66. Santiago ficou atrás de São Paulo, mas também com um DTF na casa dos 60 pontos (62,8). A melhor colocada dentre as 11 cidades foi Xangai com 80,1. O gráfico 11.16 traz esses números.

Olhando para o ranking simples, a Rússia, dentre as economias consideradas, foi a mais bem colocada (5º lugar), seguido de China (7º) e EUA (21º). O Brasil ficou na 45º posição, a frente do Chile (56º), Índia (178º) e Colômbia (180º). Como o ranking brasileiro é uma média entre os resultados de São Paulo e Rio e São Paulo foi pior que Buenos Aires, a Argentina acabou ficando com uma classificação melhor (38º) no ranking normal.

Gráfico 11.16 - “Execução de contratos” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016



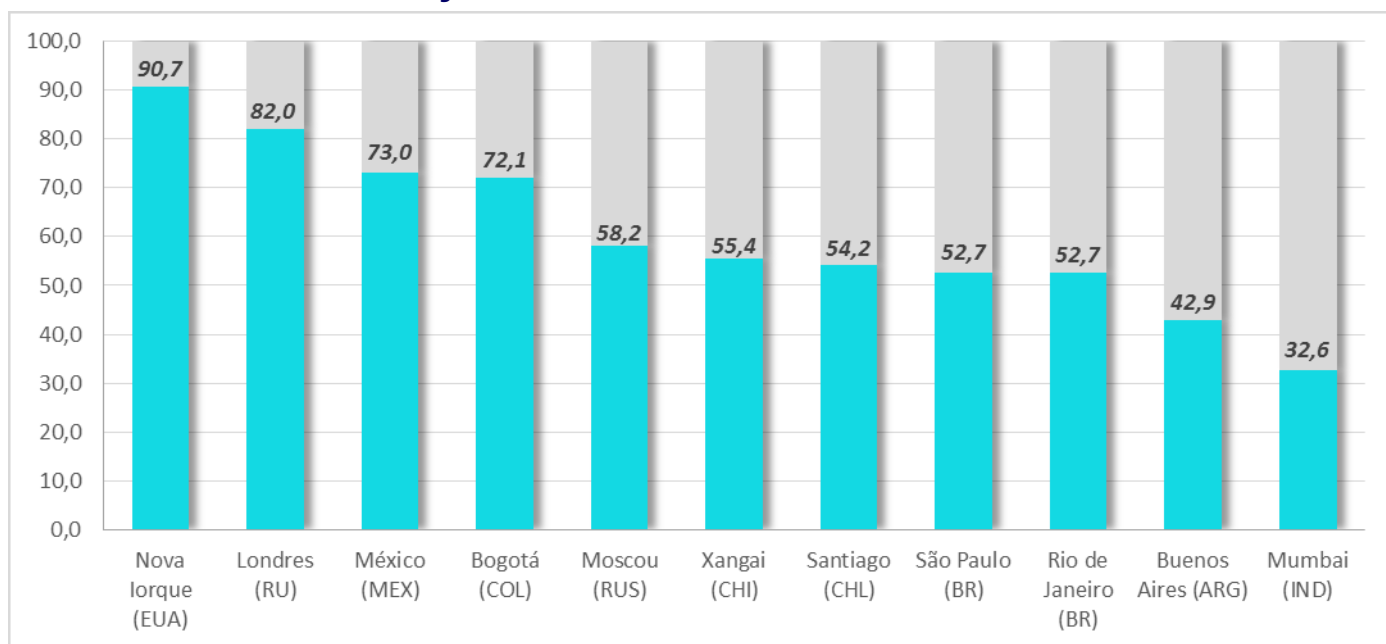
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O último item da pesquisa é o grupo de indicadores que trata de falências/insolvência. O objeto aqui é mensurar o tempo, custo dos processos de falência/recuperação judicial nas diversas economias bem como a efetividade desses processos (se eles acabam recuperando os negócios, recuperando parte dos investimentos feitos pelos credores etc..).

Olhando para o DTF (que faz uma avaliação do desempenho geral das cidades em cada grupo de indicadores), São Paulo e Rio de Janeiro não se saem muito bem. Ambas as cidades receberam uma pontuação de 52,7; apenas superior a de Buenos Aires (42,9) e Mumbai (32,6). A Cidade do México foi a cidade latino-americana com o melhor desempenho para esse quesito (73), seguida de perto por Bogotá com um DTF de 72,1. Nova Iorque (90,7) e Londres (82) foram as duas cidades com os melhores índices. O gráfico 11.17 traz o DTF desse quesito para as 11 cidades escolhidas.

Em termos de ranking geral, o Brasil ocupa a 62ª posição nesse quesito. O melhor latino-americano, dentre as economias consideradas neste artigo, é o México com a 28ª posição, seguido de perto pela Colômbia (30ª posição). Chile em 58ª e Argentina com a 95ª posição completam o grupo dos latino-americanos. O mais bem ranqueado do grupo escolhido é os EUA com a 5ª colocação.

Gráfico 11.17 - “Resolução de insolvência” - DTF (Distância da fronteira) - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

12. Facilidade em se fazer negócios nas grandes metrópoles do mundo - Parte 2

Introdução

Na edição anterior (nº 73 - julho/16) do Indicador Paulistano, apresentou-se a metodologia e dados mais gerais sobre a pesquisa “*Doing Business*”, edição 2016, do Banco Mundial. O estudo fornece informações objetivas sobre o nível de regulações para empresas locais em 189 países. O foco dos pesquisadores é dirigido às regras que estabelecem e definem direitos de propriedade, minimizam o custo de resolução de disputas, aumentam a previsibilidade das interações econômicas e provem aos eventuais participantes de acordos e contratos proteção contra abusos. Segundo o Banco Mundial¹, tais regras são importantes pois a atividade econômica requer um ambiente que encoraje a criação e o posterior crescimento das empresas, ao mesmo tempo, evitando o surgimento de distorções no mercado.

Nesta edição será dada continuidade a exposição dos dados disponibilizados pela pesquisa, mas ao contrário do artigo anterior que focou nos dois índices gerais, o DTF (distância da fronteira) e o ranking simples por economia, o enfoque agora será nas variáveis mais específicas que compõem o índice geral e a posição das economias no ranking, como por exemplo, custo de resoluções de disputas comerciais, custo de pagamento de taxas, tempo para obter autorizações para construção, tempo para obter eletricidade dentre outras.

Conforme explicado no artigo anterior, para a realização do estudo os pesquisadores do Banco Mundial trabalharam com 10 grupos de indicadores. Esses grupos de indicadores foram escolhidos devido à importância de cada um para o tema da pesquisa segundo a literatura e os dados disponíveis (incluindo os dados do World Bank Enterprise Surveys). No presente artigo, serão apresentados dados para as mesmas 11 cidades utilizadas no artigo anterior (São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Santiago, Cidade do México, Bogotá, Moscou, Mumbai, Xangai, Londres e Nova Iorque), referentes aos 10 grupos de indicadores usados na construção do DTF. A tabela 12.1 traz os 10 indicadores e o que cada um procura medir.

(1) About Doing Business, pg. 1 (19) - Doing Business 2016 - World Bank Group

Tabela 12.1 - Grupo de indicadores considerados

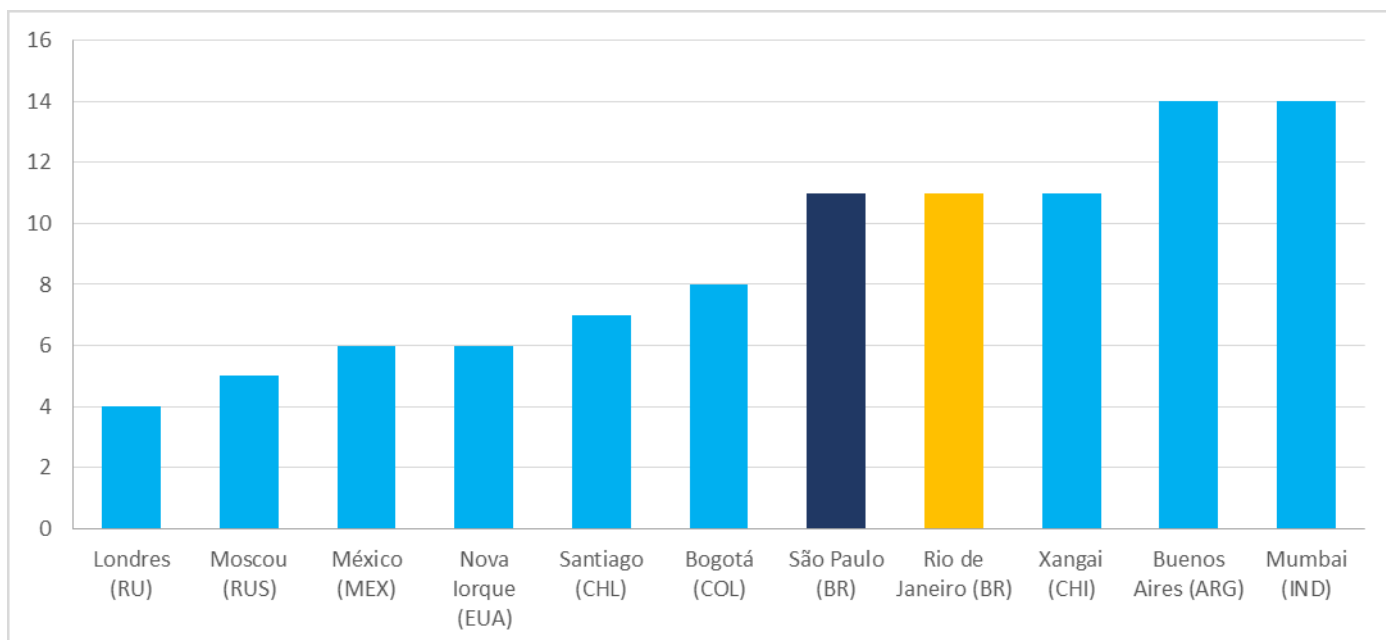
Grupos de indicadores	O que é mensurado
"Começando um negócio"	Procedimentos, tempo, custos e requerimentos mínimos de capital para começar uma companhia de responsabilidade limitada
"Obtenção de permissões de construção"	Procedimentos, tempo e custos para cumprir todas as formalidades para construir uma fábrica (incluindo o cumprimento de medidas de segurança e controle de qualidade incluídos no sistema de permissões de construção)
"Obtendo eletricidade"	Procedimentos, tempo e custos para se conectar a rede elétrica, a confiabilidade da oferta de energia e o custo do consumo de energia
"Registro de propriedade"	Procedimentos, tempo e custos para transferência de uma propriedade e a qualidade do "sistema de administração e registro de imóveis"
"Obtendo crédito"	Leis de garantias/colaterais e sistemas de informação de crédito
"Proteção dos investidores minoritários"	Direitos de investidores minoritários em transações com partes relacionadas e governança corporativa
"Pagamento de impostos"	Pagamentos e tempo para uma firma cumprir com todas as obrigações nessa área
"Comércio Internacional"	Tempo e custo para exportar e importar
"Execução de contratos"	Tempo e custo para resolver disputas comerciais e a qualidade do processo judicial
"Resolução de insolvência"	Tempo, custo, resultado e taxa de recuperação das insolvências comerciais e a força do sistema legal para insolvência

Dados

O primeiro grupo de variáveis mensura a dificuldade em se começar um negócio (abrir uma empresa). Os pesquisadores levantaram dados sobre os procedimentos oficialmente necessários, ou comuns na prática, para um empresário abrir e operar formalmente uma empresa industrial ou comercial, assim como o tempo e custo necessários para completá-los e o pagamento no requisito de capital mínimo integralizado.

Começando com a quantidade de procedimentos para abrir uma empresa, Londres exige o menor número de procedimentos para esse fim (4), enquanto Mumbai e Buenos Aires exigem o maior (14 cada uma). São Paulo e Rio de Janeiro aparecem com 11 procedimentos cada. O Gráfico 12.1 traz o número de procedimentos para cada cidade considerada neste artigo (ordenadas do menor para o maior número).

Gráfico 12.1 - Número de procedimentos para começar um negócio - DB2016

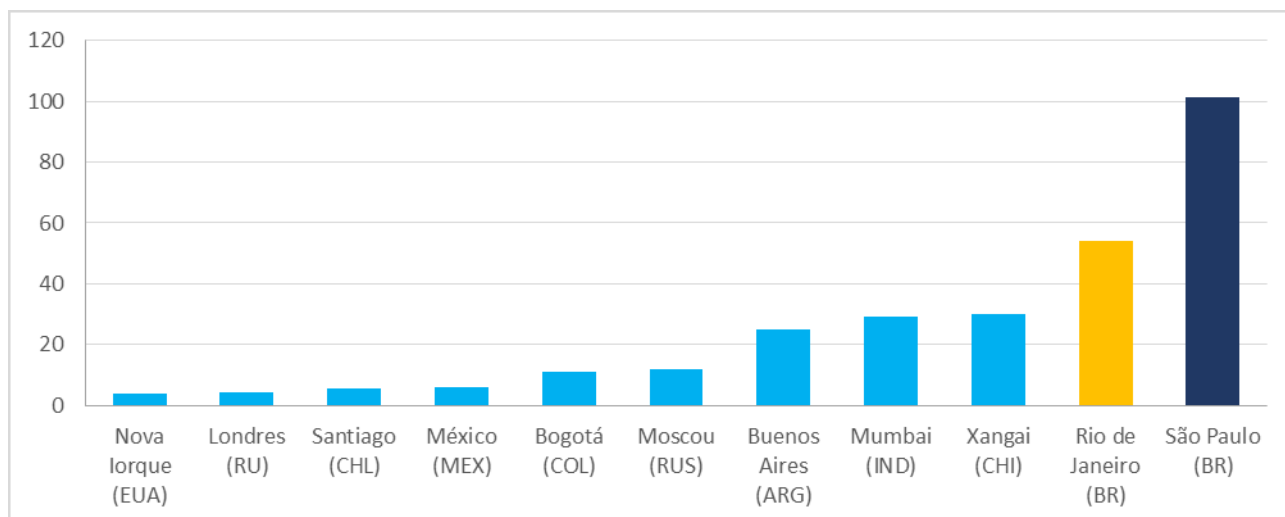


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação ao tempo para se cumprir esses procedimentos e obrigações, São Paulo aparece com a pior marca (101,5 dias). Mesmo o Rio de Janeiro com o segundo pior valor (54 dias), apresenta um número quase 50% menor que o de São Paulo. Dentre as cidades latino-americanas consideradas, Santiago com 5,5 dias obteve o melhor desempenho, seguida de perto pela Cidade do México com 6 dias. Nova Iorque e Londres apresentam os dois melhores valores (4 dias e 4,5 dias respectivamente).

O Gráfico 12.2 traz o número de dias necessários para o cumprimento dos procedimentos e obrigações para a abertura de uma empresa (limitada). A ordenação, como em todos os gráficos deste tipo será do “melhor” resultado (na esquerda) para o “pior” (para a direita). Nesse caso, quanto menor o tempo, “melhor”.

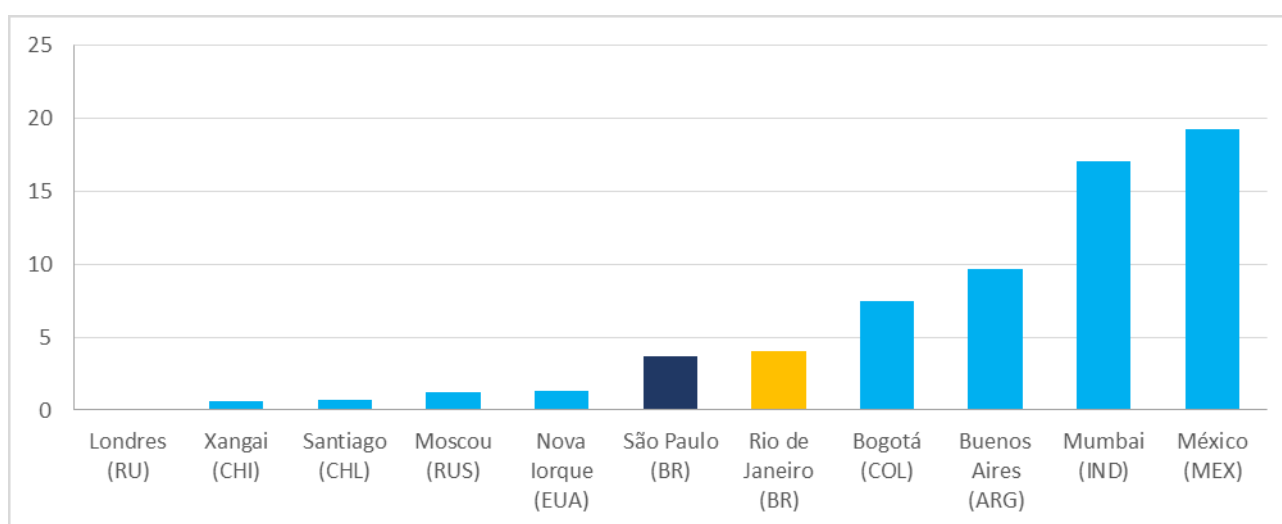
Gráfico 12.2 - Tempo (em nº de dias) para cumprir os procedimentos para começar um negócio - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Para disponibilização dos dados de custo financeiros dos procedimentos para abertura de um negócio, o Banco Mundial divulga o item como uma porcentagem da renda per capita do país. Assim, embora uma porcentagem maior de uma cidade não necessariamente signifique um custo maior do que o de outra cidade com uma porcentagem menor (a renda *per capita* desta última pode ser bem maior que a da primeira), é desejável que esses procedimentos não demandem uma porcentagem muito grande da renda dos locais. O Gráfico 12.3 traz esses números para as cidades consideradas neste artigo.

Gráfico 12.3 - Custo (em % da renda per capita) dos procedimentos para começar um negócio - 2016

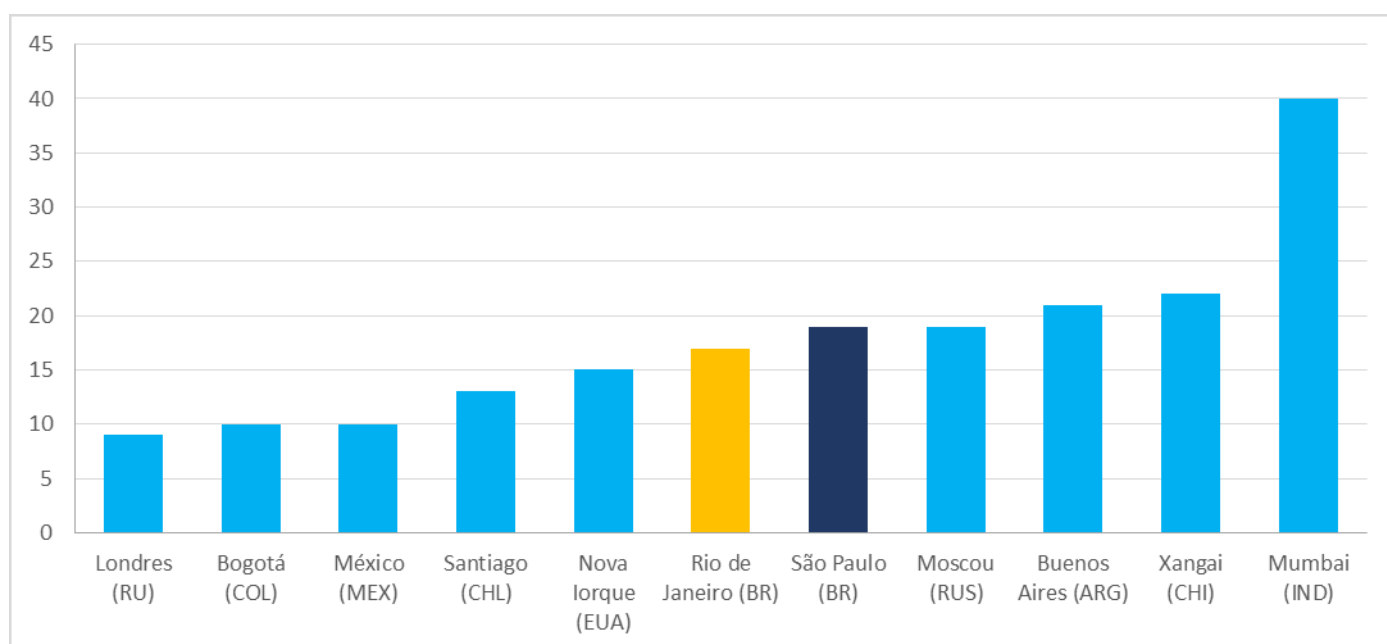


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Embora São Paulo tenha se saído mal em relação ao tempo para abertura de um negócio, quanto ao custo financeiro, a capital paulista ficou em uma posição intermediária com uma porcentagem de 3,7%, valor próximo ao do Rio de Janeiro (4%). Londres foi a cidade com a menor porcentagem dentre as consideradas (0,1% da renda per capita). A Cidade do México foi a pior (19,2%), seguido de Mumbai na Índia com 17%. Dentre as latino-americanas, Santiago obteve o melhor resultado (0,7%), com São Paulo e Rio de Janeiro em 2° e 3° lugares respectivamente.

O próximo grupo de indicadores trata especificamente de regulações para a construção (o que inclui construção de galpões, plantas de fabricação etc.) - grupo de indicadores que os pesquisadores denominam de “Obtenção de permissões/autorização de construções”. Londres foi a cidade com o menor número de procedimentos para esse fim (9), seguido de Bogotá e México (10 cada uma). São Paulo exige 19 procedimentos para liberar e executar uma construção segundo o Banco Mundial, enquanto o Rio de Janeiro 17. A cidade com o pior número nesse quesito foi Mumbai (40, quase o dobro da segunda pior colocada, Xangai que exige 22 procedimentos). Dentre as latino-americanas, Buenos Aires se sai pior que São Paulo e exige 21 procedimentos de acordo com o levantamento da pesquisa.

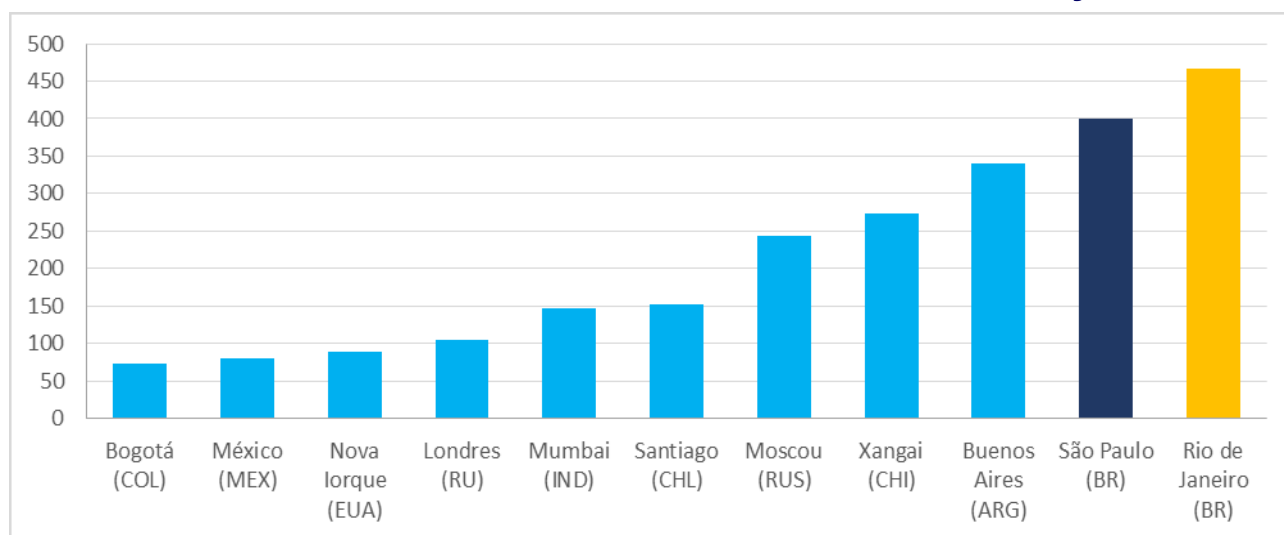
Gráfico 12.4 - Procedimentos necessários para construir - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Com relação ao tempo para cumprimento de todos os procedimentos para se iniciar uma construção, novamente São Paulo e Rio de Janeiro não se saem muito bem. Segundo o Banco Mundial, no Rio de Janeiro, o cumprimento de todas as exigências leva 466 dias, enquanto em São Paulo 400 dias. Buenos Aires, vem logo em seguida com 341 dias. A melhor marca nesse quesito foi obtida por Bogotá (73 dias), seguida pela Cidade do México com 81 dias e Nova Iorque (89 dias). O Gráfico 12.5 traz o número de dias para as 11 cidades consideradas.

Gráfico 12.5 - Tempo (em nº de dias) para obter permissões de construção - DB2016

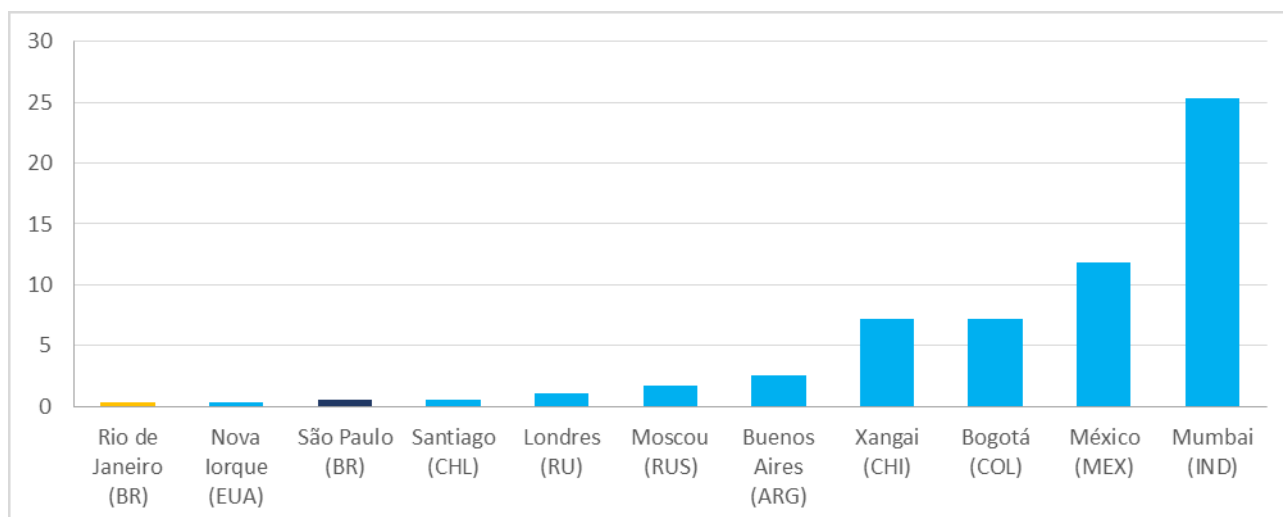


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Quanto ao custo financeiro das permissões, o Banco Mundial compara a porcentagem em relação ao valor da construção. Portanto, embora porcentagens maiores não impliquem necessariamente em custos absolutos maiores, é importante que essas permissões e regulações não sejam uma parte substancial do valor da construção desejada.

O Gráfico 12.6 traz o custo da obtenção dessas permissões como porcentagem do valor da construção. Assim como no quesito anterior (sobre começar um negócio), embora São Paulo e Rio de Janeiro não tivessem muito bem em relação tempo exigido para cumprimento/obtenção dessas regulações/permissões, o custo medido pelo critério mencionado é relativamente baixo. No Rio de Janeiro é de 0,3% (o mesmo que de Nova Iorque) do valor da construção. Em São Paulo é de 0,5%. O maior custo foi registrado em Mumbai, 25,3%, seguido de Cidade do México (11,8%), Bogotá e Xangai (ambas com 7,2%).

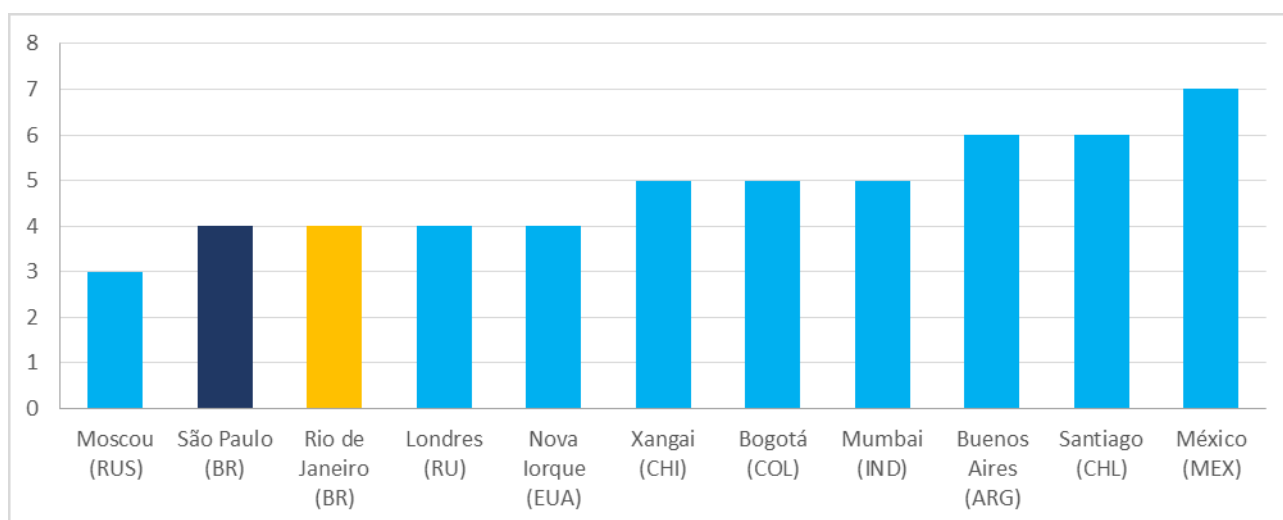
Gráfico 12.6 - Custo (% do valor da construção) para obter permissões de construção - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Os próximos itens considerados na pesquisa são os procedimentos, tempo e custos para se obter energia elétrica. Nesse grupo de itens, São Paulo e Rio de Janeiro se saem bem. Começando pelo número de procedimentos para obtenção de energia, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro são quatro (mesmo número atribuído a Londres e Nova Iorque). Moscou na Rússia é a cidade com o menor número (três). Dentre as cidades latino-americanas, Bogotá com cinco vem logo atrás das cidades brasileiras. Buenos Aires e Santiago com seis procedimentos cada, e a Cidade do México com sete são as três cidades com maior número de procedimentos. O Gráfico 12.7 traz os números de procedimentos para as cidades consideradas.

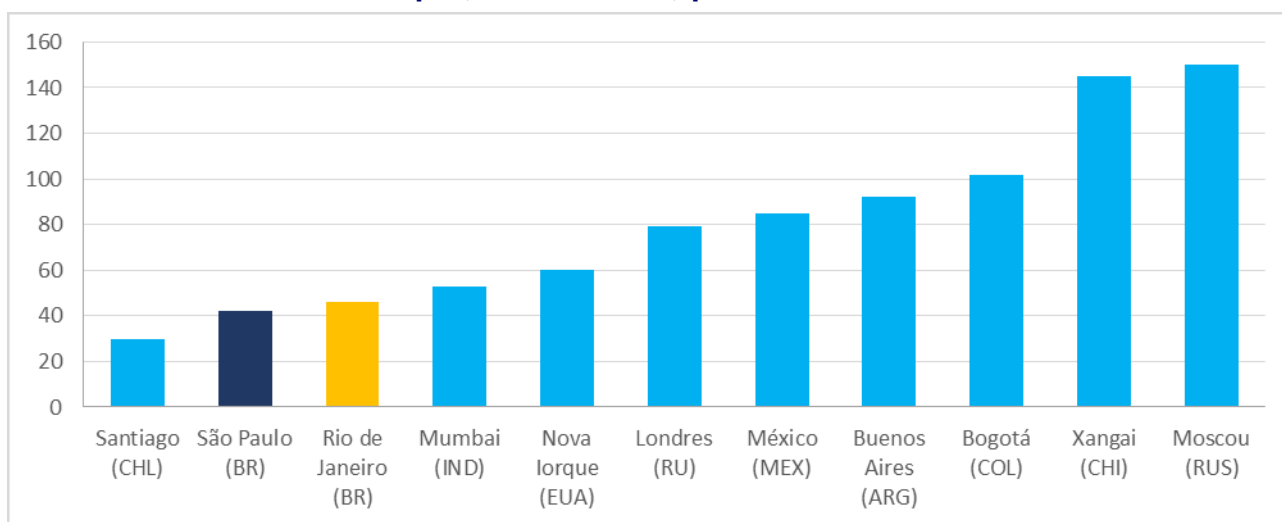
Gráfico 12.7 - Procedimentos necessários para obter eletricidade - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

São Paulo e Rio também ficaram bem posicionadas em relação ao tempo necessário para obtenção de eletricidade. De acordo com os dados do Banco Mundial são necessários 42 dias em São Paulo e 46 dias no Rio. Somente Santiago com 30 dias obteve melhor marca. Moscou, que tem o menor número de procedimento, foi a cidade onde mais tempo é gasto nesse quesito (150 dias), seguida de Xangai (145) e Bogotá (102). O Gráfico 12.8 traz o tempo (em dias) necessário para se obter energia elétrica nas 11 cidades selecionadas para este artigo.

Gráfico 12.8 - Tempo (em nº de dias) para obter eletricidade - DB2016



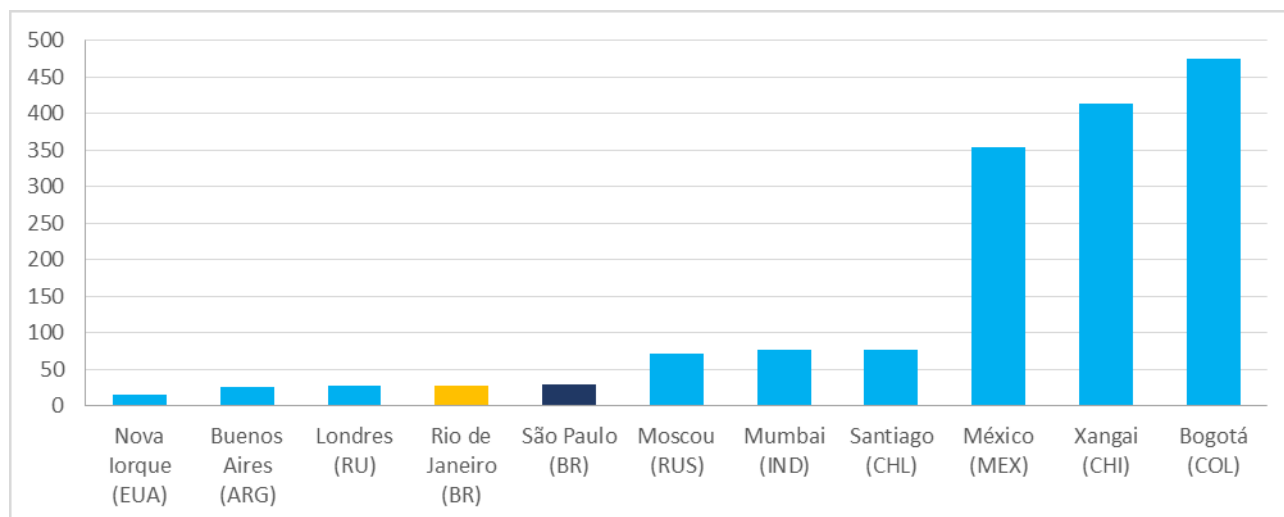
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação aos custos para obtenção de eletricidade² (expressos como porcentagem da renda per capita), Buenos Aires apresenta o melhor resultado dentre as cidades latino-americanas (24,9%), um pouco abaixo do Rio (26,7%) e de São Paulo (29,1%), que apresentam bom desempenho dentre as 11 cidades. Bogotá na Colômbia é o local (dentre as cidades consideradas) com o maior custo (altíssimos 475,4%), seguida por Xangai (413,1%) e Cidade do México (353,8%). Nova Iorque com 14,1% é a cidade com melhor desempenho neste quesito, como pode ser observado no Gráfico 12.9.

(2) Nesse item é mensurado o custo de obtenção da eletricidade (da instalação da conexão da rede elétrica, funcionando, até a fábrica). Não é o preço do consumo de energia elétrica. Segundo os pesquisadores: "(...)All the fees and costs associated with completing the procedures to connect a warehouse to electricity are recorded, including those related to obtaining clearances from government agencies, applying for the connection, receiving inspections of both the site and the internal wiring, purchasing material, getting the actual connection works and paying a security deposit(...)".

Maiores detalhes podem ser obtidos em "Getting Electricity Methodology" - Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/getting-electricity>)

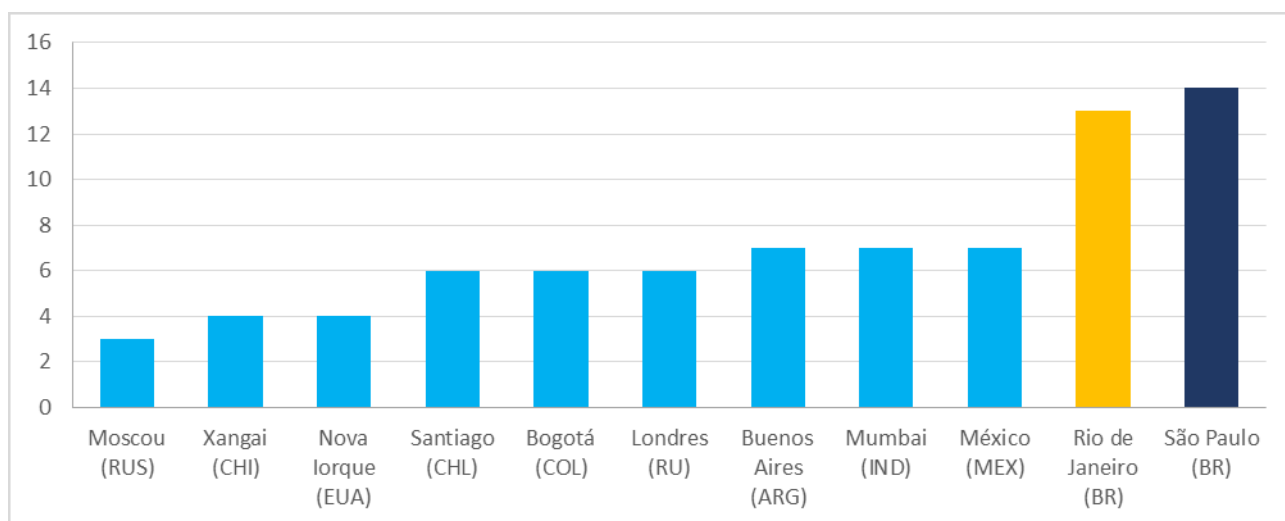
Gráfico 12.9 - Custo (% da renda per capita) para obter eletricidade - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Outro grupo de regulações considerado na pesquisa envolve transferências/registros de propriedades (imóveis). São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades com maior número de procedimentos exigidos para registro de propriedades, respectivamente, 14 e 13, o dobro do número exigido em cidades como Mumbai, Buenos Aires e Cidade do México com 7 procedimentos cada. Dentre as cidades latino-americanas, Santiago é a que menos procedimentos exige, 6. Moscou na Rússia, dentre os locais considerados no artigo, é a que menos exige, 3, seguida de Xangai e Nova Iorque com 4 procedimentos.

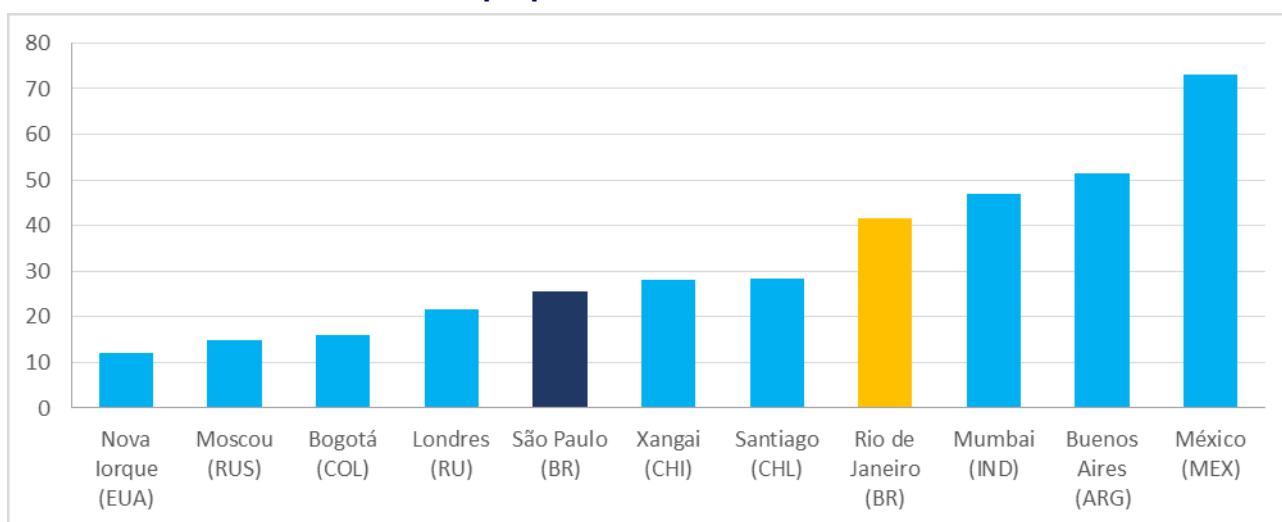
Gráfico 12.10 - Procedimentos necessários para registro de propriedades - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O tempo médio (em dias) para cumprir as exigências para registro de propriedades (Gráfico 12.11) em São Paulo, segundo o Banco Mundial, é de 25,5 dias, a segunda melhor marca dentre as cidades latino-americanas consideradas. No Rio de Janeiro, o tempo médio chega a 41,5 dias, bem acima do registrado na capital paulista. A pior situação é a da Cidade do México, com 73 dias. Buenos Aires vem logo em seguida com 51,5 dias. Das cidades latino-americanas consideradas, Bogotá apresenta o melhor número (16 dias). Nova Iorque com 12 dias é a cidade que oferece o registro mais rápido.

Gráfico 12.11 - Tempo (em nº de dias) para concluir procedimentos de registro de propriedades - DB2016

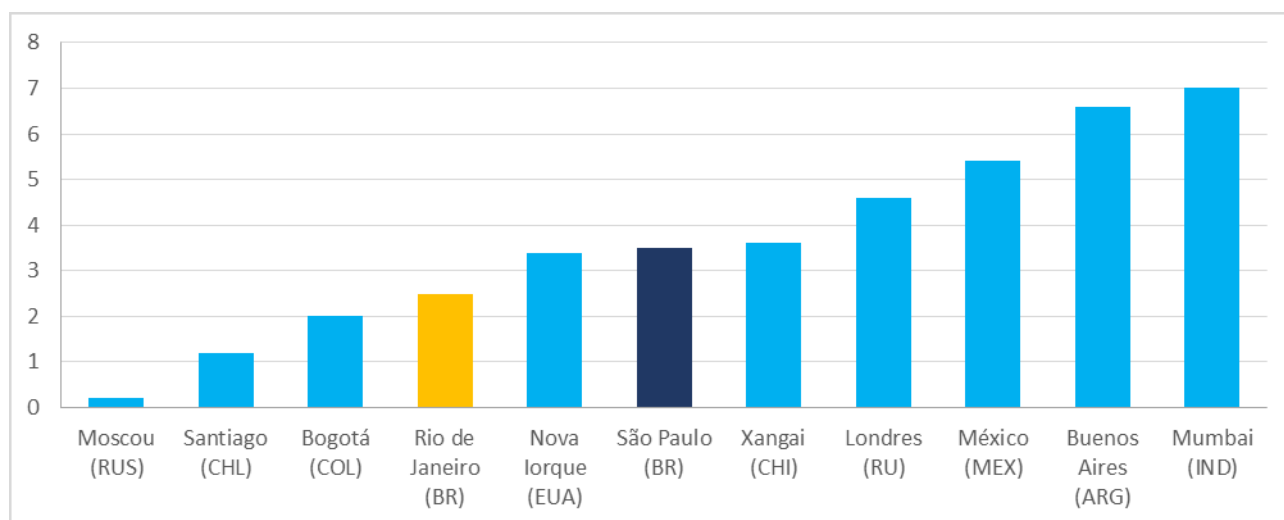


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

No tocante aos custos dos procedimentos de registro, Mumbai é a cidade com o maior custo (medido como porcentagem do valor da propriedade a ser registrada), 7%, seguida de Buenos Aires (6,6%) e México (5,4%). São Paulo e Rio de Janeiro apresentam custos intermediários (2,5% para o Rio e 3,5% para São Paulo) com Nova Iorque entre as duas (3,4%). A cidade com o menor custo é Moscou na Rússia (apenas 0,2% do valor da propriedade).

Dentre as cidades latino-americanas, o melhor resultado foi obtido por Santiago do Chile, com um custo de 1,2%, seguida por Bogotá (2%). O Gráfico 12.12 traz os custos para registro de propriedades, medidos como porcentagem do valor do imóvel/propriedade, para as 11 cidades consideradas neste artigo.

Gráfico 12.12 - Custo (em % do valor do imóvel) para registro de propriedades - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação ao crédito, um indicador interessante divulgado pelo Banco Mundial é o “Strength of legal rights index”, ou, em tradução livre “Índice de força dos direitos legais”, que visa mensurar em que grau as garantias exigidas e as leis de falência protegem os envolvidos (emprestadores e tomadores) em uma operação de crédito. O índice vai de 0 a 12, checando 10 aspectos na legislação sobre garantias e colaterais e 2 nas leis de falência. Dentre os itens avaliados, por exemplo, estão a possibilidade e abrangência de seguros, a presença de um sistema legal unificado que cubra certos aspectos ligados às operações de crédito e seguros, a ordem em que os emprestadores serão pagos em caso de falência ou de insolvência, a possibilidade de arbitragem privada para resolução de conflitos nessa área, dentre outros.³ Para cada item presente em um país/cidade, a mesma ganha 1 ponto no índice (totalizando 12).

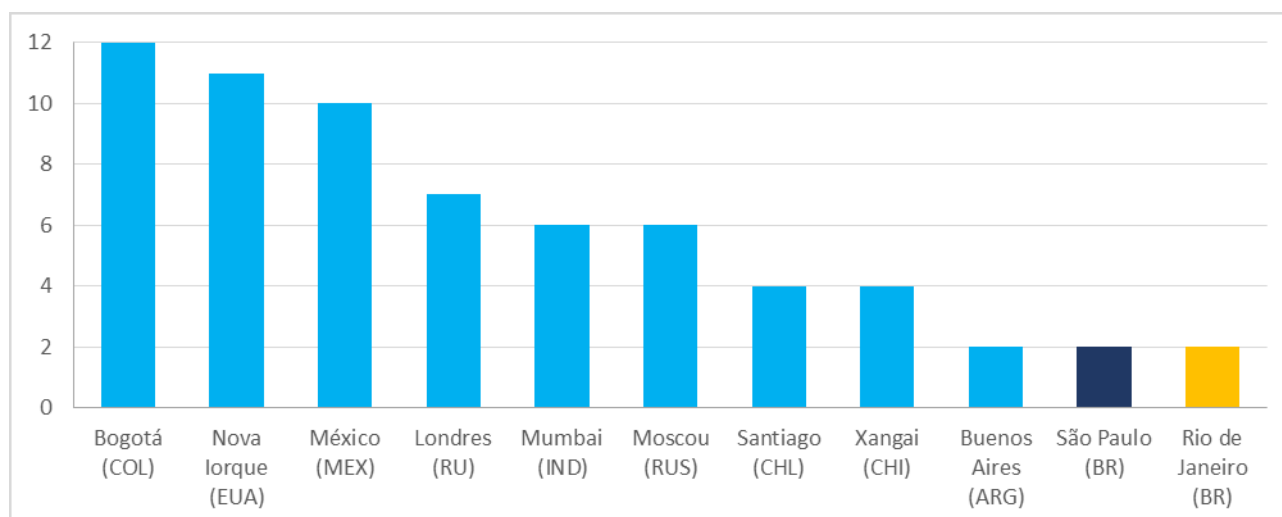
De acordo com os pesquisadores, um bom aparato legal nesse quesito é importante, pois incentiva os empréstimos, aumentando as possibilidades para os empreendedores e as oportunidades a mais pessoas de começarem seus negócios.

Nesse aspecto, São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires foram, dentre as cidades consideradas, as que obtiveram o pior índice (2 para cada). Bogotá na Colômbia com 12 pontos e Nova Iorque com 11 foram as cidades com a maior pontuação. A Cidade do México também se saiu bem, alcançando 10 pontos, a frente inclusive de Londres (7 pontos).

(3) Para maiores detalhes sobre os 12 itens considerados na elaboração do “Strength of legal rights index”, consultar Getting Credit Methodology - Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/getting-credit>)

O Gráfico 12.13 traz o índice para as 11 cidades consideradas neste artigo.

Gráfico 12.13 - “Índice de força dos direitos legais” - Operações de Crédito - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

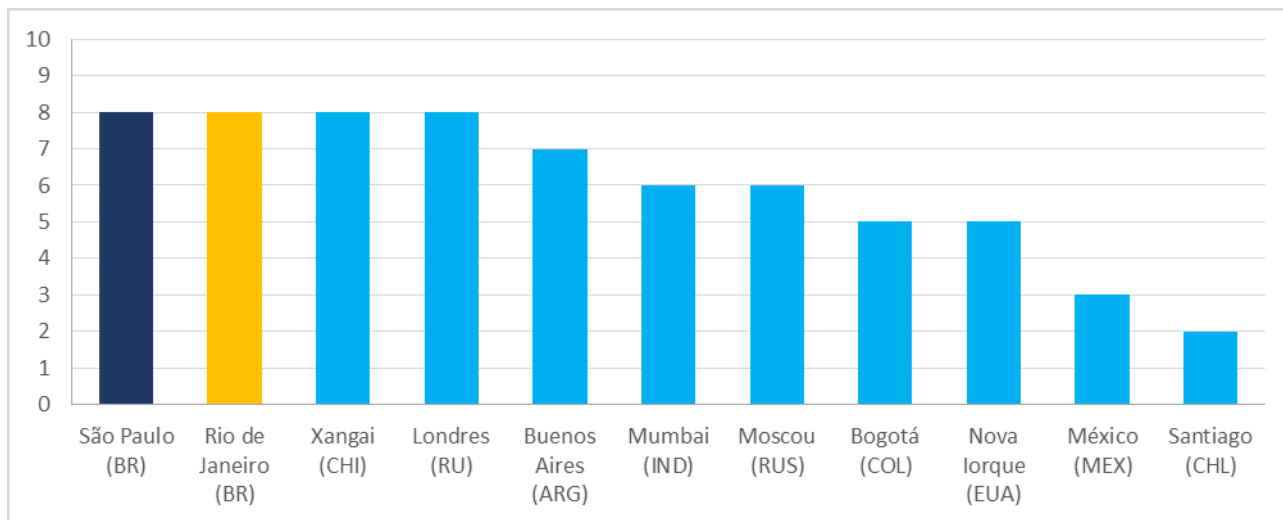
Na avaliação do quesito “proteção ao investidor minoritário”, o Banco Mundial também fez uso de índices, seguindo a mesma lógica vista anteriormente, foram verificadas condições que a legislação local sobre o assunto deve cumprir. Se a legislação cumpre, a cidade ganha 1 ponto no índice em questão. Por exemplo, no índice de “transparência corporativa” (vai de 0 a 10)⁴ é checado se: a empresa precisa ter seus balanços auditados por auditores externos, investidores com menos de 5% do capital da empresa podem incluir itens nas assembleias, os acionistas são avisados com 30 dias de antecedência sobre as mesmas, dentre outros itens. Já o índice que avalia a amplitude dos direitos dos acionistas checa se: a venda de 51% dos ativos da empresa requer aprovação de acionistas, acionistas com 10% do capital tem o direito de chamar assembleias extraordinárias, sendo uma cia. limitada o comprador da empresa precisa da aprovação dos demais acionistas toda vez que emitir novas ações, dentre outros itens⁵.

Ao todo são oito itens/índices compondo o quesito “proteção ao investidor minoritário”, mais um índice geral, chamado de “Strength of minority investor protection”, ou em tradução livre “Índice de força da proteção aos investidores minoritários” que é feito com base na média dos oito itens e que resumiria o status dessa proteção nos países pesquisados.

(4) e (5) Para maiores detalhes sobre os itens considerados na elaboração dos índices para avaliação da proteção de investidores minoritários, consultar Protecting Minority Investors Methodology—Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/protecting-minority-investors>)

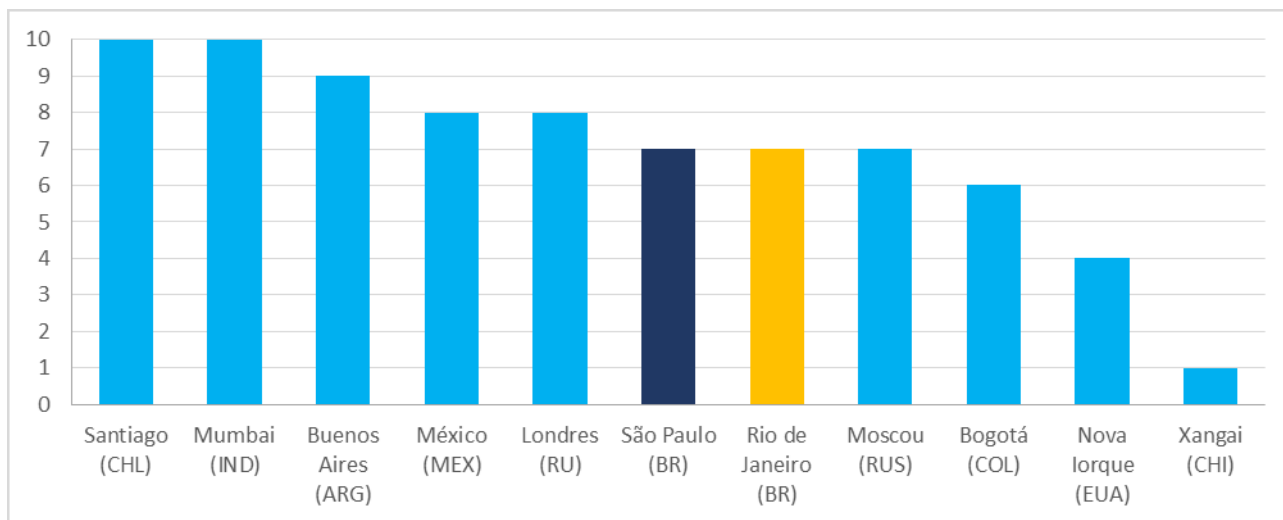
Os Gráficos 12.14 e 12.15 trazem os dois índices mais específicos mencionados anteriormente, o de transparência corporativa e o de proteção aos acionistas. O Gráfico 12.16 apresenta o índice geral de proteção ao investidor minoritário, que basicamente resume os oito⁽⁶⁾ índices (incluindo os dois trazidos no Gráfico 12.14 e 12.15).

Gráfico 12.14 - “Índice de transparência corporativa” - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Gráfico 12.15 - “Índice sobre a extensão dos direitos dos acionistas” - DB2016

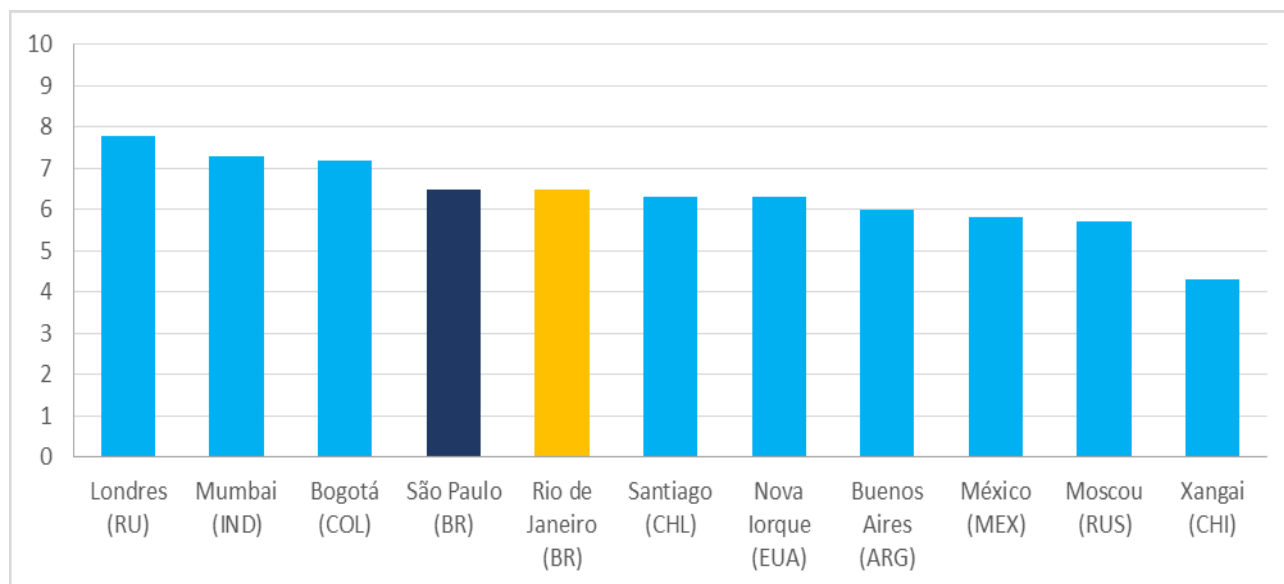


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

(6) Os 8 índices resumidos são “Extent of conflict of interest regulation index”, “Extent of disclosure index”, “Extent of director liability index”, “Ease of shareholder suits index”, “Extent of shareholder governance index”, “Extent of shareholder rights index”, “Extent of ownership and control index” e “Extent of corporate transparency index”

Para maiores detalhes sobre os índices construídos para avaliação da proteção de investidores minoritários, consultar Protecting Minority Investors Methodology—Doing Business 2016 (<http://www.doingbusiness.org/methodology/protecting-minority-investors>)

Gráfico 12.16 - Índice geral de proteção ao investidor minoritário - DB2016



Em relação a transparência corporativa (Gráfico 12.14), São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram as melhores notas dentre as cidades consideradas (8 cada), junto com Xangai e Londres. Santiago do Chile e a Cidade do México foram os locais com as piores notas (2 e 3 respectivamente). É importante notar que esses temas geralmente são regulamentados por leis e normas federais, portanto São Paulo e Rio de Janeiro terão a mesma pontuação para esse conjunto de índices.

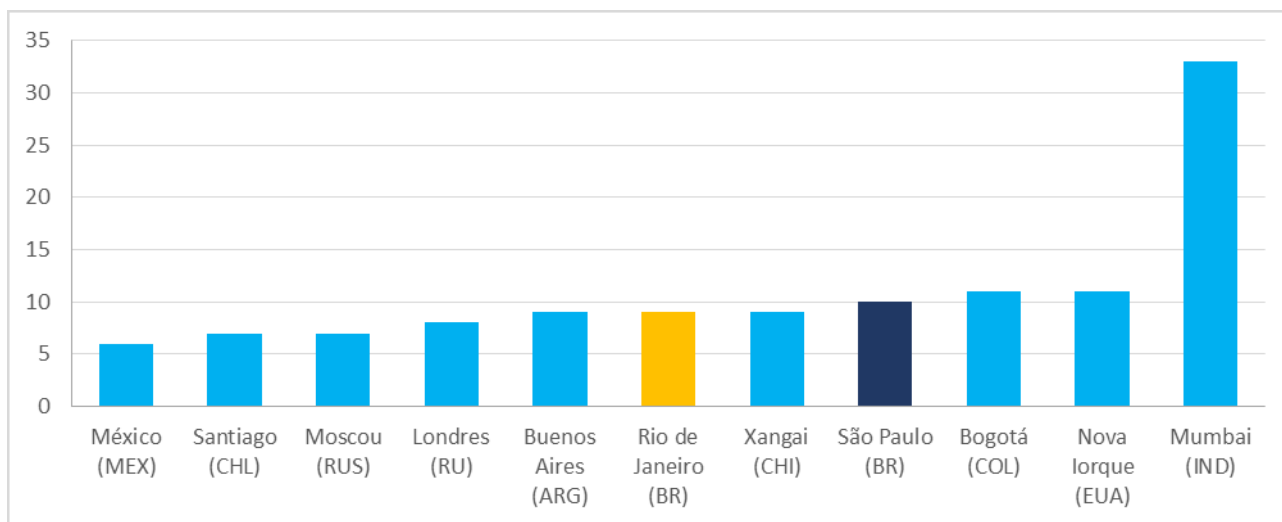
Quanto aos direitos dos acionistas (Gráfico 12.15), Santiago e Mumbai atingiram o valor máximo (10), seguido por Buenos Aires (9) e Cidade do México (8). São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram um índice de 7 pontos, à frente de Nova Iorque e Xangai (com notas 4 e 1 respectivamente).

Na avaliação geral para esse quesito (Gráfico 12.16), São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram uma média de 6,5 pontos. Atrás apenas de Londres (7,8), Mumbai (7,3) e Bogotá (7,2). México, Moscou e Xangai foram as três piores colocadas no aspecto “proteção ao investidor minoritário” com médias de 5,8; 5,7 e 4,3 respectivamente.

O próximo grupo de indicadores trata do pagamento de impostos, procurando mensurar os pagamentos (custos) e o tempo necessário para cumprir as exigências locais quanto a essa questão.

Segundo o Banco Mundial são pagas, pelo tipo de empresas consideradas na pesquisa, dez impostos e taxas em São Paulo contra 9 no Rio de Janeiro. Apenas em Bogotá, Nova Iorque (com 11) e Mumbai (com 33) o número é maior. A Cidade do México e Santiago com 6 e 7 pagamentos respectivamente, são as cidades com o menor número. O Gráfico 12.17 traz o número de impostos e taxas pagas, segundo o Banco Mundial, para as 11 cidades consideradas neste artigo.

Gráfico 12.17 - Número de Impostos Pagos - DB2016

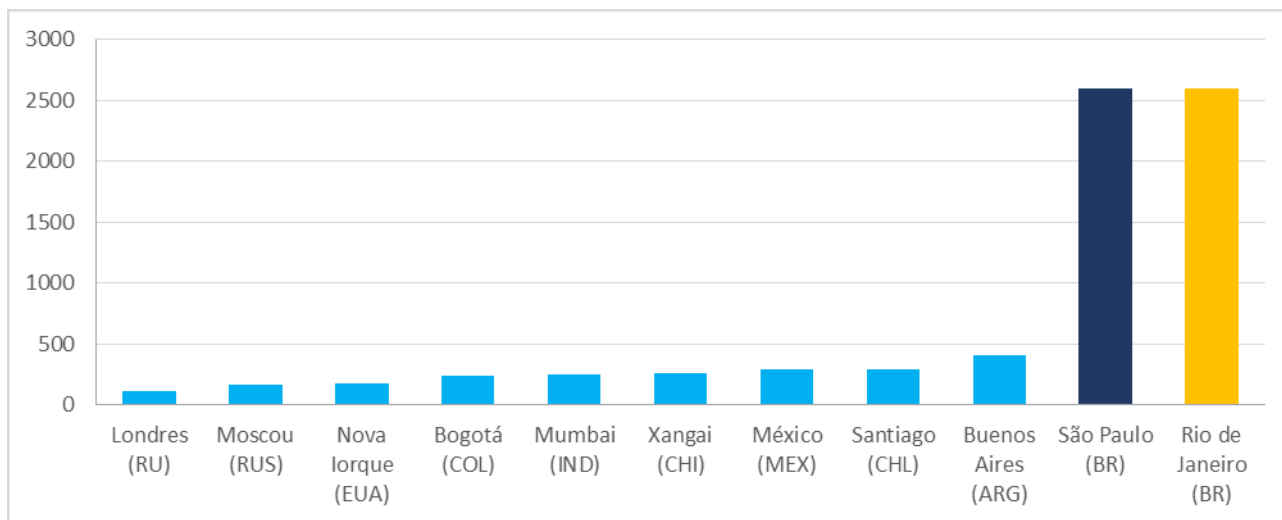


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O Banco mundial também olha para o tempo gasto com o pagamento dos impostos e taxas (burocracia envolvida, procedimentos necessários etc.). Segundo o banco, como pode ser observado pelo gráfico 4.18, São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades com os piores desempenhos nesse quesito com um tempo de 2600 horas por ano⁷, muito acima de Buenos Aires (a cidade com a segunda pior medida) cujo tempo obtido foi de 405 horas. Londres com 110 horas, Moscou com 168 e Nova Iorque com 175 são as três cidades, dentre as consideradas, com o melhor desempenho nesse item. Considerando as cidades latino-americanas, Bogotá é a melhor com 239 horas, seguida de Santiago e Cidade do México.

(7) Segundo reportagem do jornal Valor Econômico de 15/06/16 - "Empresas gastam 600 horas com obrigações fiscais", a Receita Federal contesta esse número. O estudo do órgão brasileiro, utilizando a mesma metodologia do Banco Mundial, conclui que o número correto seriam 600 horas anuais, não as 2600 divulgadas pela pesquisa "Doing Business". A reportagem completa do Valor pode ser lida no link <http://www.valor.com.br/legislacao/4600645/empresas-gastam-600-horas-com-obrigacoes-fiscais>

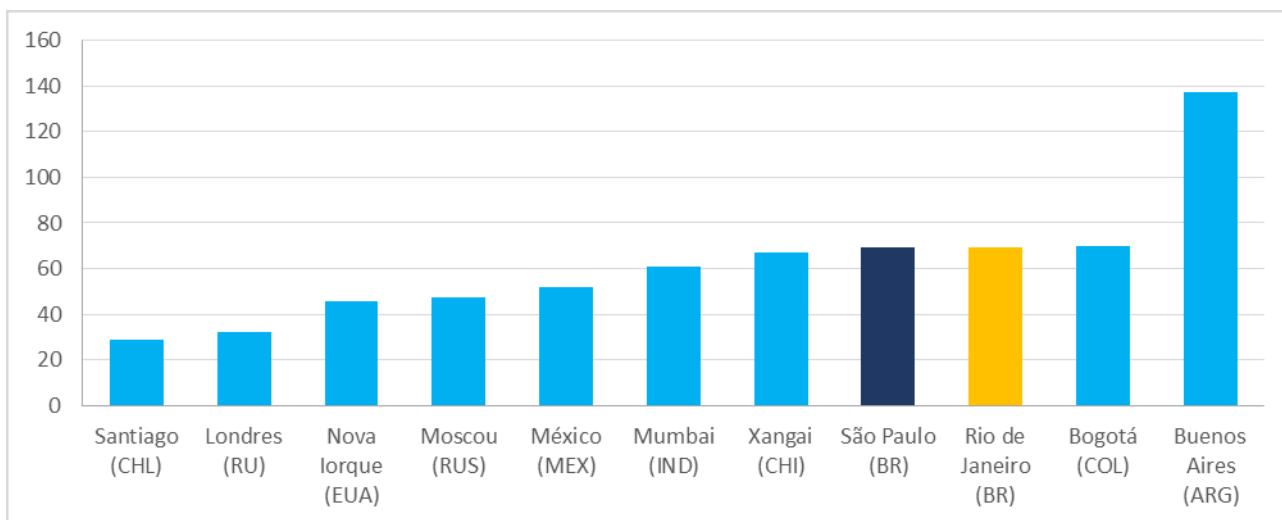
Gráfico 12.18 - Tempo (horas por ano) para cumprir com as obrigações fiscais - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

No tocante ao custo dos impostos, expresso como porcentagem do lucro (Gráfico 12.19), Buenos Aires (Argentina) é a cidade com o pior desempenho (137,4%), seguida de Bogotá (69,7%) e Rio de Janeiro (69,4%). São Paulo aparece muito próximo da capital fluminense com 69,1%. Santiago (Chile) é a cidade com o menor percentual (28,9%), seguida por Londres (32%) e Nova Iorque (45,9%).

Gráfico 12.19 - Custo (como % do lucro) dos Impostos - DB2016

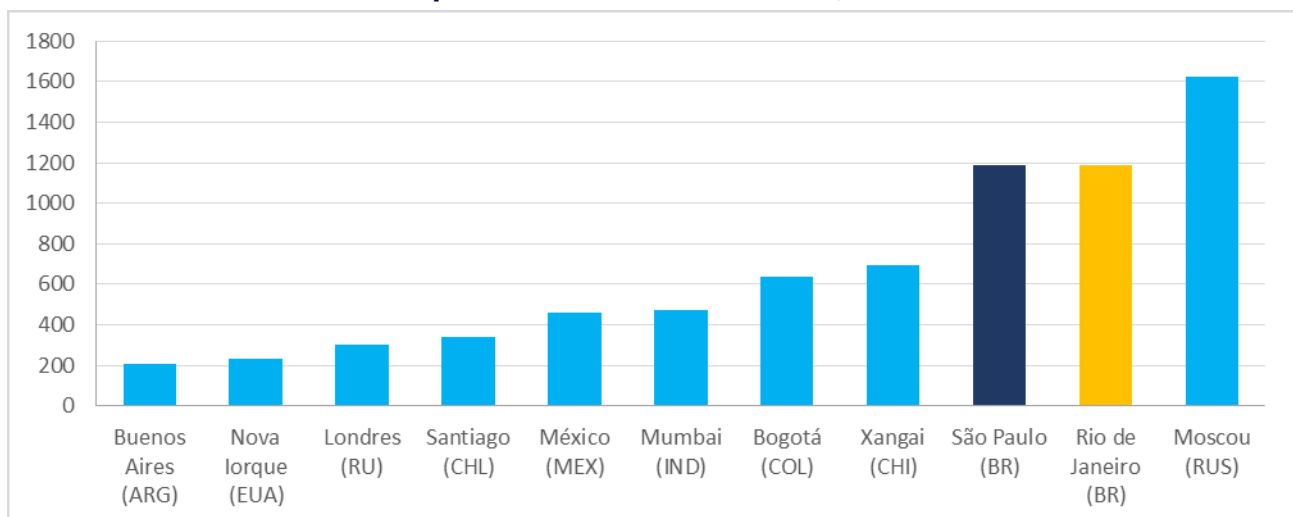


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

No quesito “comércio internacional”, o Banco Mundial mensura o tempo e custo para exportar e importar. Não são consideradas tarifas de exportação e importação, mas sim os custos dos procedimentos para realização da transação. Considerando a elaboração da documentação exigida e os procedimentos de fronteira/aduana, o custo é expresso em dólar por um tipo de exportação e importação padronizada, considerada de referência. Assim, o custo de exportar é dado por dólar por “unidade de exportação” e o custo de importar é dado por dólar por “unidade de importação”, sendo essas unidades de exportação e importação transações de um mesmo tipo, envolvendo determinado peso, tipo e característica de produto em todos os países pesquisados justamente para os custos serem diretamente comparáveis⁸.

Pelo levantamento do Banco Mundial, considerando tanto os procedimentos envolvendo documentação, quanto os procedimentos de fronteira (saída e entrada da unidade de comercialização em portos, aeroportos etc.), o custo para exportar tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro foi de US\$1185 por “unidade de exportação”, valor só mais baixo do que o registrado em Moscou (US\$1625). Dentre as cidades consideradas, Buenos Aires foi a localidade com o menor custo para exportar (US\$210), seguida de Nova Iorque (US\$235) e Londres (US\$305). O Gráfico 12.20 traz o custo de exportar (em US\$ por “unidade de referência”) para as 11 cidades utilizadas neste artigo.

Gráfico 12.20 - Custo de exportar - documentação + procedimentos de fronteira (em dólares por “unidade de referência”) - DB2016

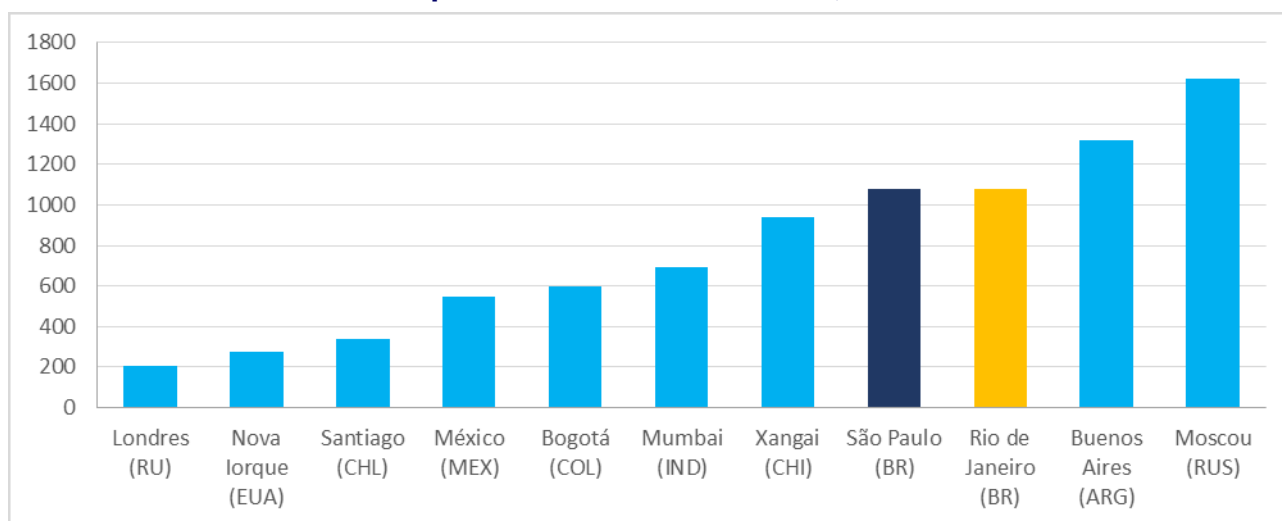


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

(8) Para maiores detalhes sobre as hipóteses e características dos tipos de exportação e importação considerados como “padrão” e usados como referência, consultar Trading Across Borders Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/trading-across-borders>). Como já mencionado, a adoção de um tipo de transação como referência, a padronização dos bens comercializados serve para comparar o custo de um mesmo tipo de operação representativa entre os países.

Em relação ao custo de importação (Gráfico 4.21), também expresso em dólares por “unidade de referência”, Londres foi a cidade com o menor custo (US\$205), seguida por Nova Iorque (US\$275) e Santiago (US\$340). São Paulo e Rio de Janeiro tiveram um custo estimado de US\$1077, menor somente que o custo apurado em Buenos Aires (US\$1320) e Moscou

Gráfico 12.21 - Custo de importar - documentação + procedimentos de fronteira (em dólares por “unidade de referência”) - DB2016

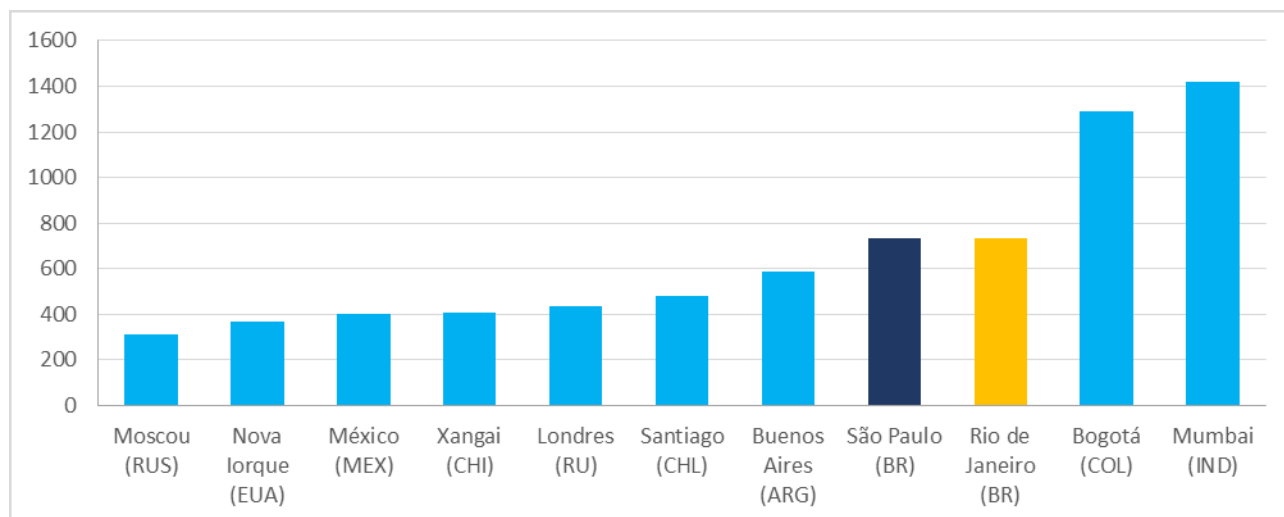


Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O próximo item considerado pelo Banco Mundial é a execução de contratos. Segundo levantamento, o tempo (em dias) de resolução de uma disputa comercial⁹ em um tribunal de primeira instância é menor, dentre as cidades consideradas, em Moscou na Rússia (310 dias) e em Nova Iorque (370 dias). São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram o terceiro pior tempo (731 dias), só melhores que Bogotá na Colômbia (1288 dias) e Mumbai (Índia). Considerando as cidades latino americanas, a Cidade do México com um tempo médio de 400 dias apresentou o melhor desempenho, seguida por Santiago e Buenos Aires. O Gráfico 12.22 traz os dados para as 11 cidades consideradas. O tempo é registrado em dias corridos, contado desde o momento em que o reclamante inicia a ação processual no tribunal até o pagamento. Inclui tanto os dias em que ocorrem as ações como os períodos de espera entre elas.

(9) Para padronizar as medições, são considerados os dados de uma “disputa padrão”, com certas hipóteses definidas para o caso em todas as localidades. As suposições sobre o caso, mais detalhadamente, podem ser encontradas em Enforcing Contracts

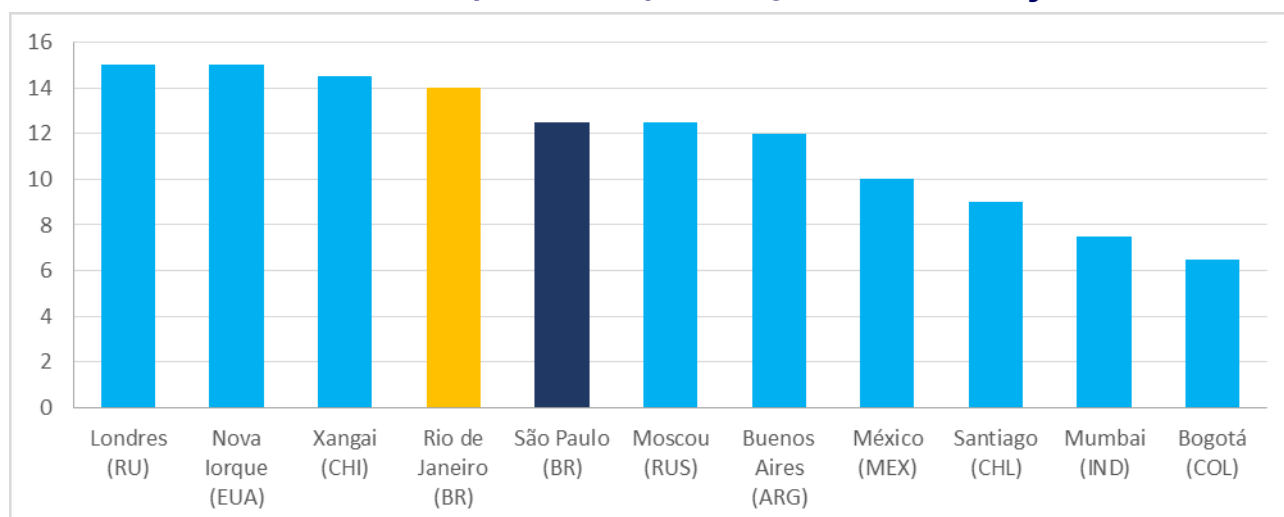
Gráfico 12.22 - Tempo (em dias) para resolução de uma disputa comercial - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Em relação aos custos para resolução das disputas são considerados três tipos de custos: custos processuais, custos de execução e média dos honorários advocatícios. Os custos são expressos como porcentagem da reivindicação. Nesse quesito, São Paulo e Rio de Janeiro aparecem bem colocadas dentre as cidades utilizadas neste artigo, com um custo de 20,7%, o terceiro menor (Gráfico 12.23). O menor custo foi registrado em Moscou, na Rússia (15%). As cidades com os maiores custos foram Mumbai (39,6%), Londres (43,9%) e Bogotá (45,8%). Dentre as cidades latino americanas, Buenos Aires com um custo de 22,5% e Santiago com 28,6% são as duas mais bem colocadas, depois das duas cidades brasileiras.

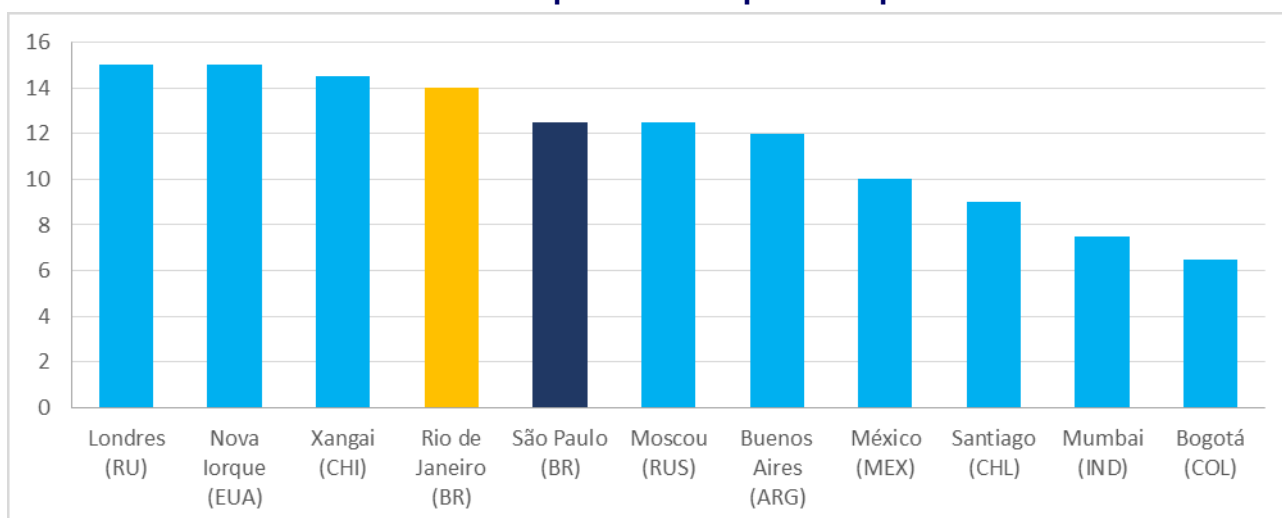
Gráfico 12.23 - Custo da disputa (como porcentagem da reivindicação) - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

O Banco Mundial também avalia a qualidade dos processos judiciais através de um índice que mede se cada economia adotou uma série de boas práticas em seu sistema judicial em quatro áreas: estrutura e procedimentos dos tribunais, gestão de processos, automação dos tribunais e resolução alternativa de controvérsias. Cada área possui um subíndice que checa se o processo judicial naquele local possui certas características consideradas adequadas/boas. Para cada confirmação é dada uma pontuação: por exemplo, no quesito “estrutura e procedimento dos tribunais” são checados quatro itens, para cada item encontrado no local é atribuída uma pontuação específica. A soma dos quatro subíndices gera o “Índice de qualidade dos processos judiciais”, que varia de 0 a 18¹⁰. O Gráfico 12.24 traz esse índice para as 11 cidades consideradas.

Gráfico 12.24 - Índice de qualidade do processo judicial - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

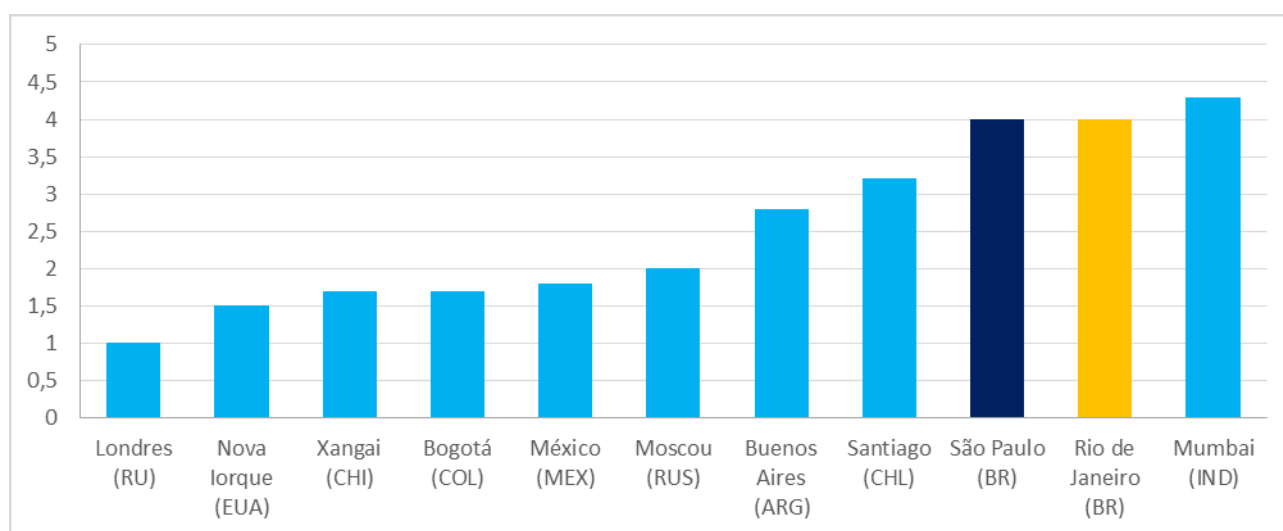
De acordo com o levantamento do Banco Mundial, o Rio de Janeiro aparece como a cidade latino americana com o melhor índice (14 pontos), seguida de São Paulo com 12,5 (a capital fluminense obteve uma pontuação de 5, valor máximo, no subitem “índice de estrutura e procedimentos de tribunais”, enquanto São Paulo obteve um 3,5 no mesmo quesito). Buenos Aires é a terceira colocada, dentre as latino americanas, com 12 pontos. Dentro do grupo das 11 consideradas neste artigo, Londres e Nova Iorque, com 15 pontos, registraram os melhores índices. Na outra ponta, Bogotá na Colômbia obteve a menor pontuação com 6,5, acompanhada por Mumbai (Índia) com 7,5 e Santiago (Chile) com 9.

(10) Para maiores detalhes sobre a construção do índice, das características checadadas e para a pontuação atribuída a cada uma delas, consultar Enforcing Contracts Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/enforcing-contracts>)

O último grupo de variáveis considerado trata de resolução de insolvência. A pesquisa mede o tempo, o custo e os resultados dos procedimentos de insolvência que envolvem as entidades nacionais assim como a força do regime jurídico aplicável à liquidação e à reorganização de processos. Assim como em outros casos, são feitas padronizações sobre o tipo de empresa considerada, o caso de falência envolvido e as partes interessadas para que seja possível uma comparação entre as economias¹¹.

O gráfico 12.25 traz o tempo necessário, em anos corridos, para os credores recuperarem o valor emprestado. O período medido pela pesquisa abrange desde a inadimplência da empresa até o pagamento de parte ou todo o montante devido ao banco. As possíveis táticas de atraso pelas partes tais como apelações dilatórias ou solicitações de extensões, são levadas em consideração.

Gráfico 12.25 - Tempo de recuperação de empréstimos em casos de falências (em anos corridos) - DB2016



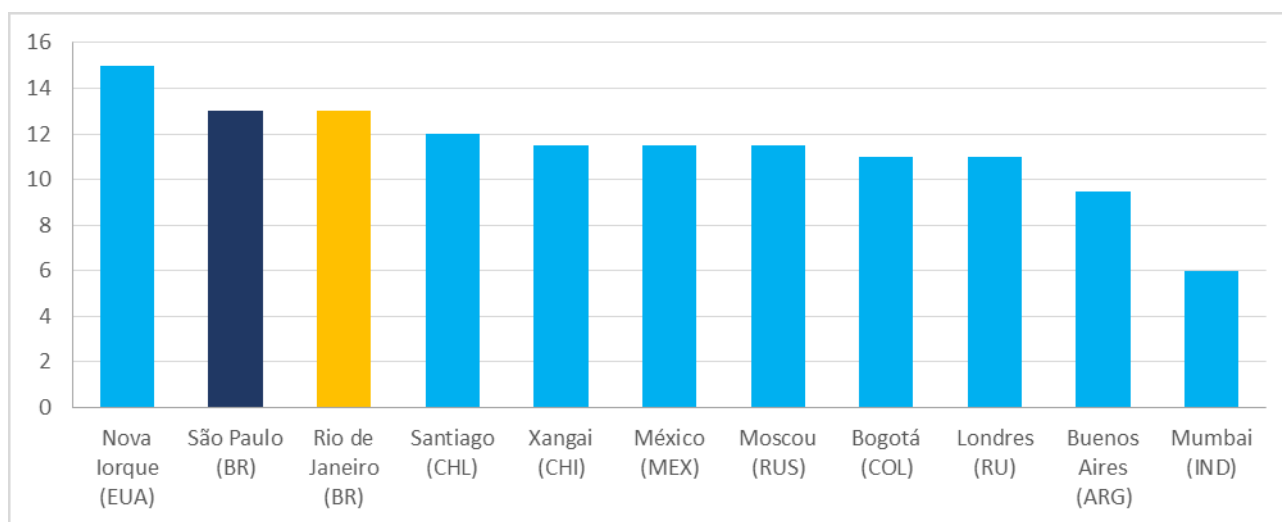
Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Nesse quesito, São Paulo e Rio de Janeiro não se saem bem, aparecendo na antepenúltima e penúltima posição dentre as cidades consideradas, a frente apenas de Mumbai (4 anos é o prazo nas cidades brasileiras contra 4,3 anos na cidade indiana). Dentre as latino americanas, Bogotá com 1,7 ano e a Cidade do México com 1,8 ano apresentaram os melhores prazos. Londres com apenas 1 ano e Nova Iorque com 1,5 ano são as duas melhores colocadas do grupo das 11.

(11) Para maiores detalhes sobre a metodologia desse grupo de variáveis, as suposições e hipóteses adotadas, os itens considerados nas elaborações dos índices, consultar Resolving Insolvency Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/resolving-insolvency>)

Por fim, o “Índice da força do quadro de insolvência” é uma tentativa de medição do quadro geral (institucional, econômico) nessa área. O índice é a soma da pontuação de outros quatro subíndices que avaliam pontos específicos no processo, tramitação da resolução de insolvência¹². O índice geral de força do quadro de insolvência, varia de 0 a 16, com valores mais elevados indicando melhor legislação para recuperar empresas viáveis e liquidar as inviáveis. O Gráfico 12.26 traz o índice das onze cidades consideradas neste artigo.

Gráfico 12.26 - Índice da força do quadro de insolvência - DB2016



Fonte: Doing Business - 2016 (Banco Mundial) - <http://www.doingbusiness.org/>

Como pode ser observado pelo gráfico, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram um bom desempenho, ficando com o segundo maior índice (13 pontos), atrás somente de Nova Iorque. Na sequência, Santiago, com 12 pontos, apresentou o quarto melhor índice. Londres com 11 pontos ficou entre as três piores cidades nesse quesito, seguida de Buenos Aires (9,5) e Mumbai na Índia.

(12) Para maiores detalhes sobre a metodologia desse grupo de variáveis, as suposições e hipóteses adotadas, os itens considerados nas elaborações dos índices, consultar Resolving Insolvency Methodology - Doing Business 2016 (link: <http://www.doingbusiness.org/methodology/resolving-insolvency>)

13. Um panorama do mercado de trabalho na RMSP (1995 - 2015) - Pesquisa de Emprego e Desemprego

13.1 - Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns dados sobre o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo durante o período entre 1995 e 2015. As informações apresentadas tem como fonte a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE¹, realizada desde outubro de 1984 em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). A pesquisa citada procura obter informações sobre características pessoais dos ocupados (como sexo, idade, nível de instrução, posição no domicílio), além de características mais gerais do mercado como distribuição setorial das ocupações, rendimento do trabalho, extensão da jornada de trabalho, taxas de atividade etc..

Os dados aqui utilizados estão agrupados para região metropolitana de São Paulo e, para a maioria dos casos, possuem valores para o período de 1995 e 2015 permitindo assim observar a sua evolução ao longo do tempo.

13.2 - Dados

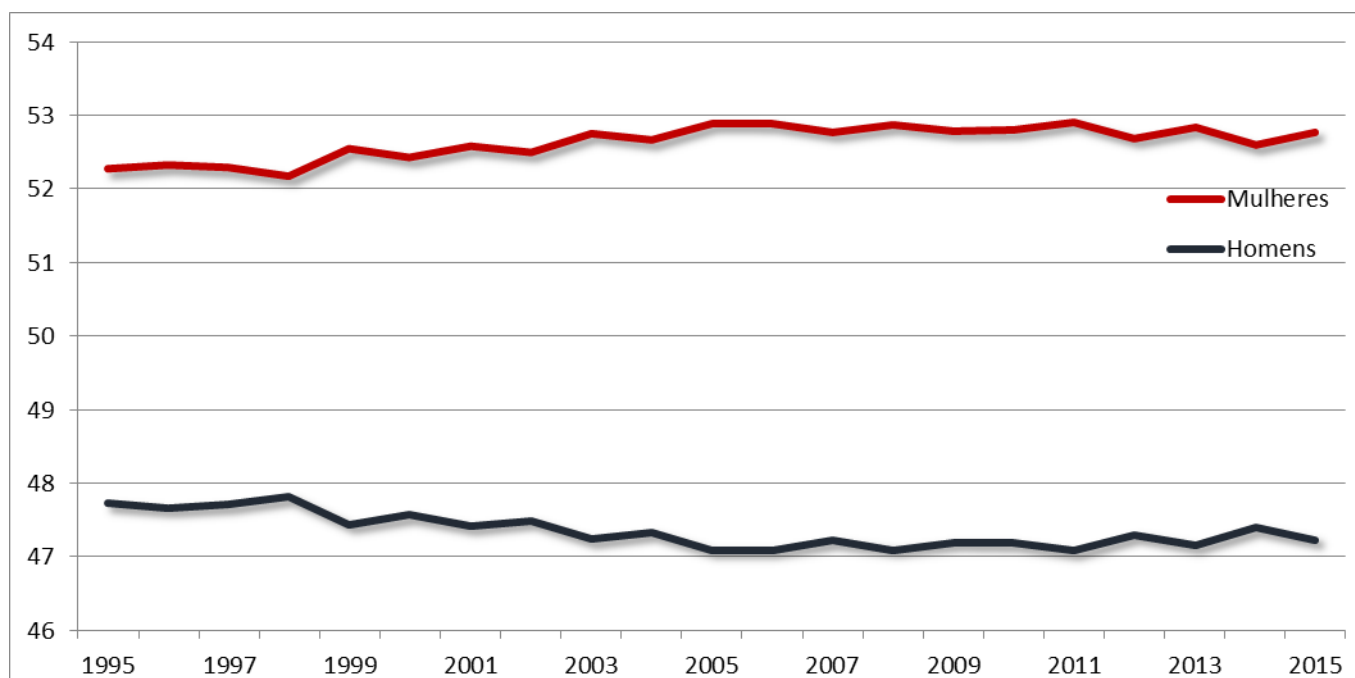
13.2.1 - Atributos Pessoais da População em Idade Ativa (PIA)

A PED chama de população em idade ativa todos aqueles indivíduos com idade mínima de 10 anos. O gráfico 13.1 traz a divisão da PIA por gênero. Como pode ser observado, durante todo o período de disponibilidade dos dados, as mulheres compõe a maioria da PIA (média de 52,6%). Durante os anos 2000, até 2010-2011, observa-se, inclusive, uma trajetória de leve aumento da participação delas no grupo. Após esse período a direção fica mais instável (diminuição entre 2012-2013 e aumento novamente em 2015).

(1) Mais informações sobre a PED podem ser encontradas em <http://www.seade.gov.br/produtos/apresentacao-pedrmsp/>

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 58 - março/2016.

Gráfico 13.1 - PIA - Divisão por gênero (%) - RMSP - (1995 - 2015)

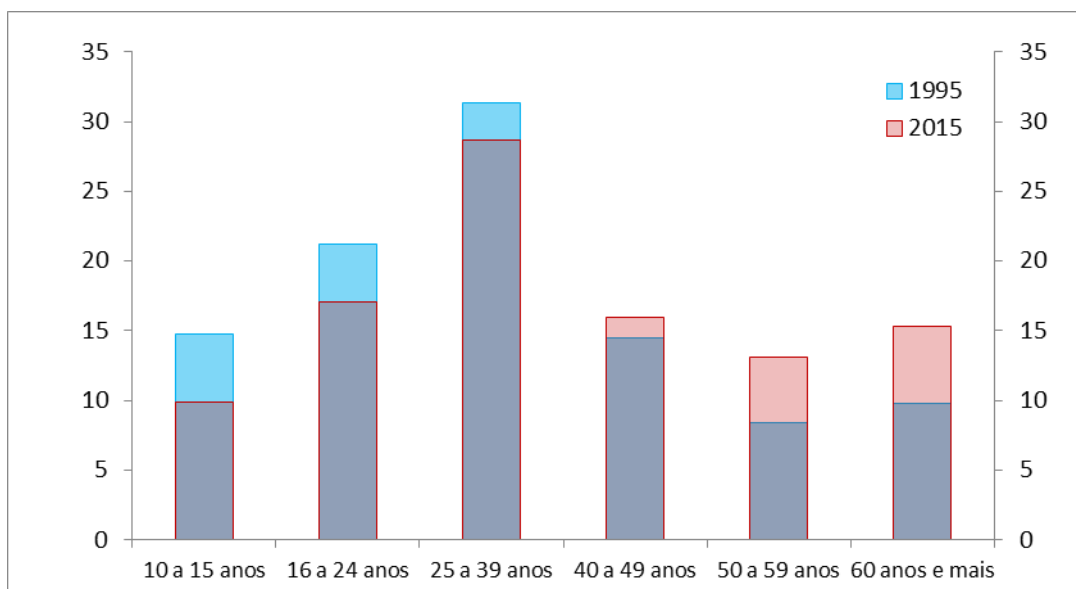


Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

Em relação a distribuição etária, como era de se esperar, houve um envelhecimento da PIA na região metropolitana de São Paulo. Comparando 1995, primeiro ano dos dados, com 2015 (último ano), as três faixas etárias iniciais encolheram: em 1995, 14,7% da PIA tinha de 10 a 15 anos, em 2015 essa porcentagem recuou para 9,9%. Em 1995, 21,1% estavam na faixa etária dos 16 a 24 anos, em 2015 eram 17%. O mesmo comportamento ocorreu na faixa seguinte (25 a 39 anos): eram 31,3% da PIA em 1995 e 28,7% em 2015. A partir das faixas seguintes (40 anos ou mais), o comportamento é o inverso: as porcentagens de 1995 são menores que as de 2015. Na faixa mais alta (60 anos e mais), por exemplo, em 1995 a porcentagem era de 9,8%, já em 2015 ficou em 15,3%. Formava a faixa dos 50 a 59 anos, 8,4% da PIA em 1995 contra 13,1% em 2015.

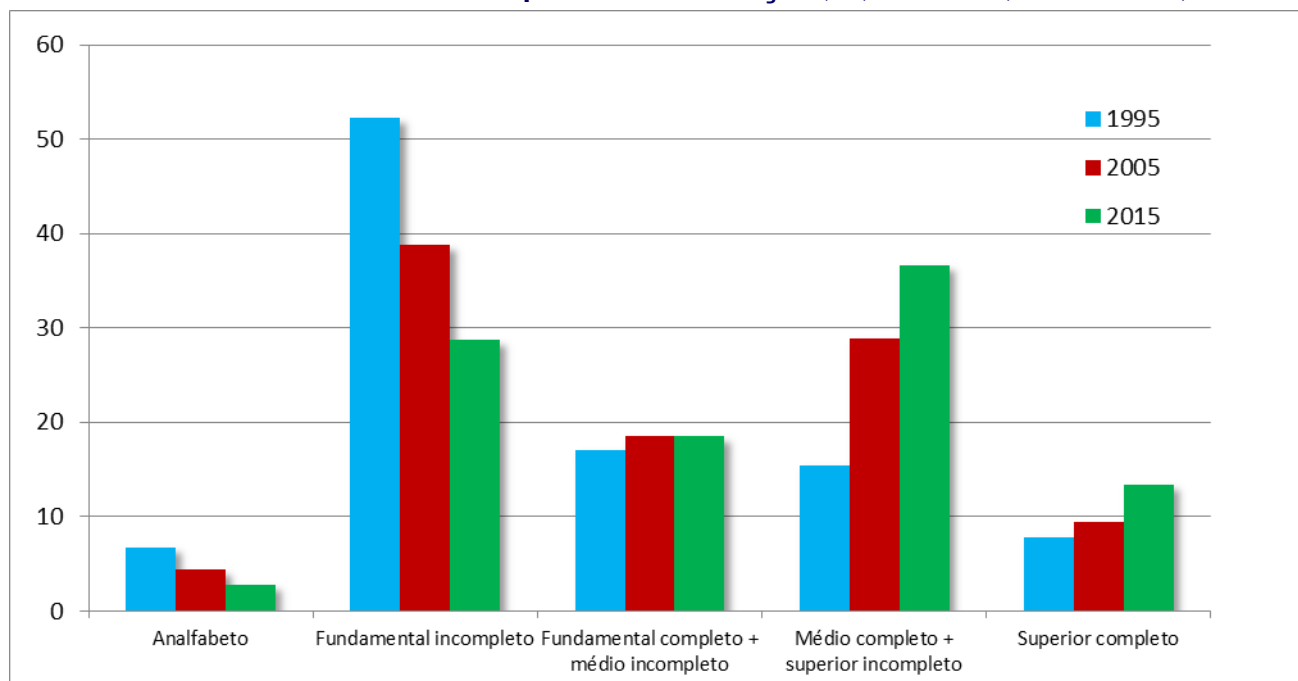
O gráfico 13.2 traz as porcentagens da população em idade ativa da região metropolitana por faixa etária para 1995 e 2015.

Gráfico 13.2 - PIA - Divisão por faixa etária (%) - RMSP - (1995 e 2015)



Considerando o nível de instrução, observa-se um aumento do nível de escolaridade no período. Em 1995, os analfabetos eram 6,7% da PIA, já em 2015 esse número caiu para 2,8%. A porcentagem da PIA com fundamental incompleto despencou entre 1995 e 2015; de 52,2% para 28,7%. Já a porcentagem com ensino médio completo + superior incompleto mais que dobrou: saiu de 15,4% em 1995 para 36,7% em 2015. O gráfico 13.3 traz a porcentagem da PIA por nível de instrução em 1995, 2005 e 2015. É facilmente perceptível a queda ao longo do tempo nos níveis de instrução mais baixo e o aumento das porcentagens dos níveis de instrução mais altos.

Gráfico 13.3 - PIA - Divisão por nível de instrução (%) - RMSP - (1995 e 2015)



Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

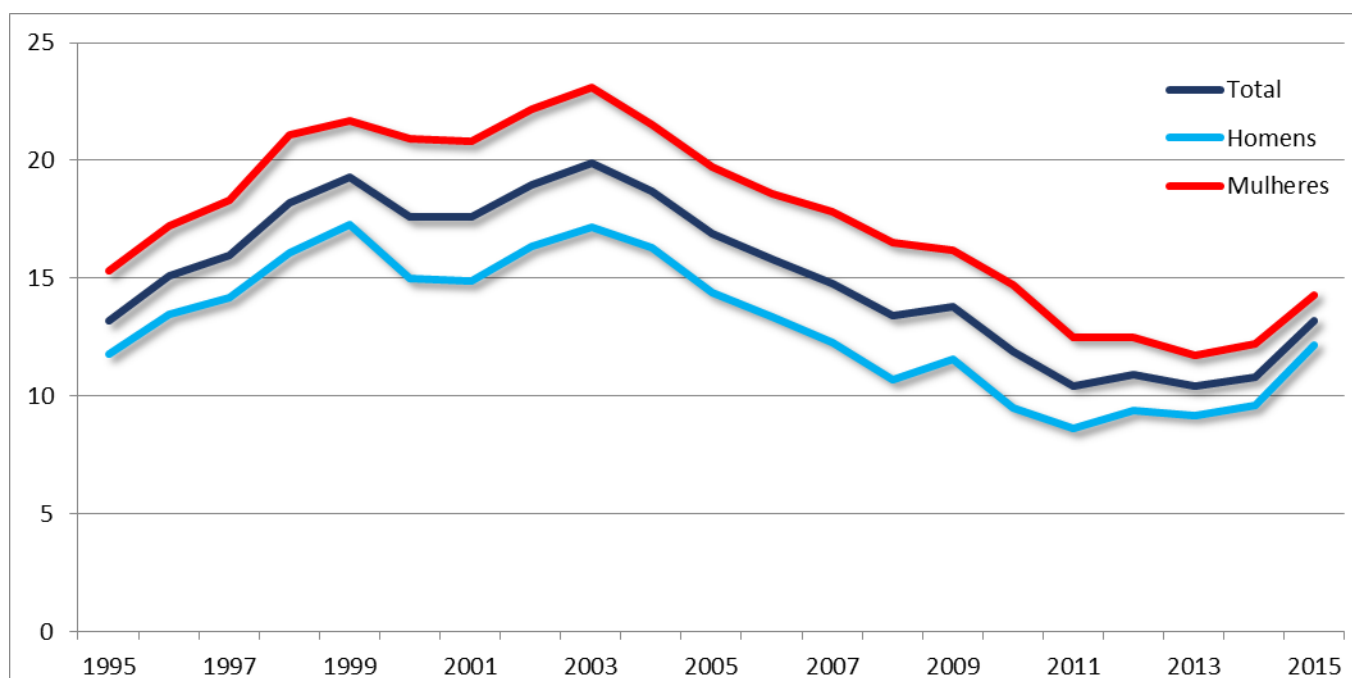
13.2.2 - Taxas de Desemprego por atributos pessoais

A PED define como “desempregados” aqueles indivíduos em uma das seguintes situações:

- pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos 7 dias.
- pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua ou irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste.
- pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

O gráfico 13.4 traz a taxa de desemprego da região metropolitana de São Paulo entre homens e mulheres apurada pela PED para o período de 1995 e 2015. A taxa é apresentada como porcentagem da população economicamente ativa.

Gráfico 13.4 - Taxa de Desemprego (%) - RMSP - (1995 - 2015)



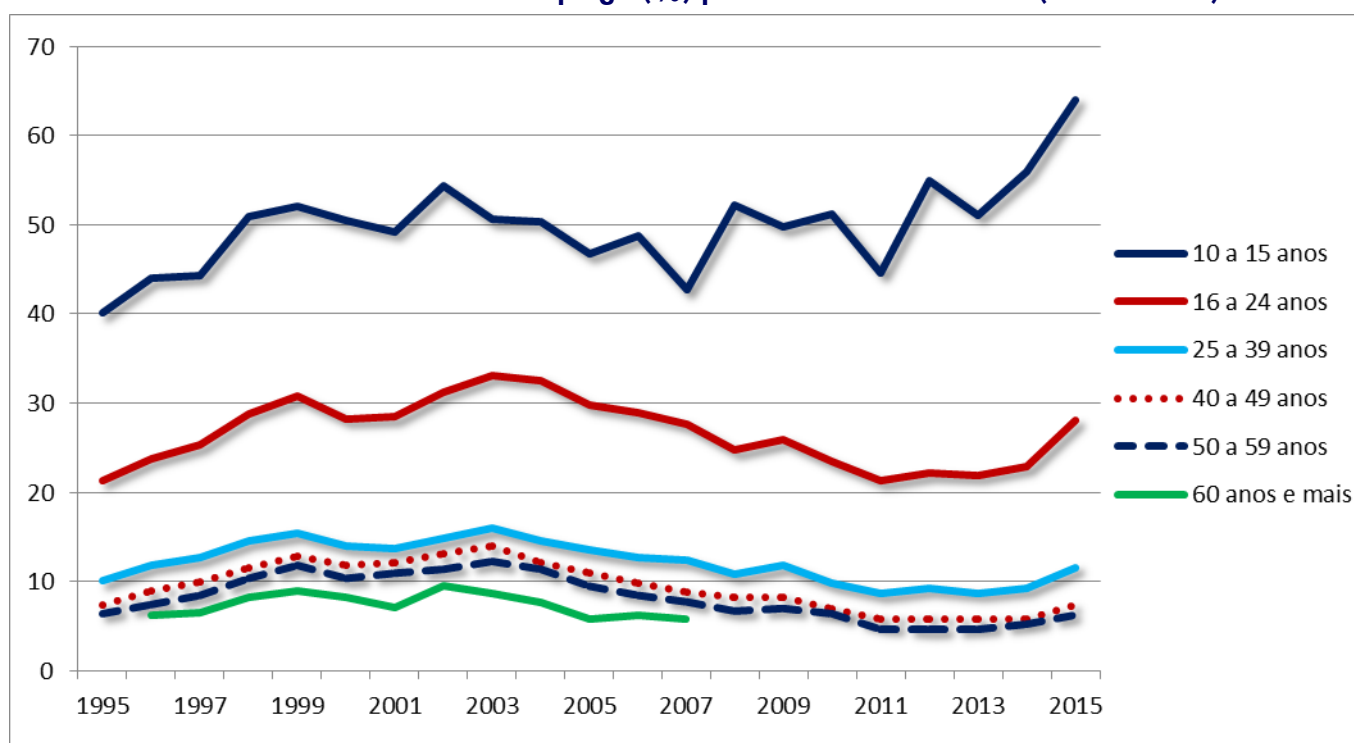
Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

Um dado a ser observado é o fato de as taxas de desemprego serem consistentemente mais altas entre as mulheres - uma taxa média de 17,6% contra 13% entre os homens. Em relação a evolução das taxas, após um aumento na metade final dos anos 90, durante os anos 2000, a tendência foi de queda do desemprego na região até 2012, quando a trajetória dos índices passa a ser de estabilidade e alta a partir de 2013.

O gráfico também mostra que as variações nas taxas de desemprego seguem basicamente a mesma direção para homens e mulheres.

Considerando o desemprego por faixa etária, as taxas são substancialmente maiores para as faixas etárias mais baixas (10 a 15 anos e 16 a 24 anos). Ao longo da década, excetuando a faixa mais baixa, todas as demais tiveram uma trajetória semelhante entre si e entre o já mostrado no Gráfico 13.4 (subida das taxas no fim da década de 90 e diminuição até 2011 com a aparente reversão da tendência de queda de 2012 em diante). O gráfico 13.5 traz a evolução das taxas de desemprego por faixa etária disponibilizada na PED. Em alguns casos (para faixa etária mais alta - 60 anos e mais), a amostra da pesquisa não comportava a desagregação necessária para completar o gráfico. Neste caso, não há valores disponibilizados.

Gráfico 13.5 - Taxa de Desemprego (%) por faixa etária - RMSP - (1995 - 2015)

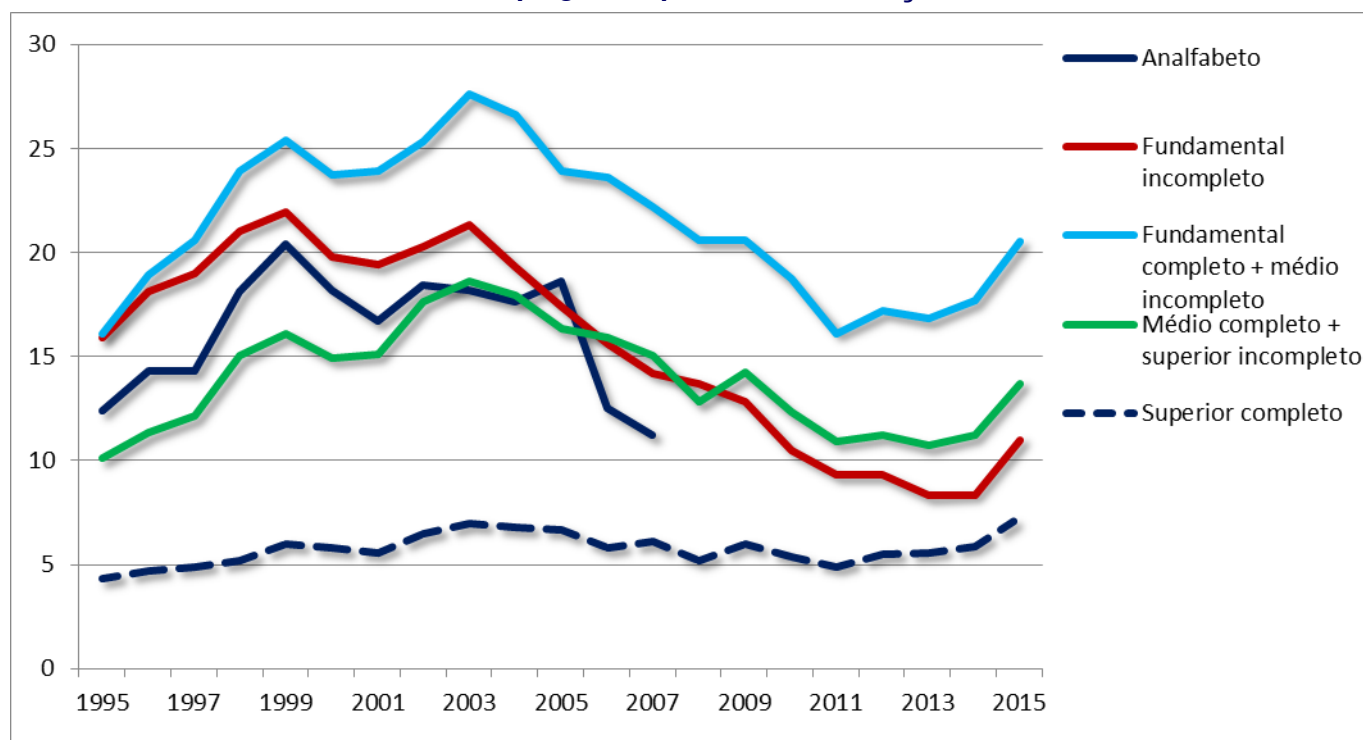


Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

Em termos de escolaridade / nível de instrução (gráfico 13.6), chama a atenção a movimentação dos níveis das taxas entre os diferentes grupos. Em 1995 a taxa de desemprego do grupo com fundamental incompleto e fundamental completo + médio incompleto era praticamente idêntica (15,9% contra 16,1%), no entanto ao longo da década essas taxas se descolaram; o nível das taxas do segundo grupo se tornaram permanentemente maiores, chegando a 20,5% em 2015 contra 11% do grupo com fundamental incompleto no mesmo ano. Outra mudança de patamar ocorreu com a taxa do grupo com ensino médio completo + superior incompleto.

Em 1995, o desemprego nesse grupo era de 10,1%, muito abaixo dos 15,9% do grupo com fundamental incompleto. Ao longo do fim da década de 90 e início dos anos 2000, a taxa do primeiro grupo (médio completo + superior incompleto) cresceu mais rapidamente que a do segundo grupo ficando, as duas taxas, muito próximas nos anos 2005-2008, quando ambas já apresentavam trajetória de queda. No entanto, desde 2009, a queda da taxa do grupo com fundamental incompleto caiu mais rapidamente ficando permanentemente mais baixa até hoje (13,7% do grupo com ensino médio completo + superior incompleto contra 11% do fundamental incompleto).

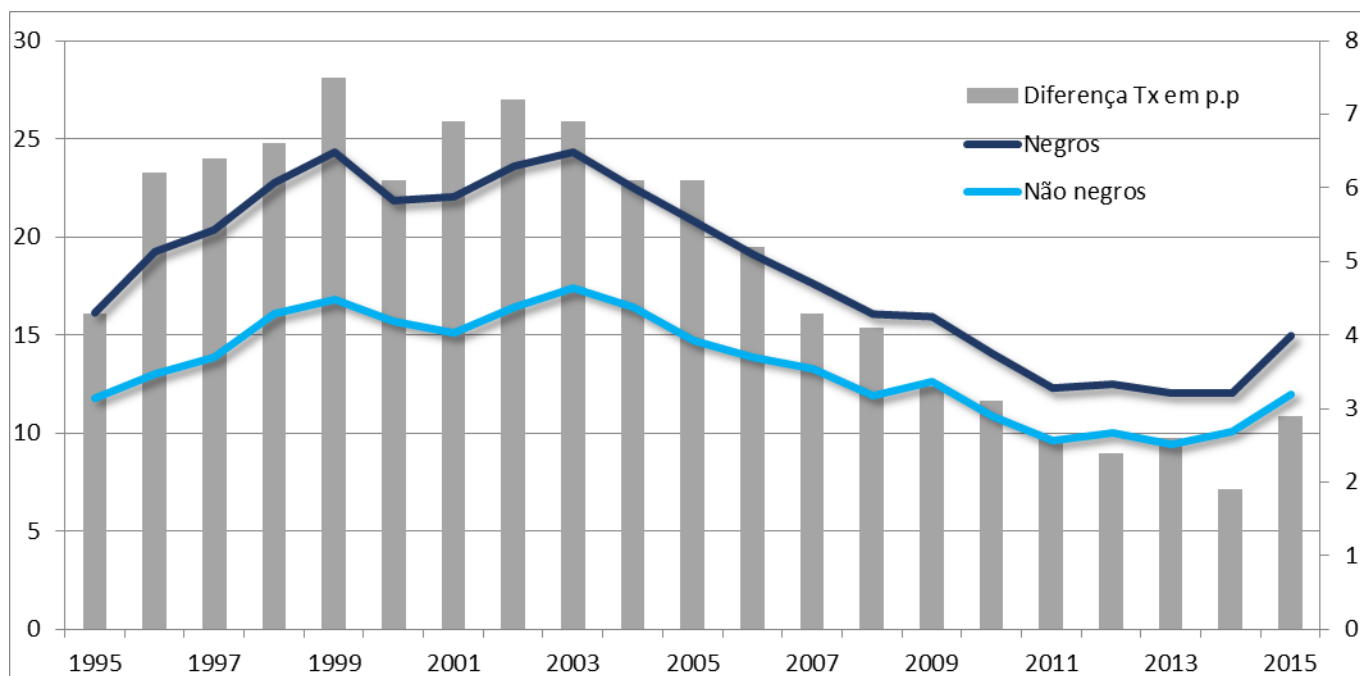
Gráfico 13.6 - Taxa de Desemprego (%) por nível de instrução - RMSP - (1995 - 2015)



Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

A PED também pesquisa o desemprego por raça/cor. Segundo os dados da pesquisa, apresentados no Gráfico 13.7, durante toda a década a taxa de desemprego entre os negros foi consistentemente maior (uma taxa média de 16,3% contra 13,4% dos não negros). No entanto, ao longo da década a diferença entre as taxas foi caindo: em 1995, por exemplo, a taxa de desemprego entre os negros era 4,3 pontos percentuais maior, chegando a 7,2 pontos de diferença em 2002. Nos últimos 5 anos (2011 a 2015), a diferença média foi de 2,5. Sobre a trajetória global das duas taxas, não há diferença significativa entre elas. Nos períodos de elevação (diminuição) do desemprego entre os negros, também há elevação (diminuição) na taxa dos não negros.

Gráfico 13.7 - Taxa de Desemprego (%) por raça/cor - RMSP - (1995 - 2015)



Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

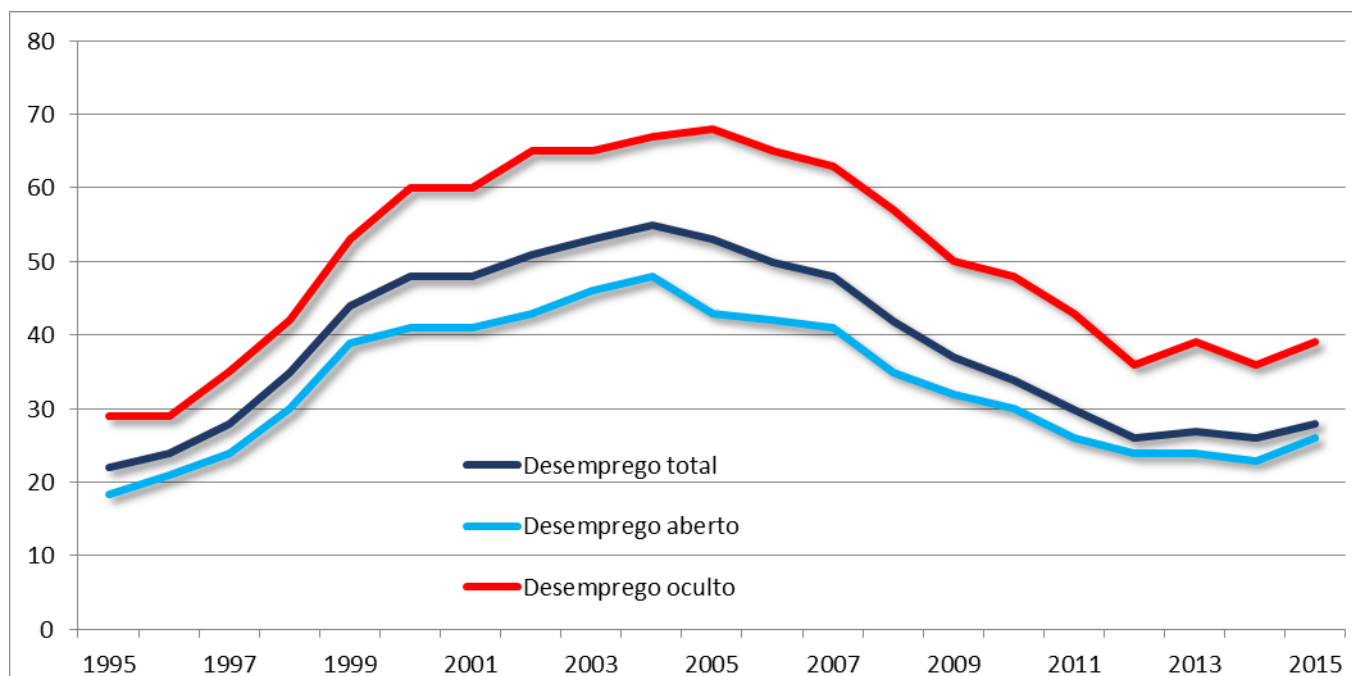
13.2.3 - Tempo médio de procura de emprego

O Gráfico 13.8 traz o tempo médio, em número de semanas, de procura de trabalho na região metropolitana de São Paulo para o período de 1995 até 2015. A PED divide o desemprego em dois tipos: desemprego aberto e desemprego oculto. Desemprego aberto inclui as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos 7 dias. Já o desemprego oculto abarca:

- pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou até 12 meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste,
- pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Pelo gráfico observa-se uma trajetória comum para os 2 tipos de desemprego (e conseqüentemente para o desemprego total). Durante o período de 1997-2004 verifica-se aumento do tempo médio de procura de trabalho, seguida de uma trajetória de queda para o período subsequente (2005-2011). De 2012 em diante, há uma quebra no padrão verificado anteriormente, revelando instabilidade nos valores pesquisados.

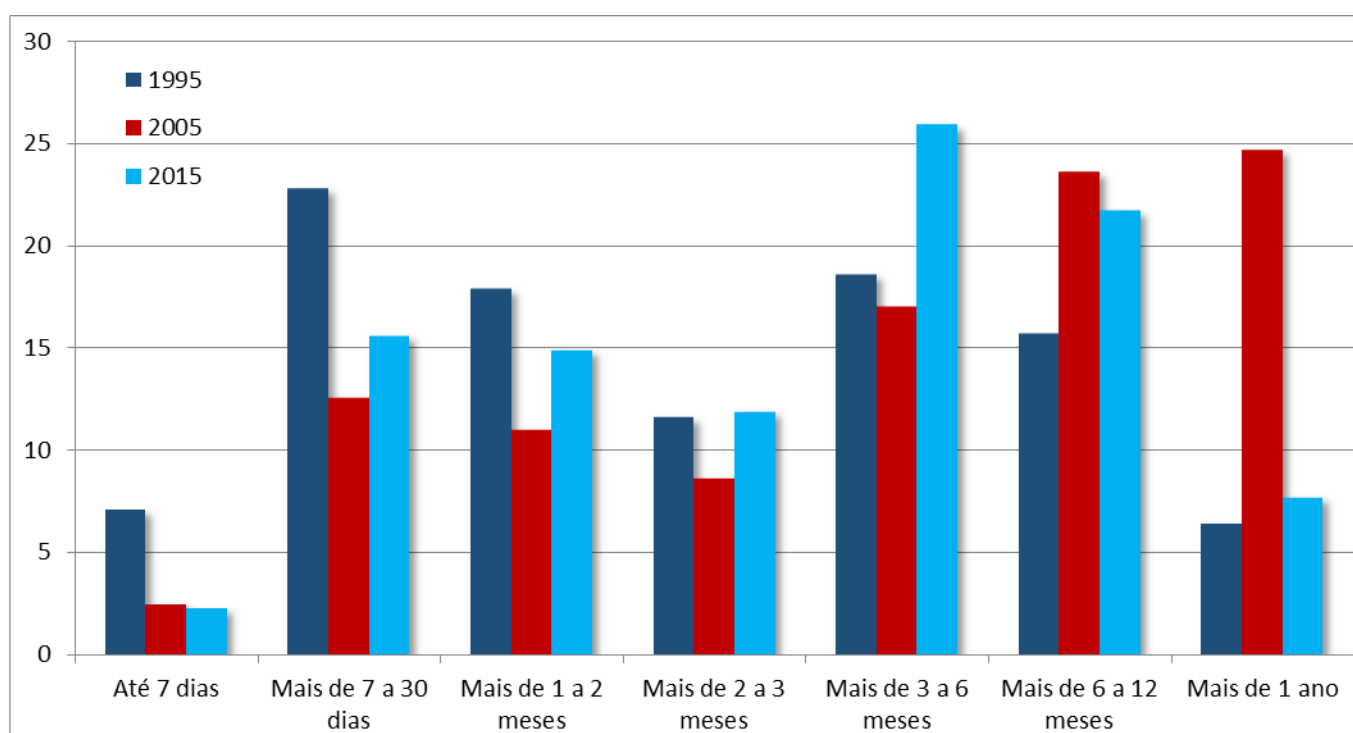
Gráfico 13.8 - Tempo médio de procura de trabalho (em semanas) - RMSP - 1995 a 2015



Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

O Gráfico 13.9 traz a porcentagem dos desempregados por tempo de procura de trabalho para 1995, 2005 e 2015. Em 1995, a maior parcela dos desempregados (22,8%) estava procurando emprego entre 7 e 30 dias. Em 2005, a faixa com a maior porcentagem era a de “Mais de 1 ano” com 24,7% dos desempregados, já em 2015, com 25,9% dos desempregados, o intervalo com maior porcentagem era a de “Mais de 3 a 6 meses”.

Gráfico 13.9 - Parcela de desempregados por tempo de procura de trabalho - RMSP - 1995, 2005 e 2015



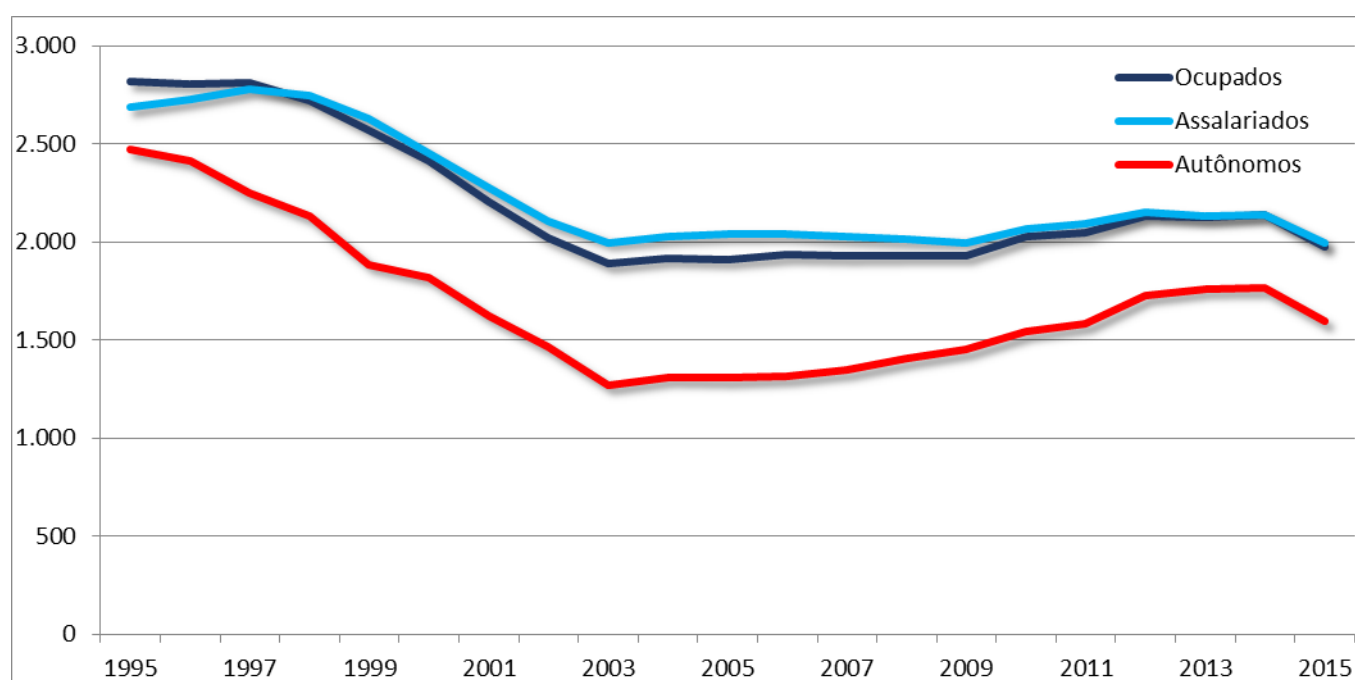
Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

13.2.4 - Rendimento médio real

Os dados da PED sobre rendimentos mostram que durante o período de 1995-2002 houve uma tendência de queda do rendimento real médio² dos ocupados, assalariados e autônomos (Gráfico 13.10).

Esse comportamento foi interrompido a partir de 2003, quando o rendimento ficou relativamente estável (com uma leve tendência de alta no caso dos autônomos). Outra característica evidenciada pelos dados do período é o rendimento real médio dos autônomos consistentemente abaixo dos assalariados.

Gráfico 13.10 - Rendimento médio real (em R\$ de nov/15) - RMSP (1995-2015)



Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

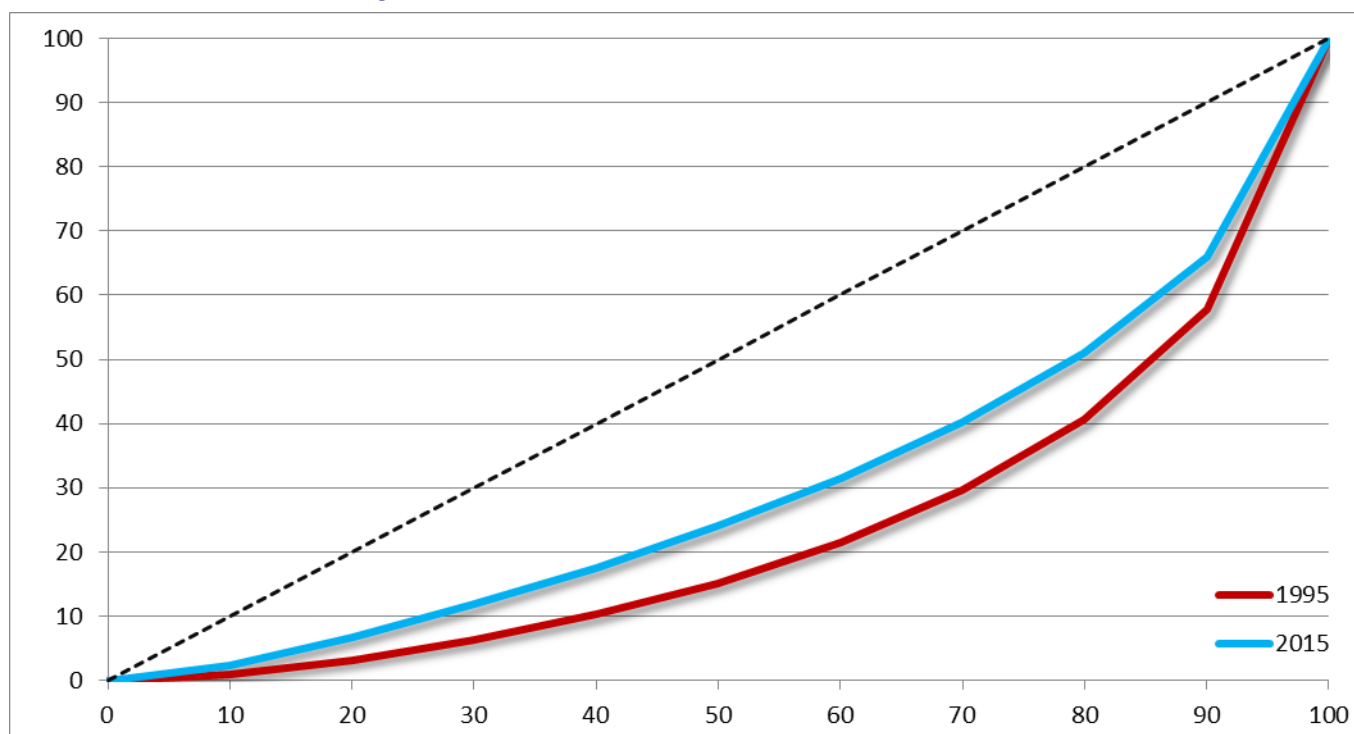
O Gráfico 13.11 traz a massa de rendimento dos ocupados. No eixo horizontal temos a porcentagem de ocupados começando dos 10% mais pobres, 20% mais pobres, 30% mais pobres até 100% dos ocupados. No eixo vertical, temos a porcentagem do total de rendimentos do trabalho dos ocupados de acordo com a divisão do eixo horizontal. Então, por exemplo, o rendimento dos 10% mais pobres corresponde, em 1995, a 1% do rendimento total dos ocupados. Já o rendimento dos 20% mais pobres (que inclui o grupo anterior), no mesmo ano, representa 3,3% do rendimento total dos ocupados.

O gráfico construído dessa forma é útil para fornecer uma visualização simples do “grau de desigualdade” do mercado de trabalho ao longo dos anos. Uma curva mais próxima de uma reta de 45°

(2) A Fundação SEADE utiliza o ICV (índice de Custo de Vida) do Dieese para o cálculo dos rendimentos reais

implica em um mercado de trabalho “mais igual” (a reta de 45° ilustraria uma situação onde os 10% mais pobres tem 10% dos rendimentos, os 20% mais pobres tem 20% dos rendimentos, os 60% tem 60% do rendimento e assim sucessivamente).

Gráfico 13.11 - Distribuição acumulada dos rendimentos dos ocupados - RMSP - 1995 e 2015



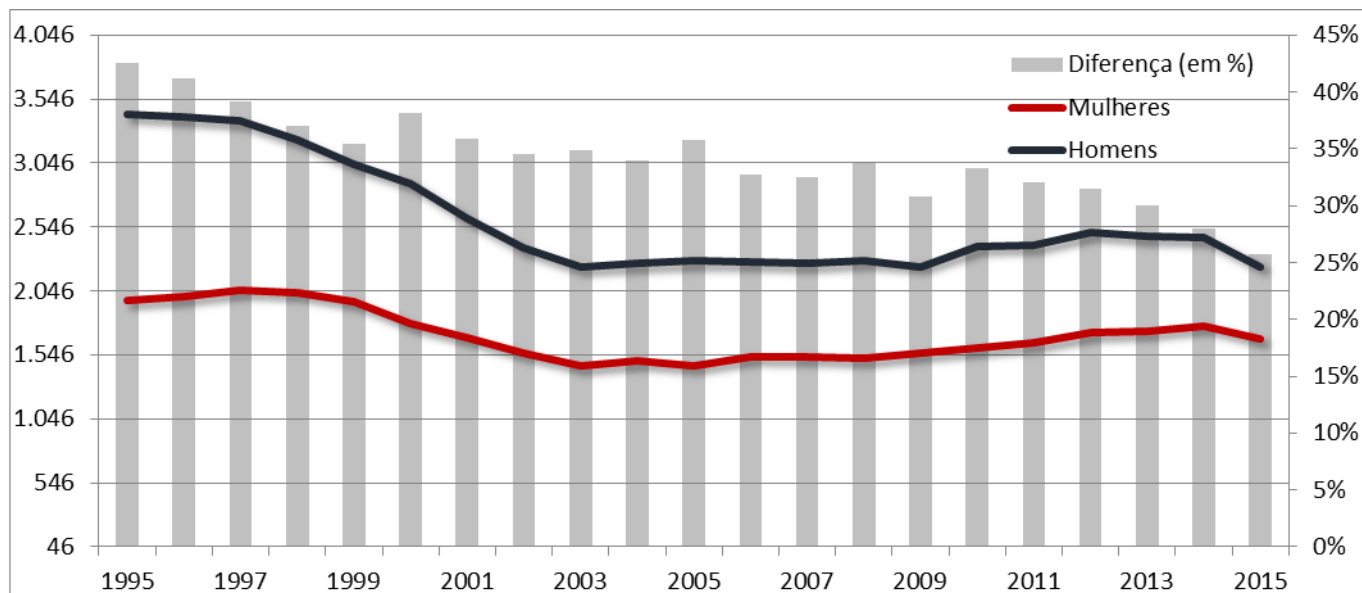
Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

Como pode ser observado pelo gráfico, a curva azul, que traz os dados para 2015 está mais “próxima” da linha tracejada que representa a linha dos 45° do que a linha vermelha, que contém os dados de 1995 (a área entre a linha tracejada e a curva azul é menor do que a área entre a linha tracejada e a curva vermelha), o que indica que a “desigualdade” dos rendimentos no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo apresentou queda considerando o intervalo de 2 décadas (1995 até 2015).

Comparando o rendimento médio dos ocupados por gênero, embora a tendência revele uma diminuição da diferença de valor entre homens e mulheres - em 1995 as mulheres ocupadas, em média, ganhavam 42,5% a menos que os homens na região metropolitana, número bem superior ao registrado em 2015, quando essa diferença recuou para 25,7% - o que se observa é um valor de rendimentos consistentemente superior para os homens (média de R\$2.602 contra R\$1.699 das mulheres) durante todo o período dos dados.

O Gráfico 13.12 traz a evolução dos rendimentos para as mulheres e homens, além da diferença percentual entre eles, para o período de 1995 a 2015.

Gráfico 13.12 - Rendimento médio real (em R\$ de nov/2015) dos ocupados por gênero - RMSP (1995 - 2015)

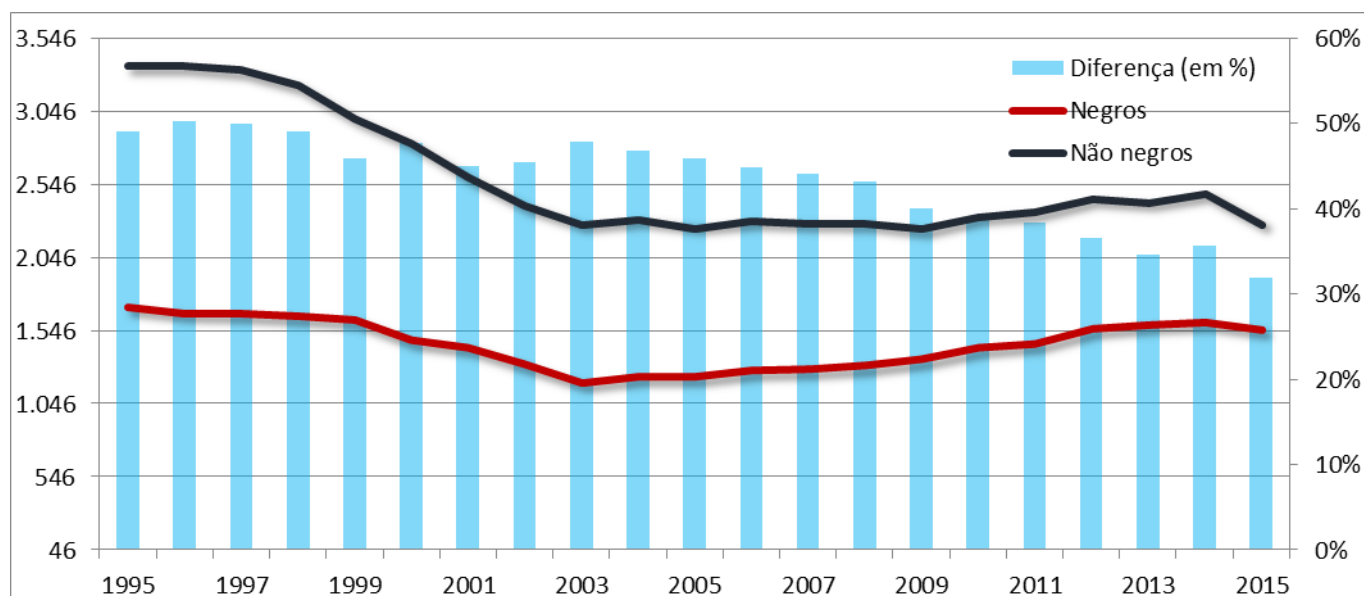


Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

A Fundação SEADE também pesquisa o rendimento dos ocupados por raça. Durante o período de 1995-2015 o que se observa é um rendimento médio dos ocupados não negros superior ao computado pelos ocupados negros (uma média de R\$2.593 para os não negros contra R\$1.455 para os negros, segundo dados divulgados pela PED). Apesar da diferença, verifica-se que a tendência é de diminuição da mesma. Em 1995, por exemplo, segundo os dados, os negros ocupados ganhavam 49,1% a menos que os não negros, já em 2015 esse número caiu para 31,8%.

O Gráfico 13.13 traz a evolução dos rendimentos para negros e não negros, além da diferença percentual entre eles, para o período de 1995 a 2015.

Gráfico 13.13 - Rendimento médio real (em R\$ de nov/15) dos ocupados por raça - RMSP (1995 - 2015)

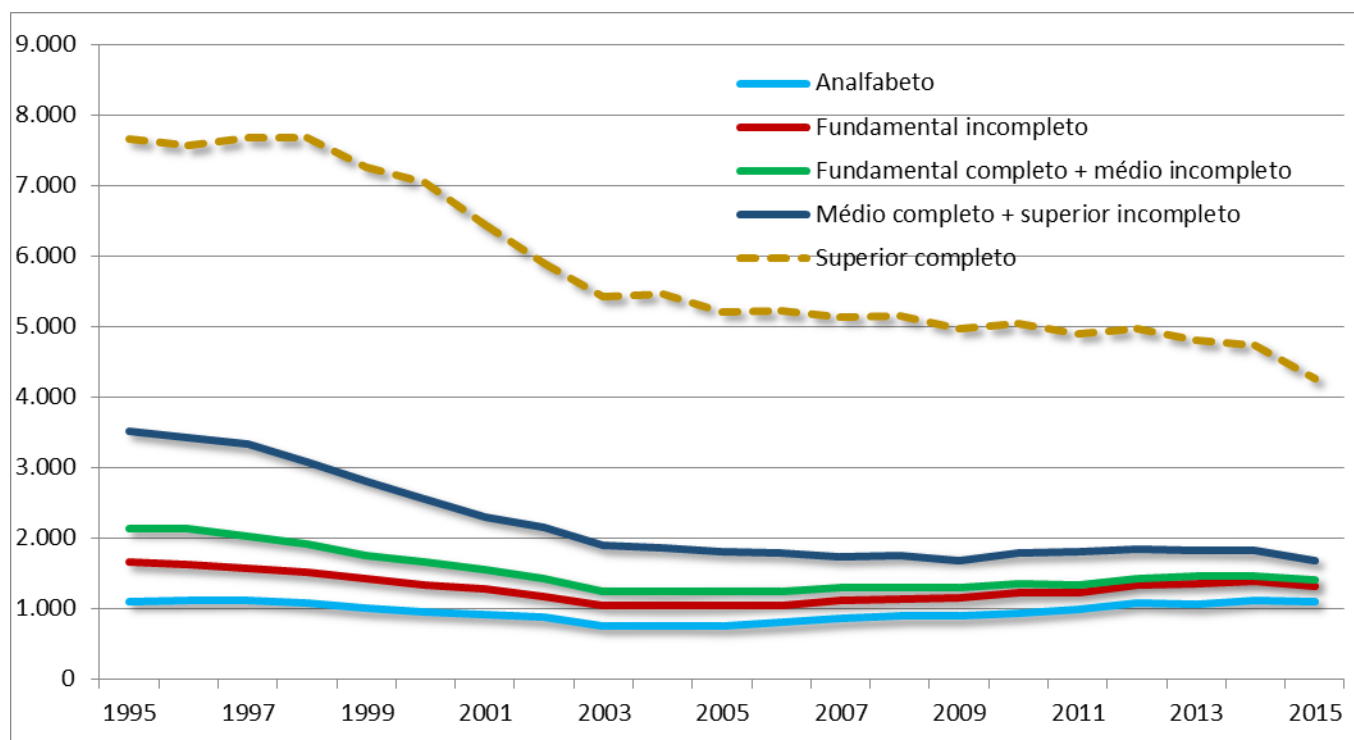


Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

Em relação ao rendimento por escolaridade (Gráfico 13.14), chama a atenção a trajetória de queda dos valores recebimento pelos ocupados com nível superior (44% em 2 décadas) e do grupo com ensino médio e superior incompleto (52%). Segundo a pesquisa, considerando o valor corrigido para novembro de 2015, em 1995 o rendimento médio real do grupo com ensino superior era de R\$7.663 contra R\$4.257 em 2015. Já para o grupo com ensino médio e superior incompleto, o rendimento calculado era de R\$3.517 em 1995 contra R\$1.682 em 2015. Exceto no grupo dos analfabetos, em todos os níveis de escolaridade houve queda no rendimento real no período, no entanto as quedas não foram tão acentuadas como nos dois casos citados.

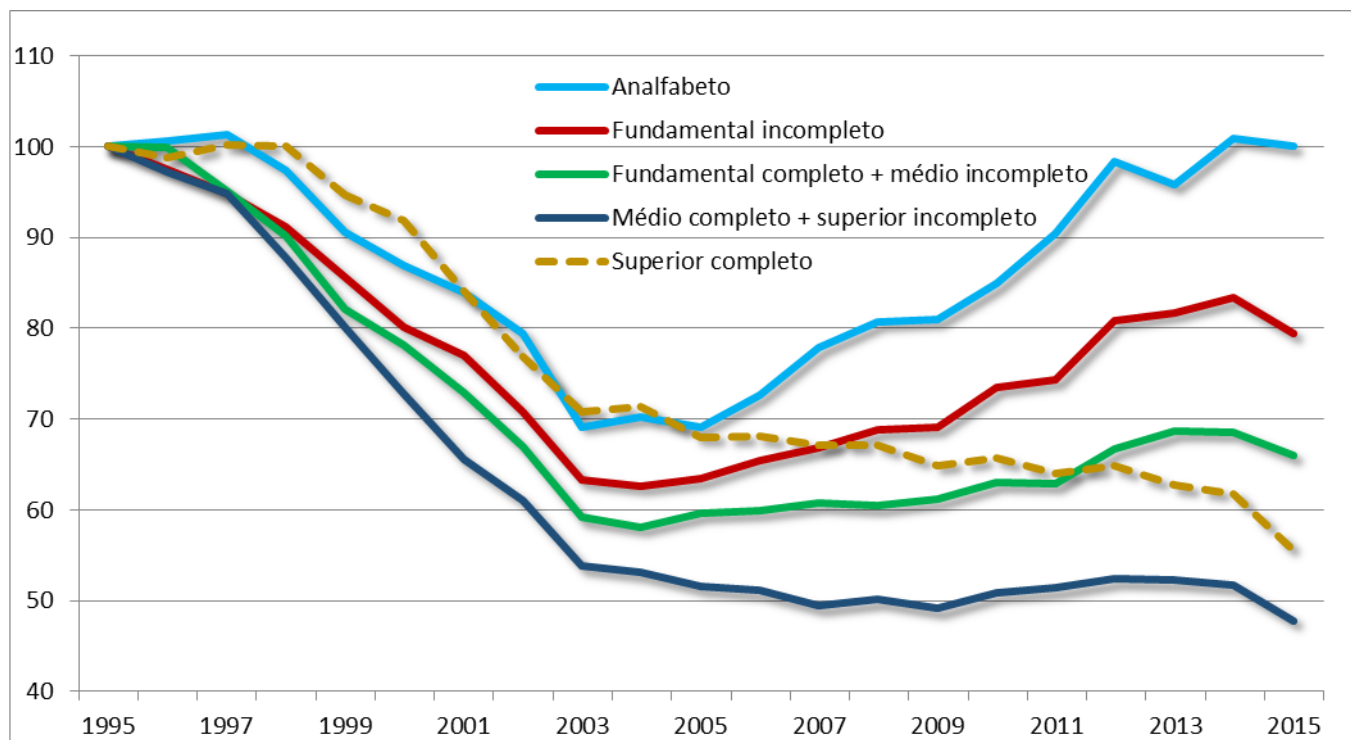
A trajetória dos rendimentos pode ser melhor visualizada no Gráfico 13.15 que traz um índice dos valores por nível de instrução. O gráfico fixa em 100 o valor dos rendimentos de todos os níveis para 1995. Com exceção dos rendimentos dos grupos com ensino superior e ensino médio + superior incompleto, que caíram por quase todo o período, os demais grupos tiveram uma recuperação a partir de 2004. No caso dos analfabetos, em 2015 os rendimentos foram recuperados de forma a se nivelarem ao que eram em 1995.

Gráfico 13.14 - Rendimento médio real (em R\$ de nov/15) dos ocupados por nível de instrução - RMSP (1995 - 2015)



Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

Gráfico 13.15 - Evolução do rendimento médio real (1995 = 100) dos ocupados por nível de instrução - RMSP (1995 - 2015)

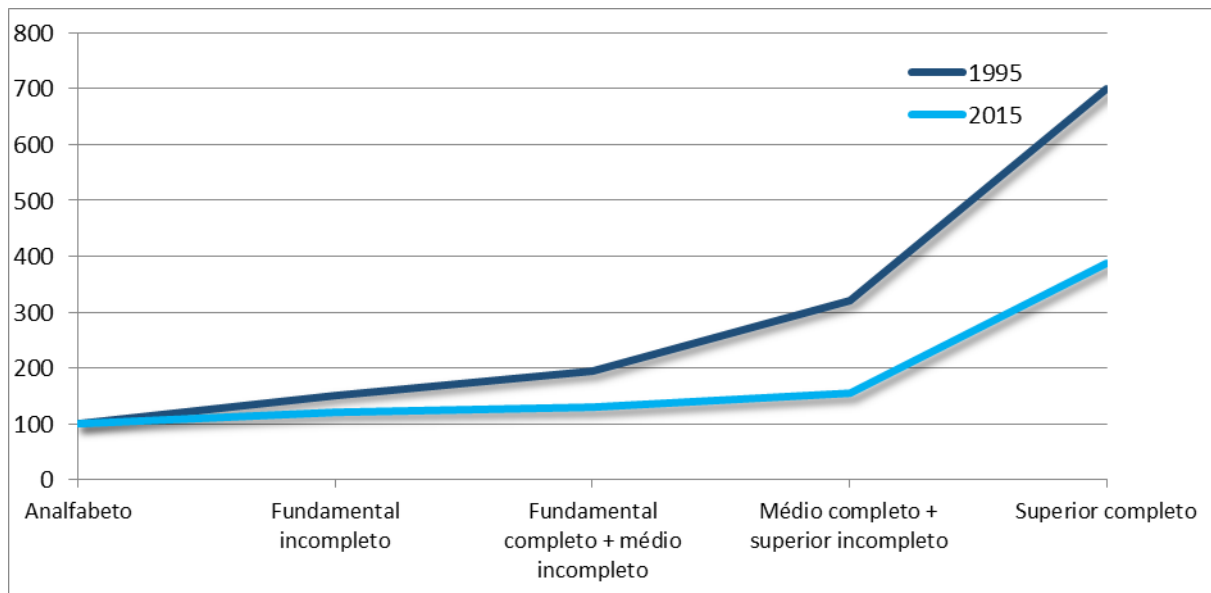


Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

Olhando para a diferença de rendimento entre os níveis de instrução, o que se observa é que caiu a diferença entre os extremos (analfabetos e ensino superior completo). Em 1995, o rendimento médio dos ocupados com ensino superior completo era 7 vezes a renda dos analfabetos. Em 2015 essa diferença caiu para 4 vezes. Mesmo com a diferença entre os extremos caindo, o “prêmio” no rendimento por completar o ensino superior ficou levemente superior em 2015, comparando com 1995. Em 1995, o rendimento do grupo de ensino superior completo era 2,2 vezes o rendimento do grupo com ensino médio, já em 2015 essa diferença aumentou para 2,5. Por outro lado, completar o ensino médio (e parar) ficou menos vantajoso economicamente em 2015 do que era em 1995. Em 1995 a diferença entre o grupo com fundamental completo/médio incompleto era de 1,65, em 2015 caiu para 1,19.

O Gráfico 13.16 traz a trajetória de evolução dos rendimentos por nível de instrução em 1995 e 2015, fixando nos dois anos o valor dos rendimentos do grupo de analfabetos em 100. Como pode ser notado, a curva representando 1995 se “inclina mais”, o que significa que conforme se avança pelos níveis de instrução, os rendimentos sobem mais rapidamente e com mais intensidade do que em 2015. Comparando com 1995, em 2015, há uma elevação bem menor de rendimento entre o grupo de analfabetos com o grupo de superior incompleto (o rendimento médio do grupo com superior incompleto ou médio completo é 54% maior que o dos analfabetos, já em 1995 era 221% maior).

Gráfico 13.16 - Rendimento médio real (1995 = 100) dos ocupados por nível de instrução - RMSP (1995 e 2015)

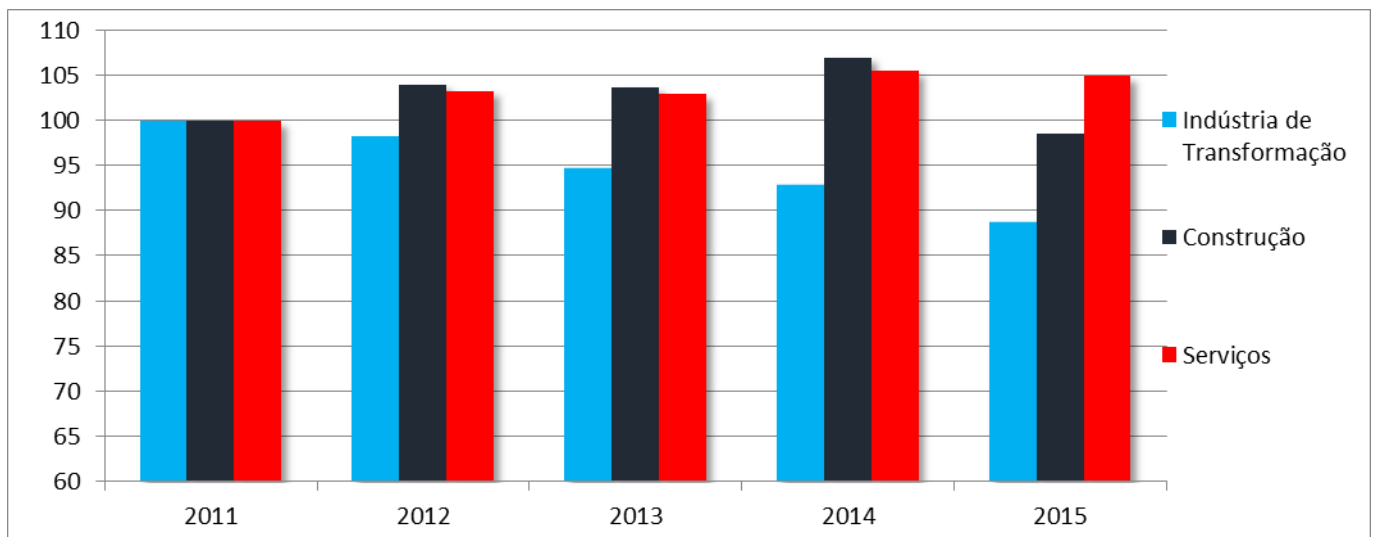


Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

13.2.4 - Nível de ocupação por setor de atividade

Segundo os dados da PED, que para essa variável (nível de ocupação por setor de atividade), só foram disponibilizados para o período de 2011-2015, houve uma constante redução do nível de ocupação no setor de indústria de transformação - em 2015, esse nível era cerca de 11% menor do que em 2011. Fato contrário ocorreu no setor de serviços, que assistiu uma alta do seu nível de ocupação até 2014 (crescimento de 5,6% entre 2011 e 2014). Em 2015, o setor recuou em 0,55%. Outro setor importante, o de construção, teve um comportamento mais instável, porém com tendência de crescimento até 2014. Já em 2015 também sofreu retração. O Gráfico 13.17 traz o nível de ocupação para os três setores, fixando o valor de 2011 em 100.

Gráfico 13.17 - Índice do nível de ocupação por setor de atividade - RMSP - (2011-2015)



Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Fundação SEADE/DIEESE

13.3 - Considerações Finais

O amplo período de disponibilização de dados da PED (duas décadas), permite observações sobre alguns aspectos interessantes da evolução do mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo.

Os dados revelam alguns fatos conhecidos de outras pesquisas, como o envelhecimento da população (ver gráfico 13.2), além da desigualdade salarial entre negros e não negros (gráfico 13.12) e mulheres e homens (gráfico 13.13). Ao mesmo tempo, revela a diminuição dessa desigualdade ao longo do período focado.

Outro aspecto interessante é a movimentação dos rendimentos por níveis de instrução. A queda dos rendimentos reais dos ocupantes com nível superior completo pode ser reflexo direto do aumento do acesso a esse tipo de ensino, o que acaba gerando uma maior oferta de mão de obra com esse nível de instrução, reduzindo os rendimentos. A menor diferenciação de rendimentos entre analfabetos e ensino fundamental completo também é um aspecto a ser observado. Essa menor diferenciação pode ser resultado de uma exigência maior do nível de instrução para os candidatos às vagas mais rentáveis, o que acaba colocando no mesmo “grupo” praticamente todos aqueles que não atingem essa qualificação mínima (como ensino médio, por exemplo).

O rendimento real dos ocupados (gráfico 13.10) apresentou queda no período, o que reflete um aumento maior do custo de vida na região (nessa pesquisa, medido pelo Índice de Custo de Vida do DIEESE) do que os salários nominais. É importante lembrar que a região metropolitana de São Paulo, durante o período dos dados, perdeu importância econômica (em termos de porcentagem do PIB nacional e estadual), o que pode ter contribuído para aumentos mais “tímidos” dos rendimentos.

Desenvolvimento Urbano

14. Manejo de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de São Paulo -

O Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento - SNIS é gerido pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, órgão ligado ao Ministério das Cidades, que reúne informações e indicadores sobre a prestação dos serviços de água, esgotos e manejo de resíduos sólidos coletados, anualmente, junto aos prestadores desses serviços, que operam no Brasil. O sistema foi criado em 1994 com o Programa de Modernização do Setor Saneamento e ao longo dos anos vem conseguindo aumentar a participação de prestadores em sua amostra. Em 2013, último ano com dados divulgados, a amostra dos prestadores referentes ao serviço de água, por exemplo, cobria 5.035 municípios (97,6% da população urbana). Para serviço de esgoto, a abrangência foi de 3.730 municípios (91,1% da população urbana), já para manejo de resíduos sólidos 3.572 municípios participaram (84,3% da população urbana).

O objetivo deste artigo é apresentar alguns dados do SNIS referente ao manejo de resíduos sólidos especificamente para a região metropolitana de São Paulo, dado que a publicação do Ministério das Cidades dedica maior atenção para o quadro nacional e grandes regiões. A divulgação das informações é realizada através do “Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos”⁽¹⁾, que na sua edição de 2015, como já mencionado, traz informações do ano de 2013.

Gestores dos Serviços de Manejo de Resíduos Urbanos

Um dos itens averiguados pelo SNIS é o órgão gestor dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. A grande maioria dos municípios tem esses serviços sob controle direto da administração pública através de secretarias, departamentos, seções ou setores. Em 2013, 93,5% dos municípios brasileiros que responderam ao levantamento estavam nessa situação.

Segundo os dados do SNIS, essa porcentagem tende a se reduzir conforme a população do município cresce; por exemplo, em municípios com população entre 100.001 e 250.000 habitantes, a porcentagem cai para 88,5%. Na faixa de municípios com população entre 1.000.001 e 3.000.000 de habitantes, a porcentagem de municípios cujo gestor dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos é a administração direta diminui ainda mais, agora para 46,1%, chegando a zero entre os municípios com mais de 3.000.000 de habitantes.

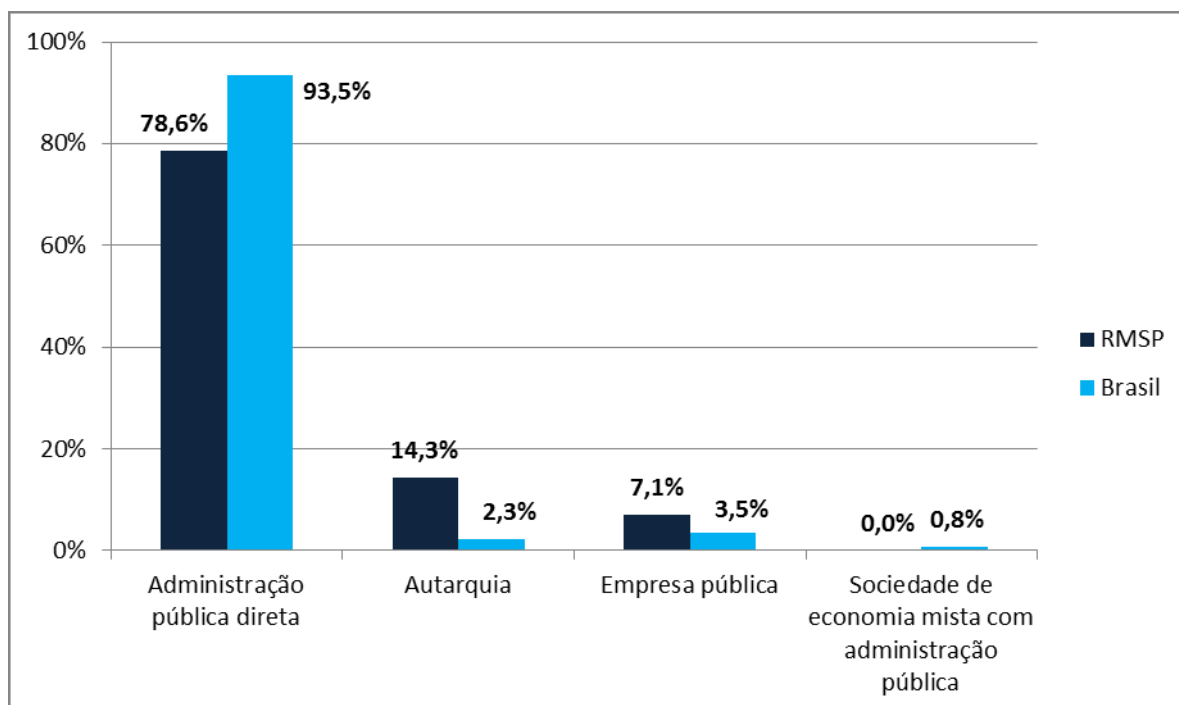
(1) A última versão publicada do Diagnóstico do manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, divulgado anualmente pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental pode ser encontrado neste link: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2013>

Mais informações, em geral, sobre o SNIS: <http://www.snis.gov.br/>

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 55 - dezembro/2015.

Na região metropolitana de São Paulo, dos 39 municípios, 28 possuem dados sobre o gestor do serviço de manejo de resíduos sólidos. Dos 28, 22 (78,6%) seguem o padrão nacional do gestor sendo a administração direta, 4 (14,3%) tem como gestor uma autarquia (Caieiras, Santo André, São Caetano do Sul e São Paulo) e 2 (7,1%) empresa pública (Guarulhos e São Bernardo do Campo). O gráfico 14.1 traz as porcentagens para o Brasil e RMSP.

Gráfico 14.1 - Gestor dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos - % de Municípios



Fonte: SNIS

Índice de cobertura do serviço de coleta domiciliar

O índice de cobertura do serviço de coleta domiciliar relaciona o número declarado, pelo órgão responsável, da população beneficiada com o serviço de coleta regular de resíduos domiciliares com a população total do município. Para o SNIS, é considerado “regular”, o serviço com frequência mínima de uma vez por semana. Também não há diferenciação sobre como a coleta é realizada (se diretamente nos domicílios, porta a porta ou indiretamente, como, por exemplo, através de caçambas)².

Dos 28 municípios da RMSP com respostas para 2013 no SNIS, 22 declararam atender 100% da população. Outros 3 municípios apresentaram percentuais de atendimento acima dos 90%. O município com o menor percentual foi Cajamar, com 80,48%. A tabela 14.1 traz os percentuais para os municípios com respostas.

Tabela 14.1 - Taxa de cobertura do serviço de resíduos sólidos domiciliares em relação à população total

MUNICÍPIO	%	MUNICÍPIO	%
Arujá	100	Ribeirão Pires	100
Barueri	100	Salesópolis	100
Biritiba-Mirim	100	Santa Isabel	100
Cotia	100	Santo André	100
Diadema	100	São Bernardo do Campo	100
Embu	100	São Caetano do Sul	100
Franco da Rocha	100	São Paulo	100
Guararema	100	Taboão da Serra	100
Guarulhos	100	Suzano	99,5
Itapecerica da Serra	100	Caieiras	97,52
Itapevi	100	Mogi das Cruzes	92,14
Mauá	100	Ferraz de Vasconcelos	89,6
Osasco	100	Santana de Parnaíba	87,21
Poá	100	Cajamar	80,48

Fonte: SNIS

Olhando para o período 2012-2013, dos 28 municípios com dados para os 2 anos, 17 (61% dos 28) registraram 100% nos dois anos e, portanto, não apresentaram variação no período.

Nove municípios (32% do total com respostas), apresentaram melhora em seus índices, enquanto 2 (7%) registraram piora nas suas porcentagens. A tabela 14.2 traz as porcentagens dos 28 municípios para 2012 e 2013 e a variação do período (ordenados da maior para a menor).

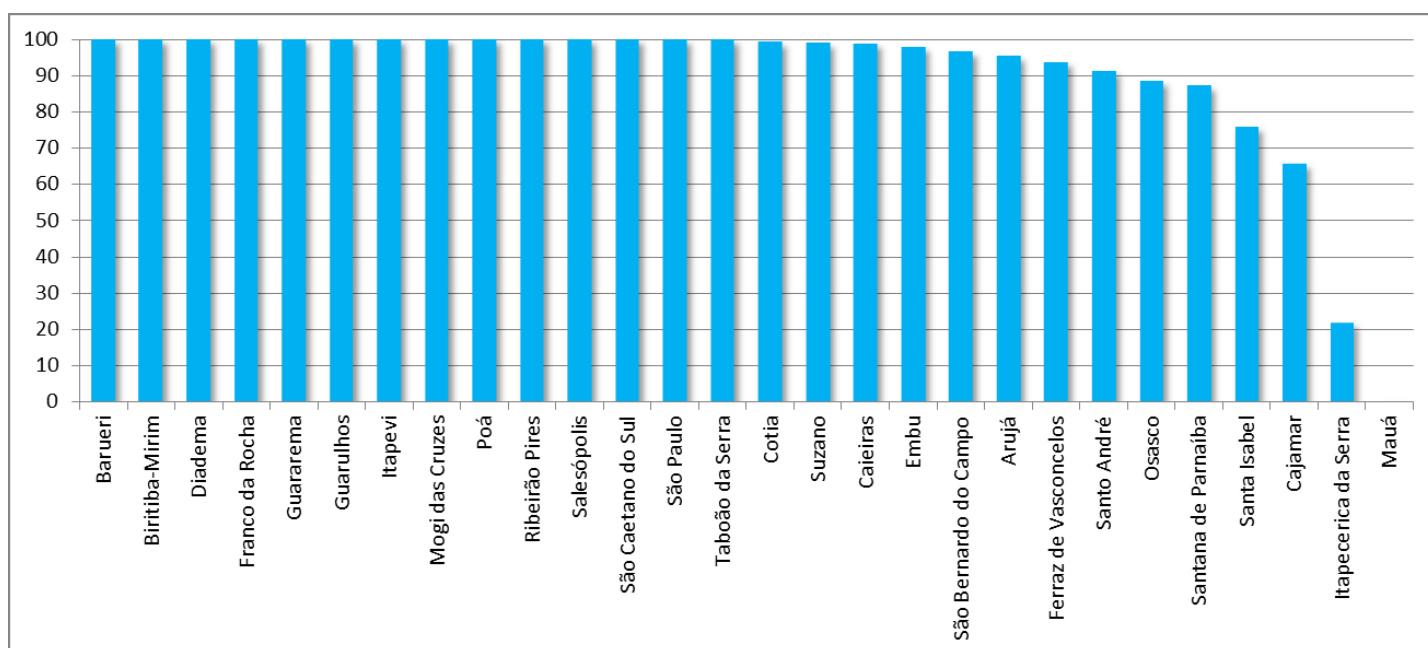
Tabela 14.2 - Taxa de cobertura do serviço de resíduos sólidos domiciliares em relação à população total - 2012 e 2013

MUNICÍPIO	2012	2013	Var (%)
Suzano	92,8	99,5	7,2%
Caieiras	92,2	97,52	5,8%
Taboão da Serra	95	100	5,3%
São Paulo	98	100	2,0%
São Caetano do Sul	98,4	100	1,6%
Mogi das Cruzes	91	92,14	1,3%
Ferraz de Vasconcelos	89	89,6	0,7%
São Bernardo do Campo	99,4	100	0,6%
Santo André	99,5	100	0,5%
Arujá	100	100	0%
Barueri	100	100	0%
Biritiba-Mirim	100	100	0%
Cotia	100	100	0%
Diadema	100	100	0%
Embu	100	100	0%
Franco da Rocha	100	100	0%
Guararema	100	100	0%
Guarulhos	100	100	0%
Itapecerica da Serra	100	100	0%
Itapevi	100	100	0%
Mauá	100	100	0%
Osasco	100	100	0%
Poá	100	100	0%
Ribeirão Pires	100	100	0%
Salesópolis	100	100	0%
Santa Isabel	100	100	0%
Santana de Parnaíba	88	87,21	-0,9%
Cajamar	84,2	80,48	-4,4%

Fonte: SNIS

Outro índice calculado pelo SNIS é a taxa de cobertura do serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) da população urbana do município. Como já explicado, o indicador anterior não faz distinção entre coleta domiciliar direta e indireta, além disso a taxa é calculada em relação à população total, enquanto este considera apenas a população urbana. O gráfico 14.2 traz por ordem decrescente a taxa de cobertura de coleta direta da população urbana, quando disponível, por município da RMSP.

Gráfico 14.2 - Taxa de cobertura do serviço de coleta domiciliar direta (porta-a-porta) da população urbana por município



Fonte: SNIS

A maioria dos municípios (14 deles, incluindo São Paulo) registraram taxas de 100% para esse indicador. Oito municípios (Cotia, Suzano, Caieiras, Embu, São Bernardo do Campo, Arujá, Ferraz de Vasconcelos e Santo André) obtiveram uma porcentagem na casa dos 90% e outros 3 ficaram entre 88% e 75%. Mauá, com 0,02%, apresentou um índice muito abaixo dos demais.

Massa de Resíduos Coletada

O SNIS solicita, junto aos órgãos gestores dos serviços de manejo de resíduos sólidos, dados sobre massa de resíduos coletados e com base nessas informações calcula alguns indicadores como a massa de resíduos coletados *per capita* em relação à população urbana, população total ou massa de resíduos domiciliares coletados *per capita* em relação à população atendida por serviços de coleta.

Segundo o Diagnóstico 2013, o valor médio nacional de massa coletada *per capita* em relação à população urbana foi de 1,01kg dia por habitante. Esse indicador não considera apenas a massa de resíduos domiciliares, mas também os chamados “resíduos públicos”, que são resíduos oriundos da varrição ou limpeza de logradouros. A Tabela 14.3 traz os valores para os municípios da região metropolitana.

Tabela 14.3 - Massa coletada per capita em relação à população urbana - 2013

MUNICÍPIO	Kg dia por hab.	MUNICÍPIO	Kg dia por hab.
Arujá	1,10	Mauá	0,75
Barueri	1,02	Mogi das Cruzes	0,94
Biritiba-Mirim	0,39	Osasco	0,99
Caieiras	0,71	Poá	1,51
Cajamar	0,95	Ribeirão Pires	0,74
Cotia	0,97	Salesópolis	0,87
Diadema	0,79	Santa Isabel	1,15
Embu	0,81	Santana de Parnaíba	0,95
Ferraz de Vasconcelos	0,76	Santo André	0,87
Franco da Rocha	0,66	São Bernardo do Campo	0,91
Guararema	0,85	São Caetano do Sul	1,13
Guarulhos	1,49	São Paulo	0,93
Itapecerica da Serra	0,97	Suzano	0,81
Itapevi	0,98	Taboão da Serra	1,13

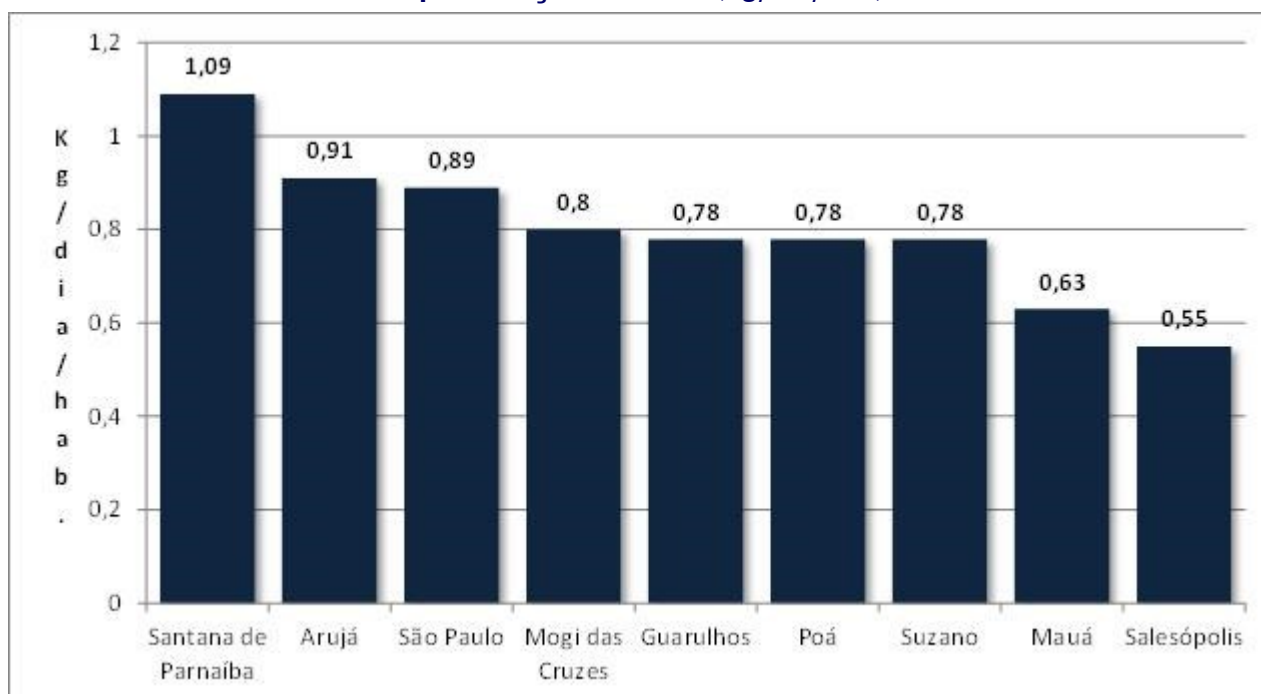
Fonte: SNIS

Dos 28 municípios da região metropolitana com resposta no SNIS - 2013, apenas 7 registraram valores acima ou igual à média nacional (de 1,01 kg diário por habitante) para este indicador. Biritiba-Mirim (0,39kg/dia por hab.), Franco da Rocha (0,66) e Caieiras (0,71) foram os municípios com os menores valores, enquanto Poá (1,51), Guarulhos (1,49) e Santa Isabel (1,15) obtiveram os maiores. São Paulo com 0,93kg/dia por habitante ficou abaixo da média nacional.

O SNIS calcula também a massa de resíduos domiciliares *per capita* em relação à população atendida pelos serviços de coleta. Ao contrário do indicador anterior, aqui são considerados apenas os resíduos sólidos domiciliares (não inclui os resíduos públicos).

Outra diferença é que o denominador do indicador se refere apenas à população atendida por coleta (enquanto o outro se refere à população urbana), o que não permite uma comparação direta entre eles. O gráfico 1.3 traz os 10 municípios da região metropolitana (em ordem decrescente da esquerda para direita) que apresentam valores para esse indicador.

Gráfico 14.3 - Massa de resíduos domiciliares coletada per capita em relação à população atendida por serviços de coleta (kg/dia/hab) - 2013



Fonte: SNIS

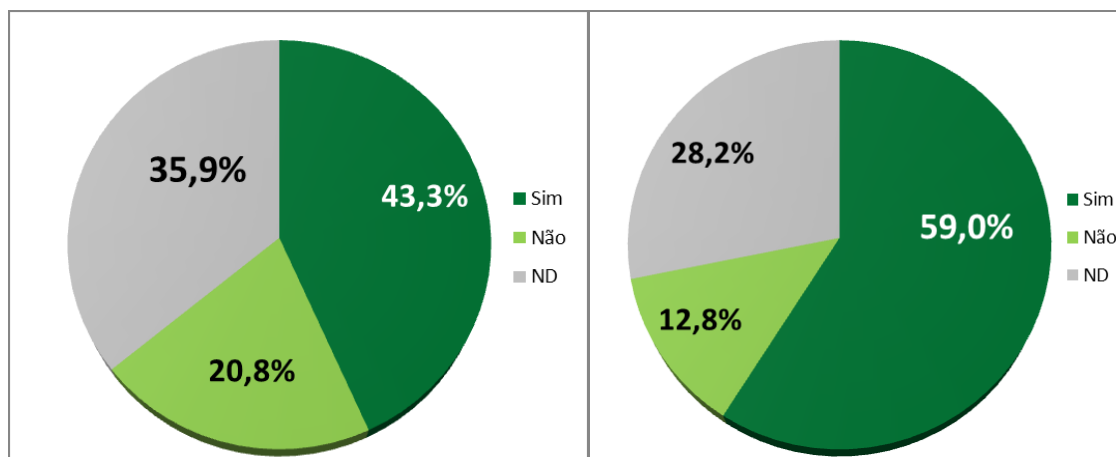
Coleta Seletiva

Dos 5.570 municípios brasileiros, 2.411 responderam para o SNIS possuir coleta seletiva, enquanto 1.161 disseram não possuir. Os municípios restantes (1.998) não informaram as suas respectivas situações. O SNIS considera nesta variável a coleta seletiva de resíduos domiciliares executado por agente público ou empresa contratada, por empresa do ramo ou sucateiro, por associações ou cooperativas de catadores, ou por outros agentes.

Em relação à região metropolitana de São Paulo, dos 39 municípios, 11 não deram resposta ao item, 5 (Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha, Guararema e Itapevi) afirmaram não possuir coleta seletiva e o restante (23 municípios) responderam possuir coleta seletiva. Portanto, assim como observado nacionalmente, a maioria dos municípios respondentes afirmaram possuir coleta deste tipo. Na região metropolitana, 59% dos municípios realizam o referido serviço enquanto nacionalmente a porcentagem é de 43,3%.

Os gráficos 1.4a e 1.4b trazem as porcentagens de municípios com e sem coleta seletiva para Brasil e RMSP.

Gráficos 1.4a e 1.4b - Porcentagem de municípios com ou sem coleta seletiva no Brasil (esquerda) e na RMSP (direita) - 2013

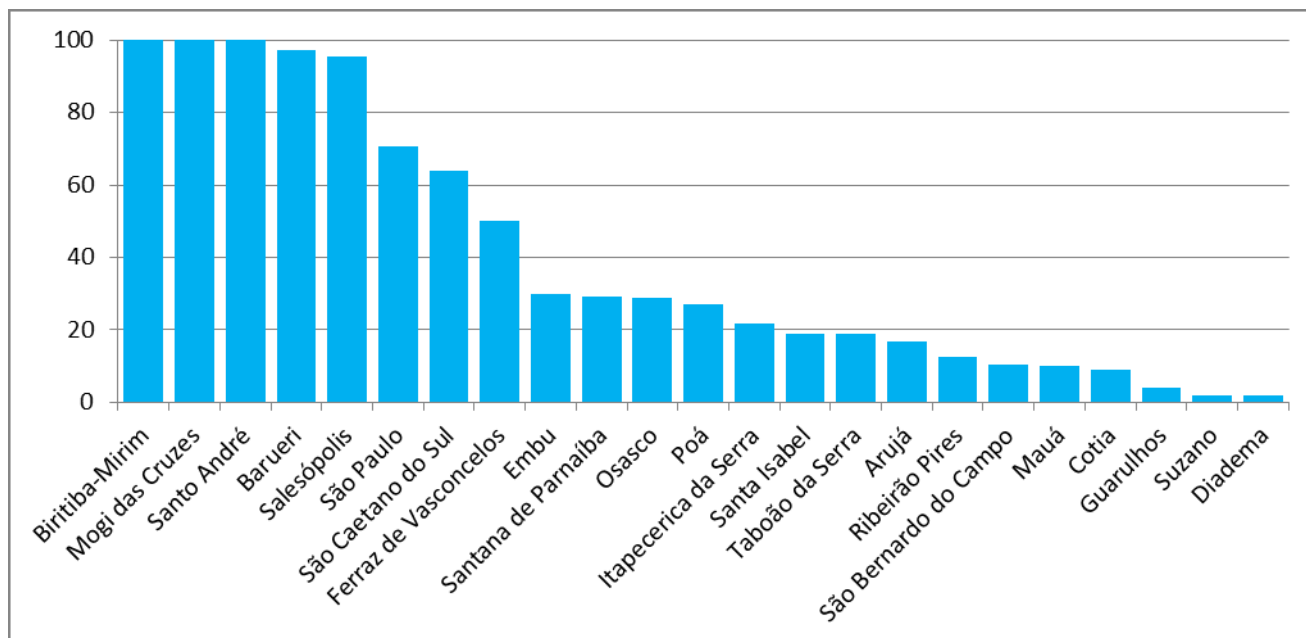


Fonte: SNIS

Considerando coleta seletiva porta a porta realizada pela própria prefeitura, por prestador de serviço contratado ou por associações de catadores e cooperativas em parceria ou com apoio do agente público, a porcentagem de municípios, no ano de 2013, com esse serviço, em âmbito nacional cai para 18,5% (1.030 municípios) enquanto na região metropolitana fica em 58,9% (23 municípios afirmaram possuir o referido serviço). O gráfico 14.5 traz a porcentagem da população urbana atendida pelo serviço de coleta porta a porta para os municípios da região metropolitana de São Paulo que dispõem desse serviço (ordenado da maior porcentagem para menor).

Enquanto municípios como Biritiba-Mirim, Mogi das Cruzes e Santo André possuem 100% da sua população urbana atendida pela coleta seletiva porta a porta, alguns municípios como Cotia, Guarulhos, Suzano e Diadema apresentam porcentagens bem baixas; 9,05%, 3,99%, 2,06% e 1,9% respectivamente. Segundo o SNIS, para 2013, a média nacional para essa variável foi de 32,2%. Considerando a RMSP, dos 23 municípios com esse tipo de coleta, 15 (68,1%) ficaram abaixo da média. O Município de São Paulo apresentou um índice de 70,57% da população urbana atendida por esse tipo de serviço.

Gráfico 14.5 - Porcentagem da pop. urbana atendida por coleta seletiva porta a porta - RMSP - 2013



Fonte: SNIS

Além de dados sobre coleta seletiva e população atendida, o SNIS procura obter informações sobre o que é chamado de “massa recuperada” que consiste na recuperação de “materiais recicláveis secos” como papel, plástico, metal, vidro e outros. Um dos indicadores calculados é a taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à quantidade total de resíduos coletados. Segundo o Diagnóstico de 2013 (publicação do Ministério das Cidades com os dados do SNIS), a taxa média nacional foi de 1,8%³. A Tabela 14.4 traz essa taxa para os municípios da região metropolitana com dados disponíveis.

Tabela 14.4 - Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à quantidade total de resíduos coletados - 2013

MUNICÍPIO	%	MUNICÍPIO	%	MUNICÍPIO	%
Arujá	1,47	Franco da Rocha	0	Ribeirão Pires	0,97
Barueri	6,99	Guararema	0,11	Salesópolis	10,4
Biritiba-Mirim	8,95	Guarulhos	0,34	Santa Isabel	0,7
Caieiras	0	Itapeverica da Serra	1,56	Santana de Parnaíba	9,41
Cajamar	0	Itapevi	0,01	Santo André	0,95
Cotia	0,17	Mauá	0,23	São Bernardo do Campo	1,07
Diadema	0,63	Mogi das Cruzes	1,05	São Caetano do Sul	0,32
Embu	1,82	Osasco	0,96	São Paulo	0,03
Ferraz de Vasconcelos	0,18	Poá	0	Suzano	0
				Taboão da Serra	0,23

(3) Para maiores informações sobre metodologia e hipóteses no cálculo dessa taxa nacional, consulte o Diagnóstico - Resíduos Sólidos 2013 pag. 71/74.

É importante lembrar que, pelo fato de o indicador ter em seu denominador o total de resíduos coletados, o que inclui material orgânico, a taxa de recuperação tenderá “naturalmente” a ser baixa quanto a porcentagem de material orgânico for elevada frente aos materiais “secos”. Independente dessa ressalva, apenas 5 municípios (Salesópolis, Santana de Parnaíba, Biritiba-Mirim, Barueri e Embu) dos 28 participantes do SNIS conseguiram bater a média nacional de 1,8%. O município de São Paulo apresentou uma taxa de recuperação de apenas 0,03%. Por fim, segundo as estimativas e cálculos do Diagnóstico para esse nível de taxa de recuperação, existe uma tendência de queda dessa taxa conforme a população do município aumenta⁴.

Finanças do manejo de resíduos sólidos urbanos

De acordo com os dados do SNIS, 39,53% dos 3.572 municípios participantes da edição 2013 não possuem cobrança pelos serviços regulares de coleta, transporte e destinação final de resíduos domiciliares. Na região metropolitana de São Paulo, dos 28 municípios participantes, 13 cobram por esses serviços. Todos o fazem através de taxa específica no boleto do IPTU.

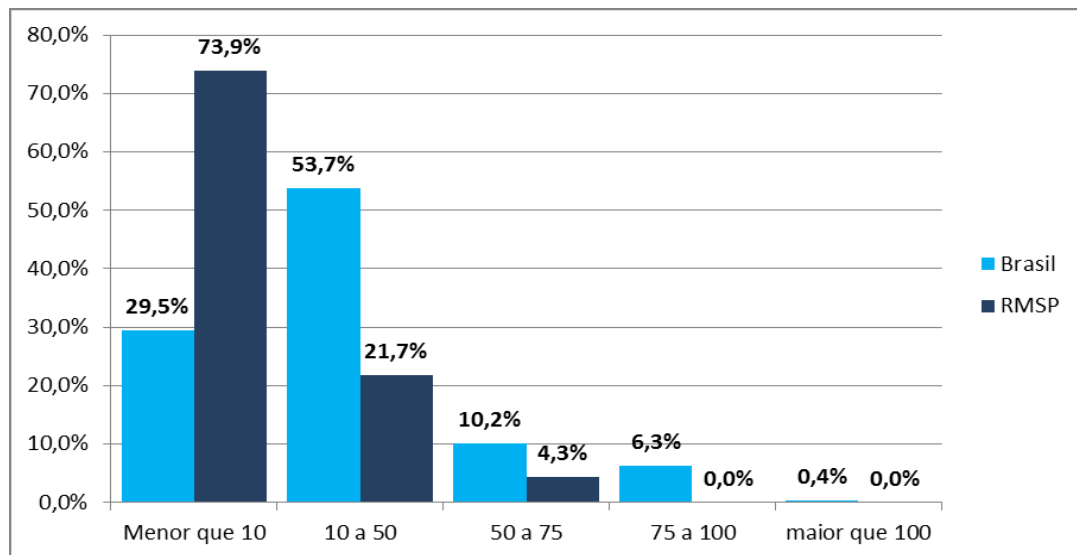
Para tentar avaliar a “autossuficiência” dos serviços de manejo de resíduos sólidos, o SNIS calcula um indicador que consiste na razão entre as receitas arrecadadas com manejo de resíduos sólidos urbanos e as despesas totais com esse mesmo manejo. As receitas consistem do valor anual de recursos arrecadados por meio da cobrança de taxas, tarifas ou outras formas vinculadas à prestação do serviço de manejo. Já as despesas consistem no valor anual das despesas dos agentes públicos realizadas com os serviços de manejo, incluindo a execução dos serviços propriamente ditos mais a fiscalização, o planejamento e a parte gerencial e administrativa. Também incluem o valor anual das despesas dos agentes públicos realizadas com agentes privados contratados exclusivamente para execução de um ou mais serviços de manejo ou para locação de mão-de-obra e veículos destinados a esses serviços.

O indicador, portanto, estará entre 0 e 100 se as prefeituras gastaram mais ou o mesmo que arrecadaram com serviços de manejo e será maior que 100 se arrecadaram mais do que gastaram. Em âmbito nacional, utilizando dados do Diagnóstico 2013, de 827 municípios considerados, apenas 3 municípios atingiram um indicador maior que 100, ou seja, arrecadaram mais do que gastaram. O gráfico 14.6 traz a porcentagem de municípios, dentro do universo considerado, de acordo com faixas do indicador de autossuficiência usadas na elaboração do Diagnóstico 2013. Para a região metropolitana de São Paulo foram considerados

(4) Diagnóstico - Resíduos Sólidos 2013 - pag. 74

apenas 23 municípios, aqueles que tinham disponíveis dados sobre o índice de autossuficiência, de despesas e de receita per capita de maneira consistentes.

Gráfico 14.6 - Porcentagem de Municípios por faixa de índice de autossuficiência (Brasil e RMSP)



Fonte: SNIS

Dos 28 municípios da região metropolitana de São Paulo presentes na base do SNIS - 2013, apenas 6 deles apresentaram índices positivos. O restante dos municípios, ou não apresentaram nenhum valor para o índice, devido a não disponibilidade de variáveis como despesa ou receita, ou apresentaram índice no valor de 0, pois não cobram por serviços regulares de manejo, logo não possuem receita oriunda desses serviços. A tabela 14.4 traz os índices de autossuficiência para os 28 municípios da RMSP do SNIS, bem como a receita *per capita* e despesa *per capita* com serviços regulares de manejo de resíduos sólidos urbanos, quando disponíveis.

Tabela 14.4 - Índice de autossuficiência - RMSP - 2013

MUNICÍPIO	Índice	Despesas per capita (R\$/Hab.)	Receita per capita (R\$/hab.)	MUNICÍPIO	Índice	Despesas per capita (R\$/Hab.)	Receita per capita (R\$/hab.)
Arujá	0,0	80,59	0	Mauá	0,0	66,44	Não cobra
Barueri	0,0	ND	Não cobra	Mogi das Cruzes	0,0	86,15	Não cobra
Biritiba-Mirim	0,0	ND	Não cobra	Osasco	ND	ND	90,37
Caieiras	0,0	ND	Não cobra	Poá	0,0	106,41	0,03
Cajamar	0,0	102,99	Não cobra	Ribeirão Pires	0,0	ND	Não cobra
Cotia	0,0	ND	Não cobra	Salesópolis	ND	ND	21,79
Diadema	26,2	84,69	22,19	Santa Isabel	0,0	ND	Não cobra
Embu	0,0	ND	Não cobra	Santana de Parnaíba	ND	ND	51,52
Ferraz de Vasconcelos	15,1	78,98	11,89	Santo André	59,3	109,84	65,18
Franco da Rocha	19,4	83,1	16,11	São Bernardo do Campo	ND	ND	66,7
Guararema	0,0	ND	Não cobra	São Caetano do Sul	ND	ND	220,84
Guarulhos	0,0	144,58	Não cobra	São Paulo	0,0	150,98	Não cobra
Itapeverica da Serra	15,7	131,1	20,58	Suzano	0,0	ND	Não cobra
Itapevi	0,0	149,96	Não cobra	Taboão da Serra	30,4	125,92	38,25

Fonte: SNIS

15. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (Edição 2015)

1.1 - Introdução

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM é um indicador elaborado pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que procura acompanhar o desenvolvimento dos municípios brasileiros em três áreas – Emprego & Renda, Educação e Saúde. O índice é construído com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde, concedendo igual ponderação às três áreas analisadas. De leitura simples, varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento. Com base nessa metodologia, define-se a seguinte classificação, a depender do valor alcançado pelo índice: entre 0 e 0,4, baixo desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6, desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8, desenvolvimento moderado; e entre 0,8 e 1,0, alto desenvolvimento.

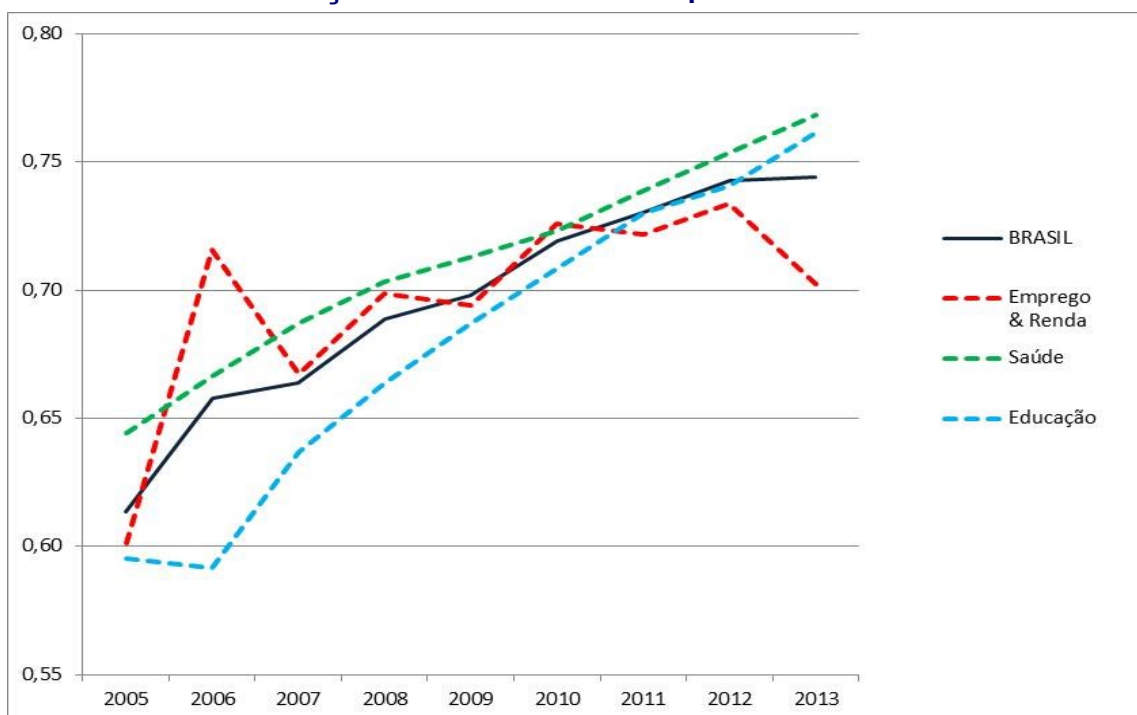
Este artigo faz um comparativo dos dados da última edição do IFDM (2015) que tem como referência o ano 2013 com os dados do ano de 2012, destacando os resultados do Brasil e dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A seguir, são apresentadas informações tanto do índice geral (IFDM), quanto de cada uma das três áreas de desenvolvimento que compõem o índice global – quais sejam, Emprego & Renda (IFDM - Emprego & Renda), Educação (IFDM - Educação) e Saúde (IFDM – Saúde).

15.2 - IFDM

Em 2013, o Brasil obteve um IFDM de 0,7441, o que o classifica como um país de desenvolvimento moderado. Frente a 2012, quando o índice alcançou 0,7427, houve uma melhora de 0,2%.

O gráfico 1.1 exibe a evolução do IFDM Brasil e IFDM por Áreas de Desenvolvimento.

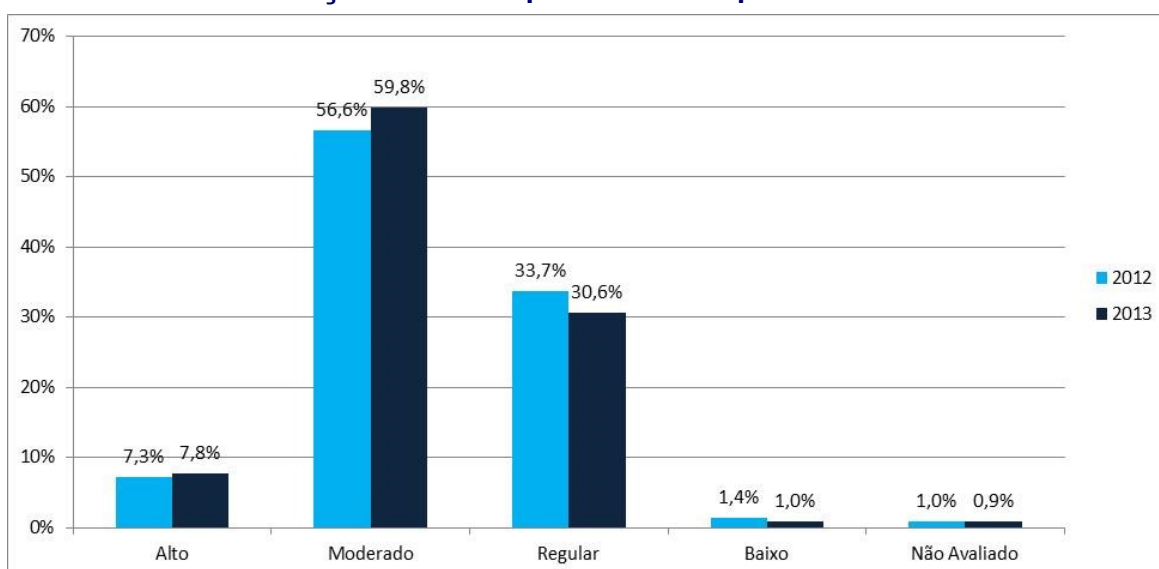
Gráfico 15.1 - Evolução do IFDM Brasil e IFDM por Áreas de Desenvolvimento



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

A distribuição dos municípios por grau de desenvolvimento revelou alguma migração entre as faixas. A proporção de municípios classificados como desenvolvimento moderado ou alto aumentou de 63,9% para 67,5%, enquanto a proporção de municípios considerados como desenvolvimento regular ou baixo diminuiu de 35,2% para 31,6%. O gráfico 15.2 mostra a distribuição dos municípios brasileiros por faixa de desenvolvimento em 2012 e 2013.

Gráfico 15.2 - Distribuição dos municípios brasileiros por faixa de desenvolvimento

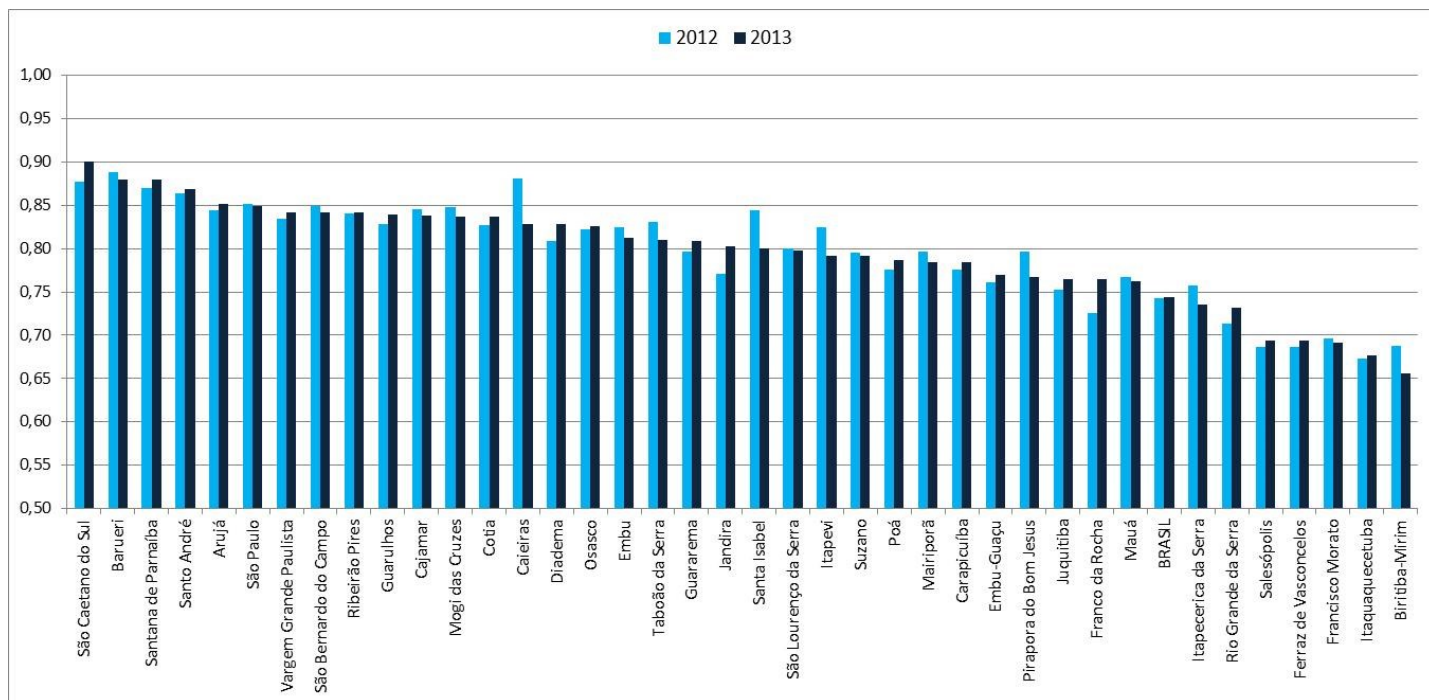


Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

Em relação aos municípios da RMSP, todos apresentaram IFDM acima de 0,6, o que caracteriza desenvolvimento alto ou moderado. Em 2012 e 2013, a distribuição por grau de desenvolvimento se manteve constante, 21 municípios (54%) foram classificados como desenvolvimento alto e 18 (46%), moderado. A movimentação entre classificações de desenvolvimento ocorreu em Guararema e Jandira, que passaram de desenvolvimento moderado para alto, e em São Lourenço da Serra e Itapevi, que passaram de alto desenvolvimento para moderado.

O município com o melhor desempenho dentro da RMSP em 2013, com IFDM de 0,9006 foi São Caetano do Sul, 4º no ranking nacional, seguido de Barueri (0,8795) e Santana de Parnaíba (0,8794). São Paulo obteve o 6º maior índice dentro da RMSP e 98º maior índice considerando todos os 5.565 municípios, com IFDM de 0,8492. Dos 39 municípios da RMSP, 7 municípios (Itapeçerica da Serra, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itaquaquecetuba e Biritiba-Mirim) apresentaram IFDM abaixo da média de 0,7441. O município com a pior avaliação na RMSP, com IFDM de 0,6556, foi Biritiba-Mirim, que ficou com a 2.848ª posição no ranking nacional. O gráfico 15.3 exibe o IFDM 2012 e 2013 dos municípios da RMSP.

Gráfico 15.3 - IFDM - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo e Brasil



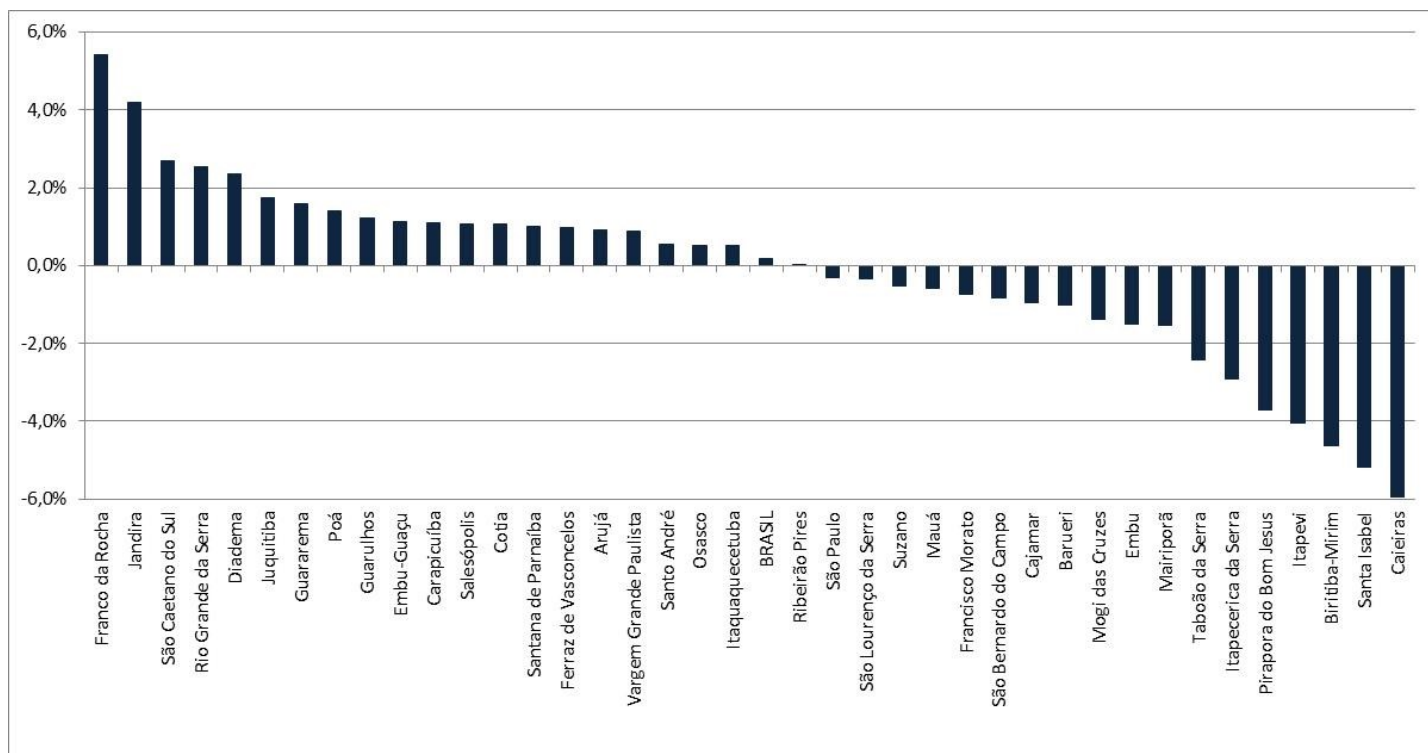
Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

Comparando as variações de IFDM entre 2012 e 2013, 21 municípios apresentaram melhora dos seus índices, com destaque para Franco da Rocha, que teve a maior variação positiva, 5,4%, passando de um IFDM de 0,7251 para 0,7643 e Jandira com variação de 4,2%, que a fez sair da faixa de desenvolvimento moderado para alto desenvolvimento, como já mencionado.

Os municípios com piora do IFDM representaram 46% dos municípios da RMSP, sendo Caieiras aquele que apresentou a maior variação negativa (-6,0%), o que o fez cair da 2ª posição no ranking da RMSP em 2012 para a 14ª posição em 2013. O município com a segunda maior queda no índice foi Santa Isabel (-5,2%), que passou da 10ª posição para 21ª em 2013. O IFDM de São Paulo sofreu variação negativa de 0,3%.

O gráfico 15.4 traz a variação percentual do IFDM 2013 em relação ao IFDM 2012 dos municípios da RMSP.

Gráfico 15.4 - Variação % IFDM 2012 e 2013



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

15.3 - IFDM - Educação

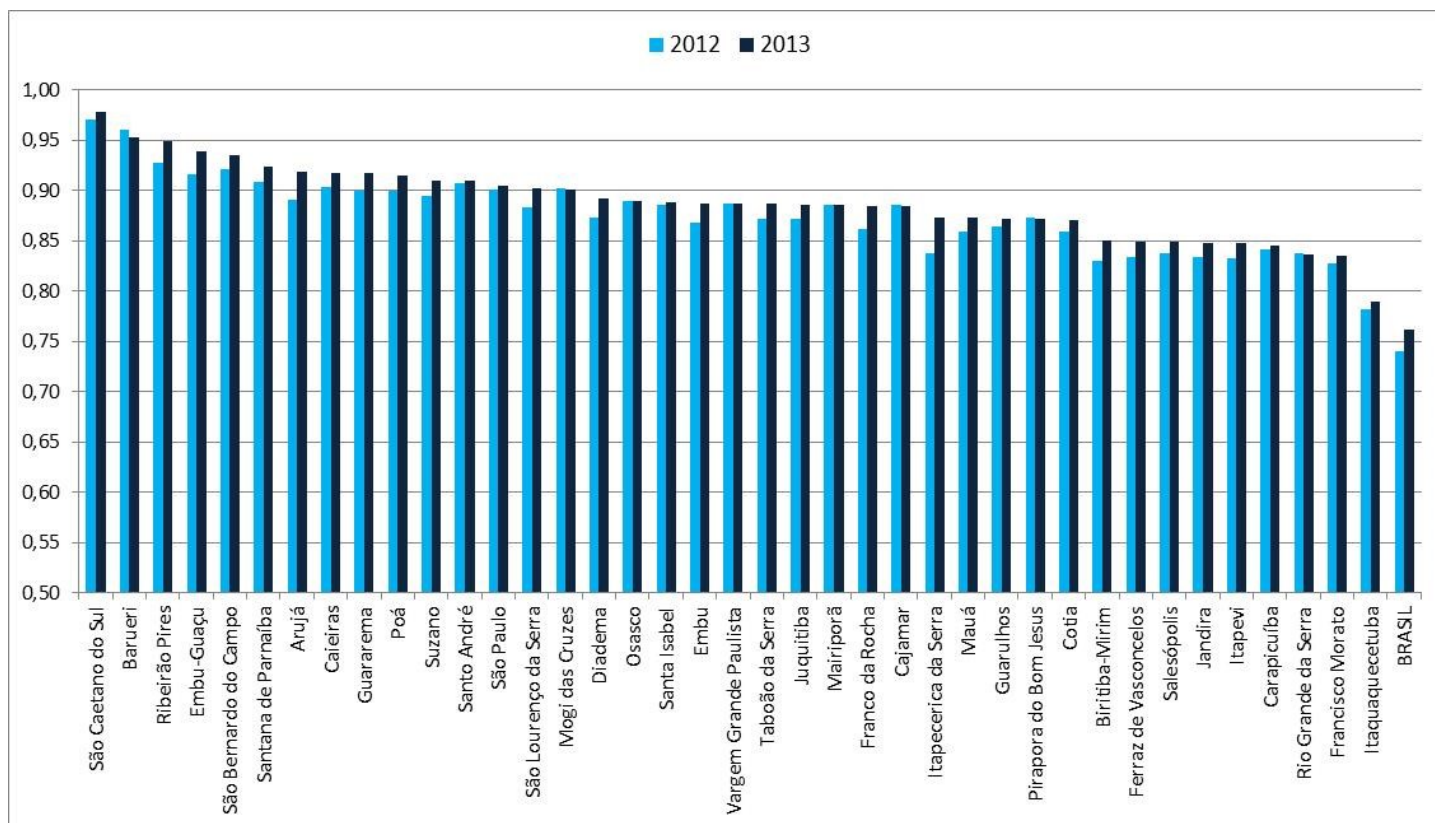
O IFDM - Educação foi idealizado para captar a oferta de educação infantil e a qualidade da educação prestada do ensino fundamental, em escolas públicas e privadas. Ao ensino fundamental foi atribuído peso de 80% e o residual de 20% foi alocado para o ensino infantil. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, as variáveis que compõem o cálculo do IFDM - Educação são: percentual de matrículas em creches e pré-escolas em relação ao total de crianças de 0 a 5 anos de idade (peso 20%), taxa de abandono no ensino fundamental (peso 15%), distorção idade-série no ensino fundamental (peso 10%), docentes com ensino superior no ensino fundamental (peso 15%), média de horas aula diárias no ensino fundamental (peso 15%) e resultado do IDEB no ensino fundamental (peso 25%).

No Brasil, o índice atingiu 0,7615 e foi o indicador que mais cresceu em relação a 2012, 2,84%. O avanço deste indicador esteve presente em 81,6% dos municípios brasileiros. A maioria dos municípios (51,3%) foram enquadrados como desenvolvimento moderado, um pouco mais de um terço (35,5%) como alto desenvolvimento, 13,1% como desenvolvimento regular e 0,1% como baixo desenvolvimento.

Na RMSP, todos os municípios atingiram um IFDM – Educação acima da média nacional de 0,7615. Com exceção de Itaquaquecetuba, com índice de 0,7889, os municípios da RMSP alcançaram um índice maior que 0,8, o que significa a presença de alto desenvolvimento neste quesito. São Caetano do Sul (0,9783), Barueri (0,9530), e Ribeirão Pires (0,9494) apresentaram os melhores desempenhos. Os menores IFDM - Educação ocorreram em Itaquaquecetuba (0,7889), Francisco Morato (0,8350) e Rio Grande da Serra (0,8367) (gráfico 15.5).

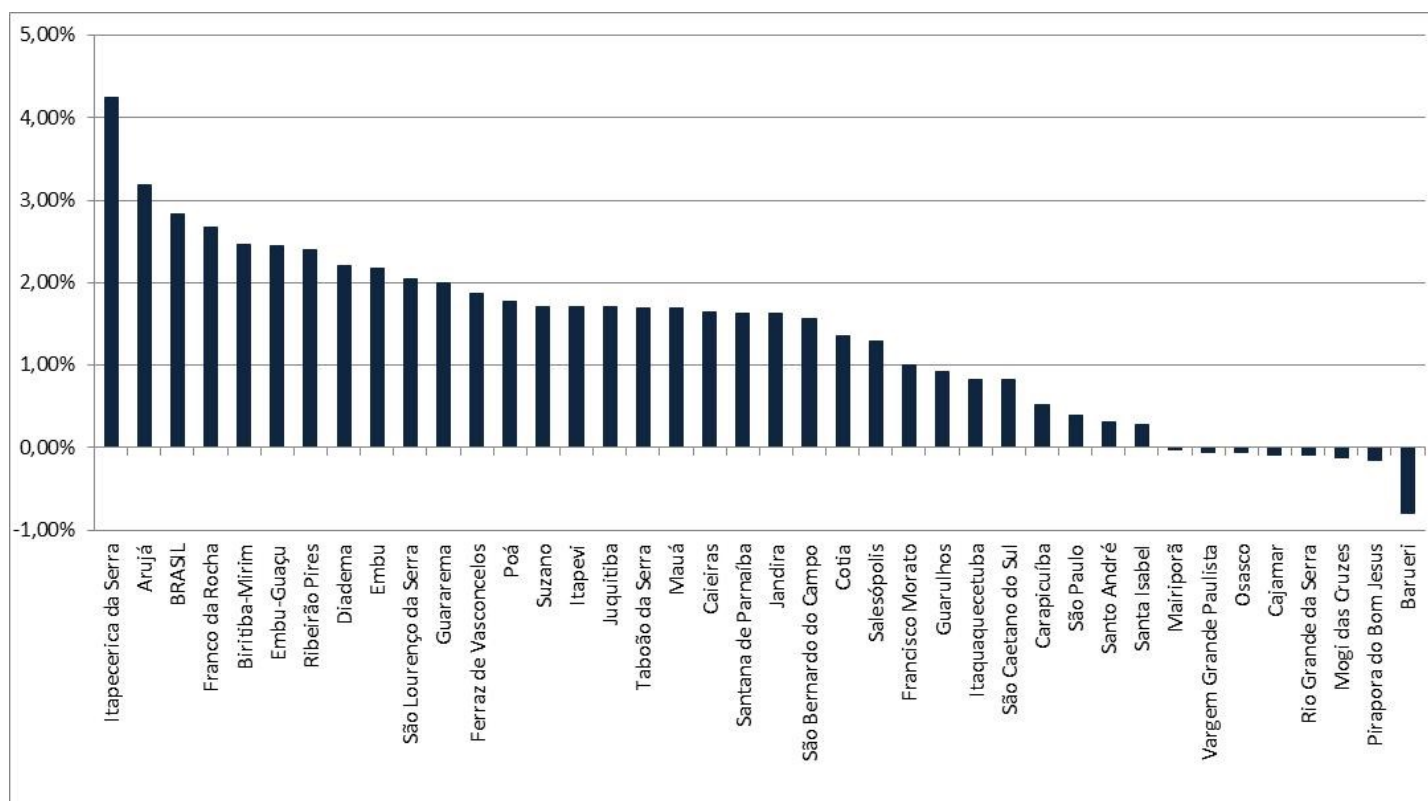
Cerca de 79% dos municípios da RMSP apresentaram melhora do IFDM - Educação, no entanto, apenas Itapeverica da Serra (4,25%) e Arujá (3,18%) registraram crescimento maior que a média nacional de 2,84%. Os outros 21%, apresentaram pequena diminuição no seu índice, sendo a maior variação negativa de Barueri (-0,8%), seguido de Pirapora do Bom Jesus (-0,16%) e Mogi das Cruzes (-0,13%). São Paulo teve variação positiva (0,39%), porém caiu 3 posições no ranking da RMSP (de 10º colocado para 13º) e 95 posições no ranking nacional (de 339º colocado para 434º).

Gráfico 15.5 - IFDM - Educação - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo e Brasil



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

Gráfico 15.6 - Variação % IFDM - Educação 2012 e 2013



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

15.4 - IFDM - Saúde

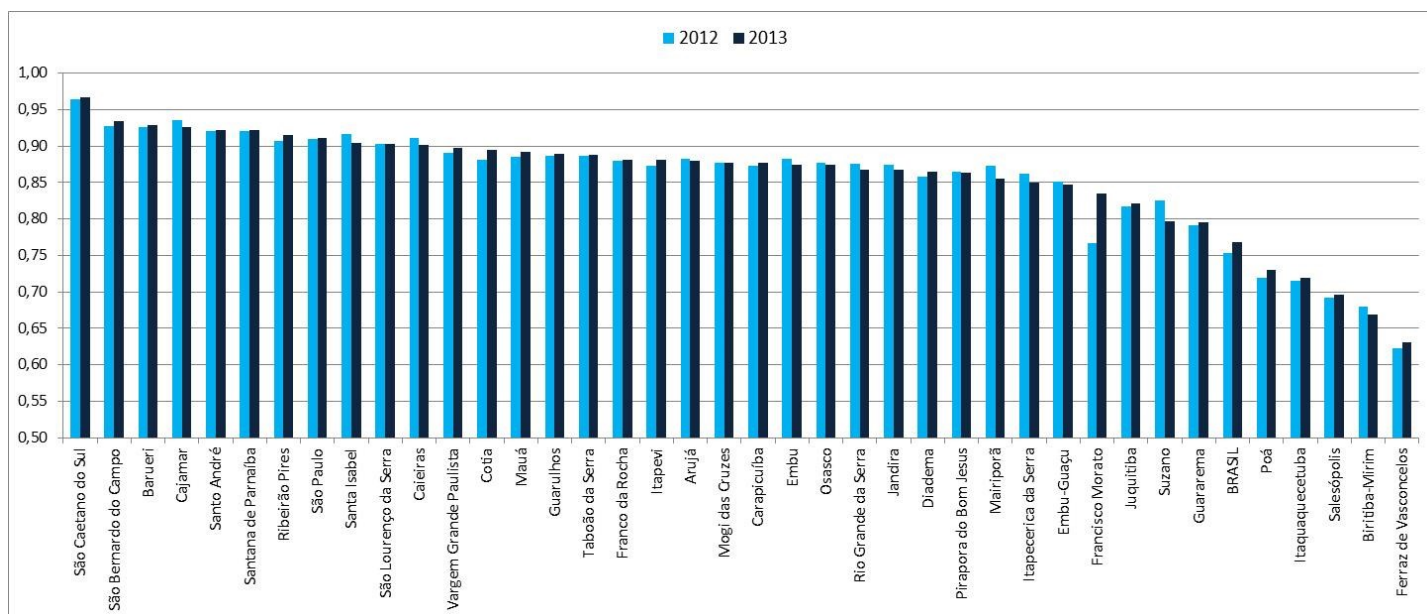
O IFDM - Saúde tem como objetivo avaliar a qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à Atenção Básica. São utilizados os bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e do Sistema Internações Hospitalares (SIH), todos do DataSUS - Ministério da Saúde. As variáveis que formam esse componente são: percentual de gestantes com mais de seis consultas pré-natal (peso 25%), proporção de mortes por causas mal definidas (peso 25%), taxa de óbitos infantis por causas evitáveis (peso 25%) e Internações Sensíveis à Atenção Básica, que acompanha as internações hospitalares que poderiam ter sido evitadas caso os serviços de atenção básica de saúde tivessem sido efetivos (peso 25%).

Em 2013, o Brasil apresentou IFDM - Saúde de 0,7684, um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior, sendo classificado como desenvolvimento moderado. Dos 5.565 municípios, 63,3% tiveram melhora neste indicador. 36,2% dos municípios alcançaram status de alto desenvolvimento, 44,2% apresentam desenvolvimento moderado, 16,1% desenvolvimento regular e 3,6% baixo desenvolvimento.

Já dentro da RMSP, 32 municípios apresentaram índice indicativo de alto desenvolvimento, totalizando 82,05% dos municípios da região. O restante (7 municípios – Suzano, Guararema, Poá, Itaquaquecetuba, Salesópolis, Biritiba-Mirim e Ferraz de Vasconcelos), foi classificado como desenvolvimento moderado nessa área (índice entre 0,6 e 0,8).

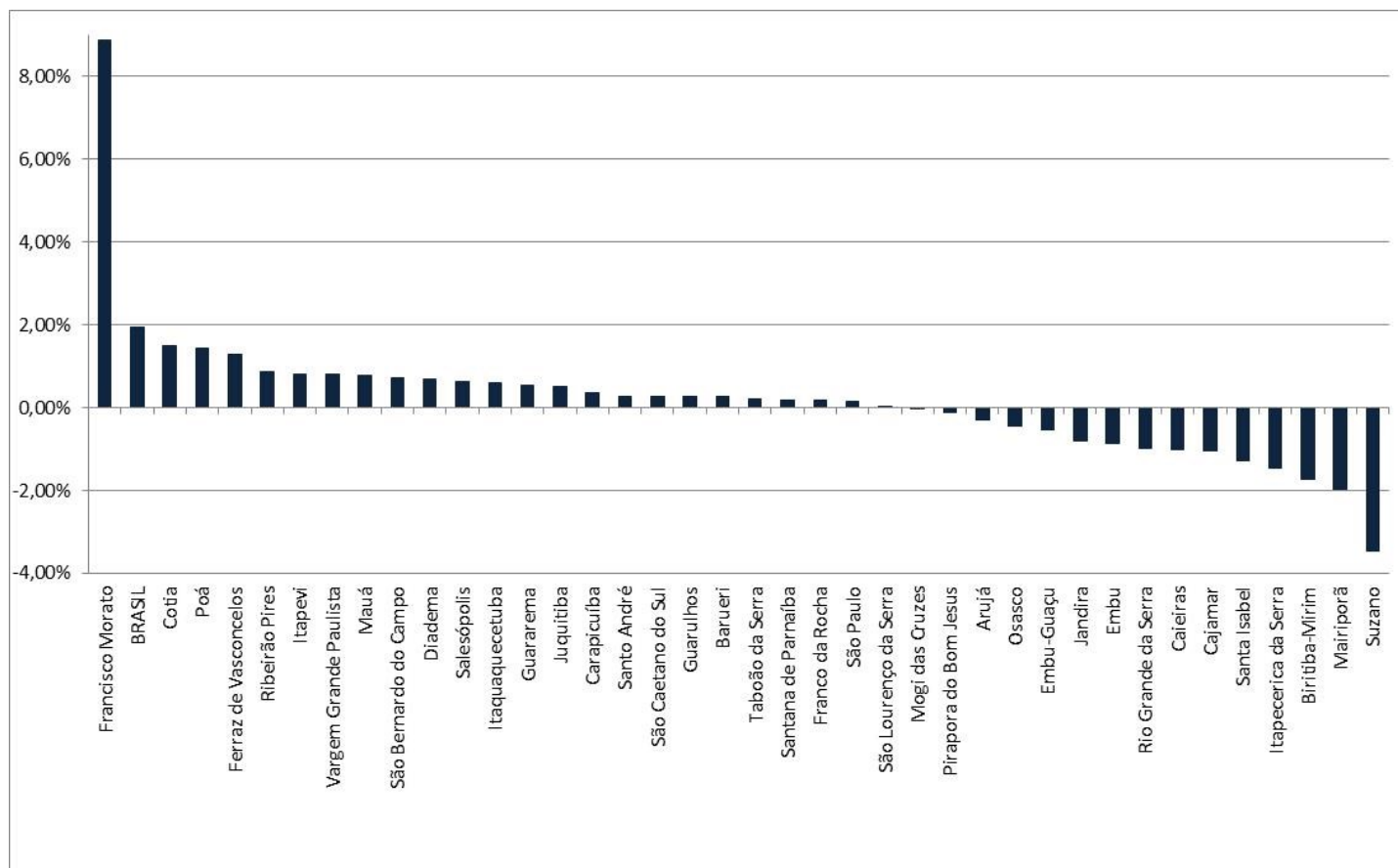
Em relação a 2012, 15 municípios (38%) apresentaram retrocesso nesse item. Suzano apresentou a maior queda do IFDM – Saúde (-3,46%), seguido de Mairiporã (-1,96%) e Biritiba-Mirim (-1,73%). Os demais obtiveram melhoras, com destaque para Francisco Morato que passou de um IFDM – Saúde de 0,7669 em 2012 para 0,8351 em 2013, uma variação de 8,89%. São Paulo apresentou IFDM – Saúde de 0,9114 em 2013, um aumento de 0,16% em relação a 2012.

Gráfico 15.7 - IFDM - Saúde - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo e Brasil



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

Gráfico 15.8 - Variação % IFDM - Saúde 2012 e 2013



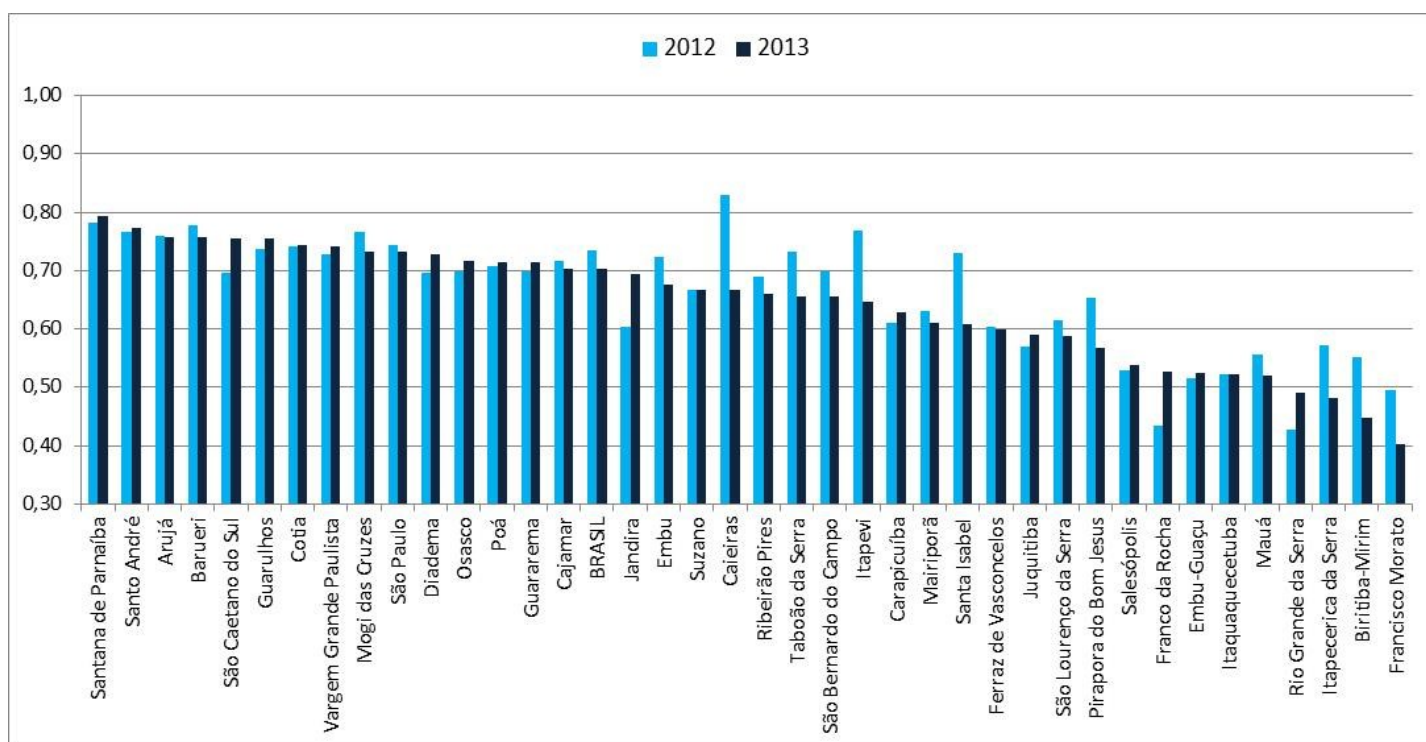
Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

15.5 - IFDM - Emprego & Renda

O IFDM - Emprego & Renda acompanha a movimentação e as características do mercado de trabalho, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego. As vertentes emprego, que avalia a geração de emprego formal e a capacidade de absorção da mão-de-obra local, e renda, que acompanha a geração de renda e sua distribuição no mercado de trabalho do município, possuem o mesmo peso nesse indicador (50% cada).

Em 2013, o IFDM - Emprego & Renda do país recuou 4,3% em relação ao ano anterior, chegando a 0,7023 pontos, o menor nível desde a crise de 2009 (gráfico 15.1). Mais da metade dos municípios brasileiros (55,4%) tiveram queda nesse indicador. O número de municípios com alto desenvolvimento nesse quesito caiu quase 40% em um ano (de 98 para 59 municípios), enquanto que o número de municípios com baixo desenvolvimento aumentou de 1.503 para 1.623.

Gráfico 15.9 - IFDM - Emprego & Renda - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo e Brasil



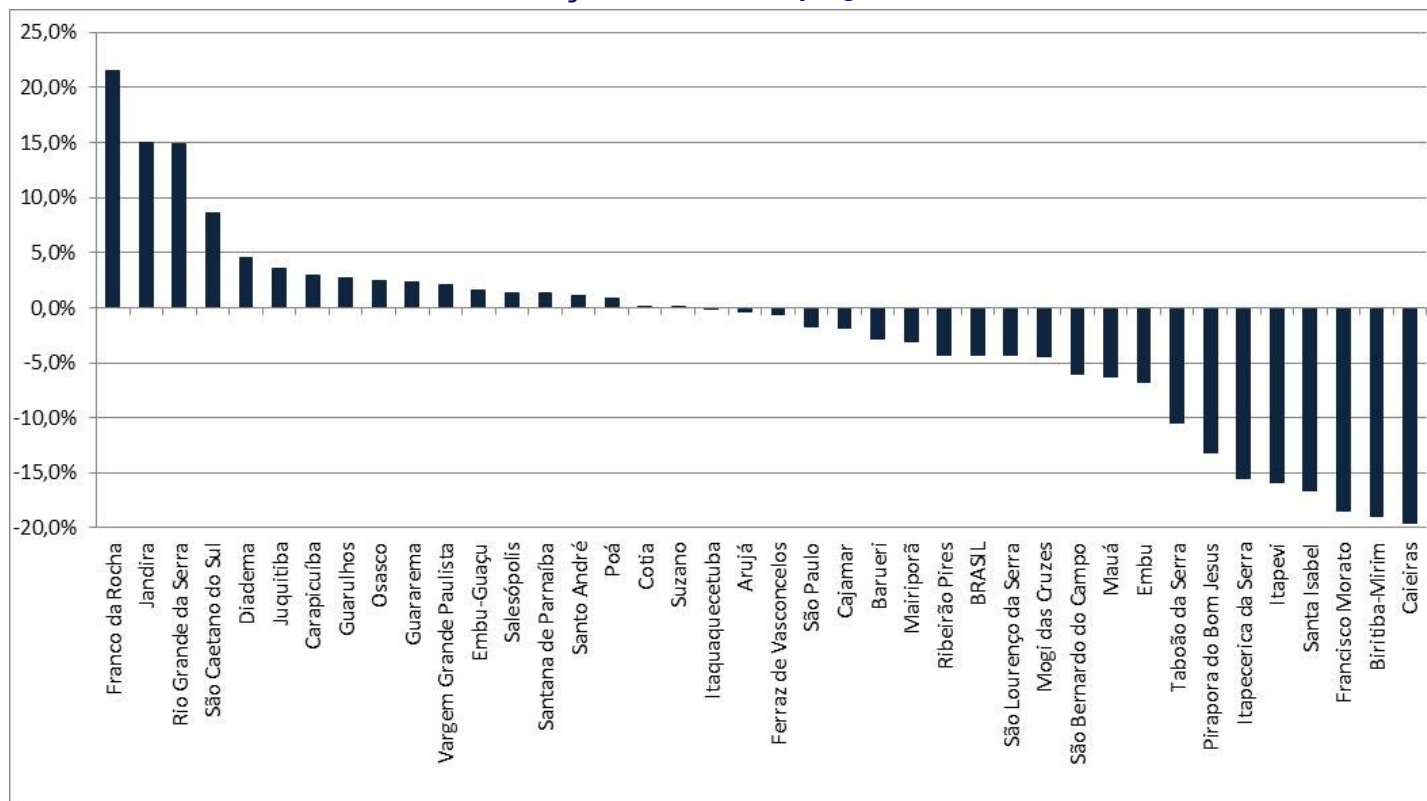
Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

Na RMSP, 24 municípios (62%) apresentaram um índice menor que o IFDM – Emprego & Renda brasileiro (0,7023). Nenhum município obteve IFDM – Emprego & Renda acima de 0,8. Dois terços dos municípios apresentaram desenvolvimento moderado e um terço, desenvolvimento regular.

Os maiores índices ocorreram nos municípios de Santana de Parnaíba (0,7925), Santo André (0,7740) e Arujá (0,7569), enquanto os menores índices foram registrados em Francisco Morato (0,4028), Biritiba-Mirim (0,4481), Itapeçerica da Serra (0,4821) e Rio Grande da Serra (0,4899).

Comparando com o desempenho do ano anterior, 18 municípios (54%) pioraram nesse item. As maiores quedas do IFDM – Emprego & Renda na RMSP ocorreram em Caieiras (-19,6%), Biritiba-Mirim (-18,9%) e Francisco Morato (-18,5%). Já as maiores variações positivas ocorreram em Franco da Rocha (21,5%), Jandira (15,0%) e Rio Grande da Serra (14,9%). São Paulo apresentou queda de 1,7%, passando de 0,7441 em 2012 para 0,7315 em 2013.

Gráfico 15.10 - Variação % IFDM - Emprego & Renda 2012 e 2013



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2015)

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo atualizar os dados sobre o IFDM divulgado pela FIRJAN. A Edição 2015 do IFDM, que tem como referência o ano de 2013, mostrou que o Brasil manteve-se praticamente estável frente ao ano anterior, com variação de 0,2%. Foi o menor avanço do índice desde o início da série histórica, em 2005, refletindo o desempenho negativo do IFDM - Emprego & Renda (-4,3%), que praticamente anulou os efeitos do crescimento de 2,8% do IFDM - Educação e de 1,9% do IFDM - Saúde. A distribuição dos municípios revelou alguma migração entre as classificações de desenvolvimento, com aumento da proporção de municípios classificados como desenvolvimento moderado ou alto de 63,9% para 67,5% e queda da proporção de municípios considerados como desenvolvimento regular ou baixo de 35,2% para 31,6%.

Especificamente sobre a RMSP, todos os municípios apresentaram IFDM alto (54%) ou moderado (46%), com poucas alterações entre as faixas de desenvolvimento.

Em relação às áreas de desenvolvimento, a educação é o maior destaque na RMSP, 38 dos 39 municípios apresentaram alto desenvolvimento. Comparando com 2012, 79% dos municípios melhoraram sua avaliação, enquanto os 21% restantes registraram pequena queda no seu índice. Na área da saúde, 82% dos municípios atingiram alto desenvolvimento e 18%, desenvolvimento moderado. 62% dos municípios apresentaram melhora no IFDM - Saúde, com destaque para Francisco Morato, que teve variação positiva de 8,89% do índice. Diferente das demais áreas, nenhum município da RMSP alcançou alto desenvolvimento na vertente emprego & renda. Dois terços dos municípios foram classificados como desenvolvimento moderado e um terço como desenvolvimento regular. Nesta área, foram registradas as maiores variações em relação a 2012, tanto positivas como negativas, sendo determinante nas alterações do IFDM geral ocorridas entre 2012 e 2013. Também foi a área com a maior proporção de municípios com piora na sua avaliação, mais da metade dos municípios (54%) apresentaram queda no IFDM - Emprego & Renda.

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

Consultor Geral de Economia e Orçamento

Emerson Rildo Araújo de Carvalho

Supervisores de Equipe

Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo - CTEO 1

Alexandre Henrique Cardoso

Assessoria e Consultoria de Controle Externo - CTEO 2

Rodrigo Mantovani Policano

Assessoria e Consultoria Administrativa e de Planejamento Orçamentário - CTEO 3

Marcia Akemi Endo

Consultores Técnicos Legislativos - Economia

Adriano Nunes Borges

Bruno Nunes Medeiro

Gilberto Rodrigues Hashimoto

Regina Eiko Kimachi

Sidney Richard Sylvestre

Thiago de Carvalho Alves

Estagiária - Economia

Bruna Leal Costa da Silva

Suporte Administrativo

Isabel Paes Silva Hanashiro